SEGURADORA

Sabemi

CNPJ nº 87.163.234/0001-38
NIRE 43300032990
Carta Patente SUSEP nº 021
Rua Sete de Setembro, 515 - térreo - 5º e 9º andares
CEP 90010-190 - Porto Alegre - RS

Relatório da Administração

Prezados Acionistas e Stakeholders,

A Diretoria da Sabemi Seguradora S/A submete a V. Sas. o presente Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, o Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras e o Parecer de auditoria atuarial independente, relativos ao exercício de 2025.

Contexto Operacional
Em 2025, a Sabemi consolidou o ciclo de expansão iniciado nos anos anteriores, reforçando sua posição no mercado de Seguros de Pessoas com crescimento sustentável, disciplina técnica e foco em rentabilidade. Após a aceleração observada até 2024, a Companhia direcionou seus esforços para o aprofundamento do relacionamento com segurados e corretores, priorizando qualidade da carteira, eficiência operacional e fortalecimento de margens.
A base de segurados manteve trajetória de crescimento, superando os 2 milhões de vidas ao final de dezembro de 2025. Refletindo a solidez da estratégia comercial, a ampliação de parcerias relevantes e a aderência dos produtos às necessidades do público atendido, a Cia ingressou no mercado de Seguro de Viagem. Mais do que volume, 2025 foi um ano de consolidação qualitativa, com aprimoramento de critérios de subscrição, segmentação de carteira e evolução dos modelos de precificação.
A Companhia avançou significativamente na integração de tecnologias embarcadas em seus processos. A inteligência artificial passou a desempenhar papel ainda mais relevante na subscrição, prevenção a fraudes, gestão de sinistros e análise de comportamento da carteira, elevando o nível de precisão técnica e contribuindo para ganhos de produtividade.
Os investimentos realizados nos últimos anos em infraestrutura digital mostraram resultados concretos ao longo de 2025. A arquitetura em nuvem proporcionou maior estabilidade operacional, escalabilidade e segurança da informação, permitindo à Sabemi responder com agilidade às demandas de mercado e aos requisitos regulatórios.
No relacionamento com corretores, foram implementadas melhorias adicionais nas plataformas digitais, com novas funcionalidades voltadas à gestão de carteira, acompanhamento de performance e acesso a indicadores estratégicos. Essa evolução fortaleceu a parceria comercial e ampliou a transparência na comunicação com a rede de distribuição.
O exercício também foi marcado pelo fortalecimento dos controles internos e da governança corporativa, com aprimoramentos contínuos em compliance regulatório, gestão de riscos e monitoramento de indicadores técnicos e financeiros. A Companhia manteve rigor na disciplina de capital e no alinhamento entre crescimento e solvência.
Para 2026, a Sabemi seguirá priorizando crescimento responsável, inovação tecnológica e excelência operacional, sustentada por uma cultura organizacional orientada a desempenho, foco no cliente e geração consistente de valor.

Economia e Ambiente de Negócios
O ano de 2025 foi marcado por um cenário econômico ainda desafiador, embora mais previsível em relação ao exercício anterior. No contexto internacional, observou-se desaceleração gradual da inflação nas principais economias, permitindo ajustes progressivos nas políticas monetárias, ainda que com cautela por parte dos bancos centrais.
No Brasil, a condução da política monetária permaneceu prudente ao longo do ano, refletindo o compromisso com a convergência inflacionária e a estabilidade macroeconômica. A taxa Selic apresentou trajetória de estabilização, encerrando 2025 em 15% a.a. e previsão de início de ciclo de redução para o primeiro semestre de 2026.
O IPCA encerrou 2025 com alta acumulada de 4,46%, exigindo disciplina fiscal e monetária contínuas. O crescimento do PIB brasileiro deve encerrar em 2,3% de crescimento, sustentado pelo consumo das famílias e pelo desempenho do setor de serviços, ainda que em ritmo moderado em comparação a 2024.
No setor segurador, 2025 foi um ano de continuidade do crescimento estrutural. A maior conscientização da população quanto à proteção financeira, aliada à digitalização dos canais de distribuição, contribuiu para a expansão do mercado. Segundo estimativas da CNseg, o setor deverá encerrar o exercício com crescimento superior a 8,5%, reforçando sua relevância econômica e sua contribuição crescente para o PIB nacional.
O ambiente competitivo tornou-se mais sofisticado, com maior uso de tecnologia, dados e inteligência analítica na precificação e gestão de riscos. Nesse contexto, a Sabemi reforçou sua posição por meio de disciplina técnica, proximidade com a rede de distribuição e capacidade de adaptação às mudanças regulatórias e de mercado.
A Companhia permanece atenta às transformações do ambiente macroeconômico e regulatório, adotando postura prudente e estratégica, com foco na sustentabilidade de longo prazo e na geração de valor para segurados, parceiros e acionistas.

Mercado de atuação
A Sabemi Seguradora S/A é uma Companhia com cinco décadas de atividade, especializada no segmento de consignação em folha de pagamento de servidores públicos, operando nos ramos de Seguros de Pessoas, Previdência Complementar e Assistência Financeira a seus segurados e participantes, em todo o território nacional.

Desempenho da Companhia
A Companhia registrou lucro líquido no exercício de R$ 7.979 mil, representando uma rentabilidade de 12 % sobre o patrimônio líquido médio.
O resultado da Companhia decorre principalmente de receita com prêmio de seguros de pessoas e da receita financeira gerada pelas assistências financeiras realizadas a seus participantes.
O índice de sinistralidade ficou em 18,77 % em relação ao prêmio ganho. O índice combinado ampliado ficou em 0,90.

Organização societária
Não houve, no exercício 2025, alterações societárias e/ou estatutárias.

Dividendos
A Companhia optou pelo pagamento dos juros sobre o capital próprio de acordo com a legislação vigente, atendendo os dividendos mínimos obrigatórios estabelecidos no Estatuto Social da companhia.

Controles internos
A Companhia, com vistas a garantir um crescimento sustentado, tem utilizado as boas práticas de Governança Corporativa, investindo fortemente na busca da excelência da gestão, para aprimorar o relacionamento com acionistas, clientes, fornecedores, parceiros, prestadores de serviços, colaboradores, comunidade e demais partes interessadas.
A qualificação dos colaboradores; uso da tecnologia; melhoria, análise, reavaliação e aderência dos processos; gerenciamento de riscos são prioridades para a diretoria.
Com vistas a propiciar um quadro de gestão profissionalizada, a Controladora estruturou um Conselho Consultivo, com a atribuição de orientar estrategicamente os negócios e a governança do grupo, dentre eles o da Sabemi Seguradora S/A, atuando de forma a proteger os interesses e a maximizar investimentos.

Ouvidoria
Desde a sua constituição em 2005, a Ouvidoria vem atuando com estratégia proativa, identificando a origem dos problemas para solucioná-los definitivamente, cumprindo a missão de verdadeira mediadora de conflitos entre a companhia e o segurado e/ou beneficiário, depois de esgotados os demais canais de acesso e atendimento disponíveis.

Segurança da informação
A Companhia vem constantemente implementando um conjunto de controles, incluindo políticas, processos, estruturas organizacionais e normas e procedimentos de segurança, objetivando a proteção das informações dos clientes e da Companhia, nos seus aspectos de confidencialidade, integridade e disponibilidade.

Recursos humanos
A Sabemi tem como política de Recursos Humanos a seleção, retenção e desenvolvimento de talentos para dar suporte ao seu plano de crescimento sustentado. Para valorização da competência de seus colaboradores, instituiu desde 2006 um programa de participação nos resultados. Ademais, a Companhia vem investindo fortemente no programa de desenvolvimento, aprimoramento e qualificação dos colaboradores, pois acredita que o potencial realizador das pessoas é a base de sustentação dos seus negócios.

Declaração sobre a capacidade financeira
As aplicações financeiras estão classificadas de acordo com o modelo de negócios da Companhia para a gestão dos seus ativos assim como as características do fluxo contratual do ativo financeiro.
Os benefícios de planos previdenciários e sinistros são pagos rigorosamente em dia, assim como todas as demais obrigações de qualquer natureza, seguindo os procedimentos determinados pelos órgãos reguladores.

Perspectivas futuras
A Sabemi Seguradora tem uma expectativa positiva para o futuro, acreditando que continuará a crescer e expandir suas operações de seguro, plano de previdência complementar na modalidade de pecúlio e operações financeiras.
A expansão para novos modelos de comercialização de seguros, a melhoria contínua de nossos processos e a oferta de serviços personalizados e de qualidade são fatores que nos diferenciam e que continuarão a ser nosso foco nos próximos anos.
Além disso, com o objetivo de ampliar os resultados, a administração continuará reavaliando a estrutura de custos para dar suporte às operações de forma a obter maior otimização dos recursos aplicados.

Agradecimentos
Agradecemos aos nossos colaboradores a dedicação, competência e o talento que nos permitem obter resultados consistentes e diferenciados. Agradecemos também aos nossos acionistas, parceiros, fornecedores e clientes o indispensável apoio e a confiança, que fortalecem e reforçam nosso compromisso em superar as expectativas.
Porto Alegre, 27 de fevereiro de 2026.

A Diretoria

Balanço patrimonial em 31 de dezembro Em milhares reais

Ativo	2025	2024
Circulante	127.733	106.872
Disponível (Nota 5)	4.239	2.820
Caixa e bancos	4.239	2.820
Equivalente de caixa (Nota 5)	8.561	6.482
Aplicações (Nota 6)	70.353	27.396
Créditos das operações com seguros e resseguros (Nota 6.4.1)	14.312	7.719
Prêmios a receber	14.162	7.711
Operações com seguradoras	121	8
Operações com resseguradoras	29	
Créditos das operações com previdência compl. (Nota 6.4.2)	2.961	4.309
Valores a receber	2.961	4.309
Ativos de resseguro e retrocessão	19	93
Títulos e créditos a receber (Nota 6.4.3)	19.295	55.301
Títulos e créditos a receber	6.186	40.585
Créditos tributários e previdenciários	172	475
Assistência financeira a participantes (Nota 6.4.3)	11.073	12.170
Outros créditos	1.864	2.071
Outros valores e bens	4	1
Outros valores	4	1
Despesas antecipadas (Nota 7)	2.609	2.612
Custos de aquisição diferidos (Nota 8)	5.380	139
Seguros	5.380	139
Ativo não circulante	40.662	43.433
Realizável a longo prazo	39.571	42.217
Títulos e créditos a receber	35.326	38.017
Títulos e créditos a receber (Nota 6.4.3)	10.845	15.595
Imposto de renda e contribuição social diferido (Nota 11.1)	10.896	10.780
Depósitos judiciais (Nota 10)	7.025	7.152
Assistência financeira a participantes (Nota 6.4.3)	6.560	4.490
Outros valores e bens (Nota 9)	1.584	2.241
Despesas antecipadas (Nota 7)	1.373	1.959
Custos de aquisição diferidos (Nota 8)	1.288	
Seguros	1.288	
Investimentos	301	297
Participações societárias (Nota 12)	269	265
Outros investimentos (Nota 12)	32	32
Imobilizado (Nota 13)	751	901
Bens móveis	751	901
Intangível (Nota 14)	39	18
Outros intangíveis	39	18
Total do ativo	168.395	150.305

Passivo e patrimônio líquido	2025	2024
Circulante	60.552	40.730
Contas a pagar	14.213	12.396
Obrigações a pagar (Nota 15)	8.370	8.581
Impostos e encargos sociais a recolher (Nota 16)	2.056	1.523
Encargos trabalhistas	1.088	1.199
Impostos e contribuições (Nota 17)	2.301	646
Outras obrigações	398	447
Débitos de operações com seguros e resseguros	3.980	935
Prêmios a restituir	24	12
Operações com resseguradoras	557	180
Corretores de seguros e resseguros	3.073	328
Outros passivos operacionais	326	415
Depósitos de terceiros (Nota 18)	4.878	998
Provisões técnicas - seguros (Nota 19)	29.916	17.059
Pessoas	29.916	17.059
Provisões técnicas - previdência complementar (Nota 19)	6.957	8.798
Planos não bloqueados	6.957	8.798
Outros débitos	608	544
Passivos de arrendamento (Nota 20)	608	544
Passivo não circulante	38.591	44.852
Contas a pagar	308	1.475
Outras contas a pagar	308	1.475
Provisões técnicas - previdência complementar (Nota 19)	719	140
Planos não bloqueados	719	140
Outros débitos	36.337	41.386
Provisões judiciais (Nota 22 (b)	36.337	41.386
Débitos diversos	1.227	1.851
Passivos de arrendamento (Nota 20)	1.227	1.851
Patrimônio líquido (Nota 23)	69.252	64.723
Capital social	55.000	55.000
Reservas de lucros	14.252	9.723
Total do passivo e do patrimônio líquido	168.395	150.305

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Em milhares reais

	Capital social	Reserva Legal	Reserva Retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
Em 1º de janeiro de 2024	55.000	8.983	736	-	64.719
Dividendos s/resultado de exercícios anteriores aprovados em AGE 27/01/2025 (Nota 23.2)			(736)		(736)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	5.002	5.002
Proposta de destinação do resultado:					
Reserva legal		250		(250)	
Reserva retenção lucros	-		490	(490)	
Dividendos obrigatórios (Nota 23.2)	-	-	-	(4.262)	(4.262)
Em 31 de dezembro de 2024	55.000	9.233	490	-	64.723
Lucro líquido do exercício				7.979	7.979
Proposta de destinação do resultado:					
Reserva legal		399		(399)	-
Reserva retenção lucros			4.130	(4.130)	
Juros sobre o capital/dividendos antecipados (Nota 23.2)				(3.450)	(3.450)
Em 31 de dezembro de 2025	55.000	9.632	4.620	-	69.252

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma

	2025	2024
Operações de seguros (Nota 24)		
Prêmios emitidos líquidos	130.835	121.006
Contribuições para cobertura de riscos	26.693	27.880
Variação das provisões técnicas de prêmios	(10.711)	(4.913)
Prêmios ganhos (Nota 24)	146.817	143.973
Sinistros ocorridos (Nota 24)	(27.552)	(21.392)
Custo de aquisição (Nota 24)	(26.375)	(25.767)
Outras receitas e despesas operacionais, líquido (Nota 24)	(20.008)	(27.810)
Resultado com operações de resseguro – despesa com resseguro	(854)	(448)
Variação de outras provisões técnicas	(176)	75
Custo de aquisição (Nota 24)	(1.842)	(1.625)
Outras receitas e despesas operacionais, líquido (Nota 24)	(53)	(49)
Despesas administrativas (Nota 24)	(65.749)	(59.546)
Despesas com tributos (Nota 24)	(6.923)	(7.104)
Resultado financeiro (Nota 24)	15.617	7.912
Resultado patrimonial	6	11
Resultado operacional	12.908	8.230
Resultado antes dos impostos e participações	12.908	8.230
Imposto de renda (Nota 11.2)	(2.756)	(1.678)
Contribuição social (Nota 11.2)	(1.776)	(1.119)
Participações sobre o resultado	(397)	(431)
Lucro líquido do exercício	7.979	5.002
Quantidade de ações	79	79
Lucro por ação - em Reais	101.004,22	63.315,70

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares reais

	2025	2024
Resultado do exercício	7.979	5.002
Outros resultados abrangentes no exercício	-	-
Resultado abrangente do exercício	7.979	5.002

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares reais

Atividades operacionais	2025	2024
Lucro líquido do exercício	7.979	5.002
Ajustes para:		
Depreciação e amortizações	180	138
Variação nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	(42.957)	(4.815)
Créditos das operações de seguros, incluindo ativos oriundos de contratos de seguros	(6.593)	(2.374)
Créditos das operações com previdência complementar	1.348	82
Ativos de resseguro	74	1
Créditos fiscais e previdenciários	187	(462)
Depósitos judiciais e fiscais	127	(216)
Despesas antecipadas	589	714
Custos de aquisição diferidos	(6.529)	(117)
Outros ativos	39.037	(15.091)
Impostos e contribuições	5.210	4.181
Outras contas a pagar	(1.431)	6.656
Débitos de operações com seguros e resseguros	3.045	(444)
Depósitos de terceiros	3.880	(310)
Provisões técnicas - seguros e resseguros	12.857	6.016
Provisões técnicas - previdência complementar	(1.262)	(758)
Provisões judiciais	(5.049)	4.878
Outros Passivos	(560)	(458)
Caixa gerado pelas operações	10.132	2.623
Imposto sobre o lucro pagos	(3.134)	(3.916)
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades operacionais	6.998	(1.293)
Atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(7)	(564)
Aquisição de intangível	(43)	
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos	(50)	(564)
Atividades de financiamento		
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(3.450)	(4.998)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	(3.450)	(4.998)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	3.498	(6.855)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	9.302	16.157
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	12.800	9.302
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	3.498	(6.855)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Continua...

...Continuação

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025
Em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional
A Sabemi Seguradora S.A ("Seguradora" ou "Companhia") tem por objeto operar em seguros de pessoas, bem como em previdência privada complementar, nas modalidades de pecúlio e de renda, operando em todo território nacional. A Seguradora possui sede na Rua Sete de Setembro 515 - térreo, 5° e 9° andares, Centro - Porto Alegre/RS, tendo suas atividades reguladas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.
A Severo Participações S.A é controladora da Sabemi Seguradora S.A com participação de 100% no capital social em 31 de dezembro de 2025.
As atividades da Companhia são realizadas entre outras empresas do Grupo econômico Sabemi.
A Seguradora também atua como correspondente de instituição financeira no país, de acordo com a Circular SUSEP n° 600/20.

2 Resumo das principais políticas contábeis
As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.
2.1 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras
As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela SUSEP, no que não contrariem a Circular SUSEP nº 648/21 e alterações posteriores, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.
A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Seguradora no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.
As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Seguradora em 23 de fevereiro de 2026.
2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação
As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional e de apresentação da Seguradora.
2.3 Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e depósitos bancários. Equivalentes de caixa são aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo.
2.4 Aplicações e instrumentos financeiros
Reconhecimento inicial de ativos financeiros
A classificação de instrumentos financeiros de acordo com o CPC 48 é baseada no modelo de negócio segundo o qual o ativo financeiro é gerido além de seu fluxo de caixa contratual. Em decorrência da adoção do CPC 48, a Seguradora passou a classificar seus instrumentos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.
(a) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado
Utilizada quando os ativos financeiros são administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros. Incluem-se nesta categoria os recebíveis, títulos e valores mobiliários, contribuições a receber, operações de crédito, títulos e créditos a receber, principalmente com partes relacionadas, operações de assistência financeira e demais contas a receber, exceto os investimentos de curto prazo. Esses recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros (quando aplicável) e são avaliados por "impairment" a cada data de balanço.
(b) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA")
Os juros de estes títulos, calculados pelo método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de receitas financeiras. As variações de valor justo, (ganhos ou perdas não realizadas), é lançada contra o patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial", sendo realizada contra o resultado por ocasião de sua efetiva liquidação ou por perda considerada permanente (impairment).
(c) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado ("VJR")
Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Os títulos e valores mobiliários classificados nessa categoria são adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados e são contabilizados e ajustados ao valor de mercado, computando-se a valorização ou desvalorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado. Os ativos dessa categoria correspondem a aplicações financeiras classificadas no ativo circulante.
Os fundos de investimento financeiro já eram administrados e contabilizados com base no valor justo de mercado e de acordo com o CPC 48 continuam designados como mensurados ao valor justo por meio do resultado, avaliados pelo valor da quota informado pelos administradores dos fundos, na data do balanço.
(i) Reconhecimento e mensuração
Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são contabilizados em contrapartida à conta específica do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Seguradora tenha transferido, significativamente, todos os riscos e benefícios da propriedade. Tais ativos, subsequentemente, são contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado.
O valor justo é estabelecido com base em modelo de precificação desenvolvido pelo custodiante, que considera fatores de risco, incluído o risco de crédito do emissor.
(ii) Compensação de instrumentos financeiros
Ativos e passivos são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.
(iii) Recuperabilidade de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado
A Seguradora avalia no final de cada período se há evidência de que a qualidade de crédito de um ativo ou grupo de ativos está deteriorada, e os prejuízos de *impairment* são incorridos como resultado de um evento de perda, o qual tem impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo ou grupo de ativos financeiros.
Os critérios que a Seguradora adota para determinar se há evidência objetiva de perda por *impairment* incluem:
• dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
• quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
• o grupo, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador do empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
• declaração de falência ou reorganização do tomador de serviço;
• desaparecimento de mercado ativo para o ativo financeiro;
• dados indicando que há redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados com base na carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial, incluindo: (i) mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; (ii) condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.
Mediante a avaliação da existência de evidência objetiva de perda por *impairment*, a Seguradora mensura o prejuízo. Nesta circunstância o saldo contábil é reduzido ao seu valor recuperável e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.
Se, em um período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após a perda por *impairment* ter sido reconhecida, a reversão da perda será realizada e registrada na demonstração do resultado.
A provisão para perdas sobre créditos é constituída segundo a análise das perdas prováveis sobre créditos a receber vencidos e vincendos, de acordo com o estudo técnico da Seguradora. Foi avaliada a recuperabilidade (*impairment*) destes ativos em 31 de dezembro de 2025.
2.5 Ativos não circulantes
Realizável a longo prazo
É demonstrado pelos valores de realização ou liquidação, inclusos, quando aplicável, os rendimentos, encargos e as variações monetárias, auferidos até a data do balanço.
2.6 Imposto de renda e contribuição social diferidos
Os ativos fiscais diferidos cuja dedutibilidade seja provável são reconhecidos com relação às diferenças temporárias tributáveis, ou seja, sobre as diferenças que resultarão em valores a serem excluídos no cálculo do resultado tributável do imposto de renda e da contribuição social de exercícios futuros, quando o valor contábil do ativo for recuperado. Basicamente constituído sobre diferenças temporárias relativas à provisão para perdas sobre créditos; contingências fiscais, previdenciárias, cíveis e trabalhistas e provisões diversas, conforme destacado na Nota 10.
Tributos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para serem utilizados na compensação das diferenças temporárias, com base na projeção de resultados futuros elaborados e fundamentados em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem sofrer alterações.
2.7 Depósitos judiciais
A Seguradora reconhece como depósitos judiciais os bloqueios bancários transferidos para juízo, até o desfecho do processo relacionado, de acordo com as informações advindas do departamento jurídico.
2.8 Investimentos
Registrados pelo custo de aquisição, composto principalmente por ações da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT e obras de arte.
2.9 Imobilizado
Registrado pelo custo de aquisição, composto principalmente por equipamentos e móveis e utensílios.
As depreciações foram efetuadas pelo método linear, levando-se em consideração o prazo de vida útil dos bens às taxas anuais de 10% para móveis e utensílios, 20% para equipamentos de processamento de dados.
2.10 Intangível
Registrado pelo custo de aquisição e amortizado pelo método linear, levando-se em consideração o prazo determinado pela legislação vigente. Este grupo está representado por licenças de sistemas aplicativos.
As licenças de *softwares* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável até cinco anos.
2.11 Contratos de arrendamento
A Seguradora aplica o CPC 06 (R2) – Arrendamentos, reconhecendo, na data de início do contrato, um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento para todos os contratos que transferem o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.
A Seguradora arrenda diversos bens, incluindo andares e lojas em prédios comerciais utilizados em suas atividades administrativas e operacionais. Os contratos são geralmente celebrados por prazos de 24 meses a 5 anos, podendo incluir opções de prorrogação, quando aplicável.
O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado pelo valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento, descontados pela taxa incremental de financiamento da Seguradora. Posteriormente, o passivo é acrescido de encargos financeiros e reduzidos pelos pagamentos efetuados.
O ativo de direito de uso é inicialmente mensurado pelo valor correspondente ao passivo de arrendamento, ajustado por pagamentos antecipados, custos diretos iniciais e eventuais incentivos recebidos. Após o reconhecimento inicial, o ativo é depreciado pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento ou da vida útil o ativo, dos dois o menor.
Os encargos financeiros sobre o passivo de arrendamento são reconhecidos como despesas financeira na demonstração do resultado ao longo do prazo do contrato, utilizando o método da taxa efetiva de juros.
A Seguradora opta por reconhecer como despesa, de forma linear ao longo do prazo do contrato, os pagamentos de arrendamentos de curto prazo (prazo inferior a 12 meses) e de ativos de baixo valor, quando aplicável.
2.12 Contratos de seguros
A Seguradora classifica todos os contratos de seguros com base em análise de transferência de risco significativo de seguro entre as partes, considerando, adicionalmente, todos os cenários com substância comercial em que o evento segurado ocorre comparado com cenários em que o evento segurado não ocorre. Em geral, a Seguradora define como risco significativo de seguro a possibilidade de incorrer em sinistralidade superior às mensalidades pagas pelos participantes.
2.13 Avaliação de passivos originados de contratos de seguro
Passivos de contratos de seguros
As provisões técnicas, calculadas pelo Atuário Responsável Técnico, visam dar garantia às operações de seguros de pessoas e de previdência complementar, e são constituídas em consonância com os normativos em vigor, emitidos pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, cujos critérios são documentados em Notas Técnicas Atuariais (NTA) específicas.
As principais definições aplicáveis aos planos de seguros e de previdência pela Seguradora, em relação ao provisionamento de 31 de dezembro de 2025, são as seguintes:
Seguros de Pessoas e Previdência Complementar Aberta
Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG): constituída com base na formulação de cálculo constante dos normativos SUSEP, e tem por objetivo dar cobertura aos valores a pagar relativos a sinistros e despesas a ocorrer.
Provisão de Prêmios Não Ganhos para Riscos Vigentes e Não Emitidos (PPNG/RVNE): tem por objetivo dar cobertura aos riscos em vigor de prêmios ainda não emitidos pela Seguradora.
Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL): tem por objetivo dar cobertura aos sinistros avisados e ainda não liquidados, cuja metodologia está segregada entre sinistros administrativos e judiciais. No caso das demandas judiciais, o critério está vinculado aos riscos de perda das ações e estimativas de desembolsos, conforme classificação e acompanhamento de sua área jurídica. A provisão deverá contemplar, quando necessário, os ajustes de IBNER (sinistros ocorridos e não suficientemente avisados).
Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR): tem por objetivo dar cobertura ao montante esperado de sinistros ocorridos e não avisados até a data base de cálculo. O modelo de estimação, tanto para seguros de pessoas quanto para planos de pecúlio, segue o desenvolvimento de triângulos de *Run-Off*, o qual permite que a IBNR constituída esteja aderente aos resultados dos testes de consistência.
Provisão de Resgates e Outros Valores a Regularizar (PVR): tem por objetivo dar cobertura os valores destinados a devoluções de prêmios, rendas vencidas e resgates a regularizar, cuja metodologia está segregada entre provisão administrativa e judicial.
Provisão de Despesas Relacionadas (PDR): tem por objetivo dar cobertura às despesas relacionadas ao pagamento de indenizações com sinistros de produtos estruturados no Regime de Repartição Simples, cuja metodologia está segregada entre provisão administrativa e judicial.
Provisão de Despesas Relacionadas (PDC): tem por objetivo dar cobertura às despesas relacionadas ao pagamento de indenizações com sinistros e de resgates, envolvendo produtos estruturados no Regime de Repartição de Capitais de Cobertura e Capitalização, cuja metodologia está segregada entre provisão administrativa e judicial.
Provisão Complementar de Cobertura (PCC): será constituída quando for constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado no Teste de Adequação de Passivos – TAP, de acordo com as determinações previstas na regulamentação em vigor.
Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC): constituída exclusivamente para planos de previdência complementar, seguindo os parâmetros e bases técnicas previstas nas NTAs dos respectivos planos, cujo objetivo é proporcionar garantia aos benefícios de renda em vigor, assumidos junto aos seus beneficiários.
Teste de Adequação dos Passivos (*LAT - Liability Adequacy Test*)
Em cada data de balanço, a Seguradora elabora o TAP para todos os contratos vigentes na data de sua execução. Para realização do teste, a Seguradora elaborou uma metodologia que considera a sua melhor estimativa de todos os fluxos de caixa futuros, que também incluem as despesas incrementais e de liquidação de sinistros, utilizando-se de premissas correntes para aplicação. Para determinação das estimativas dos fluxos de caixas futuros, os contratos são agrupados em função de similaridades (ou características de risco similares), e, consequentemente, de como os respectivos riscos de seguro são gerenciados pela administração, cujos valores são trazidos à data presente a partir de premissas de taxas de juros livres de risco, de onde se calcula o resultado parcial de cada um destes grupos, e, consequentemente, se extrai o resultado final do TAP.
Para os produtos de previdência também classificados como contratos de seguro, cuja grande concentração está nos planos de pecúlio/RS, tendo apenas riscos residuais nos benefícios de renda, a Seguradora elaborou uma metodologia que leva em consideração elementos que impactam diretamente o fluxo de caixa dos referidos contratos, tais como, taxas de sobrevivência/mortalidade, estatísticas de cancelamento e opções de resgate.
Os resultados e as conclusões em relação aos testes realizados na data base de 31 de dezembro de 2025 estão expostos na Nota 19.4.
2.14 Obrigações a pagar
São obrigações a liquidar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, são apresentados como passivo não circulante. São, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso da taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidos ao valor da fatura correspondente. Os demais passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias (em base "pro - rata").
2.15 Impostos e contribuições
(a) Imposto de renda e contribuição social
As provisões para o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro foram constituídas com base no Lucro Líquido Ajustado, de acordo com a legislação vigente, à taxa nominal de 15%, acrescida do adicional de 10% para o imposto de renda e à taxa nominal de 15% para a contribuição social.
(b) Demais obrigações
Incluem as provisões para o Programa de Integração Social (PIS), e para a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) os quais são calculados com base nos critérios estabelecidos pela legislação vigente. A provisão para PIS é constituída à alíquota de 0,65% e a COFINS à alíquota de 4,0%, ambas sobre os prêmios de seguros e previdência deduzidos de eventos indenizáveis.
2.16 Provisões contingentes e obrigações legais
Provisões contingentes são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos internos e externos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Para os processos de natureza cível utiliza-se o método de melhor estimativa, considerando-se as médias de valores pagos, o período de apuração dos pagamentos e o seu objeto processual.
Os demais passivos contingentes classificados como perda possível não são registrados, mas são divulgados em nota explicativa e os assuntos classificados como perda remota não são provisionados, porém são divulgados pela administração quando relevantes.
As obrigações legais são provisionadas independentemente da opinião de êxito dos assessores jurídicos.
2.17 Reconhecimento das receitas e despesas
As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência.
• Os prêmios de seguros e as despesas de comercialização contabilizados por ocasião da emissão da apólice futura ou por estimativa nos casos em que o risco coberto somente é conhecido após o decurso do período de cobertura, são reconhecidos nas contas de resultado pelo valor proporcional ao prazo de vigência da apólice.
• As contribuições de previdência são reconhecidas de acordo com a emissão do certificado ou a vigência do risco para os casos em que o risco se inicia antes da sua emissão e ajustadas por meio da variação das provisões.
• As receitas de assistência financeira a participantes são reconhecidas de acordo com o prazo de vigência do contrato.
• As despesas com provisões técnicas de previdência são contabilizadas simultaneamente ao reconhecimento das correspondentes receitas.
2.18 Benefícios a empregados
As provisões trabalhistas, principalmente relativas às férias e aos respectivos encargos sociais, são calculadas e registradas segundo o regime de competência.
A Seguradora não concede plano de pensão ou outros benefícios pós-emprego, nem remuneração baseado em ações. Ainda aos colaboradores desligados por iniciativa da empresa é permitida a continuidade no plano de saúde, limitado a dois anos, com custo integral por parte do ex-colaborador.
A Seguradora possui como benefício aos empregados a Participação nos Lucros e Resultados – PLR contabilizada de acordo com o disposto na Lei nº 10.101/2000 e acordo coletivo vigente, no resultado pelo valor esperado a ser pago. O pagamento deste benefício ocorre mediante atingimento de metas corporativas e individuais. Outros benefícios de curto prazo tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, estacionamento, vale transporte, vale refeição e alimentação e treinamento profissional são oferecidos aos empregados e administradores e reconhecidos no resultado do período à medida que são incorridos.
2.19 Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio
A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras, com base no Estatuto Social da Seguradora. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.
O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido na demonstração do resultado.
2.20 Novas normas e interpretações ainda não adotadas
Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios futuros e/ou algumas serão aplicáveis quando aprovadas pela SUSEP.
CPC 50 - Contratos de seguros (IFRS 17): A norma estabelece os princípios para o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação dos contratos de seguros. O objetivo do CPC 50 é assegurar que a entidade fornece informações relevantes que representam fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários das demonstrações financeiras avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia. A Companhia iniciou o trabalho de avaliação e está analisando os impactos em suas demonstrações financeiras. O CPC 50 ainda não foi recepcionado pela SUSEP.
CPC 51 – Apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras (IFRS 18): A norma estabelece novos subtotais e três categorias para receitas e despesas (operacionais, de investimento e de financiamento) na estrutura da demonstração de resultados. Também requer que as empresas divulguem explicações sobre as medidas de desempenho definidas pela administração relacionadas à demonstração de resultados.
A Companhia iniciou o trabalho de avaliação e está analisando os impactos em suas demonstrações financeiras. O CPC 51 ainda não foi recepcionado pela SUSEP.
Lei Complementar nº214/2025 - Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214, resultante da conversão do PLP nº 68/2024. Esta lei é parte da regulamentação da Emenda Constitucional nº 132, que estabelece a Reforma Tributária sobre o Consumo. Ela institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), marcando um passo importante na Reforma Tributária do consumo.
A Companhia iniciou o trabalho para gerir a transição tributária entre 2026 e 2033, de modo a assegurar a conformidade regulatória e a eficiência fiscal da operação. A definição da estratégia futura depende da definição das taxas de referência, por parte dos órgãos competentes, assim como a regulação setorial e normas operacionais da Receita Federal.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos
A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, dentre outros, imposto de renda e contribuição social diferidos, avaliação sobre a recuperação dos valores registrados nas provisões para contingências. A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá ser efetuada por valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Seguradora revisa essas estimativas e premissas periodicamente.
(a) Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de passivos de seguros
O componente onde a administração mais exerce seu julgamento e se utiliza de estimativas, é na constituição dos passivos de seguros da Seguradora, especialmente os judiciais, os quais são administrados pela área jurídica interna. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que a Seguradora liquidará em última instância, a qual utiliza todas as fontes de informações internas e externas disponíveis, considerando a experiência passada e os indicadores que possam influenciar nas tomadas de decisões da área jurídica, da administração, dos atuários e de seus especialistas para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa de valor para liquidação dos sinistros de cujos contratos o evento segurado já tenha ocorrido, bem como para liquidação das solicitações de devoluções de contribuições e de resgates. Como consequência, para tais obrigações, os valores provisionados podem diferir dos valores efetivamente liquidados em datas futuras.
(b) Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de provisões passivas contingentes
A Seguradora é parte em demandas judiciais envolvendo as áreas cíveis, fiscais e trabalhistas, as quais são consideradas para elaboração das demonstrações financeiras, em conformidade com as normas contábeis vigentes. Os critérios utilizados pela administração da Seguradora para a contabilização das demandas observam as evidências fáticas, legais e jurisprudenciais para a correta classificação e mensuração do risco econômico envolvido em cada demanda judicial, levando-se em consideração, ainda, os estudos e pareceres elaborados pela assessoria jurídica da Seguradora em conjunto com profissionais especializados.
(c) Provisão (*Impairment*) para riscos de crédito sobre assistência financeira
A administração usa estimativas baseadas no histórico de perda em ativos com características de risco de crédito e evidência objetiva de *impairment* similar aos da sua carteira para projetar os fluxos de caixa futuros. A administração examina sua carteira de assistência financeira com o objetivo de avaliar possíveis perdas, pelo menos a cada mês.

4 Gerenciamento de riscos
Os principais riscos decorrentes dos negócios da Seguradora são os riscos de mercado (taxa de juros), de crédito, de liquidez, de risco de seguros e de risco de capital. O gerenciamento desses riscos envolve diferentes departamentos, e contempla uma série de políticas e estratégias de alocação de recursos consideradas adequadas pela administração.
4.1 Gestão de risco de seguro
A Seguradora atua junto ao mercado com produtos de seguro de pessoas, basicamente na modalidade coletiva, e planos de previdência complementar aberta, em especial o pecúlio, os quais são direcionados para pessoas físicas, jurídicas e empresas públicas, cujo objetivo é atender seu público-alvo. Seu modelo é tido como de baixo risco, considerando as taxas de sinistralidades aferidas por seus produtos.
Recentemente, passou a operar também com seguros de pessoas individuais, em escala ainda reduzida.
As políticas de subscrição de riscos são definidas pela diretoria, com apoio do departamento técnico, cujos respectivos setores são os responsáveis em auxiliar na identificação, monitoramento e mitigação destes riscos de subscrição.
A Seguradora vem operando com três contratos de resseguro junto à Austral Resseguradora S.A, sendo um contrato automático de vida – Quota-Parte e Excedente de Responsabilidades, abrangendo os ramos Prestamista, Acidentes Pessoais Coletivo e Vida Coletivo, outro contrato automático de Excesso de Danos por Catástrofe (ED CAT), abrangendo produtos específicos do ramo APC e, por último, contrato automático de Excesso de Danos para o ramo Viagem Coletivo e Individual. O volume de resseguro operado neste exercício permaneceu imaterial frente a totalidade de operações de sua carteira de seguros. Em 2022 o contrato com a Zurich Minas Brasil Seguros S.A, na modalidade de cosseguro cedido junto ao ramo APC, foi extinto, atingindo as apólices relacionadas até o fim de vigência, se encerrado de forma definitiva em julho de 2023. Permanecendo saldos relativos a sinistros a recuperar.
A Seguradora define risco de seguro como aquele transferido por qualquer contrato onde haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra, podendo haver, inclusive, oscilação e incerteza sobre o valor da indenização resultante deste evento. Para a quase totalidade dos seus contratos de seguro, cujos riscos são incertos, a Seguradora entende que o principal risco deles é aquele proveniente dos sinistros avisados, em situações em que os pagamentos das indenizações resultantes desses eventos possam exceder ao valor contábil de seus passivos atuariais. Essas situações são possíveis quando a ocorrência de sinistros superar as estimativas previstas na metodologia de cálculo das provisões, ou oriundo de ações judiciais, quando a Seguradora é compelida a pagar indenizações maiores que o valor contratado ou que a sua previsão inicial. O histórico demonstra que, quanto maior o grupo de contratos de riscos similares, menor seria a variabilidade sobre os fluxos de caixa que a Seguradora incorreria para fazer face aos sinistros.
A sua estrutura de gestão de riscos considera a similaridade dos riscos transferidos pelos seus contratos nos ramos em que opera, bem como a experiência acumulada ao longo dos anos para lidar com os riscos ao qual está inserida, sendo que seus segmentos de gestão estão estruturados em Seguros de pessoas e Previdência complementar.
A Seguradora mantém-se atenta quanto ao treinamento geral a seus funcionários, principalmente no que tange aos aspectos de controles internos, e, em relação ao seu pessoal de vendas, procura monitorar a qualidade dos negócios propostos pelos corretores e escritórios regionais, a fim de avaliar e melhorar o seu desempenho.
Sobre os produtos:
(a) Seguros de pessoas
Seguros de pessoas coletivos: a força de sua operação está fixada nos seguros coletivos, que oferecem as coberturas de morte por acidente, morte por qualquer causa, invalidez permanente e perda de renda (dentre outras), concentradas basicamente nos ramos APC, Vida Coletivo e Desemprego/Perda de Renda, muito embora também opere, em menor escala, com o Funeral, o Prestamista e o Viagem.
Seguros de pessoas individuais: vem operando principalmente nos ramos API, Desemprego/Perda de Renda e Viagem.
(b) Previdência complementar
Previdência complementar: vem operando apenas com planos de pecúlio, estruturados exclusivamente no regime de repartição simples (RS). Possui riscos residuais em vigor no plano de pensão, referentes a contratos mais antigos, cujos controles dos riscos de subscrição são os mesmos utilizados nas operações dos seguros.
Concentração de risco e análise de sensibilidade
Seguros de pessoas: este segmento respondeu por 83,1% dos prêmios auferidos em 2025, enquanto havia atingido 81,3% no mesmo período de 2024. Em 31 de dezembro de 2025, a carteira contava com aproximadamente 5,5 milhões de vidas seguradas, destacando-se o ramo APC (0982) com 2,9 milhões.
Previdência complementar: participou com 16,9% da arrecadação de 2025, quando obteve R$ 26,6 milhões de contribuições arrecadadas, praticamente toda concentrada em pecúlio. Já em 2024, este segmento havia atingido 18,7% da arrecadação, que foi de R$ 27,8 milhões. Em 31 de dezembro de 2025, havia 68,8 mil contratos vigentes no plano de Pecúlio e 81 no de Pensão.
A garantia das operações vinculadas a todos os seus planos é dada pelas provisões constituídas, além da gestão técnica que é feita entre receitas e despesas, com vistas a manter-se o controle de suas obrigações com os sinistros. Esta política tem como característica principal o reinvestimento de recursos próprios em ativos do mercado financeiro, em modalidades conservadoras.
Em relação à receita de seus planos, os prêmios auferidos compreendem os prêmios de seguros emitidos, líquidos de cancelamentos, restituições e cessões de prêmios a congêneres. Abaixo se divulga a arrecadação de prêmios emitidos do grupo de Pessoas, e de contribuições dos Planos de Previdência.

Grupos	Prêmios auferidos 2025	Prêmios auferidos 2024
Pessoas	130.835	121.006
Previdência	26.693	27.880

Continua...

...Continuação

Com vistas a se divulgar o parâmetro de concentração de riscos por região geográfica, se optou por apresentar a distribuição dos prêmios diretos da carteira de seguros e o respectivo percentual de risco, conforme o quadro abaixo. A análise dos dados demonstra que não houve oscilação na arrecadação em relação ao mesmo período de 2024, cujos riscos permaneceram totalmente concentrados na região Sul.

	2025		2024	
Distribuição por emissor do Risco	**Prêmios Diretos**	**Concentração de Risco**	**Prêmios Diretos**	**Concentração de Risco**
Região 8 (RS, SC e PR)	127.626	99,07%	119.128	100,0%
Demais Regiões do Brasil	1.200	0,93%	0	0,00%
Total	**128.826**	**100,0%**	**119.128**	**100,0%**

Análise de Sensibilidade

Com o objetivo de analisar a sensibilidade nos resultados da Seguradora, frente à oscilação em algum de seus parâmetros técnicos, optou-se em realizar o teste junto à premissa de sinistros, verificando seu impacto no resultado e no patrimônio líquido contábil de 31 de dezembro de 2025, pois índice de conversibilidade, taxa de juros, inflação e excedente financeiro, considerando a característica dos planos em operação, não se aplicam com a relevância requerida para este contexto. Segue os índices de sinistralidade observados entre 2023 e 2025:

Grupos	2025	2024	2023
Seguros de Pessoas	14,3%	7,1%	4,1%
Planos de Pecúlio	18,8%	19,6%	19,9%

Para aplicar o teste de sensibilidade, observou-se o histórico de sinistralidade dos últimos períodos. Considerando que em Pessoas os parâmetros de sinistralidade atingidos em 2023 apresentaram crescimento nos períodos subsequentes até 2025, e que nos Planos de Pecúlio se encontram relativamente estáveis desde 2023, vamos agravar em 10% as rubricas contábeis de despesas com sinistros de Pessoas e de Pecúlio, verificando, a partir destes agravos, os reflexos no resultado e no patrimônio líquido, líquidos dos efeitos tributários:

	Impacto no resultado e no patrimônio líquido	
Premissas dos testes de sensibilidade	**2025**	**2024**
Agravamento de 10% nos sinistros de Pessoas	(1.468)	(497)
Agravamento de 10% nos benefícios de Pecúlio	(185)	(535)

O processo utilizado pela Administração para determinação das premissas atuariais e financeiras, consiste na identificação do risco que se pretende segurar e do valor máximo em risco, além da observação dos dados necessários para fins de tarifação e subscrição, considerando: a utilização de Tábuas Biométricas aprovadas pela legislação e o fato de que a base de dados é composta por informações referentes a um período concernente com as apólices com riscos em vigor.

Com vistas a se verificar os reflexos do teste de sensibilidade nos resultados do TAP, recalculou-se os fluxos novamente, considerando os parâmetros de agravamento da sinistralidade mencionados, cujos grupos mais sensíveis a oscilações seriam os de Seguros e Pecúlio - Eventos Não Ocorridos de Prêmios Registrados e Prêmios Não Registrados, os quais apresentaram os resultados da tabela a seguir:

GRUPOS	VP dos fluxos de caixa do TAP normal	Recálculo do VP dos fluxos de caixa Sensibilidade	Provisões técnicas em 31/12/2025	Comissões diferidas e/ou ativos intangíveis	Recálculo dos Resultados Vls p/R$ 1.000
Seguros Eventos Não Ocorridos PR	9.127	9.447	15.252	(6.668)	863
Pecúlio Eventos Não Ocorridos PR	1.067	1.113	1.425	0	(312)
Pecúlio Eventos Não Ocorridos PR	916	943	1.534	0	(591)
Seguros+Pecúlio Eventos Não Ocor PR	**11.110**	**11.503**	**18.211**	**(6.668)**	**(40)**
Seguros Eventos Não Ocorridos PNR	(20.290)	(19.469)	0	0	(19.469)
Pecúlio Eventos Não Ocorridos PNR	821	4.277	0	0	4.277
Pecúlio Eventos Não Ocorridos PNR	(11.571)	(9.324)	0	0	(9.324)
Seguros+Pecúlio Eventos Não Ocor PNR	**(31.040)**	**(24.516)**	**0**	**0**	**(24.516)**

Como conclusão do teste de sensibilidade, o Valor presente resultante do recálculo dos fluxos de caixa do TAP sofreria um incremento de R$ 393 mil (Seguros e Pecúlios de Eventos Não Ocorridos - PR) e de R$ 6,52 milhões (Seguros e Pecúlios de Eventos Não Ocorridos - PNR) em relação ao Valor presente das projeções normais, entretanto, conforme o quadro acima, mesmo que ocorressem tais agravamentos, não seria necessário se estabelecer provisionamento complementar para os respectivos grupos testados acima.

4.2 Gestão de riscos financeiros

A gestão de riscos financeiros compreende as seguintes categorias: a) risco de mercado, que é aquele associado à possibilidade de ocorrência de perdas devidas a oscilações nos preços de mercado das posições mantidas em carteira; b) risco de liquidez, que está relacionado à eventual indisponibilidade de recursos de caixa para fazer frente a obrigações futuras da Seguradora; c) risco de crédito associado à possibilidade de descumprimento de um contrato nos termos em que tenha sido firmado entre as partes.

(a) Risco de mercado

O risco de mercado é a possibilidade de perda decorrente das oscilações nos valores de mercado, tais como preços, índices e taxas sobre os descasamentos de prazos, moedas e indexadores de carteiras. O processo de gestão e controle de risco é submetido periodicamente à avaliação e revisão. A ferramenta de análises usada pela Seguradora está entre os principais métodos amplamente difundidos no mercado, sendo ele:

Metodologia do Stress Test do Sistema Sophis: O stress determinista utiliza cenários de níveis de taxa pré, cupom cambial, ações, entre outros fatores de risco. A projeção do mercado é estabelecida em função das curvas de taxa pré, cupom cambial, cupom de TR, projeções de preços, etc. A metodologia utilizada para o cálculo do Stress Test utiliza um histórico de 180 dias úteis para séries de preços dos ativos e adota o percentual de 95%.

Para o cálculo do Value At Risk (VAR) e Stress das carteiras da Sabemi, as equipes de Risco dedicadas do Itaú Asset, Santander Asset e XP Investimentos, estabelecem cenários internos próprios para determinados fatores de risco.

Na aplicação no Fundo Santander RT, o VaR diário sobre o Patrimônio Líquido de 0,003% indica que, sob condições normais de mercado e de acordo com o nível de confiança adotado na metodologia, a perda potencial diária é considerada imaterial, o Stress Test diário sobre o Patrimônio Líquido de -0,02% evidencia que, mesmo diante de cenários adversos e severos de mercado, o impacto estimado sobre o fundo permanece limitado, estando compatível com o perfil de risco conservador e com os parâmetros estabelecidos na Política de Gestão de Riscos.

Na aplicação no Fundo RESTEC do Itaú, percebe-se, pelos dados abaixo, uma baixa utilização dos limites estipulados para a carteira. Obtivemos VAR PL diário de 0,039% com base em consumo limite de 25,74% e Stress PL diário de 0,369% com consumo limite de 36,86%. A atual composição da carteira é composta por quotas de fundos de investimento.

Na aplicação para o Fundo XP Reserva Técnica, O Value at Risk (VaR), calculado pela metodologia paramétrica, com horizonte de 1 dia, nível de confiança de 95% e modelo EWMA (λ = 0,94), foi apurado em -0,009145% do Patrimônio Líquido, o que corresponde de aproximadamente a R$ 186 mil, considerando um PL de R$ 2,03 bilhões. O limite máximo permitido para o VaR é de -1,00% do PL, resultando em um consumo de apenas 0,91% do limite, evidenciando ampla folga em relação ao risco autorizado, o teste de Stress indicou uma perda potencial de -0,0019% do PL, considerando os padrões usuais de mercado e a natureza do fundo, o consumo do limite de stress permanece residual, reforçando o caráter defensivo da carteira.

Sabe-se que o mercado dispõe de outras metodologias de análise de stress. Entretanto, devido às características das carteiras da Seguradora na data em questão, julgou-se o teste de stress realizado pelo Sistema Sophis como o mais adequado para o cálculo de risco do Fundo.

(b) Risco de liquidez

O risco de liquidez é a possibilidade de desequilíbrio entre os ativos negociáveis e os passivos exigíveis. Este descasamento pode vir a comprometer a capacidade de pagamento da Seguradora.

A gestão do risco de liquidez tem como principal objetivo monitorar os diferentes prazos de liquidação de seus direitos e obrigações, garantindo desta forma a realização dos eventos financeiros. A previsão de fluxo de caixa da Seguradora é realizada pelo Departamento Financeiro. Este departamento administra diariamente a liquidez de caixa com base em premissas estabelecidas de desembolsos e recebimentos.

(c) Gestão do risco de crédito

Risco de crédito é o risco de perda de valor de ativos financeiros como consequência de uma contraparte no contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações para com a Seguradora. A política de assistência financeira da Seguradora considera o nível de risco de crédito a que está sujeito as peculiaridades que envolvem o crédito consignado, tais como a diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, garantia de desconto em folha de pagamento e averbação online. Além disso, os prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em operações de assistência financeira.

A metodologia de apuração da provisão para perdas sobre créditos está descrita na Nota 6.4.4.

4.3 Gestão de risco de capital

A Seguradora executa suas atividades de gestão de risco de capital por meio de um modelo de gestão centralizado, com o objetivo primário de atender aos requerimentos de capital mínimo regulatório para o segmento, segundo critérios de exigibilidade de capital determinados pelo CNSP e SUSEP. A estratégia e o modelo utilizados pela Administração consideram ambos "capitais regulatórios" e "capital econômico" de acordo com a visão de gestão de risco de capital adotada pela Seguradora.

A estratégia de gestão de risco de capital é maximizar o valor do capital da Seguradora mediante a otimização do nível e da diversificação das fontes de capital disponíveis. As decisões sobre a alocação dos recursos de capital são conduzidas como parte da revisão do planejamento estratégico periódico da Seguradora.

Os principais objetivos da Seguradora em sua gestão de capital são: (i) manter níveis de capital suficientes para atender aos requerimentos regulatórios mínimos determinados pelo CNSP e SUSEP e (ii) otimizar retorno sobre capital para os acionistas.

Durante o período de reporte, e em períodos anteriores, a Seguradora manteve níveis de capital acima dos requerimentos mínimos regulatórios.

Adequação de capital

Conforme Resolução CNSP nº 432/21 segue demonstrado abaixo o cálculo de adequação do capital, da Seguradora, apurado em 31 de dezembro de 2025:

	2025	2024
Patrimônio Líquido	**69.253**	**64.723**
(-) Participação em sociedades financeiras e não financeiras	(269)	(265)
(-) Despesas antecipadas	(3.982)	(4.571)
(-) Créditos tributários de diferença temporárias	(5.615)	(6.189)
(-) Ativos intangíveis	(39)	(18)
(-) Obras de arte (Outros investimentos)	(32)	(32)
(-) Ajustes contábeis	**(9.937)**	**(11.075)**
(+) Superávit de fluxos prêmios/cont. não registrado apurado no TAP	288	403
(+) Superávit entre provisões e fluxo realista de prêmios/cont. registradas	260	515
(+) Ajustes associados à variação dos valores econômicos	**548**	**918**
PLA de nível 1	54.034	49.057
PLA de nível 2	548	918
PLA de nível 3	5.281	4.591
PLA – soma de PLA nível 1 + PLA nível 2 + PLA nível 3 (i)	59.863	54.566
(-) Ajuste de excesso de PLA de Nível 2 e PLA de Nível 3 (ii)	-	-
PLA (total) aceito para cobertura do CMR – soma de (i) e (ii)	**59.863**	**54.566**
Capital Mínimo Requerido (CMR)		
a) Capital base (I)	8.100	8.100
b) Capital de risco (CR)	35.207	30.610
(+) Capital adicional de risco de subscrição	23.611	23.525
(+) Capital adicional de risco de crédito	6.131	6.948
(+) Capital adicional de risco operacional	365	364
(+) Capital adicional de risco de mercado	15.573	6.795
(-) Benefício da correlação entre os capitais	(10.473)	(7.022)
Capital mínimo requerido (maior entre a e b)	**35.207**	**30.610**
CMR coberto pelo PLA de nível 1 (deve ser no mínimo 50% do CMR)	35.207	30.610
Suficiência de PLA	**24.656**	**23.956**

5 Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024
Depósitos bancários à vista	4.239	2.820
Equivalente de caixa (i)	8.561	6.482
	12.800	9.302

(i) Refere-se a fundos de investimentos, com liquidez diária, são constituídos, na maioria, por títulos públicos e ativos com baixo risco de crédito de mercado.

6 Ativos financeiros

6.1 Mensurados a valor justo por meio do resultado

O custo atualizado (acrescido dos rendimentos auferidos) e o valor de mercado das aplicações financeiras classificadas como títulos a valor justo por meio do resultado são os seguintes:

(a) Cotas de Fundos de Investimento

	2025		2024	
	Custo Atualizado	**Valor de mercado**	**Custo Atualizado**	**Valor de mercado**
Quotas de fundos de investimento((i)				
Itaú Restec TP RF Aberto	12.088	12.088	7.156	7.156
XP Reserva Técnica FI RF	12.271	12.271	9.971	9.971
FIDC Green Solfácil	675	675	1.089	1.089
FIDC Green Solfácil V	591	591	854	854
Santander RT	7.379	7.379	8.326	8.326
Angá Sabemi VII	7.040	7.040		
Bradesco FI Ref DI	30.309	30.309		
Total de quotas de fundos	70.353	70.353	27.396	27.396
Total de aplicações	70.353	70.353	27.396	27.396
Circulante	70.353	70.353	27.396	27.396
Total de aplicações	70.353	70.353	27.396	27.396

(i) Quotas de Fundos de Investimento

Fundos de investimento cujo valor de mercado é atualizado diariamente pelo valor da quota divulgado por suas respectivas administradoras com expectativa de remuneração de 100% do CDI.

6.1.1 Abertura da carteira por prazo de vencimento:

Ativo financeiro	2025	2024
Cotas de Fundos de Investimentos		
Sem vencimento	70.353	27.396
	70.353	27.396

De acordo com normatização da SUSEP (Circular 648/21 e alterações posteriores), os títulos e valores mobiliários classificados como para negociação (ativos financeiros a valor justo por meio do resultado), são registrados no ativo circulante, independentemente do seu prazo de vencimento.

6.2 Mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

Não há cotas subordinadas ordinárias emitidas pelo fundo de investimentos em direitos creditórios em 2025.

Mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangente.

6.3 Informações adicionais das aplicações financeiras

6.3.1 Estimativa de valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), esteja próxima de seus valores justos.

A Seguradora classifica as mensurações de valor justo usando uma hierarquia de valor justo que reflete a significância dos *inputs* usados no processo de mensuração. A hierarquia do valor justo tem os seguintes níveis:

(a) (Nível 1) preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;

(b) (Nível 2) *inputs* diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);

(c) (Nível 3) técnicas de avaliação, para as quais, qualquer *input* significativo não se baseia em dados de mercado observáveis.

A Seguradora possui como política de gestão de risco financeiro, a contratação de produtos financeiros disponíveis no mercado brasileiro, cujo valor de mercado pode ser mensurado com confiabilidade, visando alta liquidez para honrar suas obrigações futuras e como uma política prudente de gestão de risco de liquidez.

As aplicações são compostas de 100% de Cotas de fundos de investimentos (2024 – 100%).

A tabela a seguir apresenta os ativos financeiros detidos pela Seguradora mensurados a valor justo:

	2025	2024
	Nível 2	**Nível 2**
Ativos mensurados a Valor Justo		
Cotas de Fundos de Investimentos	70.353	27.396
	70.353	27.396

A Seguradora não possui instrumentos financeiros classificados nos Níveis 1 e 3 da hierarquia do valor justo.

6.3.2 Movimentação das aplicações

A movimentação das aplicações financeiras demonstra-se como segue:

	2025	2024
Saldo inicial	27.396	22.581
Aplicações	51.459	6.300
Resgates	(13.840)	(4.115)
Rendimentos	5.338	2.630
Saldo final	**70.353**	**27.396**
Total de aplicações	**70.353**	**27.396**
Circulante	70.353	27.396
Não circulante	-	-

6.4 Empréstimos e recebíveis

6.4.1 Créditos das operações com seguros e resseguros

	2025	2024
Prêmios a receber		
Prêmios diretos	10.930	6.489
Prêmios Riscos Vigentes Não Emitidos	3.232	1.222
Operações com Seguradoras		
Sinistros pagos	121	8
Operações com Resseguradoras		
Sinistros pagos	29	
	14.312	7.719

Composição por idade

As composições de créditos de operações de seguros (prêmios a receber) por idade de vencimento em 31 de dezembro estão demonstradas a seguir:

	2025	2024
	A vencer até 30 dias	A vencer até 30 dias
	Total	Total
Prêmios a receber direto	12.200	7.265
Prêmios de RVNE	3.232	1.222
Provisão para riscos sobre crédito (*)	(1.270)	(776)
Saldo	14.162	7.711

(*) A provisão para perdas sobre créditos é constituída segundo a análise das perdas prováveis sobre créditos a receber vencidos e vincendos, de acordo com o estudo técnico da Seguradora. Foi avaliada a recuperabilidade (*impairment*) destes ativos em 31 de dezembro de 2025.

Movimentação dos prêmios a receber

	2025	2024
Saldo inicial	7.711	5.264
(+) Prêmios emitidos	145.252	134.785
(-) Prêmios cancelados	(13.228)	(12.199)
(-) Recebimentos	(127.088)	(121.056)
(+) Cosseguro aceito		156
(+) Prêmios Riscos Vigentes não Emitidos	15.397	12.004
(-) Prêmios cancelados Riscos Vigentes não Emitidos	(13.387)	(11.428)
(-) Redução ao valor recuperável	(495)	185
Saldo final	14.162	7.711

6.4.2 Créditos das operações com previdência complementar

A partir do exercício de 2013, a Seguradora passou a registrar as operações de previdência complementar utilizando-se de contas de ativo ("Valores a receber"), apresentando o saldo de R$ 2.961 (2024 – R$ 4.309), para posterior baixa em contrapartida da conta "Depósitos de terceiros". A provisão para riscos sobre créditos é constituída quando o período de inadimplência supera os sessenta dias da data de vencimento do crédito, conforme previsto na Circular SUSEP nº 648/21 e alterações posteriores. Em 31 de dezembro de 2025 a seguradora não apresentava créditos a receber vencidos, portanto, não foi constituída provisão para riscos sobre créditos.

6.4.3 Títulos e créditos a receber

Composto da seguinte forma:

	2025	2024
Circulante		
Títulos e créditos a receber		
Créditos a receber - partes relacionadas (Nota 21) (i)	5.724	40.198
Créditos a receber – acordo operacional cosseguro		
Seguradora Zurich (iii)	67	76
Títulos de capitalização	316	87
Acordo cobrança BTG Pactual	22	195
Créditos a receber	57	29
	6.186	40.585
Créditos tributários e previdenciários		
IRRF a recuperar	126	88
IRPJ a recuperar	4	33
CSLL a recuperar	11	343
Pis e Cofins a recuperar	31	11
	172	475
Assistência financeira a participantes		
Assistência financeira a participantes (ii)	23.199	37.096
Provisão para riscos de crédito sobre assistência financeira (ii)	(12.126)	(24.926)
	11.073	12.170
Outros créditos		
Adiantamento administrativo	1.301	1.525
Saldos bancários bloqueados por decisão judicial	563	546
	1.864	2.071
Total do circulante	19.295	55.301
Não circulante		
Títulos e créditos a receber		
Créditos a receber - partes relacionadas (Nota 21) (ii)	10.845	15.595
	10.845	15.595
Assistência financeira a participantes		
Assistência financeira a participantes (I)	6.701	4.978
Provisão para riscos de crédito sobre assistência financeira (II)	(141)	(488)
	6.560	4.490
Total do não circulante	17.405	20.085

(i) Refere-se principalmente, a saldos a receber decorrentes de adiantamentos pela prestação de serviços de intermediação de assistência financeira e a acordos operacionais de consignação em folha e comissões pagas sobre serviços de divulgação, prospecção e manutenção de novos clientes

(ii) Em 28 de dezembro de 2022 foi assinado um Termo de assunção de dívida e outras avenças, entre a Seguradora e a Sabemi Intermediadora de Negócios, relativa aos processos judiciais oriundos de contratos de assistência financeiras concedidas pela Seguradora, e comercializados através de contrato de prestação de serviços entre ambas empresas.

A Administração do Grupo Sabemi entende que o custo dos processos judiciais relativos às assistências financeiras deve ser compartilhado com a empresa que recebeu o benefício econômico, através das comissões recebidas pelas operações de venda, motivo pelo qual o contrato foi firmado entre ambas as partes de comum acordo.

(iii) Em julho de 2023, as apólices que geravam cosseguro cedido, foram definitivamente encerradas, restando saldo a receber referente a sinistros.

Os saldos da assistência financeira a participantes e respectivas cessões de crédito, classificados em outros créditos, estão demonstrados a seguir:

	Circulante		Não circulante	
	2025	2024	2025	2024
Garantia de averbação				
Garantia de averbação	648.113	618.506	1.812.028	1.315.401
Cessão de crédito– FIDC Angá VI	(141.047)	(141.332)	(36.087)	(27.136)
Cessão de crédito– FIDC Angá VII	(55.630)	(69.654)	(14.855)	(39.199)
Cessão de crédito– FIDC Angá XI	-	(34.935)	-	(73.645)
Cessão de crédito– FIDC Multiestratégia	(23.056)	(30.401)	(5.244)	(14.832)
Cessão de crédito– FIDC Multiestratégia II	(12.795)	(18.548)	(4.026)	(11.012)
Cessão de crédito– FIDC Danúbio	(27.725)	(62.287)	(46.338)	(178.921)
Cessão de crédito– Press II	(623)	(911)	(526)	(1.277)
Cessão de crédito– Multi Consignado I	(12.624)	(21.318)	(21.574)	(59.730)
Cessão de crédito– Petra Consignado	-	(217)	-	(566)
Cessão de crédito– Multisetorial	(223)	(376)	(391)	(1.089)
Cessão de crédito– Somacred II	(57.769)	(84.506)	(193.964)	(350.315)
Cessão de crédito– Oceano Banck	(185.225)	(22.996)	(1.045.276)	(109.133)
Cessão de crédito– Somacred III	(98.566)	(80.274)	(415.056)	(400.356)
Cessão de crédito– Voiter Consig II	(8.006)	(12.513)	(16.414)	(40.588)
	24.824	38.238	12.277	7.602
	2025	**2024**	**2025**	**2024**
Receitas a apropriar				
Receitas a apropriar	(260.803)	(204.884)	(718.472)	(465.333)
Cessão de crédito– FIDC Angá VI	8.865	8.399	6.721	4.690
Cessão de crédito– FIDC Angá VII	3.637	8.570	2.662	8.694
Cessão de crédito– FIDC Angá XI	-	12.395	-	18.838
Cessão de crédito– FIDC Multiestratégia	1.369	3.491	1.100	3.808
Cessão de crédito– FIDC Multiestratégia II	1.070	2.567	740	2.710
Cessão de crédito- FIDC Danúbio	8.743	29.658	12.784	59.326
Cessão de crédito– Press II	140	272	79	295
Cessão de crédito– Multi Consignado I	4.315	10.271	5.291	18.480
Cessão de crédito– Petra Consignado	-	92	-	152
Cessão de crédito– Multisetorial	78	186	98	350
Cessão de crédito– Somacred II	31.568	52.317	63.001	130.006
Cessão de crédito– Oceano Banck	135.461	15.109	467.038	42.311
Cessão de crédito– Somacred III	60.902	53.830	148.856	159.382
Cessão de crédito– Voiter Consig II	3.030	6.585	4.526	13.667
	(1.625)	(1.142)	(5.576)	(2.624)
	23.199	37.096	6.701	4.978
Provisão para risco de crédito sobre assistência financeira (iii)	(12.126)	(24.926)	(141)	(488)
Assistência financeira a participantes	11.073	12.170	6.560	4.490

As concessões de crédito de assistência financeira são efetuadas através de critérios de análise de risco, definidos pela administração da Seguradora.

	Receita financeira		Securitização		Cessão	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
FIDC Angá VI (i)	-	103	-	126.964	-	114.465
FIDC Danúbio (i)	-	2.983	-	69.791	-	39.818
FIDC Somacred II (ii)	517	11.602	9.909	236.061	5.669	136.074
FIDC Oceano Bank (ii)	48.278	6.197	1.175.980	141.667	614.003	82.059
FIDC Somacred III (ii)	5.102	18.121	165.101	504.773	89.915	286.348
FIDC Voiter Consig II (i)		99		67.188		43.599
	53.897	**39.105**	**1.350.990**	**1.146.444**	**709.587**	**702.363**

A receita financeira está reconhecida no resultado financeiro na conta de Renda com Assistência Financeira (Nota 24)

(i) No exercício de 2025 não houve operações de securitização.

(ii)Os valores apresentados das cessões são descontados às taxas negociadas, para um período de financiamento de até 96 meses e são pagos em moeda corrente. Esses créditos foram cedidos sem coobrigação ao respectivo fundo, onde a Seguradora exerce administrativamente a cobrança desses títulos.

(iii) A provisão para riscos sobre assistência financeira para 31 de dezembro de 2025 foi apurada pela Administração da Seguradora em valor suficiente para cobrir prováveis perdas futuras sobre o montante líquido a receber na data do Balanço. Para tal estimativa, a Seguradora considerou a ocorrência histórica de perda da carteira de títulos combinada a uma análise estatística e ao julgamento da área interna de crédito. O método de cálculo de impairment aplicado nesta análise considera a movimentação da carteira de títulos entre as faixas de atrasos e o histórico de perda associado a cada uma delas. Estas faixas foram classificadas em 11 (onze) grupos, definidos segundo critérios tomados a partir do histórico dos títulos e das particularidades da operação de crédito consignado. As faixas de classificação dos grupos, mostrada a seguir, refletem as várias probabilidades de inadimplência para cada categoria:

Classificações

Internas	Grupo	Descrição	2025	2024	Provisão (i)
	AA	Adimplentes	5	2	0,020%
Com parcelas quitadas nos últimos 12 meses	A	1 a 12 Parcelas vencidas	24	79	5,236%
	B	13 a 24 Parcelas vencidas	12	28	2.469%
	C	25 a 36 Parcelas vencidas	9	43	2.653%
	D	Acima de 36 Parcelas vencidas	77	377	6,939%
Sem parcelas quitadas nos últimos 12 meses	E	1 a 12 Parcelas vencidas	74	577	95,578%
	F	13 a 24 Parcelas vencidas	1.103	1.261	74,740%
	G	25 a 36 Parcelas vencidas	2.278	2.796	79,407%
	H	37 a 48 parcelas vencidas	4.983	5.974	79,427%
	I	Acima 48 parcelas vencidas	3.602,2	14.121	100%
	J	Suspensos	101	156	100%
Total			12.267	25.414	

(i) O percentual de provisão é aplicado para todo o saldo devedor do respectivo contrato.

Frequentemente, a Administração valida o desempenho da classificação e de sua assertividade de previsão com relação a eventos reais de inadimplência e frente aos dados e informações disponíveis no mercado.

As classificações internas usadas estão associadas ao tipo de ativo sob análise, no caso, a assistência financeira em consignação na folha de pagamento. Este ativo tem apresentado historicamente recuperações de perdas até mesmo para contratos com até 48 parcelas vencidas e sem quitações nos últimos 12 meses. A expectativa de recuperação se deve as características de recebimento do crédito consignado, entre elas:

a. Recomposição salarial do participante recuperando novamente margem consignável;

b. Refinanciamento do contrato de assistência financeira aproveitando a margem existente;

c. Liquidação de contratos de dívidas em outras instituições pelo participante abrindo novamente margem consignável para outro contrato de assistência financeira ou retorno da cobrança do contrato inadimplente;

d. Cobrança ativa e negociações via débito em conta e boletos.

Além disso, os contratos de assistência financeira cujo participante tenha falecido ou tenha sido exonerado do órgão estão 100% provisionados nos grupos I e J.

As composições de créditos de operações com assistência financeira a participantes,

Continua...

...Continuação

por idade de vencimento, estão demonstradas a seguir:

	2025	2024
A vencer até 03 meses	387	1.306
A vencer de 04 a 06 meses	391	556
A vencer de 07 a 09 meses	376	471
A vencer de 10 a 12 meses	355	411
A vencer acima de 12 meses	6.701	4.978
Vencidos em até 12 meses	443	1.093
Vencidos 13 - 24 meses	527	1.154
Vencidos 25 - 36 meses	640	1577
Vencidos acima de 36 meses	20.078	30.525
	29.899	42.071

A Sabemi possui uma carteira de clientes altamente pulverizada. Não há clientes, individualmente ou em conjunto, que possuam representatividade relevante no saldo de assistência financeira a receber em aberto. Os 10 maiores clientes, em conjunto, representam apenas 0,6% da carteira total.

6.4.4 *Impairment* de ativos financeiros

Conforme metodologia mencionada na Nota 6.4.3 a Administração julgou adequado revisar semestralmente o método de estimativa do *impairment* de ativos financeiros.

A movimentação da provisão para perdas (*impairment*) sobre créditos de títulos a receber é demonstrada na tabela a seguir:

	2025	2024
Saldo inicial	25.414	27.192
Constituição de provisão para *impairment*	984	2.265
Reversão de *impairment*	(14.131)	(4.043)
Saldo final	12.267	25.414

Valores que são provisionados como perda para *impairment* são geralmente baixados (*write-off*) quando não há mais expectativa da Administração para recuperação do ativo financeiro.

As demais classes de ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis não contêm ativos classificados como *impaired*. A exposição máxima de risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima.

7 Despesas antecipadas

Composta por seguro garantia de processos judiciais e pró-labore diferido.

	2025	2024
Seguro garantia	2.000	2.589
Contratos Up Front	1.982	1.982
Total despesas antecipadas	3.982	4.571
Circulante	2.609	2.612
Não circulante	1.373	1.959

8 Custos de aquisição diferidos

Composto pelos custos com a emissão de apólices que não são reconhecidos imediatamente como despesa, mas registrados no ativo e apropriados ao resultado ao longo do período de vigência do risco segurado.

	2025	2024
Comissões diferidas	1.344	139
Agenciamento diferido	1.110	
Pró-labore diferido	4.214	
Total custos de aquisição diferidos	6.668	139
Circulante	5.380	139
Não circulante	1.288	

9 Outros valores e bens

Estão registrados os valores de direito de uso decorrentes da adoção do CPC 06 (R2).

	2025	2024
Ativo não circulante		
Outros valores e bens		
Ativo de direito de uso	2.960	3.034
Depreciação acumulada de ativo de direito de uso	(1.376)	(793)
Total do ativo	1.584	2.241

10 Depósitos judiciais

A rubrica Depósitos judiciais contempla os depósitos judiciais decorrentes de sinistros, questões fiscais, encargos trabalhistas e encargos sociais, demonstrados a seguir:

	2025	2024
Depósitos judiciais – sinistro	226	257
Depósitos judiciais – cíveis (i)	6.713	6.775
Depósitos judiciais – trabalhistas	86	120
	7.025	7.152

(i) Os depósitos judiciais – cíveis, referem-se principalmente a processo instaurado conjuntamente com o Sindapp no valor de R$ 2.143 (2024 – R$ 2.143).

11 Imposto de renda de pessoa jurídica ("IRPJ") e contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL")

11.1 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Tributos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base na projeção de resultados futuros tributáveis elaborada e fundamentada em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem sofrer alterações. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 15% para a contribuição social.

Os saldos de créditos tributários, segregados em função das origens e desembolsos efetuados, estão representados por:

	2025	2024
Provisão para contingências fiscais	-	77
Total de créditos tributários	-	77
Provisão para contingências cíveis	9.297	9.316
Provisão para contingências trabalhistas	866	392
Provisão para contingências Procon e Susep	34	532
Bens arrendados - Imóveis	191	153
Provisão para redução ao valor recuperável	508	310
Total de créditos tributários de diferenças temporais	10.896	10.703
Total	10.896	10.780

Os créditos tributários são mantidos no ativo e foram constituídos nos termos da legislação em vigor (Circular SUSEP nº 648/21 e alterações posteriores). A Administração, com base em suas projeções futuras de resultados tributários e entre outros fatores estima a capacidade de realização, conforme as seguintes premissas:

Provisão para riscos sobre créditos: realização condicionada aos prazos legais para dedutibilidade, conforme Lei nº 9.430/96, depois de esgotados os recursos legais de cobrança. Eventuais recuperações ou redução da perda implicam a redução da provisão, gerando valores a serem excluídos da base tributável.

Provisão para causas judiciais: efetuada sobre processos, cuja estimativa de realização depende do trâmite do processo.

Estimativa de realização dos créditos tributários de diferenças temporais

Ano	Contingências cíveis	Contingências trabalhistas	Contingências Procon/ Susep	Bens Arrendados/ Imóveis	Provisão Redução ao Valor Recuperável	Total
2026	1.952	9	-	19	102	2.082
2027	1.859	9	-	38	102	2.008
2028	1.302	17	1	38	102	1.460
2029	1.395	69	1	38	102	1.605
2030	1.209	17	3	38	50	1.317
Em 2031 e após 2031	1.580	745	29	20	50	2.424
	9.297	866	34	191	508	10.896

Movimentação dos créditos tributários

Segue demonstração da movimentação do Imposto de renda e da Contribuição social diferidos:

	IRPJ	CSLL	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2024	5.926	3.555	9.481
Creditado à demonstração do resultado	1.537	922	2.459
Debitado à demonstração do resultado	(725)	(435)	(1.160)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	6.738	4.042	10.780
Creditado à demonstração do resultado	638	383	1.021
Debitado à demonstração do resultado	(566)	(339)	(905)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	6.810	4.086	10.896

11.2 Reconciliação da despesa de IRPJ e da CSLL

	2025		2024	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição	12.908	12.908	8.230	8.230
Participação no resultado	(397)	(397)	(431)	(431)
	12.511	12.511	7.799	7.799
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - %	25	15	25	15
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(3.104)	(1.877)	(1.926)	(1.170)
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva				
Juros sobre o capital próprio	250	150	200	120
Despesas indedutíveis	(136)	(82)	(130)	(78)
Receitas não tributáveis	53	32	14	9
Incentivos fiscais (PAT e outros)	181	-	164	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(2.756)	(1.776)	(1.678)	(1.119)
Corrente	(2.828)	(1.819)	(2.490)	(1.607)
Diferido	72	43	812	488

12 Investimentos

Os investimentos são compostos por obras de arte no valor de R$ 32 (2023 - R$ 32) e participação societária sem direito a influência significativa na Seguradora Líder Administradora de Seguros DPVAT no valor de R$ 269 (2024 - R$ 265).

13 Imobilizado

	Equipamentos, móveis e utensílios	Total imobilizado
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2023	454	454
Aquisições	564	564
Depreciação	(117)	(117)
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2024	901	901
Aquisições	7	7
Depreciação	(157)	(157)
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2025	751	751

14 Intangível

	Licença de uso de software	Total do intangível
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2023	39	39
Amortização	(21)	(21)
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2024	18	18
Aquisições	43	43
Amortização	(22)	(22)
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2025	39	39

15 Obrigações a pagar

O saldo de obrigações a pagar está assim representado:

	2025	2024
Circulante		
Fornecedores	645	1.433
Honorários, remuneração e gratificação a pagar	409	459
Outras obrigações a pagar - Partes relacionadas (i)	168	718
Outras obrigações a pagar (ii)	1.402	1.075
Antecipação de contratos cedidos (iii)	408	616
Acordos processuais (iv)	5.338	4.280
Total do circulante	8.370	8.581

(i) Refere-se principalmente a saldos a pagar decorrentes de acordos operacionais de consignação em folha em que a Seguradora atua como correspondente e estipulante em administração de apólices com partes relacionadas (Nota 21).

(ii)Refere-se a saldos a pagar decorrentes de acordos operacionais de consignação em folha em que a Seguradora atua como correspondente, créditos judiciais a identificar e valores em discussão e provisionados em favor da Seguradora Líder.

(iii) Refere-se a contratos cedidos aos FIDCs que foram antecipados e serão repassados no mês seguinte.

(iv) Refere-se a acordo processual de parcelamento de multas, junto à Susep.

16 Impostos e encargos sociais a recolher

O saldo de impostos e encargos sociais a recolher está assim representado:

	2025	2024
Imposto de renda retido na fonte – IRRF	324	298
Imposto sobre operações financeiras – IOF	621	303
Imposto sobre serviços retido na fonte – ISS	205	123
Instituto nacional de seguridade social – INSS	294	310
Fundo de garantia por tempo de serviço – FGTS	74	82
Outras retenções de terceiros	538	407
	2.056	1.523

17 Impostos e contribuições

O saldo de impostos e contribuições está assim representado:

	2025	2024
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	522	399
Programa de integração social - PIS	85	65
Imposto de renda - IRPJ	1.011	71
Contribuição social - CSLL	683	110
Contribuição sindical		1
	2.301	646

18 Depósitos de terceiros

Refere-se a valores recebidos de terceiros a serem repassados a agentes financeiros.

	2025	2024
Outros depósitos	4.878	998
	4.878	998

Composição por idade de vencimento:

						2025
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 120 dias	121 a 180 dias	181 a 365 dias	Total
Outros depósitos	4.725	134	19	-	-	**4.878**
						2024
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 120 dias	121 a 180 dias	181 a 365 dias	Total
Outros depósitos	998	-	-	-	-	**998**

19 Passivos de contratos de seguros

Provisões técnicas	2025	2024
Seguro de pessoas	29.916	17.059
Previdência complementar	7.676	8.938
	37.592	25.997
Circulante	36.873	25.857
Não circulante	719	140

19.1 Provisões Técnicas - Movimentação

As tabelas a seguir apresentam a movimentação dos saldos destes passivos para os exercícios de 2023 e 2025:

(a) Seguro de Pessoas - Bruto de Resseguro e Líquido de Cosseguro e retrocessão

Competências	PPNG*	PSL	IBNR	PDR	PVR	TOTAL
Saldo em 31/12/2023	**319**	**2.708**	**2.388**	**399**	**5.229**	**11.043**
Constituições	3.533	3.129	1.216	149	892	8.919
Reversões	(40)	(2.017)	(541)	(80)	(224)	(2.902)
Saldo em 31/12/2024	**3.812**	**3.820**	**3.063**	**468**	**5.897**	**17.060**
Constituições	12.079	3.253	1.068	149	393	16.942
Reversões	(640)	(1.882)	(425)	(283)	(856)	(4.086)
Saldo em 31/12/2025	**15.251**	**5.191**	**3.706**	**334**	**5.434**	**29.916**

*PPNG+RVNE

Seguro de Pessoas: variação das provisões técnicas

Provisão	31/12/2025	31/12/2024
PPNG*	11.439	3.493
PSL	1.371	1.112
IBNR	643	675
PDR	(134)	69
PVR	(463)	668
	12.856	**6.017**

*PPNG + RVNE

(b) Seguro de Pessoas - Líquido de Resseguro e Líquido de Cosseguro

Competências	PPNG*	PSL	IBNR	PDR	PVR	TOTAL
Saldo em 31/12/2023	**294**	**2.661**	**2.367**	**398**	**5.229**	**10.949**
Constituições	3.483	3.139	1.204	148	893	8.867
Reversões	(32)	(1.980)	(534)	(79)	(225)	(2.850)
Saldo em 31/12/2024	**3.745**	**3.820**	**3.037**	**467**	**5.897**	**16.966**
Constituições	12.108	3.253	1.050	149	394	16.954
Reversões	(602)	(1.886)	(396)	(282)	(857)	(4.023)
Saldo em 31/12/2025	**15.251**	**5.187**	**3.691**	**334**	**5.434**	**29.897**

*PPNG+RVNE

Seguro de Pessoas: variação das provisões técnicas

Provisão	31/12/2025	31/12/2024
PPNG*	11.506	3.451
PSL	1.367	1.159
IBNR	654	670
PDR	(133)	69
PVR	(463)	668
	12.931	6.017

*PPNG + RVNE

(c) Previdência complementar

As tabelas a seguir apresentam a movimentação dos saldos destes passivos para os exercícios de 2023 e de 2025:

Previdência complementar: movimentação das provisões

Competências	PPNG*	PMBC	PDR	PDC	IBNR	PSL	PVR	PCC	TOTAL
Saldo 31/12/2023	**4.391**	**169**	**150**	**-**	**2.726**	**1.854**	**388**	**18**	**9.696**
Constituições	48	-	47	12	754	5.717	278	-	6.856
Correção monetária	-	22	-	-	-	(248)	109	-	(117)
Reversões	(130)	(27)	(97)	(1)	(930)	(6.115)	(178)	(18)	(7.496)
Saldo 31/12/2024	**4.309**	**164**	**100**	**11**	**2.550**	**1.208**	**597**	**-**	**8.939**
Constituições	1.051	-	53	1	735	6.109	216	146	8.311
Correção monetária	-	599	-	-	-	100	177	-	876
Reversões	(2.399)	(78)	(52)	(1)	(1.668)	(6.065)	(187)	-	(10450)
Saldo 31/12/2025	**2.961**	**685**	**101**	**11**	**1.617**	**1.352**	**803**	**146**	**7.676**

*PPNG+RVNE

Previdência complementar: variação das provisões técnicas

Provisão	31/12/2025	31/12/2024
PPNG*	(1.348)	(82)
PMBC	521	(5)
PDR	1	(50)
PDC	-	11
IBNR	(933)	(176)
PSL	144	(646)
PVR	206	209
PCC	146	(19)
	(1.263)	(758)

*PPNG+RVNE

19.2 Garantias das provisões técnicas

Em garantia às provisões técnicas, encontram-se vinculados à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP aplicações financeiras, em montante suficiente para cobrir as referidas provisões, conforme Resolução CMN nº 4.444/15 e alterações posteriores.

	2025	2024
Ativos oferecidos em cobertura		
Total de provisões técnicas	37.592	25.997
Dedução por Direitos Creditórios e Redutores de PPNG	(7.909)	-
Total a ser coberto	29.683	25.997
Quotas de fundos de investimentos	33.005	27.396
Ativos oferecidos em cobertura	33.005	27.396
Suficiência de cobertura	3.322	1.399

19.3 Comportamento da provisão de sinistros em anos posteriores aos anos de constituição

A tabela abaixo mostra a movimentação das provisões para sinistros a liquidar da Seguradora, denominada de tábua de desenvolvimento de sinistros:

Seguro de Pessoas - Líquido de cosseguro e bruto de resseguro

Período	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2025
Saldo anterior (*)	**6.279**	**5.504**	**3.108**	**3.044**
Retidos	**5.242**	**4.680**	**8.887**	**19.581**
Exercício atual	6.761	3.121	6.797	15.725
Exercícios anteriores	(1.519)	1.559	2.090	3.856
Pagamentos	**(6.017)**	**(7.076)**	**(8.951)**	**(17.543)**
Exercício atual	(3.058)	(2.958)	(5.796)	(13.228)
Exercícios anteriores	(2.959)	(4.118)	(3.155)	(4.315)
Saldo final (*)	**5.504**	**3.108**	**3.044**	**5.082**

(*) Líquido de cosseguro e bruto de resseguro e sem considerar a variação de IBNER

Seguro de Pessoas – Administrativos

Período	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2025
Saldo anterior (*)	**3.489**	**2.832**	**1.400**	**1.202**
Retidos	**3.822**	**5.184**	**7.872**	**18.484**
Exercício atual	4.932	3.768	6.773	15.714
Exercícios anteriores	(1.110)	1.416	1.099	2.770
Pagamentos	**(4.479)**	**(6.616)**	**(8.070)**	**(16.793)**
Exercício atual	(2.276)	(2.765)	(5.796)	(13.228)
Exercícios anteriores	(2.203)	(3.851)	(2.274)	(3.565)
Saldo final (*)	**2.832**	**1.400**	**1.202**	**2.893**

(*) Líquido de cosseguro e bruto de resseguro e sem considerar a variação de IBNER

Seguro de Pessoas – Judicial

Período	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2025
Saldo anterior (*)	**2.790**	**2.672**	**1.708**	**1.842**
Retidos	**1.420**	**(503)**	**1.015**	**1.097**
Exercício atual	1.829	(603)	24	11
Exercícios anteriores	(409)	100	991	1.086
Pagamentos	**(1.538)**	**(461)**	**(881)**	**(750)**
Exercício atual	(782)	-	-	-
Exercícios anteriores	(756)	(461)	(881)	(750)
Saldo final (*)	**2.672**	**1.708**	**1.842**	**2.189**

(*) Líquido de cosseguro e bruto de resseguro e sem considerar a variação de IBNER

Seguro de Pessoas – Líquido de Cosseguro e líquido de Resseguro

Período	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2025
Saldo anterior (*)	**6.248**	**5.504**	**3.043**	**3.044**
Retidos	**5.272**	**4.616**	**8.952**	**19.577**
Exercício atual	6.793	3.397	6.876	15.980
Exercícios anteriores	(1.521)	1.219	2.076	3.597
Pagamentos	**(6.016)**	**(7.077)**	**(8.951)**	**(17.543)**
Exercício atual	(3.057)	(2.958)	(5.796)	(13.228)
Exercícios anteriores	(2.959)	(4.119)	(3.155)	(4.315)
Saldo final (*)	**5.504**	**3.043**	**3.044**	**5.078**

(*) Líquido de cosseguro e líquido de resseguro e sem considerar a variação de IBNER

Seguro de Pessoas – Administrativos

Período	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2025
Saldo anterior (*)	**3.458**	**2.832**	**1.335**	**1.202**
Retidos	**3.852**	**5.119**	**7.937**	**18.480**
Exercício atual	4.964	3.767	6.852	15.969
Exercícios anteriores	(1.112)	1.352	1.085	2.511
Pagamentos	**(4.478)**	**(6.616)**	**(8.070)**	**(16.793)**
Exercício atual	(2.275)	(2.765)	(5.796)	(13.228)
Exercícios anteriores	(2.203)	(3.851)	(2.274)	(3.565)
Saldo final (*)	**2.832**	**1.335**	**1.202**	**2.889**

(*) Líquido de cosseguro e líquido de resseguro e sem considerar a variação de IBNER

Seguro de Pessoas – Judicial

Período	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2025
Saldo anterior (*)	**2.790**	**2.672**	**1.708**	**1.842**
Retidos	**1.420**	**(503)**	**1.015**	**1.097**
Exercício atual	1.829	(370)	24	11
Exercícios anteriores	(409)	(133)	991	1.086
Pagamentos	**(1.538)**	**(461)**	**(881)**	**(750)**
Exercício atual	(782)	(193)	-	-
Exercícios anteriores	(756)	(268)	(881)	(750)
Saldo final (*)	**2.672**	**1.708**	**1.842**	**2.189**

(*) Líquido de cosseguro e líquido de resseguro e sem considerar a variação de IBNER

Plano de Pecúlio

Período	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2025
Saldo anterior	**6.025**	**3.349**	**2.555**	**2.010**
Retidos	**4.360**	**5.044**	**4.885**	**4.121**
Exercício atual	5.397	4.950	3.835	4.077
Exercícios anteriores	(1.037)	94	1.050	44
Pagamentos	**(7.036)**	**(5.838)**	**(5.430)**	**(5.001)**
Exercício atual	(3.630)	(3.643)	(3.066)	(3.524)
Exercícios anteriores	(3.406)	(2.195)	(2.364)	(1.477)
Saldo final (*)	**3.349**	**2.555**	**2.010**	**1.130**

(*) Sem considerar a variação de IBNER

Plano de Pecúlio – Administrativo

Período	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2025
Saldo anterior	**5.401**	**2.756**	**1.991**	**1.603**
Retidos	**4.241**	**4.929**	**4.854**	**3.936**
Exercício atual	5.250	4.949	3.835	4.077
Exercícios anteriores	(1.009)	(20)	1.019	(141)
Pagamentos	**(6.886)**	**(5.694)**	**(5.242)**	**(4.879)**
Exercício atual	(3.553)	(3.643)	(3.066)	(3.524)
Exercícios anteriores	(3.333)	(2.051)	(2.176)	(1.355)
Saldo final	**2.756**	**1.991**	**1.603**	**660**

(*) Sem considerar a variação de IBNER

Plano de Pecúlio – Judicial

Período	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2025
Saldo anterior	**624**	**593**	**564**	**407**
Retidos	**119**	**115**	**31**	**185**
Exercício atual	147	1	-	-
Exercícios anteriores	(28)	114	31	185
Pagamentos	**(150)**	**(144)**	**(188)**	**(122)**
Exercício atual	(77)	-	-	-
Exercícios anteriores	(73)	(144)	(188)	(122)
Saldo final (*)	**593**	**564**	**407**	**470**

(*) Sem considerar a variação de IBNER

A tabela a seguir mostra o desenvolvimento de pagamentos de sinistros. O objetivo dessa tabela é demonstrar a consistência da política de provisionamento de sinistros da Seguradora.

Seguro de Pessoas - Líquido de cosseguro e bruto de resseguro

Período	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2025
Provisão período anterior (*)	**6.279**	**5.504**	**3.107**	**3.044**
Pagamentos				
Um ano mais tarde	2.724	2.347	1.698	2.325
Dois anos mais tarde	3.832	3.458	2.275	
Três anos mais tarde	4.702	3.887		
Quatro anos mais tarde	5.106			

(*) Líquido de cosseguro e bruto de resseguro

Seguro de Pessoas – Administrativos

Período	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2025
Provisão período anterior (*)	**3.489**	**2.832**	**1.399**	**1.202**
Pagamentos				
Um ano mais tarde	1.247	1.916	930	1.611
Dois anos mais tarde	1.944	2.317	1.029	
Três anos mais tarde	2.118	2.338		
Quatro anos mais tarde	2.118			

(*) Líquido de cosseguro e bruto de resseguro

Seguro de Pessoas – Judiciais

Período	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2025
Provisão período anterior (*)	**2.790**	**2.672**	**1.708**	**1.842**
Pagamentos				
Um ano mais tarde	1.477	431	768	714
Dois anos mais tarde	1.888	1.141	1.245	
Três anos mais tarde	2.584	1.549		
Quatro anos mais tarde	2.988			

(*) Líquido de cosseguro e bruto de resseguro

Seguro de Pessoas - Líquido de cosseguro e líquido de resseguro

Período	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2025
Provisão período anterior (*)	**6.248**	**5.504**	**3.043**	**3.044**
Pagamentos				
Um ano mais tarde	2.724	2.347	1.698	2.325
Dois anos mais tarde	3.831	3.458	2.274	
Três anos mais tarde	4.702	3.887		
Quatro anos mais tarde	5.106			

(*) Líquido de cosseguro e líquido de resseguro

Seguro de Pessoas – Administrativos

Período	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2025
Provisão período anterior (*)	**3.458**	**2.832**	**1.335**	**1.202**
Pagamentos				
Um ano mais tarde	1.247	1.916	930	1.611
Dois anos mais tarde	1.944	2.317	1.029	
Três anos mais tarde	2.118	2.338		
Quatro anos mais tarde	2.118			

(*) Líquido de cosseguro e líquido de resseguro

Continua...

...Continuação

Seguro de Pessoas – Judiciais

Período	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2025
Provisão período anterior (*)	**2.790**	**2.672**	**1.708**	**1.842**
Pagamentos				
Um ano mais tarde	1.477	431	768	714
Dois anos mais tarde	1.887	1.141	1.245	
Três anos mais tarde	2.584	1.549		
Quatro anos mais tarde	2.988			

(*) Líquido de cosseguro e líquido de resseguro

Plano de Pecúlio

Período	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2025
Provisão período anterior	**6.025**	**3.349**	**2.555**	**2.010**
Pagamentos				
Um ano mais tarde	1.865	1.069	842	647
Dois anos mais tarde	2.108	1.258	1013	
Três anos mais tarde	2.221	1352		
Quatro anos mais tarde	2.299			

Plano de Pecúlio - Administrativos

Período	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2025
Provisão período anterior	**5.401**	**2.756**	**1.991**	**1.603**
Pagamentos				
Um ano mais tarde	1.783	981	659	544
Dois anos mais tarde	1.961	1.057	733	
Três anos mais tarde	1.961	1073		
Quatro anos mais tarde	1.961			

Plano de Pecúlio - Judiciais

Período	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2025
Provisão período anterior	**624**	**593**	**564**	**407**
Pagamentos				
Um ano mais tarde	82	88	183	103
Dois anos mais tarde	147	201	280	
Três anos mais tarde	260	279		
Quatro anos mais tarde	338			

19.4 Demonstrativo do Teste de adequação dos passivos (*LAT – Liability Adequacy Test*)

O resultado do TAP, avaliado a valor presente na respectiva data base, tem como intuito constatar a necessidade ou não de proceder-se a garantias financeiras complementares às provisões constituídas, com vistas a garantir plenamente os riscos em vigor com estas operações, ou manter os seus saldos da forma como estão constituídos. Para a realização do TAP, a Seguradora gerou um total de quatro grupos de contratos (seguros de pessoas, planos de pecúlio/RS, plano de pensão/RCC e plano da aposentadoria/CAP), cada qual com suas respectivas segregações, conforme exigido pelos normativos atuais, procedendo ao final à compensação dos resultados encontrados, conforme previsto em sua política contábil.

Principais premissas adotadas no TAP:

Mortalidade: para as coberturas de morte qualquer causa e sobrevivência, aplicou-se as tábuas BR-EMS de Morte e de Sobrevivência, versão 2021, masculina e feminina. Para as demais coberturas, adotou-se as respectivas taxas de sinistralidade, conforme a seguir:

Ramo	PPNG-PR	PPNG-NR
0929	40,40%	20,60%
0969	32,50%	40,40%
0977	22,10%	17,50%
0982	9,30%	4,80%
0984	20,50%	18,60%
0987	45,70%	43,30%
0993	50,30%	46,30%
1329	18,90%	17,30%
1369	63,50%	51,50%
1381	7,30%	-
1387	23,50%	1,10%

Taxa de juros e índice de preços: utilizada a taxa de juros livre de risco disponibilizada pela SUSEP ao mercado, aplicada em consonância com os índices de preços constantes dos seus respectivos contratos. Para os contratos relacionados aos planos de seguros e de pecúlio, foi utilizado o cupom IGPM/FGV, com exceção do grupo relativo aos pecúlios cód.22 e 24, onde adotou-se o cupom do IPCA/IBGE, uma vez que o indexador atrelado a estes contratos é o INPC/IBGE. Para os demais planos de previdência (pensão e aposentadoria) adotou-se a Taxa Referencial – TR. Por fim, especificamente para todos os fluxos de Despesas Administrativas dos grupos citados anteriormente, foi aplicado o cupom IPCA/IBGE.

Taxa de juros contratada: a tábua de mortalidade dos planos com 44,19% sobre os prêmios projetados, desconsiderando o PIS/COFINS.

PIS/COFINS: aplicou-se o percentual de 4,65% sobre o resultado das diferenças (caso seja maior do que zero) entre as receitas projetadas e os fluxos de sinistros.

Despesas comerciais: adotou-se os percentuais médios indicados a seguir:

Ramo	Corretagem	Pró-labore
0929	11,27%	0,30%
0969	20,00%	-
0977	2,49%	17,14%
0982	14,65%	-
0984	-	-
0987	20,00%	-
0993	15,74%	-
1381	-	-

Taxa de persistência: adotou-se índice de cancelamento de 13,14% ao ano para os fluxos relacionados aos planos de pecúlio. Já para a carteira de seguros foram adotados os índices mensais de cancelamento a seguir, conforme o ramo: 0982=9,6%; 0993=12,7% e 1381=23,1%.

Resultados Obtidos do TAP nos fluxos de 31/12/2025: abaixo apenas as tabelas que tiveram movimentação de valores:

PRÊMIOS E CONTRIBUIÇÕES REGISTRADOS DE PPNG:

TIPO DE PRODUTO	PPNG CONSTITUÍDA LÍQUIDA DO CAD DIRETAMENTE RELACIONADO À PPNG	VALOR PRESENTE DO FLUXO DE CAIXA RELACIONADO À PPNG	PCC-PPNG
Seguro Pessoas	8.584	9.127	543
Previdência	2.960	1.984	(976)
TOTAL	**11.544**	**11.111**	**(433)**

PRÊMIOS E CONTRIB. NÃO REGISTRADOS DE PPNG:

TIPO DE PRODUTO	VP DO FLUXO RELACIONADO À PPNG DE PRÊMIOS NÃO REGISTRADOS (SAÍDAS – ENTRADAS)
Seguro Pessoas	(20.290)
Previdência	(10.695)
Total	**(30.985)**

PMBC:

TIPO DE PLANO	COBER-TURA	BASE TÉCNICA	TIPO DE RENDA	EXCEDENTE FINANCEIRO NA CONCESSÃO	PMBC CONSTITUÍDA	VP DO FLUXO RELACION. À PMBC	PCC-PMBC
Renda	Morte	CSO58 6% TR	Renda Vitalícia	-	62	59	(3)
Renda	Sobrevi-vência	AT49 6% TR	Renda Vitalícia	-	86	93	7
Renda	Sobrevi-vência	AT49 6% TR	Renda Vitalícia	-	537	679	142
Total	**-**	**-**	**-**	**-**	**685**	**831**	**146**

ATIVOS DE RESSEGURO:

TIPO DE ATIVO	ATIVO CONSTITUÍDO	VP DO FLUXO RELACIONADO AO ATIVO
Ativo de resseg. de PPNG	-	-

RESULTADO DO TAP:

PCC-PMBC efetivamente constituída	PCC-PMBC	146
	(-) MAIS VALIA PCC-PMBC	- 146
	PCC TOTAL efetivamente constituída	**146**

Os resultados do TAP indicaram a necessidade de constituir-se provisão complementar para as rendas em fase de concessão, relativas à PMBC, motivada principalmente pela diferença entre a tábua biométrica utilizada para constituição da PMBC da cobertura de aposentadoria (AT-49 M) e a tábua utilizada para apuração do TAP (BR-EMS de Sobrevivência, versão 2021). O valor apurado de R$ 146 mil já se encontra constituído na PCC-PMBC de 31/12/2025, sendo contabilizados R$ 4 mil no plano de aposentadoria cód. 3 e R$ 142 mil no plano de aposentadoria cód. 12.

A seguir, também se demonstra os resultados do TAP para as demais provisões técnicas (PSL, IBNR, PDR, PDC e PVR), de onde conclui-se que não houve necessidade de provisionamento suplementar em 31/12/2025:

Grupos	Provisões Técnicas em 31/12/2025*	VP Fluxos de Caixa	Resultados
PSL, IBNR, PDR, PDC	12.312	11.781	(531)
PVR	6.237	5.587	(650)

* Exceto PPNG, PMBC e PCC.

20 Passivos de arrendamento

Estão registrados os valores de direito de uso decorrentes da adoção do CPC 06 (R2)

	2025	2024
Passivo circulante		
Outros débitos		
Passivos de arrendamento	770	753
Juros a apropriar de contratos de arrendamento	(162)	(209)
Total circulante	608	544
Passivo não circulante		
Débitos diversos		
Passivos de arrendamento	1.335	2.117
Juros a apropriar de contratos de arrendamento	(108)	(266)
Total não circulante	1.227	1.851
Total do passivo	1.835	2.395

21 Partes relacionadas

	Sabemi Previd. Privada	Sabemi Negócios Ltda.	Sabemi Tecnol. Ltda.	Pessoas Físicas	Severo Particip.	2025 Total
Ativo						
Títulos e créditos a receber			98			98
Títulos e créditos a receber (iii)	-	386	-	-	-	386
Títulos e créditos a receber (v)	-	11.376	-	-	-	11.376
Títulos e créditos a receber (vi)					4.708	4.708
Passivo						
Outras obrigações a pagar (i)	(168)	-			-	(168)
Resultado do período						
Despesas - pró-labore (ii)	(214)	-	-	-	-	(214)
Despesas - prestação serviços (iii)	-	(28.789)	(15.008)	-	-	(43.797)
Remuneração dos administradores (iv)	-	-	-	(2.895)	-	(2.895))

	Sabemi Previd. Privada	Sabemi Negócios Ltda.	Sabemi Tecnol. Ltda.	Pessoas Físicas	Severo Particip.	2024 Total
Ativo						
Títulos e créditos a receber			2.435			2.435
Títulos e créditos a receber (iii)	-	33.671	-	-	-	33.671
Títulos e créditos a receber (v)	-	15.595	-	-	-	15.595
Títulos e créditos a receber (vi)					4.092	4.092
Passivo						
Outras obrigações a pagar (i)	(718)	-			-	(718)
Resultado do período						
Despesas - pró-labore (ii)	(241)	-	-	-	-	(241)
Despesas - prestação serviços (iii)	-	(26.328)	(13.005)	-	-	(39.333)
Remuneração dos administradores (iv)	-	-	-	(2.895)	-	(2.895)

(i) Acordo operacional de consignação em folha, onde a Seguradora atua como correspondente.
(ii) A Seguradora possui estipulantes em administração de apólices
(iii) Refere-se a comissões pagas sobre serviços divulgação, prospecção de novos clientes e manutenção dos clientes atuais
(iv) Pró-labore pagó aos administradores no exercício.
(v)Refere-se a assunção de dívida relativa a processos judicias de assistência financeira e outras avenças. (Nota 6.4.3)
(vi) Refere-se a assunção de dívida relativa a processos administrativos Susep

22 Provisões judiciais

As causas passivas, decorrentes de reclamações judiciais, levadas a efeito contra a Seguradora, cujas perdas delas resultantes não possam ser abrangidas pela cobertura de contratos, foram avaliadas por nossos assessores jurídicos, internos e externos e abaixo são representadas.

(a) Relacionados a sinistros/benefícios

Probabilidade de perda	2025 Valor reclamado	2025 Valor do risco	2025 Número de casos	2025 Valor provisionado	2024 Valor reclamado	2024 Valor do risco	2024 Número de casos	2024 Valor provisionado
Remota	31.421	593	2.222	593	31.545	306	2.728	306
Possível	-	-	-	-	-	-	-	-
Provável	92.560	8.735	7.856	8.735	72.310	9.884	8.609	9.884
	123.981	9.328	10.078	9.328	103.855	10.190	11.337	10.190

Os valores provisionados estão contabilizados na provisão de sinistros a liquidar, provisão de despesas relacionadas, entre outras provisões técnicas.

Segundo informações prestadas pelo setor atuarial e de acordo com as respectivas notas técnicas, o critério para constituição da reserva técnica para os planos da Seguradora será o seguinte: os processos são provisionados pelo valor estimado, conforme determina a Resolução CNSP nº 432/2021 e alterações posteriores. O valor estimado é o valor contratado pelo participante ou o valor previsto na sentença judicial, quando houver, e deve ser atualizado mensalmente. Nos processos com trânsito em julgado, o valor da provisão técnica é o valor de condenação definitivo. O critério para constituição da reserva técnica será o provisionamento de 100% do valor estimado para as causas prováveis e o provisionamento de R$ 0,01 para as causas remotas.

Em 31 de dezembro de 2025, do montante total provisionado de R$ 9.328 (2024 – R$10.190), R$ 8.387 (2024 – R$ 9.160) referem-se as provisões individuais e R$ 941 (2024 – R$ 1.030) referem-se as provisões globais.

Movimentações das provisões:

	2025	2024
Saldo do início do período	10.190	9.316
Total pago no período	(2.154)	(3.194)
Novas constituições no período	2.063	3.041
Baixa da provisão por êxito	(1.814)	(1.035)
Alteração da provisão por revisão de estimativas	584	290
Atualização monetária	459	1.772
Saldo final do período	9.328	10.190
Quantidade de ações pagas no período	1.073	1.404
Quantidade de ações novas no período	1.945	2.728

(b) Não relacionados a sinistros/benefícios

(i) Processos cíveis e trabalhistas

Probabilidade de perda	2025 Valor do risco	2025 Número de casos	2025 Valor provisionado	2024 Valor do risco	2024 Número de casos	2024 Valor provisionado
Remota	293	1.307	-	471	3.950	-
Possível	2.580	104	-	3.354	148	-
Provável	36.337	11.420	36.337	41.194	12.086	41.194
	39.210	12.831	36.337	45.019	16.184	41.194

Das 12.831 (2024 – 16.184) causas não relacionadas a sinistros e benefícios, 12.727 (2024 – 16.065) dizem respeito a causas cíveis e 104 (2024 -119) trabalhistas.

À redução nas provisões com processos cíveis, deve-se a atualização na metodologia de cálculo para os processos com chance de perda provável. A Administração entende que o ônus com os processos advindos de contratos de assistência financeira, deve ser compartilhado com outras empresas do Grupo que participam dos benefícios econômicos através do contrato de prestação de serviços de originação. Nesse contexto foi assinado Termo de assunção de dívida e outras avenças, com a Sabemi Intermediadora de Negócios Ltda. e como Interveniente garantidora a Sabemi Participações Ltda.. (Nota 6.4.3)

(ii) Processos fiscais e previdenciários - Composição por natureza

A Seguradora zerou o valor da provisão para processos relativos a débitos de tributos estaduais e municipais (2024- R$ 192).

Em desfavor da Seguradora, existem 4 execuções fiscais relativas a IRPJ, CSLL e COFINS, cuja probabilidade de perda dos procedimentos em questão, foi considerada remota, conforme opinião do consultor jurídico externo da Seguradora. O valor de causa considerado para dezembro de 2025 foi de R$ 190.389 (2024- R$ 175.362).

Também existem em desfavor da Seguradora outros 28 (2024 – 23) procedimentos desdobrados em judiciais e administrativos, para os quais os escritórios responsáveis pela condução das demandas atribuíram probabilidade de perda possível. O valor de causa considerado para dezembro de 2025 foi de R$ 12.100 (2024 – R$ 7.168).

Portanto, considerando a opinião dos consultores jurídicos externos da Seguradora constante nos pareceres, não foi registrada qualquer provisão em face de eventuais contingências, visto que os procedimentos em questão não possuem risco provável.

Movimentações das provisões:

	2025 Fiscais	2025 Trabalhistas	2025 Cíveis	2024 Fiscais	2024 Trabalhistas	2024 Cíveis
Saldo do início do período	192	979	40.215	173	871	35.464
Ações pagas no período	(405)	-	(12.720)	(173)	(269)	(16.691)
Novas constituições no período	405	1.332	10.395	173	1.165	15.076
Baixa da provisão por êxito	-	(24)	(10.281)	-	-	(7.668)
Alteração da provisão por alteração de estimativas	(192)	(123)	6.564	19	(788)	14.034
Saldo final do período	-	2.164	34.173	192	979	40.215
Quantidade de ações pagas no período	5	-	1.239	6	12	1.707
Quantidade de ações novas no período	5	13	1.009	6	21	1.518

23 Patrimônio líquido

23.1 Capital social e reservas

O Capital social subscrito e integralizado é de R$ 55.000 (2024 - R$ 55.000), representado por 79 (2024 - 79) ações ordinárias com direito a voto, nominativas sem valor nominal.

(a) Reserva de retenção de lucros

Esta reserva é formada pelo saldo remanescente do lucro líquido do exercício, após abatimento das destinações do resultado.

(b) Reserva legal

A reserva legal é formada pela destinação de 5% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76, até limite de 20% do capital social. Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido ajustado, consoante à legislação em vigor, conforme preceitua a legislação vigente, sendo o saldo transferido para reserva de retenção de lucros.

23.2 Dividendos e juros sobre capital próprio

Os juros sobre o capital próprio foram calculados com base nos critérios definidos pela legislação fiscal vigente. De acordo com a Circular SUSEP nº 648/21 e alterações posteriores, na Demonstração do Resultado o valor correspondente à despesa incorrida foi reclassificado para Lucros Acumulados, sendo apresentada na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, como destinação do resultado. As Demonstrações financeiras apresentadas refletem os dividendos mínimos obrigatórios /juros sobre o capital próprio, dispostos no Estatuto Social da Seguradora, de 25% do lucro líquido do exercício ajustado. A provisão relacionada a qualquer valor acima do mínimo obrigatório será constituída na data da sua aprovação.

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	7.979	5.002
(-) Reserva legal - 5%	(399)	(250)
Lucro básico para determinação de dividendos	7.580	4.752
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	1.895	1.188
Dividendos intermediários (i)	2.450	4.198
Juros sobre capital próprio intermediários (i)	1.000	800
Total de dividendos e juros intermediários	3.450	4.998
Total de dividendos e juros sobre capital próprio	3.450	4.998
Total de dividendos e juros sobre o capital próprio do exercício por ação	43,67	63,27

(i) Os dividendos intermediários e os juros sobre o capital próprio de 2025 foram aprovados na AGE de 26 de janeiro de 2026, a conta do resultado do exercício.

Os dividendos intermediários e os juros sobre o capital próprio de 2024 foram aprovados na AGE de 27 de janeiro de 2025, sendo R$ 736 a conta de Reservas Estatutárias e R$ 4.262, a conta do resultado do exercício.

24 Demonstração do resultado

Efetuamos o detalhamento das principais contas da Demonstração do Resultado, conforme determina a Circular SUSEP n° 648/21 e alterações posteriores.

	2025	2024
Prêmios ganhos		
Funeral	1.509	1.184
Prestamista	1.825	0
Acidentes Pessoais Coletivo	92.274	106.234
Desemprego coletivo	10.238	5.354
Vida	6.849	2.262
Viagem individual	1.558	0
Acidentes Pessoais individual	2.120	0
Desemprego individual	2.467	796
Pecúlio e outros	27.977	28.143
	146.817	143.973
Sinistros ocorridos		
Indenizações avisadas	(18.101)	(9.717)
Despesas com sinistros	(66)	(246)
Variação da provisão de sinistros ocorridos e não avisados	360	(537)
Despesas com benefícios	(9.745)	(10.892)
	(27.552)	(21.392)
Custo de aquisição		
Comissões (seguros)	(26.375)	(25.767)
	(26.375)	(25.767)
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas		
Acordo operacional cosseguro seguradora Zurich		(293)
Despesas com administrações de contratos		(2.203)
Contingências	299	(3.330)
Despesas judiciais	(8.604)	(11.193)
Redução ao valor recuperável de prêmios	(494)	186
Outras despesas com apólices	(11.209)	(10.977)
	(20.008)	(27.810)
Custo de aquisição		
Despesas com cobrança (previdência)	(1.842)	(1.625)
	(1.842)	(1.625)
Despesas administrativas		
Pessoal próprio	(19.399)	(20.991)
Serviços de terceiros	(32.898)	(27.307)
Localização e funcionamento	(6.446)	(5.175)
Publicidade e propaganda institucional	(1.765)	(2.081)
Publicações	(55)	(52)
Donativos e contribuições	(272)	(223)
Despesas judiciais	(7.409)	(5.428)
Multas	(28)	(26)
Outras	(621)	(681)
Recuperação de despesas	3.144	2.418
	(65.749)	(59.546)
Despesas com tributos		
COFINS	(5.029)	(5.161)
PIS	(817)	(839)
Impostos municipais	(63)	(77)
Taxa de fiscalização	(1.006)	(1.006)
Impostos federais	(8)	(21)
	(6.923)	(7.104)
	2025	**2024**
Resultado financeiro		
Receita com aplicações financeiras	5.338	2.631
Renda com assistência financeira (i)	55.918	40.150
Receitas financeiras com provisões técnicas	1.210	827
Reversão provisão risco de crédito sobre assistência financeira	14.131	4.043
Atualizações créditos tributários	66	91
Atualização depósitos judiciais	442	448
Receitas com depósitos bancários	1.493	1.171
Outras receitas financeiras	129	199
Despesas financeiras com tributos	(626)	(551)
Despesas financeiras com provisões técnicas	(3.973)	(1.311)
Despesas financeiras com assistência financeira (ii)	(57.295)	(37.173)
Provisão risco de crédito sobre assistência financeira	(984)	(2.265)
Juros bancários	(21)	(3)
Juros passivos de arrendamento	(206)	(244)
Outras despesas financeiras, líquidas	(5)	(101)
	15.617	7.912

(i) Composto por receita com assistência financeira R$ 2.021 (2024 – R$ 1.045) e cessão de direitos creditórios R$ 53.897 (2024 – R$ 39.105).

(ii)Refere-se a comissões pagas aos agentes no montante de R$ 39.759 (2024 - R$ 35.404), à estruturação dos fundos no montante de R$ 125 (2024 - R$ 409) e ao reconhecimento de perdas com cobrança de assistência financeira de R$ 17.411 (2024 – R$ 1.360).

25 Benefícios a empregados

Participação dos empregados nos lucros

A provisão para o pagamento da participação dos empregados nos lucros foi feita nas bases estabelecidas pela convenção sindical de 2025 R$ 397 (2024 – R$ 431).

26 Principais ramos de atuação

O principal produto da Seguradora, responsável por quase que a totalidade da arrecadação no exercício, é o ramo de acidentes pessoais coletivos - APC, entretanto destaca-se também o plano de pecúlio do segmento de Previdência, conforme já divulgado.

Os principais ramos de atuação estão demonstrados a seguir:

Ramo	2025 Prêmio ganho	2025 I.S. %	2025 I.C. %	2024 Prêmio ganho	2024 I.S. %	2024 I.C. %
0929 Funeral	1.509	103,72%	19,30%	1.184	18,37%	5,24%
0977 Prestamista	1.825	18,12%	86,83%	0	0,00%	0,00%
0982 APC	92.274	11,81%	21,49%	106.234	13,24%	22,42%
0987 Desemprego	10.238	59,76%	24,10%	5.354	25,09%	22,67%
0993 Vida	6.849	68,46%	25,21%	2.262	40,57%	24,44%
1369 Viagem	1.558	10,81%	4,50%	0	0,00%	0,00%
1381 AP	2.120	5,60%	18,36%	0	0,00%	0,00%
1387 Desemprego	2.467	23,06%	0,24%	796	12,33%	11,29%
Pecúlio e outros	27.977	11,07%	0,04%	28.143	16,89%	0,09%
	146.817	18,77%	17,96%	143.973	14,86%	17,90%

I.S. - Índice de Sinistralidade
I.C. - Índice de Comissionamento

Diretoria

Antonio Tulio Lima Severo
Diretor-Presidente
CPF nº 002.057.530-00

Rodrigo de Castro Fernandes Pecoraro
Diretor Executivo de Seguros
CPF nº 256.511.078-27

Rodrigo Severo
Diretor Executivo Administrativo Financeiro e Diretor Executivo de Serviços Financeiros
CPF nº 918.470.440-34

Eliana Schwingel Diederichsen
Diretora Executiva de Planejamento Estratégico e Compliance
CPF nº 261.696.570-49

Eder Gerson Aguiar de Oliveira
Atuário MIBA 630
CPF nº 395.346.850-20

Beatriz Varela Fernández
Contadora CRCRS nº 051.365/O
CPF nº 402.860.100-20

Continua...

...Continuação

Parecer da Auditoria Atuarial Independente

Aos Acionistas e Administradores da
Sabemi Seguradora S.A.

Escopo da Auditoria
Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, e dos limites de retenção da Sabemi Seguradora S.A. (a seguir denominada "Seguradora"), em 31 de dezembro de 2025, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas e orientações da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

Responsabilidade da Administração
A Administração da Seguradora é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas e orientações da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade do Atuário Independente
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.
Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Seguradora são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos.
Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião
Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, e dos limites de retenção da Sabemi Seguradora S.A. em 31 de dezembro de 2025 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA.

Outros Assuntos
No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Seguradora e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante.
Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

Porto Alegre/RS, 25 de fevereiro de 2026.

Alexandre Turk de Almeida – Atuário MIBA nº 1034
ALM Consultoria e Auditoria Atuarial S/S Ltda
CNPJ nº 08.614.081/0001-21 – CIBA nº 102
Av. Carlos Gomes, 700/606, Porto Alegre

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Sabemi Seguradora S.A.

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da Sabemi Seguradora S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Seguradora em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor
A administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.
Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria pelas demonstrações financeiras
A diretoria da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Seguradora e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos:
(a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco;
(b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora.
- Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Porto Alegre , 27 de fevereiro de 2026

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Rafael Biedermann Mariante
Contador CRC 1SP243373/O-0

PREVIDÊNCIA

Sabemi

CNPJ nº 88.747.928/0001-85
Carta Patente SUSEP nº 020
Rua Sete de Setembro, 515 - 4º andar
CEP 90010-190 - Porto Alegre - RS

Relatório da Administração

Senhores Participantes:

A Sabemi Previdência Privada, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à sua apreciação, o presente Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, o Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras e o Parecer de auditoria atuarial independente, relativos ao exercício de 2025.

Cenário econômico
O ano de 2025 foi marcado por um cenário econômico ainda desafiador, embora mais previsível em relação ao exercício anterior. No contexto internacional, observou-se desaceleração gradual da inflação nas principais economias, permitindo ajustes progressivos nas políticas monetárias, ainda que com cautela por parte dos bancos centrais.
No Brasil, a condução da política monetária permaneceu prudente ao longo do ano, refletindo o compromisso com a convergência inflacionária e a estabilidade macroeconômica. A taxa Selic apresentou trajetória de estabilização, encerrando 2025 em 15% a.a. e previsão de início de ciclo de redução para o primeiro semestre de 2026.
No setor segurador, 2025 foi um ano de continuidade do crescimento estrutural. A maior conscientização da população quanto à proteção financeira, aliada à digitalização dos canais de distribuição, contribuiu para a expansão do mercado. Nesse contexto a previdência complementar aberta se consolida como importante elo na cadeia dos mecanismos de proteção contra riscos de aposentadoria e pensão.

Resultado da entidade
A Entidade apresentou no exercício de 2025 um déficit de R$ 1.619 mil, resultado impactado pelo expressivo acréscimo nas despesas com tecnologia e o aumento da sinistralidade.
A Entidade reinveste seu superávit e não distribui resultados aos participantes.

Organização estatutária
Não houve, no exercício de 2025, qualquer tipo de acordo com o quadro associativo da Entidade e alteração estatutária.
O Conselho Deliberativo da Entidade Sabemi Previdência Privada é atuante e participa das decisões da Diretoria da Entidade.

Controles internos
A Entidade está fazendo a manutenção da sistemática de controles internos, a qual é responsabilidade da Administração, conforme determina a legislação vigente, mediante a análise, revisão e aderência dos processos e normas internas e análise constante do gerenciamento de riscos.

Declaração sobre a capacidade financeira
As aplicações financeiras estão classificadas de acordo com o modelo de negócios da Entidade para a gestão dos seus ativos assim como as características do fluxo contratual do ativo financeiro.
Os benefícios de planos previdenciários são pagos rigorosamente em dia, assim como todas as demais obrigações de qualquer natureza, seguindo os procedimentos determinados pelo órgão fiscalizador.

Perspectivas futuras
A Entidade continuará a envidar seus esforços na venda de planos de previdência complementar na modalidade de pecúlio, projetando o crescimento das operações para o próximo exercício.

Agradecimentos
Agradecemos aos nossos participantes pelo apoio e confiança que depositaram em nossa Entidade, e permanecemos à disposição para quaisquer outras informações, em nossa sede social.

Porto Alegre, 27 de fevereiro de 2026.

A Diretoria

Balanço patrimonial em 31 de dezembro Em milhares reais

Ativo	2025	2024
Circulante	35.295	35.986
Disponível	914	8.461
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	914	8.461
Aplicações (Nota 6)	31.811	13.691
Créditos das operações com previdência complementar (Nota 6 (f))	692	1.130
Valores a receber	692	1.130
Títulos e créditos a receber (Nota 6 (g))	1.824	12.645
Títulos e créditos a receber	1.021	1.629
Assistência financeira a participantes	661	819
Outros créditos	142	10.197
Outros valores e bens (Nota 9)	22	22
Bens a venda	22	22
Despesas antecipadas (Nota 7)	32	37
Despesas antecipadas não relacionadas a resseguro	32	37
Não circulante	5.611	7.270
Realizável a longo prazo	5.611	7.270
Títulos e créditos a receber (Nota 6 (g))	5.092	6.558
Títulos e créditos a receber	2.043	1.900
Depósitos judiciais	1.620	1.609
Assistência financeira a participantes	1.429	3.049
Outros valores e bens (Nota 8)	464	631
Outros valores e bens	464	631
Despesas antecipadas (Nota 7)	55	81
Despesas antecipadas não relacionadas a resseguro	55	81
Total do ativo	40.906	43.256

Passivo e patrimônio social	2025	2024
Circulante	7.123	7.467
Contas a pagar	779	1.122
Obrigações a pagar (Nota 11)	435	313
Impostos e encargos sociais a recolher (Nota 12)	276	521
Impostos e contribuições (Nota 13)	4	7
Outras contas a pagar	64	281
Depósitos de terceiros (Nota 14)	1.008	984
Provisões técnicas - previdência complementar (Nota 15)	5.160	5.208
Planos bloqueados	1.968	1.717
Planos não bloqueados	3.192	3.491
Outros débitos	176	153
Passivo de arrendamento (Nota 16)	176	153
Não circulante	8.778	9.165
Contas a pagar	77	459
Obrigações a pagar (Nota 11)	77	459
Provisões técnicas - previdência complementar (Nota 15)	5.138	4.665
Planos bloqueados	5.072	4.600
Planos não bloqueados	66	65
Outros débitos	3.203	3.520
Provisões judiciais (Nota 18)	3.203	3.520
Débitos diversos	360	521
Passivos de arrendamento (Nota 16)	360	521
Patrimônio social	25.005	26.624
Reserva patrimonial (Nota 19)	3.204	3.204
Reservas de retenção de superávit (Nota 19)	21.801	23.420
Total do passivo e do patrimônio social	40.906	43.256

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio social Em milhares reais

	Reserva patrimonial	Reservas de superávit – Retenção de superávit	Reservas de superávit – Contingências de benefícios	Superávits acumulados	Total
Em 1º de janeiro de 2024	3.204	21.264	1.447		25.915
Reversão de Reserva de Contingência			(70)	70	
Superávit do exercício				709	709
Destinação do superávit		779		(779)	
Em 31 de dezembro de 2024	3.204	22.043	1.377		26.624
Déficit do exercício				(1.619)	(1.619)
Destinação do resultado		(1.619)		1.619	
Em 31 de dezembro de 2025	3.204	20.424	1.377		25.005

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares reais

	2025	2024
Variações de outras provisões técnicas	(52)	32
Benefícios retidos	(1.040)	(868)
Contribuições para cobertura de riscos	6.694	6.757
Variação das provisões técnicas de prêmios	305	464
Prêmio ganho	6.999	7.221
Sinistros ocorridos (Nota 20)	(957)	(974)
Custo de aquisição (Nota 20)	(545)	(468)
Outras receitas e despesas operacionais (Nota 20)	951	359
Despesas administrativas (Nota 20)	(8.949)	(6.197)
Despesas com tributos (Nota 20)	(251)	(256)
Resultado financeiro (Nota 20)	2.225	1.860
Resultado operacional	(1.619)	709
Déficit /superávit do exercício	(1.619)	709

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares reais

	2025	2024
Déficit/Superávit do exercício	(1.619)	709
Outros resultados abrangentes no exercício	-	-
Resultado abrangente do exercício	(1.619)	709

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa - Método Indireto Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares reais

	2025	2024
Atividades operacionais		
Déficit / superávit do exercício	(1.619)	709
Variação nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	(18.120)	4.159
Créditos das operações com previdência complementar	438	(58)
Depósitos judiciais e fiscais	(11)	294
Outros ativos	12.496	1.069
Impostos e contribuições	(248)	233
Outras contas a pagar	(615)	(2.387)
Depósito de terceiros	24	959
Provisões técnicas - previdência complementar	425	(74)
Provisões judiciais	(317)	686
Caixa líquido consumido (gerado) nas atividades operacionais	(7.547)	5.590
Redução (aumento) líquida de caixa e equivalentes de caixa	(7.547)	5.590
Caixa e equival. de caixa no início do exercício	8.461	2.871
Caixa e equival. de caixa no final do exercício	914	8.461
Redução (aumento) líquida de caixa e equivalentes de caixa	(7.547)	5.590

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 Em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional
A Sabemi Previdência Privada ("Entidade") tem personalidade jurídica de uma entidade sem fins lucrativos e tem por objeto instituir planos de previdência privada aberta, atuando em todo território nacional. A Entidade possui sede na Rua Sete de Setembro, 515 - 4° andar, Centro - Porto Alegre/RS, tendo suas atividades reguladas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.
As atividades da Entidade são realizadas entre outras empresas do Grupo econômico Sabemi.
A Entidade também atua como correspondente de instituição financeira no país, de acordo com a Circular SUSEP nº 600/20.

2 Resumo das principais políticas contábeis
As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.
2.1 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras
As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP. Tais práticas tem observância às disposições contidas na Norma Brasileira de Contabilidade NBC ITG - 2002 - "Entidades sem Finalidade de Lucros", incluem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pela SUSEP, no que não contrariem a Circular SUSEP nº 648/21 e alterações posteriores e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.
A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Entidade no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.
De acordo com a NBC- ITG 2002, as isenções tributárias relacionadas com a atividade devem ser divulgadas em suas demonstrações. Como a Entidade é considerada isenta, não é tributada pelo Imposto de Renda e Contribuição Social.
As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Entidade em 23 de fevereiro de 2026.
2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação
As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional e de apresentação da Entidade.
2.3 Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e depósitos bancários. Equivalentes de caixa são aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo.
2.4 Instrumentos financeiros
Reconhecimento inicial de ativos financeiros
A classificação de instrumentos financeiros de acordo com o CPC 48 é baseada no modelo de negócio segundo o qual o ativo financeiro é gerido além de seu fluxo de caixa contratual. Em decorrência da adoção do CPC 48, a Entidade passou a classificar seus instrumentos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.
(a) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado
Utilizada quando os ativos financeiros são administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros. Incluem-se nesta categoria os recebíveis, títulos e valores mobiliários, contribuições a receber, operações de crédito, títulos e créditos a receber, principalmente com partes relacionadas, operações de assistência financeira e demais contas a receber, exceto os investimentos de curto prazo. Esses recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros (quando aplicável) e são avaliados por "impairment" a cada data de balanço.
(b) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA")
Os juros de estes títulos, calculados pelo método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de receitas financeiras. As variações de valor justo, (ganhos ou perdas não realizadas), é lançada contra o patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial", sendo realizada contra o resultado por ocasião de sua efetiva liquidação ou por perda considerada permanente (*impairment*).
(c) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado ("VJR")
Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Os títulos e valores mobiliários classificados nessa categoria são adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados e são contabilizados e ajustados ao valor de mercado, computando-se a valorização ou desvalorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado. Os ativos dessa categoria correspondem a aplicações financeiras classificadas no ativo circulante.
Os fundos de investimento financeiro já eram administrados e contabilizados com base no valor justo de mercado e de acordo com o CPC 48 continuam designados como mensurados ao valor justo por meio do resultado, avaliados pelo valor da quota informado pelos administradores dos fundos, na data do balanço.
Reconhecimento e mensuração
Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são contabilizados em contrapartida à conta específica do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Entidade tenha transferido, significativamente, todos os riscos e benefícios da propriedade. Tais ativos, subsequentemente, são contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado.
O valor justo é estabelecido com base em modelo de precificação desenvolvido pelo custodiante, que considera fatores de risco, incluído o risco de crédito do emissor.
Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (*impairment*)
A Entidade avalia no final de cada período se há evidência de que a qualidade de crédito de um ativo ou grupo de ativos está deteriorada, e os prejuízos de *impairment* são incorridos como resultado de um evento de perda, o qual tem impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo ou grupo de ativos financeiros.
Os critérios que a Entidade adota para determinar se há evidência objetiva de perda por *impairment* incluem:
- dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- o grupo, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador do empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
- declaração de falência ou reorganização do tomador de serviço;
- desaparecimento de mercado ativo para o ativo financeiro;
- dados indicando que há redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados com base na carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial, incluindo: (i) mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; (ii) condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

Mediante a avaliação da existência de evidência objetiva de perda por *impairment*, a Entidade mensura o prejuízo. Nesta circunstância, o saldo contábil é reduzido ao seu valor recuperável e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.
Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após a perda por *impairment* ter sido reconhecida, a reversão da perda será realizada e registrada na demonstração do resultado, de acordo a Circular Susep 648/2021.
2.5 Ativos não circulantes
Realizável a longo prazo
É demonstrado pelos valores de realização ou liquidação, inclusos, quando aplicável, os rendimentos, encargos e as variações monetárias, incorridos até a data do balanço.
2.6 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros
Os outros ativos não financeiros, circulantes ou não circulantes, são revistos anualmente se identificado evidências objetivas de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.
2.7 Contratos de previdência (seguros)
A Entidade utilizou as regras do CPC11, da SUSEP e do CNSP para avaliação e classificação de todos os contratos de previdência com base em análise de transferência de risco significativo de seguro entre as partes, considerando, adicionalmente, todos os cenários em que o evento segurado ocorre comparado com cenários em que o evento segurado não ocorre.
2.8 Avaliação de passivos originados de contratos de previdência
Provisões relacionadas à atividade de previdência
As provisões técnicas visam dar garantia às operações de previdência privada, com base em cálculos atuariais. São calculadas, quando aplicável, de acordo com as notas técnicas atuariais aprovadas pela SUSEP e critérios estabelecidos pela Resolução CNSP nº 432/2021 e circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores. Correspondem ao valor das obrigações assumidas sob forma de planos de aposentadoria, pensão e pecúlio.
Provisão Complementar de Cobertura (PCC): constituída quando for constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado no Teste de Adequação do Passivo (TAP), de acordo com o disposto na Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores. As principais premissas de cálculo são:
Tábua de Mortalidade BR-EMS 2021, segregada por sexo;
Indexador monetário do Plano; e
Taxa de juros livre de risco (padrão SUSEP);
Provisão de Despesas Relacionadas (PDR): constituída para cobrir as despesas relacionadas ao pagamento de indenizações de Produtos Estruturados em Regime Financeiro de Repartição Simples. Calculada conforme metodologia aprovada em nota técnica atuarial. As principais premissas de cálculo são:
Expectativa de pagamento de despesas relacionadas a benefícios administrativos e judiciais já avisados;
Expectativa de pagamento de despesas relacionadas a benefícios administrativos e judiciais já ocorridos, mas ainda não avisados;
Atualização monetária vinculada.
Provisão de Despesas Relacionadas (PDC): constituída para cobrir as despesas relacionadas ao pagamento de indenizações ou benefícios de Produtos em Regime Financeiro de Capitalização ou Repartição de Capitais por Cobertura. Calculada conforme metodologia aprovada em nota técnica atuarial. As principais premissas de cálculo são:
Expectativa de pagamento de despesas relacionadas a benefícios administrativos e judiciais já avisados;
Expectativa de pagamento de despesas relacionadas a benefícios administrativos e judiciais já ocorridos, mas ainda não avisados;
Atualização monetária vinculada.
Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (IBNR): constituída para cobrir os eventos já ocorridos e que por qualquer motivo ainda não foram avisados à Entidade. As principais premissas de cálculo são:
Valores de Benefícios registrados (avisados, reestimados, cancelados e pagos);
Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (quando aplicável); e Atualização monetária vinculada.
Sinistros Ocorridos e Não Suficientemente Avisados (IBNeR): constituída para o desenvolvimento agregado dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até a sua liquidação final. Esta provisão é considerada um ajuste de PSL
Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG): constituída para a cobertura dos eventos a ocorrer ao longo dos prazos a decorrer referentes aos riscos vigentes na data base. As principais premissas de cálculo são:
Contribuições emitidas, descontadas das parcelas de contribuições canceladas e/ou restituídas;
Data de início e término de vigência do risco; e
Data de emissão do risco.
Provisão de Prêmios Não Ganhos para Riscos Vigentes e Não Emitidos (PPNG/RVNE): provisão estimada cujo objetivo é dar cobertura aos riscos em vigor de prêmios ainda não emitidos pela Entidade.
Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL): constituída para garantir o pagamento de sinistros avisados e não pagos. Seu cálculo possui distinções quando do status do evento, entre administrativo e judicial. As principais premissas de cálculo são:
Valores calculados de Sinistro;
Juros de Mora;
Atualização Monetária;
Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC): constituída para garantir o pagamento de sinistros sob o formato de renda (aposentadorias e pensões). Seu método específico de cálculo é vinculado às características técnicas do Benefício, devidamente descritas em Nota Técnica Atuarial. As principais premissas de cálculo são:
Valores calculados de Sinistro;
Juros Remuneratórios do Plano;
Atualização Monetária;
Tábua de Mortalidade do Plano (quando aplicável); e
Prazo de pagamento programado do Sinistro (quando aplicável).
Provisão de Resgates e Outros Valores a Regularizar (PVR): constituída com base nos valores de Devolução de Contribuições, Rendas Vencidas e Não Pagas ou Resgates previstos nos Planos que por qualquer razão ainda não tenham sido regularizados. As principais premissas de cálculo são:
Valores calculados de Resgates (quando aplicável);
Valores de devolução de contribuições (quando aplicável);
Rendas Vencidas e Não Pagas;
Outros valores a regularizar; e
Atualização monetária.
Teste de adequação dos passivos - TAP
Conforme requerido pela regulamentação vigente, a cada data de balanço a Entidade elabora o teste de adequação dos passivos para todos os contratos vigentes na data de execução do teste. Este teste é elaborado considerando-se como valor líquido contábil todos os passivos de contratos de seguros permitidos segundo o CPC11, que também estabelece que os contratos de previdência sejam considerados contratos de seguros, contexto operacional da Entidade.
O teste de adequação dos passivos, segundo as determinações legais, considerou todos os fluxos de caixa futuros dos direitos e das obrigações oriundas dos contratos e certificados vigentes em 31 de dezembro de 2025 e os valores já provisionados referentes a esses contratos, além de premissas atuariais correntes até o final de vigência destes direitos e obrigações, sem considerar novos contratos e certificados.
Para esse teste, a Entidade elaborou metodologia que considera a sua melhor estimativa para cada um dos fluxos de caixa futuros, que também incluem as despesas incrementais e de liquidação de benefícios, sempre utilizando premissas correntes e realistas para o teste. Os fluxos de caixa são trazidos a valor presente, a partir de premissas de taxas de juros livres de risco. A metodologia elaborada pela Entidade leva em consideração elementos que impactam diretamente no fluxo de caixa dos referidos contratos, tais como níveis de permanência dos participantes no plano, taxas de mortalidade da Tábua BR-EMS-2021 M&F publicada pela SUSEP, além da já mencionada taxa de juros livre de risco.
O TAP seguiu o que determina a Circular SUSEP nº648/2021, conforme demonstrado na Nota 15 (d).
2.9 Obrigações a pagar
São obrigações a liquidar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, são apresentados como passivo não circulante. São, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso da taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidos ao valor da fatura correspondente. Os demais passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias (em base "pro-rata" dia).

Continua...

...Continuação

2.10 Impostos e contribuições

Incluem as provisões para o Programa de Integração Social (PIS), o qual é calculado com base nos critérios estabelecidos pela legislação vigente, sendo sua provisão constituída à alíquota de 0,65%. No exercício de 2011 a Entidade obteve o direito ao não recolhimento da COFINS, suspendendo o recolhimento mensal do referido tributo a partir do mês de maio de 2011.

2.11 Provisões para ações judiciais, passivos contingentes e obrigações legais

Provisões contingentes são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos internos e externos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Para os processos de natureza cível utiliza-se o método de melhor estimativa, considerando-se as médias de valores pagos, o período de apuração dos pagamentos e o seu objeto processual.

Os demais passivos contingentes classificados como perda possível não são registrados, mas são divulgados em nota explicativa e os assuntos classificados como perda remota não são provisionados, porém são divulgados pela administração quando relevantes.

As obrigações legais são provisionadas independentemente da opinião de êxito dos assessores jurídicos.

2.12 Contratos de arrendamento

A Entidade aplica o CPC 06 (R2) – Arrendamentos, reconhecendo, na data de início do contrato, um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento para todos os contratos que transferem o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

A Entidade arrenda diversos bens, incluindo andares e lojas em prédios comerciais utilizados em suas atividades administrativas e operacionais. Os contratos são geralmente celebrados por prazos de 24 meses a 5 anos, podendo incluir opções de prorrogação, quando aplicável.

O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado pelo valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento, descontados pela taxa incremental de financiamento da Entidade. Posteriormente, o passivo é acrescido de encargos financeiros e reduzidos pelos pagamentos efetuados.

O ativo de direito de uso é inicialmente mensurado pelo valor correspondente ao passivo de arrendamento, ajustado por pagamentos antecipados, custos diretos iniciais e eventuais incentivos recebidos. Após o reconhecimento inicial, o ativo é depreciado pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento ou da vida útil o ativo, dos dois o menor.

Os encargos financeiros sobre o passivo de arrendamento são reconhecidos como despesas financeira na demonstração do resultado ao longo do prazo do contrato, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

A Entidade opta por reconhecer como despesa, de forma linear ao longo do prazo do contrato, os pagamentos de arrendamentos de curto prazo (prazo inferior a 12 meses) e de ativos de baixo valor, quando aplicável.

2.13 Benefícios a empregados

As provisões trabalhistas, principalmente relativas às férias, e os respectivos encargos sociais, são calculadas e registradas segundo o regime de competência.

A Entidade não concede plano de pensão ou outros benefícios pós-emprego, nem remuneração baseada em ações.

2.14 Apuração do resultado

Receitas e despesas de previdência

As contribuições de previdência são reconhecidas de acordo a emissão do certificado ou a vigência do risco para os casos em que o risco se inicia antes da sua emissão e ajustadas por meio da variação das provisões.

As despesas com provisões técnicas de previdência são contabilizadas simultaneamente ao reconhecimento das correspondentes receitas.

As receitas de assistência financeira a participantes são reconhecidas de acordo com o prazo de vigência do contrato.

As demais receitas e despesas são reconhecidas no resultado do período em que incorreram, ou seja, segundo o regime de competência.

2.15 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios futuros e/ou algumas serão aplicáveis quando aprovadas pela SUSEP.

CPC 50 - Contratos de seguros (IFRS 17): A norma estabelece os princípios para o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação dos contratos de seguros. O objetivo do CPC 50 é assegurar que a entidade fornece informações relevantes que representam fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários das demonstrações financeiras avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia.

A Companhia iniciou o trabalho de avaliação e está analisando os impactos em suas demonstrações financeiras. O CPC 50 ainda não foi recepcionado pela SUSEP.

CPC 51 – Apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras (IFRS 18): A norma estabelece novos subtotais e três categorias para receitas e despesas (operacionais, de investimento e de financiamento) na estrutura da demonstração de resultados. Também requer que as empresas divulguem explicações sobre as medidas de desempenho definidas pela administração relacionadas à demonstração de resultados.

A Companhia iniciou o trabalho de avaliação e está analisando os impactos em suas demonstrações financeiras. O CPC 51 ainda não foi recepcionado pela SUSEP.

Lei Complementar nº214/2025 - Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214, resultante da conversão do PLP nº 68/2024. Esta lei é parte da regulamentação da Emenda Constitucional nº 132, que estabelece a Reforma Tributária sobre o Consumo. Ela institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), marcando um passo importante na Reforma Tributária do consumo.

A Entidade iniciou o trabalho para gerir a transição tributária entre 2026 e 2033, de modo a assegurar a conformidade regulatória e a eficiência fiscal da operação. A definição da estratégia futura depende da definição das taxas de referência, por parte dos órgãos competentes, assim como a regulação setorial e normas operacionais da Receita Federal.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se no histórico da Entidade e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

(a) Passivos de previdência (seguros)

O componente onde a administração mais exerce o julgamento e utiliza estimativa é na constituição dos passivos de previdência (seguros) da Entidade. Existem diversas fontes que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que a Entidade liquidará em última instância. A Entidade utiliza todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da administração, dos atuários e dos especialistas da Entidade para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido. Como consequência, os valores provisionados podem diferir dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações.

(b) Provisões judiciais

A Entidade é parte em demandas judiciais envolvendo as áreas cíveis, fiscais e trabalhistas, as quais são consideradas para elaboração das demonstrações financeiras, em conformidade com as normas contábeis vigentes. Os critérios utilizados pela administração da Entidade para a contabilização das demandas observam as evidências fáticas, legais e jurisprudenciais para a correta classificação e mensuração do risco econômico envolvido em cada demanda judicial, levando-se em consideração, ainda, os estudos e pareceres elaborados pela assessoria jurídica da Entidade em conjunto com profissionais especializados.

(c) Provisão (*Impairment*) para riscos de crédito sobre assistência financeira

A administração usa estimativas baseadas no histórico de perda em ativos com características de risco de crédito e evidência objetiva de *impairment* similar aos da sua carteira para projetar os fluxos de caixa futuros. A administração examina sua carteira de assistência financeira com o objetivo de avaliar possíveis perdas, pelo menos a cada mês.

4 Gerenciamento de riscos

Os principais riscos decorrentes das atividades da Entidade são os riscos de mercado (taxa de juros), de crédito, de liquidez, de risco de seguros e de risco de capital. O gerenciamento desses riscos envolve diferentes departamentos e contempla uma série de políticas e estratégias de alocação de recursos consideradas adequadas pela administração.

4.1 Gestão de risco de seguro

A Entidade atua junto ao mercado com planos de previdência complementar aberta, em especial o pecúlio, os quais são direcionados para pessoas físicas, jurídicas e empresas públicas, cujo objetivo é atender seu público alvo através do oferecimento destes produtos, bem como por meio de assistência financeira.

A Entidade define risco de seguro como o risco transferido por qualquer contrato onde haja a possibilidade futura de que o evento garantido, passível de pagamento, ocorra. Para um grupo de contratos de previdência (seguro), onde a teoria das probabilidades é aplicada para a precificação e provisionamento, a Entidade entende que o principal risco transferido para a Entidade é o risco de que os pagamentos de benefícios resultantes de eventos ocorridos excedam o valor contábil dos passivos de contratos de previdência. Essas situações ocorrem, na prática, quando a frequência e severidade dos benefícios são maiores do que previamente estimados, segundo a metodologia atuarial de cálculo destes passivos, ou, quando, através de ações judiciais, a Entidade é compelida a pagar indenizações que extrapolam ao valor contratado ou a sua previsão inicial.

Dentro do risco de seguro, destaca-se o risco de subscrição, que advém de uma situação econômica que contraria as expectativas utilizadas como premissas da Entidade no momento da elaboração de sua política de subscrição, principalmente no que se refere a premissas atuariais e financeiras. O risco de subscrição pode ser identificado nos seguintes itens: risco no processo de subscrição (fase de contratação dos planos, quando se avalia o perfil do proponente), risco na precificação do produto (parâmetros de cálculo), risco de definição dos produtos (modelagem do produto), risco de retenção líquida, risco moral e risco nas provisões relacionadas.

Assim, a Entidade tem como objetivo, visando mitigar o risco de subscrição/seguro, investir em novos e melhores processos de seleção de riscos e precificação. Os elementos-chave da política de subscrição da Entidade são e continuarão sendo (1) manutenção de controle centralizado de subscrição, para garantir que as políticas e os procedimentos da Entidade sejam utilizados de maneira consistente e apropriados; e (2) utilização de técnicas para o desenvolvimento de seu próprio banco de dados de subscrições, eventos e outras experiências estatísticas para que a Entidade possa selecionar e avaliar riscos de forma técnica e comercialmente precisa.

Além dos modelos internos, para a gestão e mitigação destes riscos, a Entidade realiza periodicamente revisões nos seus produtos comercializados, com o objetivo de rever os seguintes aspectos:

Definições do produto: análise do escopo do produto e das coberturas e garantias oferecidas aos participantes bem como o público alvo das vendas;

Estudo mercadológico: avaliação da força competitiva dos concorrentes frente ao produto comercializado e receptividade dos clientes;

Expectativa de vendas: revisão e alinhamento das metas de vendas de acordo com o observado e ainda esperado;

Precificação: estudo dos custos e receitas do produto de modo a atingir as metas propostas para os produtos. Nesta etapa, é verificada a adequação da tarifa atuarialmente definida para o produto;

Provisionamento: as provisões técnicas (passivos contábeis) são constantemente reavaliadas visando refletir a realidade da necessidade de valores reservados para os planos operados pela Entidade. Ainda são constantemente analisados os sistemas operacionais utilizados na comercialização e manutenção dos produtos, possíveis riscos operacionais existentes no processo, além de avaliar aspectos legais e os riscos de imagem, fraude e lavagem de dinheiro.

Não obstante, parte dos riscos de crédito e subscrição aos quais a Entidade está exposta é minimizado, em função da não aceitação de riscos com valores de benefícios elevados. Desta forma, minimizam-se as possibilidades de desvios na severidade dos eventos observados.

Além disso, a Entidade monitora a qualidade dos negócios, visando avaliar e melhorar o seu desempenho. Os negócios são subscritos pela Entidade após a revisão, dentre outros, das experiências com perdas e dos relatórios de precificação dos Pecúlios (principal produto da Entidade), e após consideração completa do histórico de pagamentos de benefícios.

(a) Quadro de análise de sensibilidade

A Entidade dividiu a análise de sensibilidade segundo os parâmetros utilizados e a estrutura dos planos.

Análise de sensibilidade nos sinistros ocorridos

A tabela abaixo apresenta o impacto no Sinistro ocorridos, por plano de risco, caso haja um aumento de 10 pontos percentuais nos seus valores, em relação aos últimos doze meses da data base do cálculo. Os demais parâmetros referentes a índices de conversibilidade, inflação e excedente financeiro, considerando as características dos planos em operação, não se aplicam com a relevância requerida no contexto.

	Impacto no resultado e no patrimônio social	
Planos	**2025**	**2024**
Pecúlio	(93)	(98)
Pensão	(0)	(0)
Total	(93)	(98)

Análise de sensibilidade nas provisões de longo prazo

A tabela abaixo apresenta o impacto nas provisões de longo prazo, segundo estrutura dos planos, caso haja uma redução na taxa de juros para 4% a.a. Os demais parâmetros referentes a índices de conversibilidade, inflação e excedente financeiro, considerando as características dos planos em operação, não se aplicam com a relevância requerida no contexto

	Impacto no resultado e no patrimônio social	
Planos	**2025**	**2024**
Aposentadoria	(28)	(30)
Pensão	(1.039)	(994)
Total	(1.067)	(1.024)

(b) Concentração de risco

A Entidade elaborou a sua concentração de risco, conforme a distribuição geográfica das contribuições brutas emitidas. A contribuição bruta se refere ao valor emitido mensalmente para o custeio do plano contratado pelo participante. Assim, a composição do risco está distribuída da seguinte maneira:

	Contribuição bruta	
UF	**2025**	**2024**
AC	60	58
AL	87	96
AM	219	211
AP	109	107
BA	229	234
CE	240	248
DF	289	285
ES	75	73
GO	115	113
MA	141	142
MG	251	254
MS	196	184
MT	106	102
PA	426	421
PB	162	165
PE	345	361
PI	56	58
PR	188	180
RJ	1.711	1.818
RN	166	178
RO	95	93
RR	124	124
RS	684	662
SC	205	196
SE	70	73
SP	338	315
TO	7	6
	6.694	**6.757**

4.2 Gestão de riscos financeiros

A gestão de riscos financeiros compreende as seguintes categorias: a) risco de mercado, que é aquele associado à possibilidade de ocorrência de perdas devidas a oscilações nos preços de mercado das posições mantidas em carteira; b) risco de liquidez, que está relacionado à eventual indisponibilidade de recursos de caixa para fazer frente a obrigações futuras da Entidade; c) risco de crédito associado à possibilidade de descumprimento de um contrato nos termos em que tenha sido firmado entre as partes.

(a) Risco de Mercado

O risco de mercado é a possibilidade de perda decorrente das oscilações nos valores de mercado, tais como preços, índices e taxas sobre os descasamentos de prazos, moedas e indexadores de carteiras. O processo de gestão e controle de risco é submetido periodicamente à avaliação e revisão. A ferramenta de análises usada pela Entidade está entre os principais métodos amplamente difundidos no mercado, sendo ele:

Metodologia do Stress Test do Sistema Sophis: O stress determinista utiliza cenários de níveis de taxa pré, cupom cambial, ações, entre outros fatores de risco. A projeção do mercado é estabelecida em função das curvas de taxa pré, cupom cambial, cupom de TR, projeções de preços, etc. A metodologia utilizada para o cálculo do Stress Test utiliza um histórico de 180 dias úteis para séries de preços dos ativos e adota o percentual de 95%.

Para o cálculo do Value At Risk (VAR) e Stress das carteiras da Previdência, as equipes de Risco dedicadas do Itaú Asset, Santander Asset e XP Investimentos, estabelecem cenários internos próprios para determinados fatores de risco.

Na aplicação no Fundo Santander RT, o VaR diário sobre o Patrimônio Líquido de 0,003% indica que, sob condições normais de mercado e de acordo com o nível de confiança adotado na metodologia, a perda potencial diária é considerada imaterial, o Stress Test diário sobre o Patrimônio Líquido de -0,02% evidencia que, mesmo diante de cenários adversos e severos de mercado, o impacto estimado sobre o fundo permanece limitado, estando compatível com o perfil de risco conservador e com os parâmetros estabelecidos na Política de Gestão de Riscos.

Na aplicação no Fundo RESTEC do Itaú, percebe-se, pelos dados abaixo, uma baixa utilização dos limites estipulados para a carteira. Obtivemos VAR PL diário de 0,039% com base em consumo limite de 25,74% e Stress PL diário de 0,369% com consumo limite de 36,86%. A atual composição da carteira é composta por quotas de fundos de investimento.

Na aplicação para o Fundo XP Reserva Técnica, O Value at Risk (VaR), calculado pela metodologia paramétrica, com horizonte de 1 dia, nível de confiança de 95% e modelo EWMA (λ = 0,94), foi apurado em -0,009145% do Patrimônio Líquido, o que corresponde aproximadamente a R$ 186 mil, considerando um PL de R$ 2,03 bilhões. O limite máximo permitido para o VaR é de -1,00% do PL, resultando em um consumo de apenas 0,91% do limite, evidenciando ampla folga em relação ao risco autorizado, o teste de Stress indicou uma perda potencial de -0,0019% do PL, considerando os padrões usuais de mercado e a natureza do fundo, o consumo do limite de stress permanece residual, reforçando o caráter defensivo da carteira.

Sabe-se que o mercado dispõe de outras metodologias de análise de stress. Entretanto, devido às características das carteiras da Entidade na data em questão, julgou-se o teste de stress realizado pelo Sistema Sophis como o mais adequado para o cálculo de risco do Fundo.

(b) Risco de Liquidez

O risco de liquidez é a possibilidade de desequilíbrio entre os ativos negociáveis e os passivos exigíveis. Este descasamento pode vir a comprometer a capacidade de pagamento da Entidade.

A gestão do risco de liquidez tem como principal objetivo monitorar os diferentes prazos de liquidação de seus direitos e obrigações, garantindo desta forma a realização dos eventos financeiros. A previsão de fluxo de caixa da Entidade é realizada pelo Departamento Financeiro. Este departamento administra diariamente a liquidez de caixa com base em premissas estabelecidas de desembolsos e recebimentos.

(c) Gestão de risco de crédito

Risco de crédito é a possibilidade de perda associada ao não cumprimento total ou parcial das obrigações financeiras pactuadas pelo tomador ou contraparte.

A política de assistência financeira da Sabemi Previdência considera o nível de risco de crédito a que está sujeito as peculiaridades que envolvem o crédito consignado, tais como a diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, garantia de desconto em folha de pagamento e averbação online. Além disso, os prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em operações de assistência financeira.

A avaliação de risco de crédito aos participantes é realizada de acordo com a política de crédito das liberações de assistência financeira. Esta política está baseada em modelos usados pelo mercado de crédito, e condicionada a um histórico de índices de inadimplência.

4.3 Gestão de solvência

A Entidade executa suas atividades de gestão de risco de capital por meio de um modelo de gestão centralizado, com o objetivo primário de atender aos requerimentos de capital mínimo regulatório para o segmento, segundo critérios de exigibilidade de capital determinados pelo CNSP e SUSEP.

Os principais objetivos da Entidade em sua gestão de capital são: (i) manter níveis de capital suficientes para atender aos requerimentos regulatórios mínimos determinados pelo CNSP e SUSEP e (ii) otimizar retorno sobre capital para manutenção do patrimônio dos associados. Durante o período de reporte, e em períodos anteriores, a Entidade manteve níveis de capital acima dos requerimentos mínimos regulatórios.

Adequação de capital e da liquidez do ativo

Conforme Resolução CNSP nº 432/21 segue demonstrado abaixo o cálculo da adequação do capital e da liquidez do ativo, apurado em 31 de dezembro de 2025:

	2025	2024
Patrimônio social	**25.005**	**26.624**
(-) Despesas antecipadas	(87)	(118)
(-) Ajustes contábeis	**(87)**	**(118)**
(+) Superávit de fluxos prêmios/cont. não registrado apurado no TAP	380	842
(+) Superávit entre provisões e fluxo realista de prêmios/cont. registradas	159	367
(+) Ajustes associados à variação dos valores econômicos	**539**	**1.209**
PLA de nível 1	**24.896**	**26.484**
PLA de nível 2	**539**	**1.209**
PLA de nível 3	**22**	**22**
PLA – soma de PLA nível 1 + PLA nível 2 + PLA nível 3 (i)	**25.457**	**27.715**
(-) Ajuste de excesso de PLA de nível 2 e PLA de Nível 3 (ii)	-	-
PLA (total) aceito para cobertura do CMR- soma de (i) e (ii)	**25.457**	**27.715**
Capital Mínimo Requerido (CMR)		
a) Capital base	-	-
b) Capital de risco (CR)	**8.626**	**5.633**
(+)Capital adicional de risco de subscrição	841	884
(+)Capital adicional de risco de crédito	3.023	2.677
(+)Capital adicional de risco operacional	17	17
(+)Capital adicional de risco de mercado	6.950	3.802
(-)Benefício da correlação entre os capitais	(2.205)	(1.747)
Capital mínimo requerido (o maior entre a e b)	**8.626**	**5.633**
CMR coberto pelo PLA de nível 1 (deve ser no mínimo 50% do CMR)	8.626	5.633
Suficiência de cobertura do CMR em relação ao PLA	**16.831**	**22.082**

5 Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024
Depósitos bancários à vista	709	1.481
Equivalente de caixa (i)	205	6.980
	914	8.461

(i) Refere-se a cotas de fundos de investimentos, com liquidez diária. Fundo de investimento Itaú Corp. Plus RF DI, com carteira composta principalmente em Títulos públicos.

6 Ativos financeiros

(a) Mensurados a valor justo por meio do resultado

O custo atualizado (acrescidos dos rendimentos auferidos) e o valor de mercado das aplicações financeiras classificadas como títulos a valor justo por meio do resultado são os seguintes:

	2025		2024	
	Custo atualizado	**Valor de mercado**	**Custo atualizado**	**Valor de mercado**
Quotas de fundos de investimento (i)				
SANTANDER RT RF DI	4.493	4.493	3.728	3.728
ITAU RESTEC TP RF	1.854	1.854	2.124	2.124
XP RESERVA TECNICA FI RF	4.829	4.829	4.180	4.180
BRADESCO FI REF DI	18.792	18.792		
Total das quotas de fundos	29.968	29.968	10.032	10.032
Total de aplicações	29.968	29.968	10.032	10.032
Circulante	29.968	29.968	10.032	10.032
Total de aplicações	29.968	29.968	10.032	10.032

(i) Quotas de Fundos de Investimento

Fundos de investimento cujo valor de mercado é atualizado diariamente pelo valor da quota divulgado por suas respectivas administradoras com expectativa de remuneração de 100% do CDI.

(b) Mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

O custo atualizado (acrescido dos rendimentos auferidos) e o valor de mercado das aplicações Financeiras, classificadas ao valor justo por meio de outros resultados abrangestes são os seguintes:

	2025		2024	
	Custo atualizado	**Valor de mercado**	**Custo atualizado**	**Valor de mercado**
FIDC GREEN SOLFACIL V	296	296	428	428
FIDC GREEN SOLFACIL	353	353	570	570
ANGA SABEMI VII	1.194	1.194	2.661	2.661
Total de títulos VJRA	1.843	1.843	3.659	3.659
Total das aplicações	1.843	1.843	3.659	3.659
Circulante	1.843	1.843	3.659	3.659
Não circulante	-	-	-	-
Total das aplicações	1.843	1.843	3.659	3.659

(c) Abertura da carteira por prazo de vencimento:

	2025	2024
Quotas de fundos de investimento		
Sem vencimento	29.968	10.032
	29.968	10.032

De acordo com normatização da SUSEP, os títulos e valores mobiliários mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados no ativo circulante, independentemente do seu prazo de vencimento.

A Entidade não utiliza em suas operações instrumentos financeiros derivativos com propósito especulativo.

(d) Estimativa de valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), esteja próxima de seus valores justos.

A Entidade classifica as mensurações de valor justo usando uma hierarquia de valor justo que reflete a significância dos inputs usados no processo de mensuração. A hierarquia do valor justo tem os seguintes níveis:

- (Nível 1) preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- (Nível 2) *inputs* diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- (Nível 3) técnicas de avaliação, para as quais, qualquer *input* significativo não se baseia em dados de mercado observáveis.

A Entidade possui como política de gestão de risco financeiro, a contratação de produtos financeiros disponíveis no mercado brasileiro, cujo valor de mercado pode ser mensurado com confiabilidade, visando alta liquidez para honrar suas obrigações futuras e como uma política prudente de gestão de risco de liquidez.

A tabela a seguir apresenta os ativos financeiros detidos pela Entidade mensurados a valor justo:

	2025	2024
	Nível 2	**Nível 2**
Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado		
Cotas de Fundos de Renda Fixa	29.968	10.032
Cotas de outros Fundos	1.843	3.659
Total	31.811	13.691
Circulante	31.811	13.691
Não circulante	-	-
Total	31.811	13.691

A Entidade não possui instrumentos financeiros classificados no Nível 1 e 3 da hierarquia do valor justo.

As aplicações são compostas de 94% de Cotas de fundos investimentos (2024 – 73%) e 6% de Cotas de FIDC e de outros Fundos de investimento (2024 – 27%).

(e) Movimentação das aplicações

A movimentação das aplicações financeiras demonstra-se como segue:

	2025	2024
Saldo inicial	13.691	17.850
Aplicações	19.930	1.590
Resgates	(3.701)	(7.535)
Rendimentos	1.891	1.786
Saldo final	31.811	13.691
Circulante	31.811	13.691
Não circulante	-	-

(f) Créditos das operações com previdência complementar

Os saldos patrimoniais podem ser demonstrados por:

	2025	2024
Contribuições a receber (i)	692	1.130
	692	1.130

(i) Refere-se a valores a receber de órgãos consignatários oriundos de contribuições de previdência de participantes.

Movimentação de contribuições a receber

	2025	2024
Saldo inicial	1.130	1.072
(+) Contribuições Emitidas	7.811	7.947
(-) Contribuições canceladas	(1.117)	(1.190)
(-) Recebimentos	(7.132)	(6.699)
Saldo final	692	1.130

Continua...

...Continuação

Composição por idade

As composições de créditos de operações de previdência (contribuições a receber) por idade de vencimento em 31 de dezembro estão demonstradas a seguir:

	2025			2024		
	A vencer até 30 dias	A vencer de 31 até 365 dias	Total	A vencer até 30 dias	A vencer de 31 até 365 dias	Total
Contribuições a receber	692	-	692	684	446	1.130
Provisão para riscos sobre crédito	-	-	-	-	-	-
Saldo	692	-	692	684	446	1.130

g) Títulos e créditos a receber

Os saldos patrimoniais podem ser demonstrados por:

	2025	2024
Circulante		
Outros créditos Partes Relacionadas (Nota 17) (i)	568	748
Outros créditos	453	881
	1.021	1.629
Assistência financeira a participantes		
Assistência financeira a participantes (I)	719	912
Provisão para riscos de crédito sobre assistência financeira (II)	(58)	(93)
	661	819
Saldos bancários bloqueados por decisão judicial	142	836
Adiantamentos a fornecedores Partes Relacionadas (Nota 17) (i)	-	9.361
	142	10.197
Total do circulante	1.824	12.645
Não circulante		
Créditos a receber – partes relacionadas (Nota 17) (ii)	2.043	1.900
	2.043	1.900
Depósitos judiciais		
Depósitos judiciais - benefícios	1.210	1.115
Depósitos judiciais – cíveis e outros	410	494
	1.620	1.609
Assistência financeira a participantes		
Assistência financeira a participantes (I)	1.462	3.172
Provisão para riscos de crédito sobre assistência financeira (II)	(33)	(123)
	1.429	3.049
Total do não circulante	5.092	6.558
Total	6.916	19.203

(i) Refere-se principalmente, a saldos a receber decorrentes de adiantamentos pela prestação de serviços de tecnologia, intermediação de assistência financeira e acordos operacionais em que a Entidade atua como correspondente e como estipulante em administração de apólices. (Nota 17)

(ii) Em 28 de dezembro de 2022 foi assinado um Termo de assunção de dívida, entre a Sabemi Previdência Privada e a Sabemi Intermediadora de Negócios, com anuência da Sabemi Participações, relativo aos processos judiciais oriundos de contratos de assistência financeiras concedidas pela Entidade, e comercializados através de contrato de prestação de serviços entre ambas empresas.

A Administração do Grupo Sabemi entende que o custo dos processos judiciais relativos às assistências financeiras deve ser compartilhado com a empresa que recebeu o benefício econômico, através das comissões recebidas pelas operações de venda, motivo pelo qual o contrato foi firmado entre ambas as partes de comum acordo.

(I) Os saldos da assistência financeira a participantes e respectivas cessões de crédito, classificados em outros créditos, estão demonstrados a seguir:

	Circulante		Não circulante	
	2025	2024	2025	2024
Garantia de averbação				
Garantia de averbação	191.092	163.995	794.161	710.090
Cessão de crédito– FIDC Angá VI	(614)	(750)	(632)	(1.430)
Cessão de crédito– FIDC Angá VII	(2.464)	(3.009)	(1.295)	(4.485)
Cessão de crédito– FIDC Multiestratégia I	(10)	(12)	(24)	(41)
Cessão de crédito– FIDC Danúbio	(9.626)	(25.539)	(22.056)	(85.697)
Cessão de crédito– FIDC Sabemi XI	-	(6)	-	(16)
Cessão de crédito– FIDC Multi Consig I	(748)	(1.434)	(1.386)	(4.015)
Cessão de crédito– FIDC Somacred II	(32.904)	(47.067)	(111.997)	(197.288)
Cessão de crédito– FIDC Oceano Banck	(63.919)	(20.180)	(318.352)	(96.837)
Cessão de crédito– FIDC Somacred III	(75.646)	(58.229)	(327.495)	(295.711)
Cessão de crédito– FIDC Voiter Consig II	(4.063)	(6.208)	(8.076)	(19.271)
	1.098	1.561	2.848	5.299
	2025	2024	2025	2024
Receitas a apropriar				
Receitas a apropriar	(115.455)	(100.866)	(298.812)	(267.464)
Cessão de crédito– FIDC Angá VI	146	268	125	371
Cessão de crédito– FIDC Angá VII	322	795	193	822
Cessão de crédito– FIDC Multiestratégia I	5	7	6	14
Cessão de crédito– FIDC Danúbio	4.097	14.007	6.106	28.368
Cessão de crédito– FIDC Sabemi XI	-	3	-	4
Cessão de crédito– FIDC Multi Consig I	287	717	324	1.211
Cessão de crédito– FIDC Somacred II	17.937	29.112	36.447	73.062
Cessão de crédito– FIDC Oceano Banck	43.720	13.257	133.164	37.428
Cessão de crédito– FIDC Somacred III	47.028	38.866	118.808	117.462
Cessão de crédito– FIDC Voiter Consig II	1.534	3.185	2.253	6.595
	(379)	(649)	(1.386)	(2.127)
	719	912	1.462	3.172
Provisão para risco de crédito sobre assistência financeira (II)	(58)	(93)	(33)	(123)
Assistência financeira a participantes	661	819	1.429	3.049

As concessões de crédito de assistência financeira são efetuadas através de critérios de análise de risco, definidos pela administração da Entidade.

	Receita financeira		Securitização		Cessão	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
FIDC Angá VI (ii)	1	-	20	-	15	-
FIDC Danúbio (i)	-	1.067	-	24.508	-	14.006
FIDC Somacred II (ii)	288	7.029	6.003	150.124	3.423	86.735
FIDC Oceano Bank (ii)	13.444	5.059	313.612	124.491	167.368	72.107
FIDC Somacred III (ii)	4.741	13.413	153.750	372.400	83.333	212.494
FIDC Voiter Consig II (i)	-	46	-	30.613	-	19.858
	18.474	26.614	473.385	702.136	254.139	405.200

A receita financeira está reconhecida no resultado financeiro conta de Renda com assistência financeira (Nota 20)

(i) No exercício de 2025 não houve operações de securitização.

(ii) Os valores apresentados das cessões são descontados às taxas negociadas, para um período de financiamento de até 96 meses, pagos em moeda corrente. Esses créditos foram cedidos sem coobrigação ao respectivo fundo, onde a Entidade exerce administrativamente a cobrança desses títulos.

(II) A provisão para riscos sobre assistência financeira para 31 de dezembro de 2025 é apurada pela Administração da Entidade em valor suficiente para cobrir prováveis perdas futuras sobre o montante líquido a receber na data do Balanço. Para tal estimativa, a Entidade considerou a ocorrência histórica de perda da carteira de títulos combinada a uma análise estatística e ao julgamento da área interna de crédito. O método de cálculo de *impairment* aplicado nesta análise considera a movimentação da carteira de títulos entre as faixas de atrasos e o histórico de perda associado a cada uma delas. Estas faixas foram classificadas em 11 (onze) grupos, definidos segundo critérios tomados a partir do histórico dos títulos e das particularidades da operação de crédito consignado.

Frequentemente, a Administração valida o desempenho da classificação e de sua assertividade de previsão com relação a eventos reais de inadimplência e frente aos dados e informações disponíveis no mercado.

As classificações internas usadas estão associadas ao tipo de ativo sob análise, no caso, a assistência financeira em consignação na folha de pagamento. Este ativo tem apresentado historicamente recuperações de perdas até mesmo para contratos com até 48 parcelas vencidas e sem quitações nos últimos 12 meses. A expectativa de recuperação se deve as características de recebimento do crédito consignado, entre elas:

a. Recomposição salarial do participante recuperando novamente margem consignável;

b. Refinanciamento do contrato de assistência financeira aproveitando a margem existente;

c. Liquidação de contratos de dívidas em outras instituições pelo participante abrindo novamente margem consignável para outro contrato de assistência financeira ou retorno da cobrança do contrato inadimplente;

d. Cobrança ativa e negociações via débito em conta e boletos.

Além disso, os contratos de assistência financeira cujo participante tenha falecido ou tenha sido exonerado do órgão são 100% provisionados nos grupos I e J.

As composições de créditos de operações com assistência financeira a participantes, por idade de vencimento, estão demonstradas a seguir:

	2025	2024
A vencer acima de 12 meses	1.462	3.172
A vencer em até 12 meses	578	783
Vencidos em até 12 meses	74	80
Vencidos 13 - 24 meses	35	34
Vencidos 25 - 36 meses	18	10
Vencidos acima de 36 meses	14	5
	2.181	4.084

7 Despesas antecipadas

Composta por seguro garantia de processos judiciais.

	2025	2024
Seguro garantia	87	118
Total despesas antecipadas	87	118
Circulante	32	37
Não circulante	55	81

8 Outros valores e bens – direito de uso

Estão registrados os valores de direito de uso decorrentes da adoção do CPC 06 (R2).

	2025	2024
Ativo não circulante		
Outros valores e bens		
Ativo de direito de uso	855	855
Depreciação acumulada de ativo de direito de uso	(391)	(224)
Total do ativo	464	631

9 Outros valores e bens – bens a venda

São registrados nessa rubrica os imóveis destinados à venda do loteamento Parque Emboaba, do Estado do Rio Grande do Sul, totalizando em 31 de dezembro de 2024, 3 lotes (2023 - 3).

Movimentação:

	Saldo	Quantidade lotes
Saldo em 1º de janeiro de 2024	22	3
Saldo em 31 de dezembro de 2024	22	3
Saldo em 31 de dezembro de 2025	22	3

10 Investimentos

São registrados nesta rubrica propriedades para investimento no Estado de Santa Catarina, sendo: Village Sulmar - 132 lotes, Village Sulmar Zona Norte - 290 lotes, Village Sulmar Zona Nova - 200 lotes e Loteamento Nova Califórnia - 236 lotes.

	2025 e 2024 Custo Atualizado
Loteamento V.Sulmar	274
Loteamento V.Sulmar Zona Norte	232
Loteamento V.Sulmar Zona Nova	160
	666
Perdas por redução no valor recuperável (*impairment*)	(666)
Total	-

No final do exercício de 31 de dezembro de 2012, de acordo com CPC 01, a Entidade efetuou análise de recuperação dos seus investimentos através de estudo técnico elaborado internamente, avaliação que resultou em uma provisão de R$ 666 referente aos loteamentos Village Sulmar. Não houve modificações na avaliação atualizada para 31 de dezembro de 2025, ficando inalterados os valores provisionados. De acordo com nossos assessores jurídicos, tramita na Vara Cível da Comarca de Sombrio/SC, o processo nº 0301216-03.2019.8.24.0069, ação judicial contra a Prefeitura de Sombrio/SC, questionando a cobrança de IPTU e pleiteando a extinção das matrículas no Registro de Imóveis.

11 Obrigações a pagar

São registrados nestas contas os valores decorrentes de fornecedores, honorários e gratificações, acordos processuais e outras obrigações a pagar, provenientes das operações com correspondentes.

	2025	2024
Circulante		
Fornecedores	43	1
Processos judiciais cíveis parcelados	17	66
Processos judiciais Procon parcelados	24	-
Processos judiciais Susep parcelados	284	155
Outras obrigações a pagar	67	91
Total do circulante	435	313
Não Circulante		
Outras obrigações a pagar	77	459
Total do não circulante	77	459
Total de obrigações a pagar	512	772

12 Impostos e encargos sociais a recolher

São registrados nestas rubricas os valores decorrentes de impostos de renda na fonte de terceiros, contribuições previdenciárias (INSS), contribuições para o fundo de garantia por tempo de serviço (FGTS) e contribuições sociais retidas de terceiros.

	2025	2024
Imposto de renda retido na fonte terceiros	20	32
Imposto sobre serviços retidos	57	95
Imposto sobre operações financeiras	75	213
Contribuições previdenciárias retidas	1	-
Outras contribuições retidas de terceiros	123	181
	276	521

13 Impostos e contribuições

São calculados e registrados com base nas alíquotas efetivas vigentes. Inclui a provisão para o Programa de Integração Social (PIS), constituída à alíquota de 0,65%.

As entidades abertas de previdência privada complementar são isentas de Imposto de Renda e a partir da Instrução Normativa SRF nº 588/05, também estão isentas da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (Art. nº17 da INSRF nº 588/05).

	2025	2024
Programa de integração social – PIS	4	7
	4	7

A Sabemi Previdência Privada obteve o direito ao não recolhimento da COFINS após o trânsito em julgado da ação judicial n° 2007.71.00.033163-5 junto ao TRF 4° Região. Sendo assim, a Entidade suspendeu o recolhimento mensal do referido tributo a partir do mês de maio de 2011, de acordo com a orientação dos assessores jurídicos internos e externos (Nota 18).

14 Depósitos de terceiros

Referem-se a depósitos bancários, recebidos de contribuintes/participantes, com sua regularização ainda não identificada. Abaixo demonstramos o período de permanência dos valores na conta.

	2025	2024
Identificação		
Vencidos até 30 dias	1.008	984
Vencidos acima de 30 dias	-	-
	1.008	984

15 Provisões técnicas

(a) Previdência complementar

As provisões técnicas de operações de previdência complementar são calculadas de acordo com notas técnicas atuariais e conforme cálculos fornecidos pelo atuário habilitado, segundo as determinações da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

	31/12/2024	Constituição	Reversão	Atualização monetária	31/12/2025
Prêmios Não Ganhos - PPNG	1.130	45	(483)	-	692
Benefícios Concedidos - PMBC	4.825	14	(493)	802	5.148
Sinistros a Liquidar – PSL	726	1.468	(1.589)	95	700
Resgates e outros a regularizar - PVR	2.372	338	(599)	669	2.780
IBNR	427	152	(214)	-	365
IBNER	(169)	209	(180)	-	(140)
Complementar de Cobertura - PCC	257	279	(94)	-	442
Despesas Relacionadas - PDR	138	127	(134)	2	133
Despesas Relacionadas - PDC	167	20	(9)	-	178
Total	9.873	2.652	(3.795)	1.568	10.298
Circulante	5.208				5.160
Não circulante	4.665				5.138

	31/12/2023	Constituição	Reversão	Atualização monetária	31/12/2024
Prêmios Não Ganhos - PPNG	1.072	72	(14)	-	1.130
Benefícios Concedidos - PMBC	4.482	208	(431)	566	4.825
Sinistros a Liquidar – PSL	2.181	1.521	(2.157)	(819)	726
Resgates e outros a regularizar - PVR	839	742	(377)	1.168	2.372
IBNR	504	258	(335)	-	427
IBNER	(227)	373	(315)	-	(169)
Complementar de Cobertura - PCC	803	6	(552)	-	257
Despesas Relacionadas - PDR	293	58	(205)	(8)	138
Despesas Relacionadas - PDC	0	192	(25)	-	167
Total	9.947	3.430	(4.411)	907	9.873
Circulante	5.033				5.208
Não circulante	4.914				4.665

(b) Garantias das provisões técnicas

Em garantia às provisões técnicas, encontram-se vinculados à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP aplicações financeiras, em montante suficiente para cobrir as referidas provisões, conforme Resolução CMN nº 4.993/22 e alterações posteriores.

	2025	2024
Ativos oferecidos em cobertura		
Total de provisões técnicas	10.298	9.873
Dedução por depósitos judiciais	-	(48)
Total a ser coberto	10.298	9.825
Quotas de fundos de investimentos de renda fixa	11.176	10.032
Quotas de fundos de investimentos em direitos creditórios	649	998
Ativos oferecidos em cobertura	11.825	11.030
Suficiência de cobertura	1.527	1.205

(c) Comportamento da provisão de benefícios em anos posteriores aos anos de constituição

A tabela abaixo mostra a movimentação das provisões para benefícios da Entidade, denominada de tabela de desenvolvimento de benefícios:

Benefícios administrativos:

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Provisões para benefícios no fim do exercício	1.167	961	1.250	1.117	1.714	1.527	495	489	394	387
Valor Acumulado dos pagamentos até										
Um ano	466	419	420	284	844	567	217	173	179	
Dois anos	532	532	463	473	937	689	262	245		
Três anos	551	547	546	495	1.012	720	320			
Quatro anos	558	607	555	534	1.039	771				
Cinco anos	606	612	574	559	1.071					
Seis anos	609	621	596	559						
Sete anos	613	643	596							
Oito anos	635	643								
Nove anos	635									

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Provisão Reestimada										
Um ano	62	93	366	356	509	110	59	85	157	
Dois anos	57	52	84	60	94	58	77	152		
Três anos	37	49	38	52	51	77	151			
Quatro anos	43	27	49	39	73	151				
Cinco anos	23	27	36	29	64					
Seis anos	25	27	26	49						
Sete anos	26	16	49							
Oito anos	15	36								
Nove anos	36									

Benefícios judiciais:

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Provisões para benefícios no fim do exercício	521	380	331	443	440	360	347	325	332	312
Valor Acumulado dos pagamentos até										
Um ano	122	274	145	10	125	10	10	24	35	
Dois anos	396	412	155	135	135	20	34	59		
Três anos	471	422	271	146	145	44	69			
Quatro anos	482	529	281	155	169	79				
Cinco anos	512	532	287	179	204					
Seis anos	514	533	311	214						
Sete anos	515	533	343							
Oito anos	515	566								
Nove anos	548									

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Provisão Reestimada										
Um ano	375	324	437	438	360	347	325	332	309	
Dois anos	318	409	427	358	346	325	332	309		
Três anos	394	403	352	343	325	332	309			
Quatro anos	308	325	337	322	332	309				
Cinco anos	317	314	318	328	309					
Seis anos	309	288	324	305						
Sete anos	282	319	302							
Oito anos	312	297								
Nove anos	288									

(d) Teste de adequação dos passivos (*LAT – Liability Adequacy Test*)

Em consonância com o CPC11 e normativos SUSEP, foi elaborado o Teste de Adequação do Passivo - TAP da Sabemi Previdência Privada, conforme a Circular SUSEP nº648/2021 e alterações posteriores, cuja abrangência está vinculada aos contratos dos planos de previdência com riscos em vigor na data base de 31 de dezembro de 2025.

O resultado do TAP, avaliado a valor presente em cada data-base, tem como objetivo verificar a necessidade ou não de proceder-se na constituição de garantias financeiras complementares às provisões já constituídas pela Entidade, visando assegurar de forma plena os riscos a decorrer com as operações e/ou contratos de previdência vigentes, ou manter os seus saldos da forma como estão constituídos. Para a realização do TAP, a Entidade agrupou os contratos de acordo com a estrutura atuarial dos planos e as fases em que se encontram.

Premissas adotadas no TAP:

Mortalidade: Nos cálculos das estimativas de mortalidade foram usadas, de acordo com a característica de cada agrupamento, as tábuas BR-EMS de Morte, versão 2021, masculina e feminina.

Continua...

...Continuação

Sobrevivência: Nos cálculos das estimativas de sobrevivência foram usadas, de acordo com a característica de cada agrupamento, as tábuas BR-EMS de Sobrevivência, versão 2021, masculina e feminina.
Taxa de juros e índice de preços esperados: A taxa de juros livre de risco adotada neste trabalho foi a disponibilizada pela SUSEP ao mercado por meio de seu site, cuja aplicação foi realizada em consonância com os índices de preços constantes dos seus respectivos contratos (TR ou IGP-M), exceto nos casos com decisão judicial que definem outro índice de preços (TR, IGP-M, IPCA ou Valor Nominal), ou em consonância com o índice de atualização da despesa administrativa (IPCA ou IGP-M).
Taxa de juros contratada: A tábua de mortalidade do plano comercializado pela Entidade utiliza 6% de juros a.a.
Taxa de cancelamento: adotou-se a taxa de cancelamento de 2% ao ano para os contratos ativos no plano de pensão e 10% ao ano nos planos de pecúlio por morte.

Resultados obtidos nos fluxos de 31 de dezembro de 2025:

PRÊMIOS E CONTRIBUIÇÕES REGISTRADOS DE PPNG

TIPO DE PRODUTO	PPNG CONSTITUÍDA LÍQUIDA DO CAD DIRETAMENTE RELACIONADO À PPNG	VALOR PRESENTE DO FLUXO DE CAIXA RELACIONADO À PPNG	PCC-PPNG
Previdência	692	539	(153)
Total	**692**	**539**	**0**

PRÊMIOS E CONTRIBUIÇÕES NÃO REGISTRADOS DE PPNG

TIPO DE PRODUTO	VALOR PRESENTE DO FLUXO DE CAIXA RELACIONADO À PPNG DE PRÊMIOS NÃO REGISTRADOS (SAÍDAS – ENTRADAS)
Previdência	(7.675)
Total	**(7.675)**

Valor presente do fluxo de caixa, considerando todas as receitas e despesas futuras relacionadas aos contratos vigentes na data-base

PMBC

TIPO DE PLANO	COBERTURA	BASE TÉCNICA	TIPO DE RENDA	EXCEDENTE FINANCEIRO NA CONCESSÃO	PMBC CONSTITUÍDA	VALOR PRESENTE DO FLUXO DE CAIXA RELACIONADO À PMBC	PCC-PMBC
Renda	Sobrevivência	AT49M +TR+ 6%	Renda Vitalícia	-	315	417	102
Renda	Morte	CSO58M+TR+ 6%	Renda Vitalícia	-	4.789	5.129	340
Renda	Morte	TR + 6%	Renda Certa	-	44	**38**	**0**
Total					**5.148**	**5.584**	**442**

RESULTADO DO TAP

PCC-PPNG efetivamente constituída	PCC-PPNG (REGISTRADO) (+) PCC-PPNG (NÃO REGISTRADO)	- -	-
PCC-PMBAC efetivamente constituída	PCC-PMBAC ACUMULAÇÃO (REGISTRADO) (+) PCC-PMBAC ACUMULAÇÃO (NÃO REGISTRADO) (+) PCC-PMBAC BD	- - -	-
PCC-PMBC efetivamente constituída	PCC-PMBC	442	442

Para 31 de dezembro de 2025 foi identificada insuficiência no grupamento referente aos Fluxos de Benefícios em Curso – Aposentadoria e Benefícios em Curso - Pensão. Esta insuficiência está relacionada ao fato de que a expectativa de vida dos beneficiários do plano de renda atualmente é superior à expectativa de vida da época de desenvolvimento do produto. Desta forma, a Entidade, baseada em taxas de sobrevivência condizentes com o grupo de beneficiários, projeta um período de pagamento de rendas futuras superior ao estabelecido na Nota Técnica do Plano. Esta insuficiência está devidamente compensada através da constituição de PCC-PMBC – Provisão Complementar de Cobertura referente à Provisão Matemática de Benefícios Concedidos no valor de R$ 442, conforme demonstrado abaixo:

Grupo	TAP - provisão a constituir
Grupo "A" - Operações Registradas - Benefícios de Aposentadoria – CAP	102
Grupo "B" - Operações Registradas - Benefícios de Pensão – RCC	340

O TAP também foi realizado com as datas base de 31 de dezembro de 2024, com o objetivo de se obter as relações comparativas entre os mesmos.

Resultados obtidos nos fluxos de 31 de dezembro de 2024:

PRÊMIOS E CONTRIBUIÇÕES REGISTRADOS DE PPNG

TIPO DE PRODUTO	PPNG CONSTITUÍDA LÍQUIDA DO CAD DIRETAMENTE RELACIONADO À PPNG	VALOR PRESENTE DO FLUXO DE CAIXA RELACIONADO À PPNG	PCC-PPNG
Previdência	1.130	765	(365)
Total	**1.130**	**765**	**0**

PRÊMIOS E CONTRIBUIÇÕES NÃO REGISTRADOS DE PPNG

TIPO DE PRODUTO	VALOR PRESENTE DO FLUXO DE CAIXA RELACIONADO À PPNG DE PRÊMIOS NÃO REGISTRADOS (SAÍDAS – ENTRADAS)
Previdência	(12.430)
Total	**(12.430)**

TIPO DE PLANO	COBERTURA	BASE TÉCNICA	TIPO DE RENDA	EXCEDENTE FINANCEIRO NA CONCESSÃO	PMBC CONSTITUÍDA	VALOR PRESENTE DO FLUXO DE CAIXA RELACIONADO À PMBC	PCC-PMBC
Renda	Sobrevivência	AT49M +TR+ 6%	Renda Vitalícia	-	300	356	56
Renda	Morte	CSO58M+TR+ 6%	Renda Vitalícia	-	4.481	4.682	201
Renda	Morte	TR + 6%-	Renda Certa-	-	45	43	0
Total					**4.826**	**5.081**	**257**

RESULTADO DO TAP

PCC-PPNG efetivamente constituída	PCC-PPNG (REGISTRADO) (+) PCC-PPNG (NÃO REGISTRADO)	- -	-
PCC-PMBAC efetivamente constituída	PCC-PMBAC ACUMULAÇÃO (REGISTRADO) (+) PCC-PMBAC ACUMULAÇÃO (NÃO REGISTRADO) (+) PCC-PMBAC BD	- - -	-
PCC-PMBC efetivamente constituída	PCC-PMBC	257	257

Teste de sensibilidade

O Teste de Sensibilidade visa analisar o efeito da alteração das premissas de cálculo atuarial incluídas na estruturação dos fluxos de caixa, base do TAP, pelas quais a Entidade não detém seu controle. No contexto atual, a principal premissa que pode, com certa facilidade, ter alteração de valor em relação ao esperado é a mortalidade.

O Teste de Sensibilidade envolvendo a variável mortalidade foi processado agravando linearmente as taxas de mortalidade (qx) da Tábua BR-EMS 2021, segregada por sexo e sem a aplicação de fatores de Improvement, em 10% (dez por cento) e reprocessando o TAP, verificando se haveria a necessidade de constituição de algum valor em função desta variação de parâmetro. Após a análise, verificou-se que, mesmo com o aumento nos valores pagos de benefícios, não haveria a necessidade de constituição de nenhum valor adicional ao já constituído pela Entidade.

(e) Provisões judiciais relacionados a benefícios

O critério para constituição da reserva técnica para os planos da Entidade é o provisionamento pelo valor estimado de perda. O valor estimado é o valor contratado pelo participante ou o valor previsto na sentença judicial, quando houver, e deve ser atualizado mensalmente. Nos processos com trânsito em julgado, o valor da provisão técnica é o valor de condenação definitiva. O critério para constituição da reserva técnica será o provisionamento de 100% do valor estimado para as causas prováveis e o provisionamento de R$ 0,01 para as causas remotas.

Os valores provisionados estão contabilizados na provisão de sinistros a liquidar, provisão de resgate e/ou outros valores a regularizar, provisão matemática de benefícios concedidos, provisão de despesas relacionadas e de forma não individualizada na provisão de eventos ocorridos e não avisados, provisão de eventos não suficientemente avisados e provisão complementar de cobertura.

	2025				2024			
	Valor Reclamado	Valor do risco	Número de casos	Valor provisionado	Valor Reclamado	Valor do risco	Número de casos	Valor Provisionado
Remota	2.499	-	50	-	2.819	-	60	-
Possível	-	-	-	-	-	-	-	-
Provável	9.214	8.684	114	8.684	9.713	7.829	109	7.829
	11.713	8.684	164	8.684	12.532	7.829	169	7.829

Em 31 de dezembro de 2025, do montante total provisionado R$ 8.684 (2024- R$ 7.829), R$ 8.081 (2024- R$ 7.405), referem-se as provisões individuais e R$ 603 (2024- R$ 424), referem-se as provisões globais.

(f) As movimentações das provisões são como seguem:

	2025	2024
Saldo do início do período	7.829	7.955
Total pago no período	(1.056)	(630)
Novas constituições no período	95	234
Baixa da provisão por êxito	(22)	(247)
Alteração da provisão por alteração de estimativa ou probabilidade	1.170	221
Alteração da provisão por atualização monetária e juros	668	296
Saldo final do período	8.684	7.829
Quantidade de ações pagas no período	23	22
Quantidade de ações novas no período	12	12

16 Passivos de arrendamento

Estão registrados os valores de direito de uso decorrentes da adoção do CPC 06 (R2)

	2025	2024
Passivo circulante		
Outros débitos		
Passivos de arrendamento	223	212
Juros a apropriar de contratos de arrendamento	(47)	(59)
Total circulante	176	153
Passivo não circulante		
Débitos diversos		
Passivos de arrendamento	388	596
Juros a apropriar de contratos de arrendamento	(28)	(75)
Total não circulante	360	521
Total do passivo	536	674

17 Partes relacionadas

				2025
	Sabemi Seguradora	Sabemi Téc.	Sabemi Negócios	Total
Ativo				
Títulos e créditos a receber (i)	168	-	-	168
Títulos e créditos a receber (i)	-	-	400	400
Títulos e créditos a receber (iii)	-	-	2.043	2.043
Resultado do período				
Receitas - Pró-labore (ii)	214	-	-	214
Despesas prestação serviços (iv)	-	2.209	12.782	14.991

				2024
	Sabemi Seguradora	Sabemi Téc.	Sabemi Negócios	Total
Ativo				
Títulos e créditos a receber (i)	718	-	-	718
Títulos e créditos a receber (i)	-	-	30	30
Títulos e créditos a receber (iii)	-	-	1.900	1.900
Outros créditos (i)	-	2.581	6.780	9.361
Resultado do período				
Receitas - Pró-labore (ii)	241	-	-	241
Despesas prestação serviços (iv)	-	1.565	21.131	22.696

(i) Refere-se a saldos de adiantamentos a fornecedores pela prestação de serviços de tecnologia, intermediação de assistência financeira e acordos operacionais de consignação em folha, onde a Entidade atua como correspondente realizando a cobrança de planos de pecúlio e seguros, repassados mensalmente (Nota 6 (g)).
(ii) A Entidade atua como estipulante em administração de apólices coletivas de acidentes pessoais, sendo remunerada conforme condições estabelecidas na apólice (Nota 6 (g) e 20).
(iii) Refere-se à assunção de dívida relativa a processos judiciais de assistência financeira (Nota 6 (g)).
(iv) Refere-se a prestação de serviços de tecnologia (Sabemi Tec) e comissões pela intermediação de assistência financeira (Sabemi Negócios). A expressiva reduçãona remuneração à Sabemi Negócios, é reflexo do menor volume de operações de assistência financeira no ano de 2025.

18 Provisões judiciais

As causas judiciais, decorrentes de reclamações judiciais, levadas a efeito contra a Entidade, cujas perdas delas resultantes não possam ser abrangidas pela cobertura de contratos, foram avaliadas pelos assessores jurídicos, internos e externos e abaixo são representadas:

(a) Os saldos das provisões constituídas são os seguintes:

			2025			2024
	Valor do risco	Número de casos	Valor provisionado	Valor do risco	Número de casos	Valor provisionado
Remota	188	465		411	457	
Possível	822	22		1.440	139	
Provável	3.203	531	3.203	3.520	508	3.520
	4.213	1.018	3.203	5.371	1.104	3.520

Em 31 de dezembro de 2025, do total de 1.018 causas não relacionadas a sinistros e benefícios, 667 (2024 – 751) dizem respeito a causas cíveis, 2 (2024 - 2) a causas trabalhistas e 349 tributárias (2024 - 351).

A redução nas provisões com processos cíveis, deve-se principalmente à baixa de processos por êxito.

A Administração entende que o ônus com os processos advindos de contratos de assistência financeira, deve ser compartilhado com outras empresas do Grupo que participam dos benefícios econômicos através do contrato de prestação de serviços de originação. Nesse contexto foi assinado Termo de Assunção de Dívida e outras avenças, com a Sabemi Intermediadora de Negócios Ltda. e como interveniente garantidora a Sabemi Participações Ltda.. (Nota 6(g)).

(b) As movimentações das provisões são como seguem:

Cíveis

	2025	2024
Saldo do início do período	3.520	2.834
Ações pagas no período	(958)	(1.198)
Novas constituições no período	973	709
Baixa da provisão por êxito	(1.056)	(482)
Alteração da provisão por alteração de estimativas	724	1.657
Saldo final do período	3.203	3.520
Quantidade de ações pagas no período	41	50
Quantidade de ações novas no período	36	53

Trabalhistas

	2025	2024
Saldo do início do período	-	-
Ações pagas no período	(2)	-
Novas constituições no período	(2)	-
Baixa da provisão por êxito	-	-
Alteração da provisão por alteração de estimativas	-	-
Saldo final do período	-	-
Quantidade de ações pagas no período	1	-
Quantidade de ações novas no período	1	-

Fiscais

	2025	2024
Saldo do início do período	-	-
Ações pagas no período	-	(63)
Novas constituições no período	-	63
Acréscimo/baixa da provisão por alteração de estimativas	-	-
Saldo final do período	-	-

19 Patrimônio social

(a) Reservas patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo da reserva patrimonial é de R$ 3.204 (2024 – R$ 3.204).

(b) Reserva de contingências de benefícios

No exercício de 2025 não houve alteração na reserva de contingência, de acordo com a Circular nº648/21.

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo acumulado dessa reserva é de R$ 1.377 (2024 - R$ 1.377).

(c) Reserva de retenção de superávit

No exercício de 2025 foi reduzida a reserva de retenção de superávit no valor de R$ 1.619, de acordo com a Circular nº648/21 e alterações posteriores.

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo acumulado dessa reserva é de R$ 20.424 (2024 - R$ 22.043).

20 Composição das contas de resultado

Efetuamos o detalhamento das principais contas da demonstração do resultado, conforme determina a legislação vigente:

	2025	2024
Sinistros ocorridos		
Planos de pecúlio	(990)	(994)
Variação de IBNR e IBNeR	33	20
	(957)	(974)
Custo de aquisição		
Despesas de cobrança	(545)	(468)
	(545)	(468)
Outras receitas e despesas operacionais		
Pró-labore estipulante (i)	214	241
Comissões de cobrança (ii)	1.500	972
Despesas judiciais	(233)	(652)
Redução / (constituição) contingências	364	(50)
Outras despesas / receitas operacionais	(894)	(152)
	951	359

(i) Refere-se à receita recebida como estipulante na administração de apólices (Nota 17).
(ii) Refere-se a receita de cobrança com operações financeiras.

Despesas administrativas		
Despesas com serviços técnicos	(4.252)	(2.407)
Despesas com localização e funcionamento	(745)	(463)
Despesas com publicação	(43)	(41)
Despesa com donativos e contribuições	(79)	(76)
Despesas judiciais	(330)	(174)
Despesas com multas	(2)	(29)
Despesa com rateio (iii)	(3.144)	(2.418)
Outras despesas	(354)	(589)
	(8.949)	(6.197)

(iii) Refere-se ao rateio de despesas com pessoal cedido pela Sabemi Seguradora

	2025	2024
Despesas com tributos		
PIS	(43)	(43)
Taxa de fiscalização	(179)	(179)
IPTU	(27)	(29)
Outras	(2)	(5)
	(251)	(256)
Receitas financeiras		
Receitas com assistência financeira (i)	18.917	27.181
Receitas com renda fixa	1.891	1.786
Receitas com depósitos judiciais	131	193
Outras receitas eventuais	548	619
	21.487	29.779

(i) Composto por receita com assistência financeira R$ 443 e cessão de direitos creditórios R$ 18.474.

	2025	2024
Despesas financeiras		
Constituição de provisões técnicas	(768)	(350)
Despesas com assistência financeira (i)	(18.251)	(26.358)
Outras despesas	(243)	(1.211)
	(19.262)	(27.919)
Resultado financeiro	2.225	1.860

(i) Refere-se a valores pagos de comissão na operação de assistência financeira, substancialmente com partes relacionadas (NE 19).

21 Principais ramos de atuação

A Entidade vem aumentando progressivamente a participação do plano Pecúlio por Morte em relação ao volume de contribuições emitidas da Entidade.

No exercício de 2025 o referido plano responde por aproximadamente 99% da receita de contribuições da Entidade, remanescendo os demais 1% para os planos de pensão. Assim, segue tabela com as informações referentes aos planos de Pecúlio por Morte:

Plano	Tábua de mortalidade	Taxa de carregamento	Taxa de juros
Pecúlio por morte	CSO - 58 Male	30%	6% a.a.
Pecúlio por morte	SGB - 75	30%	6% a.a.

Nos períodos analisados a Entidade não teve despesas de comercialização, a sinistralidade dos planos de pecúlio e pensão por morte foi:

	2025	2024
Prêmio ganho	6.999	7.221
Sinistros ocorridos	957	974
% de Sinistralidade	13,68%	13,49%

Diretoria

Maria Marta Schneider Severo
Diretora-Presidente
CPF nº 346.146.800-20

Antonio Tulio Lima Severo Jr
Diretor Adm. – Financeiro
CPF nº 456.467.670-91

Silvania de Souza Oliveira Soares
Diretora Vice-Presidente
CPF nº 535.632.477-49

Beatriz Varela Fernández
Contadora CRCRS nº 051.365/O
CPF nº 402.860.100-20

Vanessa Sorgato Kuyven
Atuaria MIBA 1424
CPF nº 910.184.630-20

Continua...

...Continuação

Parecer da Auditoria Atuarial Independentes

Aos Administradores da
Sabemi Previdência Privada

Escopo da Auditoria
Examinamos as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, e dos limites de retenção da **Sabemi Previdência Privada** (a seguir denominada "Entidade"), em 31 de dezembro de 2025, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas e orientações da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

Responsabilidade da Administração
A Administração da Entidade é responsável pelas provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas e orientações da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Responsabilidade do Atuário Independente
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.
Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Entidade são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos.
Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião
Em nossa opinião, as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, e dos limites de retenção da Sabemi Previdência Privada em 31 de dezembro de 2025 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA.

Outros Assuntos
No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Entidade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante.
Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

Porto Alegre/RS, 25 de fevereiro de 2026.

Alexandre Turk de Almeida – Atuário MIBA nº 1034
ALM Consultoria e Auditoria Atuarial S/S Ltda
CNPJ nº 08.614.081/0001-21 – CIBA nº 102
Av. Carlos Gomes, 700/606, Porto Alegre

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Participantes
Sabemi Previdência Privada

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da Sabemi Previdência Privada ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Entidade em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor
A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.
Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria pelas demonstrações financeiras
A diretoria da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
• Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.
• A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Entidade e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.
• Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos:
(a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco;
(b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e
(c) a natureza,
a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
• A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.
• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
• Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade.
• Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Porto Alegre , 27 de fevereiro de 2026

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Rafael Biedermann Mariante
Contador CRC 1SP243373/O-0

CCR ViaSul — uma empresa motiva

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.

CNPJ/MF nº 32.161.500/0001-00

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO *(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Sobre a Companhia: 1.1. Aos Acionistas: Apresentamos a seguir, o relatório das principais atividades da Companhia, juntamente com as Demonstrações Financeiras, relativos ao período compreendido entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2025, acompanhados do relatório dos auditores independentes. **1.2. Apresentação:** A Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A., "CCR ViaSul" ou "Companhia" ou "Concessionária", tem por objeto social específico e exclusivo, sob o regime de concessão, a exploração da infraestrutura e da prestação dos serviços públicos de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço da rodovia BR-101, BR-290, BR-386, e BR-448 no estado do Rio Grande do Sul, no trecho da BR-101/RS, entre a divisa SC/RS até o entroncamento com a BR-290 (Osório); da BR-290/RS, no entroncamento com a BR-101(A) (Osório) até o km 98,1; da BR-386, no entroncamento com a BR-285/377(B) (para Passo Fundo) até o entroncamento com a BR-470/116(A) (Canoas); e da BR-448, no entroncamento com a BR-116/RS-118 até o entroncamento com a BR-290/116 (Porto Alegre), totalizando 473,4 quilômetros, nos termos do contrato de concessão celebrado com a União, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT"), em decorrência do leilão objeto do edital de concessão nº 01/2018 ("contrato de concessão"). O Sistema Rodoviário está inserido no Estado do Rio Grande do Sul passando por 36 cidades: Osório, Santo Antônio da Patrulha, Glorinha, Gravataí, Cachoeirinha, Porto Alegre, Esteio, Carazinho, Santo Antônio do Planalto, Victor Graeff, Tio Hugo, Mormaço, Soledade, Fontoura Xavier, São José do Herval, Pouso Novo, Marques de Souza, Forquetinha, Lajeado, Estrela, Bom Retiro do Sul, Fazenda Vila Nova, Paverama, Taquari, Tabaí, Triunfo, Montenegro, Nova Santa Rita, Canoas, Sapucaia do Sul, Torres, Dom Pedro de Alcântara, Três Cachoeiras, Três Forquilhas, Terra de Areia e Maquiné. O contrato de concessão foi assinado em 11 de janeiro de 2019 e tem duração de 30 anos contados a partir da assunção da rodovia, que teve início em 15 de fevereiro de 2019. A Companhia de Participações em Concessões (CPC, empresa do Grupo Motiva) foi a vencedora do leilão cujo critério de julgamento foi o maior desconto ofertado para a tarifa básica de pedágio, respeitando-se a tarifa teto de R$ 7,24 referenciada a julho de 2018, cujo lance apresentado na proposta econômica foi de R$ 4,30545 (deságio de 40,53%). As rodovias administradas pela Companhia são de fundamental importância para o processo de desenvolvimento econômico e social do Rio Grande do Sul. **1.3. Destaques de 2025:** O ano de 2025 foi marcado por avanços significativos nas obras de infraestrutura da Companhia, consolidando o compromisso com a modernização e a segurança viária. Entre os principais marcos, destacam-se a evolução da duplicação da BR-386/RS e a execução de estruturas estratégicas que reforçam a importância desse corredor para o desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul. A principal obra da Companhia é a duplicação da BR-386/RS, iniciada em 2021 e que será finalizada no ano 18º da concessão, perfazendo 165 quilômetros entre os municípios de Carazinho/RS e Canoas/RS. Em 2025 foram concluídas 5km de faixa adicional da BR-386/RS; tiveram sequência as obras de duplicação do trecho de 20,3 km de Marques de Souza e Lajeado (km 324+100 ao km 344+400) em fase de conclusão, também teve sequência, o trecho de 25,6km entre os municípios de Soledade/RS e Fontoura Xavier/RS, (km 243+600 ao km 269+200), com previsão de conclusão em maio de 2026, e as obras de duplicação do trecho de 30,5km entre os municípios de Tio Hugo/RS e Soledade/RS, (Km 213+100 a Km 243+600), com previsão de conclusão em agosto de 2026. Foram concluídas em 2025 as obras de Implantação da interconexão de Trevo Completo na BR-386 km 392; Passarela na BR-386 localizada no km 352+810; Reforço e alargamento de OAEs na BR-290, localizadas nos km 84 Oeste e km 84 Leste; Recuperação estrutural na BR-290, sendo três obras realizadas nos km 96+400, km 96+850 e km 91+850. Estão em andamento (além das Duplicações) as seguintes obras de Implantação de interconexão na BR-386 do tipo Diamante Invertido nos km 434+800 e km 435+500, em Nova Santa Rita e Passarela na BR-101, localizada no km 23+950 (Três Cachoeiras). Ainda, no decorrer de 2025 seguiram os trabalhos para viabilizar a recuperação dos pontos sinistrados por conta dos volumes extremos de precipitação pluviométrica nos meses de abril e maio de 2024, que ocasionaram decretação do estado de calamidade no Estado do Rio Grande do Sul. Adicionalmente, a Companhia destaca a conclusão das obras de recuperação de pavimento flexível na BR 290 e BR 386 Pista Dupla e o bom avanço nas obras de recuperação da BR 386 Pista Simples. Ainda assim, para o ano de 2026 as equipes continuarão mobilizadas nas 4 rodovias da concessão, contando com frentes de Fresagem e Recomposição, Reforço de Pavimento, Drenagem, Microrrevestimento e Pavimento Rígido, buscando garantir as obrigações contratuais. **2. Desempenho Econômico-Financeiro: 2.1. Desempenhos:** Em 2025 a Companhia apresentou um aumento de 22,20% no lucro líquido em relação a 2024, em decorrência principalmente do aumento de suas receitas de pedágio, derivado do maior tráfego em 2025, frente ao ano de 2024 que sofreu os impactos da catástrofe climática ocorrida em maio no Rio Grande do Sul.

Em R$ mil	2025	2024	Var.%
Receita líquida	**1.468.872**	**1.203.609**	**22,04%**
Receita de pedágio	572.301	535.920	6,79%
Receita de construção (ICPC 01 R1)	945.588	713.695	32,49%
Outras receitas	602	642	-6,23%
(-) Deduções da receita bruta	(49.619)	(46.648)	6,37%
(-) Custos e despesas (a)	**(1.253.263)**	**(1.013.562)**	**23,65%**
Custos de construção (ICPC 01 R1)	(945.588)	(713.695)	32,49%
Demais custos e despesas	(307.675)	(299.867)	2,60%
Resultado antes Resultado Financeiro	**215.609**	**190.047**	**13,45%**
(+/-) Resultado financeiro líquido	(12.077)	(6.682)	80,74%
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social	(31.670)	(43.566)	-27,31%
Lucro líquido	**171.862**	**139.799**	**22,94%**
(-) Resultado financeiro líquido	12.077	6.682	80,74%
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	31.670	43.566	-27,31%
EBIT	**215.609**	**190.047**	**13,45%**
Margem EBIT	**14,7%**	**15,8%**	***-1,1 pp***
(+) Provisão de manutenção	5.864	26.194	-77,61%
EBIT Ajustado	**221.473**	**216.241**	**2,42%**
Margem EBIT ajustada (b)	**42,3%**	**44,1%**	**-1,8 pp**
(+) Depreciação/amortização	70.892	50.485	40,42%
EBITDA (b)	**286.501**	**240.532**	**19,11%**
Margem EBITDA	**19,5%**	**20,0%**	**-0,5 pp**
EBITDA ajustado	**292.365**	**266.726**	**9,61%**
Margem EBITDA ajustada (c)	**55,9%**	**54,4%**	**1,4 pp**
Dívida líquida s/Ebitda	**5,51**	**4,50**	**22,54%**
Investimentos (d)	**(946.703)**	**(858.767)**	**10,24%**
Veículos equivalentes (em milhares)	**103.711**	**98.241**	**5,57%**

(a) Custos totais: custos dos serviços prestados acrescidos das despesas gerais e administrativas; (b) A margem EBIT ajustada foi calculada por meio da divisão do EBIT pelas receitas líquidas excluindo-se a receita de construção; (c) A margem EBITDA ajustada foi calculada por meio da divisão do EBITDA pelas receitas líquidas, excluindo-se a receita de construção; e (d) Os valores dos investimentos correspondem ao desembolso de caixa do respectivo período, diferente dos investimentos apresentados nos demais quadros, que correspondem ao período de competência da realização das obras.

2.1.1. Receita e Mercado: As tarifas de pedágio cobradas pela Companhia são definidas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT. A tarifa vigente, para o período de 29 de fevereiro de 2024 a 14 de agosto de 2025 é de R$ 5,50, conforme decisão nº 85 de 21 de fevereiro de 2024. Apresenta-se, abaixo, o resultado de tráfego acumulado de 2025 e sua comparação com o ano de 2024.

Em Unidades	2025	2024	Var.%
Veículos Leves (Veq[1])	44.714.640	42.221.907	5,9%
Veículos Pesados (Veq[1])	58.996.253	56.019.513	5,3%
Total Veículos Equivalentes (Veq[1])	**103.710.893**	**98.241.420**	**5,6%**

[1]) Veq - Veículos equivalentes é a medida calculada adicionando aos veículos leves, os veículos pesados/comerciais (como caminhões e ônibus) multiplicados pelos respectivos números de eixos cobrados.

Em 2025, o total de veículos pedagiados foi de 58.289.145 ou 103.710.893 em veículos equivalentes. **Tráfego Consolidado (5,6%):** O tráfego consolidado de 2025 registrou crescimento de 5,6% em relação ao ano anterior. A comparação entre os períodos é impactada pelos efeitos da catástrofe climática que afetou o Rio Grande do Sul (RS) em 2024. Os eventos impactaram negativamente no tráfego da Companhia em maio/2024 de forma significativa, o que distorce a comparação entre os anos, tanto no passeio quanto no comercial. **Veículos Passeio ou leves (5,9%):** O tráfego de veículos de passeio em 2025 apresentou crescimento de 5,9% em relação ao ano anterior, sob influência preponderante da base de comparação de 2024 que tem os impactos da catástrofe climática do RS. Além desse fator principal, o tráfego teve influência de fatores climáticos, que favoreceram o tráfego sazonal/turístico nos primeiros meses do ano, mas que foram desfavoráveis especialmente no 2º semestre. Os maiores crescimentos do tráfego entre os períodos ocorreram no eixo da BR-386, com crescimento de 11,0%; o eixo da BR-290 cresceu 4,1%, e a BR-101 teve crescimento de 0,9%. **Veículos comerciais ou pesados (5,3%):** O tráfego comercial em 2025 apresentou crescimento de 5,3% em relação ao ano anterior. Assim como no passeio, também há influência da base de comparação de 2024, notadamente dos esforços de reconstrução do estado do RS após a catástrofe em maio/2024. Além disso, o comercial demonstrou crescimento vinculado ao crescimento econômico da região Sul nos setores de indústria e comércio. Os maiores crescimentos do tráfego entre os períodos ocorreram no eixo da BR-386, com crescimento de 8,3%; o eixo da BR-290 cresceu 3,4%, e a BR-101 teve crescimento de 2,7%. A receita operacional da Companhia em 2025, considerando a receita de pedágio, receita acessória e receita de construção, totalizou R$ 1.518.491.

Valores em R$ Mil	2025	2024	Var.%
Receita de Pedágio	572.301	535.920	6,8%
Receita de Construção	945.588	713.695	32,5%
Receitas Acessórias e Extraordinárias	602	642	-6,2%
Receita Bruta Total	**1.518.491**	**1.250.257**	**21,5%**

Receita operacional: A receita de pedágio em 2025 totalizou R$ 572.301, um aumento de 6,8% em relação a 2024, afetada principalmente pelo maior tráfego em 2025. **Receita de construção:** No ano 2025 os investimentos com obras de ampliação foram maiores em 32,5% que o ano anterior conforme cronograma do Plano de Exploração da Rodovia, estabelecidos no contrato de concessão, descritos no item 2.1.3 Investimentos. **2.1.2. Custos e despesas totais:** Os custos totais em 2025 foram de R$ 1.253.263 dos quais R$ 307.675 são custos operacionais e R$ 945.588 são custos de construção.

Valores em R$ Mil	2025	2024	Var.%
Custo de construção	(945.588)	(713.695)	32,5%
Custos e despesas com pessoal	(81.298)	(80.298)	1,2%
Materiais equipamentos e veículos	(23.601)	(20.888)	13,0%
Serviços de terceiros	(75.013)	(70.954)	5,7%
Custos contratuais	(22.452)	(19.511)	15,1%
Provisão para manutenção	(5.864)	(26.194)	-77,6%
Depreciação e amortização	(70.892)	(50.485)	40,4%
Outros custos operacionais	(28.555)	(31.537)	-9,5%
Total Custos e Despesas	**(1.253.263)**	**(1.013.562)**	**23,6%**

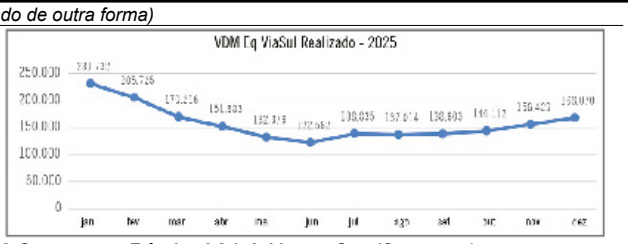
Custo de construção: No ano 2025 os investimentos com obras de ampliação foram maiores em 32,5% que o ano anterior conforme cronograma do Plano de exploração da Rodovia, estabelecidos no contrato de concessão, descritos no item 2.1.3 Investimentos. **Custo e despesas com pessoal:** No ano 2025, a Companhia conta com 491 colaboradores e o custo de pessoal é maior em 1,2%, devido ao reajuste anual dos salários e dos benefícios. **Materiais, equipamentos e veículos:** Em 2025 houve um aumento de 13,0% nos gastos com materiais, equipamentos e veículos. Esse resultado está relacionado ao aumento no custo de combustíveis dos serviços de conservação da faixa de domínio, com o objetivo de uma prestação de serviço mais qualificada e atingimento de metas contratuais. **Serviços de terceiros:** Aumento de 5,7%, sobretudo em decorrência de aumento nos gastos de conservação, com o objetivo de uma prestação de serviço mais qualificada e atingimento de metas contratuais. **Custos contratuais:** São obrigações estabelecidas no contrato de concessão: a verba de fiscalização paga à ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres) reajustada anualmente pelo IPCA, e seguros patrimonial (*all risks*) e seguro de responsabilidade civil e garantia. A variação de 15,1% se dá principalmente pelo aumento no seguro patrimonial, em decorrência da tragédia climática que atingiu o estado do Rio Grande do Sul em maio de 2024. Além disso, há um reajuste contratual da verba de fiscalização de 4,83% do IPCA, acumulado de Jan/24 à Dez/24, divulgado pelo IBGE e aplicado em fevereiro de 2025. **Provisão de manutenção**: Os custos de manutenção são originados dos gastos com pavimento, que são provisionados em ciclos de 4 a 4 anos, de maneira proporcional ao crescimento do tráfego projetado para o mesmo período. O valor provisionado de 2025 sofreu efeito de uma reversão, realizada em decorrência da reclassificação de gastos futuros de "Provisão de manutenção" para "Intangível". **Depreciação e amortização:** Aumento de depreciação e amortização em 2025 devido às finalizações de obras e investimentos, detalhadas no item 2.1.3. Investimentos. **Outros custos operacionais:** A redução de 9,5% é decorrente principalmente da baixa de despesas antecipadas e do ativo imobilizado referente à venda da usina de asfalto da companhia e do recebimento de ressarcimento de seguro relativo à perda de receita derivada da não cobrança da tarifa de pedágio no período da catástrofe climática de 2024. **2.1.3. Investimentos:** Em 2025, os investimentos realizados totalizaram R$ 993.094 um aumento de 32,7% em relação a 2024. Aumento motivado pelo andamento das obras das duplicações e finalização das obras de interconexão de Trevo Completo na BR-386 km 392; Passarela na BR-386 localizada no km 352+810; Reforço e alargamento de OAEs na BR-290, localizadas nos km 84 Oeste e km 84 Leste; Recuperação estrutural na BR-290, sendo três obras realizadas nos km 96+400, km 96+850 e km 91+850. Estão em andamento (além das Duplicações das Segmentos B, C e E) as seguintes obras de Implantação de interconexão na BR-386 do tipo Diamante Invertido nos km 434+800 e km 435+500, em Nova Santa Rita e Passarela na BR-101, localizada no km 23+950 (Três Cachoeiras), além da continuidade das atividades de recuperação dos sinistros.

Investimentos	2025	2024
Praças de pedágio/bases/SAU/PPV	646	1.629
Serviços no pavimento	225.801	186.286
Sinalização e elementos de proteção e segurança	20.169	21.469
Obras de arte especiais	79.698	30.781
Drenagem e obra de arte corrente	285	527
Obras de ampliação de capacidade	443.166	333.708
Obras de implantação de vias, interseção e outros	103.693	109.002
Sistemas e outros imobilizados	26.978	28.128
Sinistros	104.442	27.305
Elétrica	5.883	9.731
Total [1]	**1.010.761**	**748.566**

[1] Os investimentos descritos acima, classificados no balanço como imobilizado, intangível e infraestrutura em construção, correspondem aos valores contábeis, ou seja, registrados no momento de competência de cada período. Excluindo as capitalizações de mão de obra e juros sobre financiamentos.

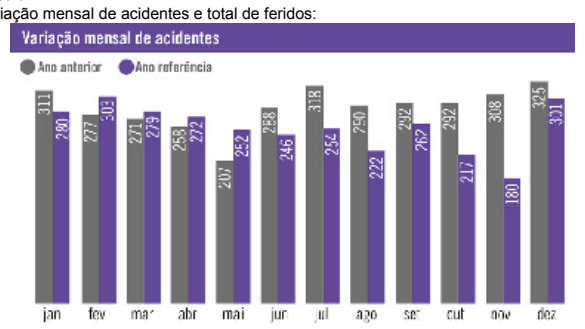
2.1.4. Captações de Recursos: Em dezembro de 2019, a Companhia assinou um contrato de financiamento junto ao BNDES no montante de R$ 1.235.198 com remuneração de IPCA + 4,60% a serem liberados em quatro subcréditos até 2032, a fim de viabilizar os investimentos de ampliação e obras de melhorias nas rodovias administradas pela Companhia e, aquisições de equipamentos para operação. Em setembro de 2022, a Companhia captou o montante de R$ 172.000; em fevereiro de 2023, o montante de R$ 50.000; em julho de 2025, o montante de R$ 33.000; e em setembro de 2025, o montante de R$ 134.024; totalizando R$ 389.024 e R$ 367.672 líquido de custo de transação referente ao IOF e ao custo de estruturação da dívida. Em setembro de 2023, a Companhia contratou uma dívida suplementar junto ao BNDES para viabilizar a continuidade nas obras de ampliação da capacidade de tráfego no total de R$1.450.000 sendo R$900.000 subscrição de debênture, coordenada pelo BNDES remuneradas com o IPCA + 6,7% liquidadas em 3 de outubro de 2023; R$300.000 Finem com remuneração de IPCA + 7,78% e R$ 250.000 de *backstop* remunerados a IPCA + 9,27%, esse tipo de financiamento fica disponível em caráter facultativo e funciona como um incentivo para que a Concessionária busque alternativas no mercado. Em julho de 2025, a Companhia captou o montante de R$ 22.000; e em setembro de 2025, o montante de R$ 88.000; totalizando R$110.000 e R$106.290 líquido de custo de transação referente ao IOF e ao custo de estruturação da dívida. Em outubro de 2024, a Companhia contratou uma dívida junto ao BNDES com o objetivo de financiar o capital de giro da concessionária, afetado pelos eventos climáticos extremos de maio de 2024 no estado do Rio Grande do Sul, no valor de R$ 125.000, com taxa de 7,42% ao ano, liquidados no próprio mês. Destaca-se que no ano de 2024, ainda em função dos eventos climáticos extremos, foi acordado junto ao BNDES um *standstill* para a operação de financiamento (FINEM) e debêntures da Companhia, suspendendo os pagamentos das debêntures que ocorreriam entre agosto de 2024 e fevereiro de 2025 e os pagamentos relacionados ao FINEM que ocorreriam entre agosto de 2024 e julho de 2025, prorrogando em 12 meses a data de término de ambas as operações. **2.1.5. Valor Adicionado:** O valor adicionado líquido a distribuir gerado como riqueza pela Companhia em 2025 foi de R$ 354.596 e em 2024 foi de R$ 322.502, representando 24,1% e 26,8% da receita operacional líquida, respectivamente. **2.1.6. Dividendos:** Em 22 de setembro, conforme aprovado em RCA, foi aprovado o destaque de juros sobre capital próprio no valor bruto /de R$106.342, calculado sobre o patrimônio líquido de 31 de dezembro de 2024, acrescido ou reduzido de movimentações ocorridas entre janeiro e agosto de 2025, exceto quanto ao lucro do próprio exercício. O pagamento aos acionistas ocorrerá conforme vier a ser oportunamente deliberado. Em 2025 não foram pagos dividendos ou juros sobre o capital próprio, entretanto foram recolhidos os impostos retidos sobre os destaques de juros sobre o capital próprio mencionados anteriormente. **2.1.7. Planejamento Empresarial:** A Companhia acredita no potencial da região em que está inserida, caracterizada como uma das áreas economicamente mais relevantes do Brasil, sendo que sua riqueza é baseada em diversos setores da economia, como indústria automotiva, agropecuária e construção civil. O planejamento empresarial tem se mostrado eficaz ao mapear os objetivos estratégicos e permitir a adaptabilidade e resiliência no enfrentamento de diversos desafios impostos pelas incertezas da pandemia do Covid-19, e na execução das tarefas que levam ao cumprimento dos resultados pactuados com os acionistas da Companhia. Utilizando a criatividade para superar as restrições impostas pela pandemia encontramos novas soluções que são tão eficientes quanto as práticas anteriores, permitindo um maior domínio de todo o processo de gestão empresarial, lapidando os processos e garantindo os resultados diante das adversidades. **2.1.8. Gestão pela Qualidade Total:** Com o compromisso de buscar a melhoria contínua de todos os seus processos, a Companhia realizou em 2025 a auditoria de manutenção das certificações ISO 9.001 - Gestão da Qualidade, 14.001 - Gestão de Meio Ambiente e 39.001 - Gestão de Segurança Viária. **2.1.9. Recursos Humanos:** A Companhia acredita na capacidade criativa, realizadora e transformadora do ser humano, o que motiva a realização de um trabalho em equipe, levando a organização a superar desafios e limites. Fundamentada nesta crença, a empresa desenvolveu uma política de gestão de pessoas com foco na excelência da seleção, retenção e desenvolvimento das pessoas, oferecendo subsídios para promover o crescimento de seus profissionais, de maneira sólida e responsável. Atualmente a Companhia emprega 491 pessoas de forma direta, das quais, 444 pessoas foram contratadas em 2025. **3. Indicadores Operacionais: 3.1. Caracterização do Tráfego: 3.1.1. Volume:** O gráfico a seguir apresenta o Volume Diário Médio Equivalente (VDM) mensal de 2025, que atingiu uma média de 157.625 veículos/dia no período analisado. Observa-se que, entre os meses de maio e junho, condições climáticas atípicas, caracterizadas por chuvas acima da média histórica e episódios de frio intenso impactaram negativamente o tráfego, especialmente o tráfego recreativo. Adicionalmente, tais condições influenciaram o planejamento do transporte comercial, exigindo a readequação das operações logísticas e de programação de cargas, em função do aumento do risco operacional associado ao cenário climático.

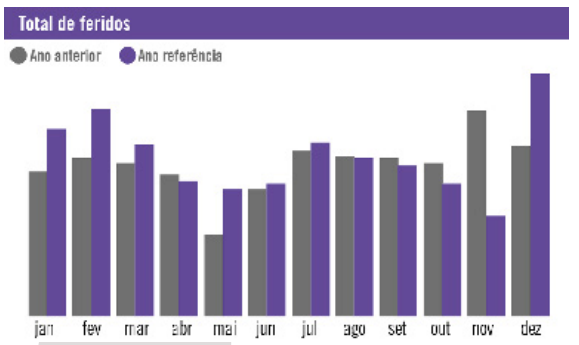
Variação mensal do volume no ano base:



3.2. Segurança no Trânsito: 3.2.1. Acidentes: Os gráficos a seguir apresentam os percentuais de acidentes ocorridos no trecho concedido no ano de 2025, classificados por gravidade, pelo total de pessoas envolvidas e pela quantidade de sinistros por tipo de veículo.

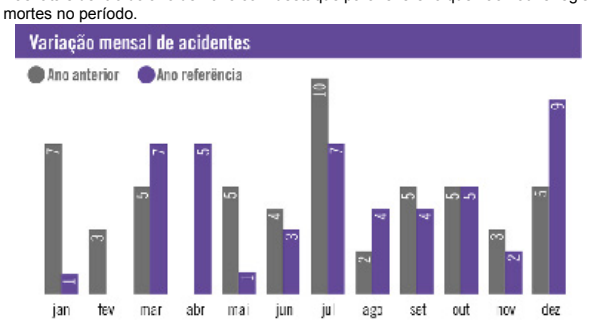
Variação mensal de acidentes e total de feridos:

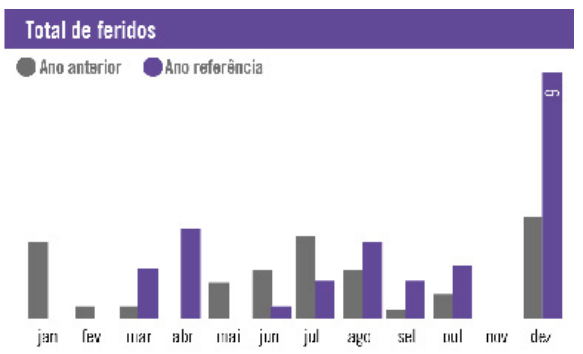




Variação por tipo de acidente e taxa de severidade por classificação do acidente:

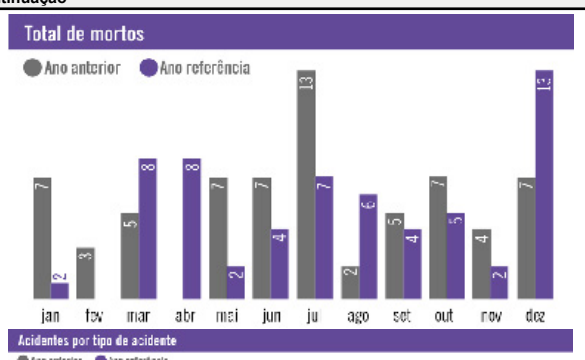
O gráfico demonstra o valor percentual dos principais tipos de acidentes detectados no trecho concedido da rodovia. No quadro abaixo de evolução no número de acidentes com vítimas fatais dentro do ano de 2025 com destaque para fevereiro que não houve registros de mortes no período.

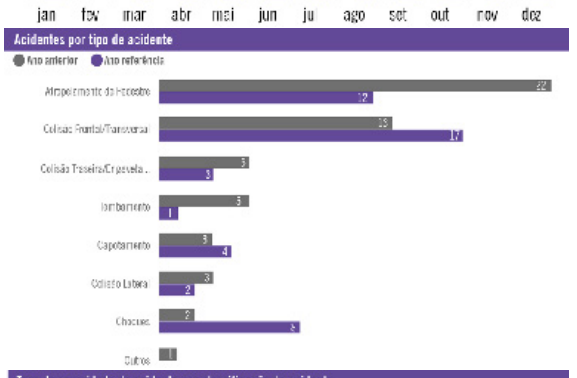


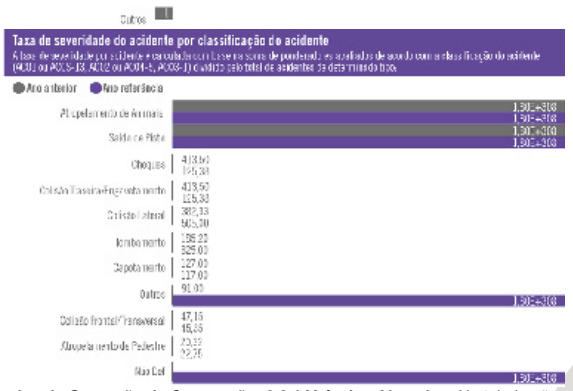


continua

continuação







3.3 Dados de Operação da Concessão: 3.3.1 Veículos Alocados: Na tabela são apresentadas as quantidades de veículos utilizados pela Companhia na operação da concessão no último mês do ano-base. Com o objetivo de permitir a comparação proporcional dos valores apresentados, a quantidade de veículos é dividida pela extensão (473,4 km) da via sob concessão e o resultado é multiplicado por 100.

Tipos de veículos alocados na concessão:

TIPO DE VEÍCULO	Quantidade	Qtde./100km
Viatura de inspeção	7	3
Guincho Leve	13	3
Guincho Pesado	4	1
Ambulância Tipo C	10	2
Ambulância Tipo D	4	1
Supervisão	3	1
Pipa	3	1
Munck	2	0
Caminhão Boiadeiro	3	1
Cesto Aéreo	1	0
Total de veículos operacionais	**50**	**13**
Administração	39	8
Pedágio	1	0
Segurança de trabalho	1	0
Manutenção	12	3
Faixa de domínio	0	0
Total de veículos de apoio	**53**	**11**
Total	**103**	**24**

No exercício de 2025, foram registrados 67.055 atendimentos ao usuário por meio do Sistema de Atendimento ao Usuário (disque CCR ViaSul). **3.3.2 Funcionários Alocados:** São apresentadas na tabela as quantidades de funcionários diretos alocados pela Companhia na operação da concessão no último mês do ano-base. Para facilitar a interpretação e a comparação proporcional dos valores apresentados, é acrescida uma coluna que divide a quantidade total de funcionários pelo VDMA (Volume diário médio anual) da via concedida e o resultado é multiplicado por 10.000.

Tipo de funcionários alocados na concessão:

FUNCIONÁRIOS	Qtd	Qtd./VDMA x 10.000
Diretor Unidade	1	0,06
Gerente Operações + Coordenador Operações	2	0,13
Gerente Planejamento e Controle	1	0,06
Gerente SGI	1	0,06
Conservação de Rotina	7	0,44
CCO	8	0,50
Engenharia	84	5,26
Tecnologia e Manutenção	33	2,07
Administrativo (+ Auxiliar Serviços Gerais)	79	4,95
Tráfego	83	5,20
Arrecadação	153	9,58
Pesagem	39	2,44
Total Geral	**491**	**30,75**

3.4 Aspectos Financeiros: Os demonstrativos financeiros anexos ao relatório dos nossos auditores, apresentam o desempenho financeiro da Companhia do último exercício comparado com o exercício anterior. Nos aspectos financeiros, apresentaremos os principais itens das demonstrações financeiras do exercício atual, em 2025, e o acumulado desde o início da concessão em 15 de fevereiro de 2019. **3.4.1 Receita:** O valor correspondente à receita obtida com pedágios se refere à renda adquirida com os pedágios e com outras fontes de receitas, sejam elas complementares, extraordinárias, alternativas ou provenientes de projetos associados.

	Em 2025	Acumulado
Receitas de pedágio	572.301	3.070.515
Receitas acessórias	602	2.067
Total das receitas	**572.903**	**3.072.582**

3.4.2 Investimentos: As tabelas a seguir demonstram, respectivamente, os valores dos investimentos e da cobertura dos custos operacionais apresentados pela Concessionária no ano base, assim como os valores acumulados desde o início da concessão.

	Em 2025	Acumulado
Adição do intangível	1.092.803	3.716.710
Aquisição de imobilizado	30.597	216.355
Total dos investimentos (líquidos amortização/depreciação)	**1.123.400**	**3.933.065**

3.4.3 Custos e Despesas Operacionais

	Em 2025	Acumulado
Custos Operacionais, exceto Custo de Construção	229.377	1.119.466
Despesas Operacionais	78.298	334.129
Total Custos e Despesas Operacionais	**307.675**	**1.453.595**

3.4.4 ISS pagos: A tabela mostra o valor total dos ISS pagos para as prefeituras no ano-base.

	Em 2025	Acumulado
Pedágio	28.615	153.301
Acessória	-	14
ISS Total	**28.615**	**153.315**

3.4.5 Tarifas: A tabela apresenta os valores referentes às tarifas praticadas no ano base em cada praça de pedágio, por categoria de veículo. Valor da tarifa por praça de pedágio em R$ 5,50 em todas as praças, conforme tabela abaixo:

		Categoria de veículos												
		AUTO	4S	3S	2D	3D	4D	5D	6D	7D	8D	9D	10D	MOTO
Praça de pedágio	**Cobrança**	1,00	2,00	1,50	2,00	3,00	4,00	5,00	6,00	7,00	8,00	9,00	10,00	0,50
Três Cachoeiras	5,50	5,50	11,00	8,25	11,00	16,50	22,00	27,50	33,00	38,50	44,00	49,50	55,00	2,75
Santo Antônio da Patrulha	5,50	5,50	11,00	8,25	11,00	16,50	22,00	27,50	33,00	38,50	44,00	49,50	55,00	2,75
Gravataí	5,50	5,50	11,00	8,25	11,00	16,50	22,00	27,50	33,00	38,50	44,00	49,50	55,00	2,75
Montenegro	5,50	5,50	11,00	8,25	11,00	16,50	22,00	27,50	33,00	38,50	44,00	49,50	55,00	2,75
Paverama	5,50	5,50	11,00	8,25	11,00	16,50	22,00	27,50	33,00	38,50	44,00	49,50	55,00	2,75
Fontoura Xavier	5,50	5,50	11,00	8,25	11,00	16,50	22,00	27,50	33,00	38,50	44,00	49,50	55,00	2,75
Vitor Graef	5,50	5,50	11,00	8,25	11,00	16,50	22,00	27,50	33,00	38,50	44,00	49,50	55,00	2,75

3.4.6 Companhia em números

Dados anuais	VIASUL	Unidade de medida ou comentário
Extensão da rodovia	473,4	Quilômetros
Número de veículos que transitaram	55.254.199	
Veículos leves	44.752.229	(Leve, mais de dois eixos, mais de três eixos)
Veículos isentos	973.235	
Número de praças de pedágios	7	
Tarifa	5,50	Informação detalhada no item 3.4.5
Número de quilômetros mantidos	473,4	Quilômetros por ano
Índice de congestionamento	N/A	Por velocidade média de veículos
Trânsito Médio Diário Equivalente	284.139	Volume do trânsito corrigido por fatores de tipo de veículo
Equipamentos utilizados pelo concessionário	107	Informação detalhada no item 3.3.1
Índices de qualidade de estrada	VRD > 47	Microtextura (Valor de Resistência à Derrapagem)
	0,6mm < HS < 1,2mm	Macrotextura (Profundidade Média de Areia)
Receita de pedágio	572.301	Expresso em milhares de reais

Fator Capital

Despesas de Depreciação	48.118	As taxas de depreciação/amortização estão detalhadas nas notas explicativas 10 e 11, respectivamente.
Caixa e equivalentes de caixa	171.278	Incluídas as Aplicações financeiras
Ativo Bruto	3.987.992	
Série Histórica dos Investimentos	3.714.234	Em unidades monetárias
Custo de Oportunidade do Capital	8,32 % a.a.	WACC Regulatório

Fator Trabalho

Número de Trabalhadores	491	Por tipo de atividade e por categoria de trabalho
Operacional	387	
Administrativo	104	
Despesas de Pessoal	59.725	Por tipo de atividade e por categoria de trabalho
Operacional	46.992	
Administrativo	12.733	

Fatores Intermediários

Despesas em Administração	26.353	Em valores monetários, exceto, despesas com pessoal e depreciação
Despesas em Manutenção	4.069	
Outras Despesas	5.668	

Seguridade

Total de acidentes com vítimas	913
Acidentes com vítimas feridas	865
Acidentes sem vítimas	2052
Acidentes com mortos	48
Vítimas feridas	1301
Mortos	61

Indicadores

Receita por eixo equivalente	R$ 5,52	Considera receitas operacionais, exceto receita de construção.
Custo por veículo	R$ 2,97	Considera custos e despesas operacionais, exceto custo de construção.

4. Demais assuntos: 4.1 Governança Corporativa: A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria Executiva com poderes conferidos pela lei aplicável e de acordo com o Estatuto Social. O Conselho de Administração é composto por três membros efetivos, dentre os quais um é eleito Presidente. Nossa Diretoria é composta atualmente por dois membros, um Diretor Presidente e um Diretor sem designação específica. Os membros do Conselho de Administração, dentre os quais o Presidente, são eleitos pelos nossos acionistas reunidos em Assembleia Geral Ordinária para um mandato unificado de um ano, podendo ser reeleitos. Os membros de nosso Conselho de Administração também podem ser eleitos em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia. Compete à Diretoria Executiva a gestão dos negócios sociais, observadas as deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração. **4.2 ESG:** A Sustentabilidade segue como um tema estratégico para a Motiva, orientando a geração de valor para acionistas, clientes, fornecedores, colaboradores, sociedade e demais públicos de relacionamento. Em 2025, a Companhia avançou na implementação da Ambição 2035, cuja visão atualizada reflete sua aspiração de longo prazo e está estruturada em quatro eixos principais: Crescimento Rentável e Seletivo, Geração de Valor, Balanço Robusto e Liderança Sustentável. Para atuar no eixo de Liderança Sustentável, a Motiva conta com uma Estratégia de Sustentabilidade robusta organizada em 5 pilares: Redução do Risco Climático e da Pegada Ambiental, Gestão Sustentável da Cadeia de Valor, Impacto Positivo na Sociedade, Valorização das Pessoas e Cultura de Integridade e Segurança. Mais informações sobre as metas de cada pilar, status e Governança da Estratégia estão disponíveis em: https://www.motiva.com.br/esg/nossas-praticas/. Entre os principais marcos, destaca-se a liderança exercida na Coalizão para a Descarbonização dos Transportes, iniciativa que promoveu um esforço coletivo em prol da descarbonização sustentável do setor, com base nas tecnologias e informações atualmente disponíveis, as quais poderão evoluir com novos avanços futuros. Aproximadamente 120 empresas participaram do processo, resultando no mapeamento de 90 alavancas de descarbonização. O estudo identificou três vetores principais para reduzir as emissões do setor em até 70% até 2050: (i) mudança na matriz de transportes para modos mais eficientes; (ii) expansão da eletrificação e uso de soluções power-to-x; e (iii) ampliação do uso de biocombustíveis. O estudo completo da iniciativa está disponível em: Relatório Coalizão Transportes - Completo. Além disso, a Companhia participou da COP 30, realizada em Belém (PA), reforçando seu compromisso com as discussões globais sobre mudanças climáticas e contribuindo para debates estratégicos relacionados ao setor de mobilidade e infraestrutura. Em parceria com atores relevantes, foi estruturada uma agenda estratégica voltada à mitigação e adaptação da infraestrutura de mobilidade, com o objetivo de promover o desenvolvimento de cidades mais inclusivas, resilientes e sustentáveis. A participação foi marcada por diálogo e colaboração com sociedade civil, setor privado e poder público, promovendo discussões sobre descarbonização setorial, proteção da biodiversidade, adaptação climática e cidades sustentáveis e resilientes. Ao longo do evento, a Companhia esteve presente em 27 painéis, dentro e fora da *Blue Zone*, reforçando seu papel de liderança no setor. Essa atuação evidencia nosso compromisso em antecipar tendências, influenciar políticas públicas e contribuir para soluções que acelerem a transição para uma economia de baixo carbono. No desempenho em índices e reconhecimentos, a Motiva manteve, pelo 15º ano consecutivo, sua presença na carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3. A Companhia também permanece listada no Índice de Carbono Eficiente (ICO2) e conquistou, pelo 12º ano consecutivo, o Selo Ouro do Programa Brasileiro GHG Protocolo. Além disso, registrou avanço significativo no Índice *CSA* (*Corporate Sustainability Assessment*) da *S&P Global* em 2025, refletindo o fortalecimento das práticas de sustentabilidade e alinhamento aos mais altos padrões globais. A Motiva segue acompanhando as atualizações de *ratings* e avaliações externas. Em 2025, lançamos a Política de Sustentabilidade, reforçando a governança e a integração dos temas ESG à gestão corporativa. Também passamos a divulgar trimestralmente os indicadores de sustentabilidade, permitindo acompanhar a evolução dos compromissos assumidos na Estratégia de Sustentabilidade da Motiva. Saiba mais em: https://www.motiva.com.br/esg/nossas-praticas/. A atuação sustentável da Motiva está ancorada em um conjunto robusto de políticas corporativas - incluindo o Estatuto Social, Código de Ética e demais diretrizes - disponíveis na seção de Governança de seu site. Anualmente, a Companhia reporta seus avanços e resultados por meio do Relatório de Sustentabilidade elaborado conforme as referências do *International Integrated Reporting Council -Relato Integrado* (IIRC), Global Reporting Initiative (GRI) e Sustainability Accounting Standards Board (SASB). A edição mais recente está disponível em: www.motiva.com.br/sustentabilidade/relatorios. **4.3 Iniciativas voluntárias:** A Motiva participa voluntariamente de iniciativas externas conduzidas por instituições de reconhecida credibilidade e adota *frameworks* internacionalmente consolidados, reforçando seu compromisso com a promoção do desenvolvimento sustentável. Entre elas, destacam-se o Pacto Global da ONU, que dissemina princípios voltados à responsabilidade corporativa, e a Agenda 2030, com seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. A Motiva é aderente ao Movimento Ambição Net Zero e, em 2025, passou a integrar os Movimentos Mente em Foco, voltado à promoção da saúde mental, e Transparência 100%, que incentiva práticas de integridade e combate à corrupção além das obrigações legais. Também participa da iniciativa Liderança com ImPacto, representada pelo CEO Miguel Setas como porta-voz do ODS 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis. Adicionalmente, é associada ao Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), atuando como agente de transformação rumo a uma economia mais sustentável e equitativa. Em 2025, a Motiva firmou parcerias estratégicas para fortalecer sua agenda de Sustentabilidade, incluindo a Fundação SOS Mata Atlântica e as Reservas Votorantim para conservação da biodiversidade, a adesão à TNFD para gestão de riscos relacionados à natureza, e alianças com empresas do setor elétrico para garantir energia 100% renovável. Incentivando a transparência na gestão de emissões de gases de efeito estufa, a companhia é adepta ao CDP, GHG Protocol e à Science Based Targets Initiative (SBTi). Para a elaboração do Relatório de Sustentabilidade a companhia adota GRI e SASB. Além disso, a Companhia está se preparando para uma transição de reporte de sustentabilidade, visando atender às normas International Financial Reporting Standards - IFRS S1 e S2, que serão obrigatórias a partir de 2026. Essa iniciativa consolida a aderência às melhores práticas globais de divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, reforçando a integração entre gestão financeira e aspectos ESG, com transparência e alinhamento às exigências internacionais. **4.4 Meio Ambiente:** Na Motiva, a gestão ambiental é orientada pelos princípios do desenvolvimento sustentável, com foco na redução de impactos negativos e na ampliação dos positivos em nossas operações e cadeia de valor. Essa premissa permeia toda a gestão dos negócios, abrangendo plataformas de rodovias, trilhos e aeroportos, e contribui para a construção de uma economia de baixo carbono. Para isso, a empresa se apoia em diretrizes corporativas, como a Política de Sustentabilidade, lançada em 2025, e a Política de Mudanças Climáticas, além de fortalecer iniciativas locais por meio do Sistema de Gestão Ambiental, um dos pilares do Sistema de Gestão Integrado. A Estratégia Climática é um tema material para a Motiva, que se destaca no setor ao divulgar planos de adaptação para 100% dos seus ativos. Para esse trabalho, a Motiva analisou os impactos das mudanças climáticas até 2050, considerando dois cenários do IPCC (SSP2-4.5 e SSP3-7.0). Foram avaliados riscos físicos (ondas de calor, seca, incêndios, deslizamentos, ventos fortes, inundações e tempestades) e riscos de transição (mercado, reputacional, regulatório/legal e tecnológico). A análise abrangeu rodovias, estações ferroviárias e aeroportos, identificando concessões mais críticas e estimando impactos financeiros. Tempestades representam a principal ameaça para todos os negócios, seguidas por inundações e deslizamentos em rodovias, e ondas de calor em trilhos e aeroportos. Em 2025, a Companhia definiu aproximadamente 5 mil planos de adaptação para seus ativos com riscos mais críticos identificados, atingindo sua meta com três meses de antecedência. Os próximos passos incluem priorizar ações e incorporá-las aos investimentos da Motiva, com conclusão prevista para o 1º trimestre de 2026 e integração ao orçamento de 2027. No que se refere à mitigação das mudanças climáticas, entre 2025 e 2029, a Motiva implementará um projeto para substituir 130 veículos a diesel por modelos elétricos, híbridos e movidos a etanol. Essa transição resultará em uma redução estimada de 4.734 toneladas de CO_2 e no período, reforçando o compromisso com a mobilidade sustentável. Além disso, como parte da estratégia de compensação, a Motiva adquiriu créditos de carbono provenientes das Reservas Votorantim, seguindo a metodologia PSA Carbonfloor. Foram realizadas duas operações: a primeira com 67 mil créditos e a segunda com aproximadamente 27 mil créditos, garantindo rastreabilidade e integridade ambiental. Em termos de biodiversidade, a Motiva firmou parceria com a SOS Mata Atlântica para restaurar florestas nativas e promover a sustentabilidade. O projeto contempla a recuperação de áreas nas bacias do Médio Tietê e do Médio Paraíba do Sul, com o plantio de aproximadamente 40 mil árvores em 16 hectares. Além de contribuir para a biodiversidade, a iniciativa apoia a captura de carbono da atmosfera, com previsão de 2.574 toneladas de CO_2 até 2032 e 4.196 toneladas até 2035, alinhando-se à estratégia de neutralidade de carbono da empresa. A empresa também apoia a criação de uma unidade de conservação em Lajeado, com 1.290 hectares de restauração florestal e o plantio de 2 milhões de mudas, fortalecendo a proteção da biodiversidade e a captura de carbono. Em 2025, a Companhia reforçou seu compromisso com a sustentabilidade ao aderir à iniciativa global de proteção à biodiversidade liderada pela TNFD (Taskforce on Nature-related Financial Disclosures), consolidando sua atuação na gestão de riscos e oportunidades relacionados à natureza. Essa adesão orientará a implementação de Soluções Baseadas na Natureza (SBN ou NBS - Nature-Based Solutions) como estratégia para compensar os impactos do negócio. No primeiro ano, o estudo concentrou-se nas rodovias. Em 2026, será expandido para os trilhos, incluindo a valoração dos impactos e a análise da cadeia de valor para ambos os modais. A Política de Mudanças Climáticas, revisada no final de 2024 e aprovada em 2025, estabelece compromissos e diretrizes para a gestão de riscos, impactos e oportunidades, bem como para a adaptação aos efeitos das mudanças climáticas e a redução das emissões de gases de efeito estufa nas operações. Essa política reafirma o compromisso com o esforço internacional de limitar o aquecimento global a 1,5°C até 2033, conforme definido no Acordo de Paris. Em linha com essa estratégia, a Motiva também criou sua própria comercializadora de energia elétrica, reforçando a transição para fontes renováveis e a descarbonização das operações. A agenda climática também compõe a Matriz de Riscos Corporativos da Motiva, com base nas recomendações da Task Force on Climate-Related Financial Disclosures (TCFD). Outros destaques e informações podem ser consultados no site: https://www.motiva.com.br/sustentabilidade/relatorios. **4.5 Instituto Motiva:** Em 2025, o Instituto Motiva - evolução do Instituto CCR - lançou sua nova marca e estratégia com foco na promoção de cidades mais resilientes, inclusivas e sustentáveis, atuando pelos pilares de Soluções Sustentáveis, Redução das Desigualdades e Qualidade de Vida, orientando o investimento social por meio de Coalizões, Impacto Territorial e Promoção de Causas. Nesse ano, priorizou 20 territórios estratégicos, realizou diagnósticos e desenvolveu planos participativos com lideranças locais, investindo mais de R$ 81,7 milhões em mais de 50 projetos que beneficiaram cerca de 2,1 milhões de pessoas, além de ampliar seu compromisso de impacto até 2035 para mais de R$ 1 bilhão. Criado em 2014, o Instituto já destinou cerca de R$ 381,7 milhões a projetos que beneficiaram mais de 18 milhões de pessoas em 550 municípios, consolidando-se como um dos principais investidores sociais do país. Entre as iniciativas, destacam-se o Programa Escolas Baseadas na Natureza, que alcançou mais de 16 mil professores; o Caminhos para a Saúde, que atendeu mais de 27 mil pessoas; o Programa de Voluntariado Corporativo, que engajou mais de 5 mil colaboradores; o Estação Motiva Cultural, que já recebeu mais de 23.300 pessoas; e o Projeto Centenários, que desde 2023 impactou mais de 730 mil pessoas, sendo 550 mil apenas em 2025, homenageando grandes nomes da cultura brasileira e transformando as estações da Linha 4-Amarela em espaços de memória e encontro. Lideramos a Coalizão para a Descarbonização dos Transportes e apresentamos recomendações na COP30, em Belém. Ao final do ano, a Coalizão conquistou os prêmios Aberje e Eco da Amcham, e o Estação Motiva Cultural ficou em segundo lugar no Prêmio CONCERTO. Saiba mais em: www.motiva.com.br/instituto/. **4.6 Considerações Finais: 4.6.1 Auditores Independentes:** Em atendimento à determinação da Resolução CVM nº 162, de 13 de julho de 2022, informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não contratou seus Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa. Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover nossos interesses. As informações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, e foram elaboradas a partir de demonstrações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes. **4.6.2 Cláusula Compromissória:** A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante em seu Estatuto Social. **4.6.3 Declaração da Diretoria:** Em observância às disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022 conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. ("Grant Thornton") sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, emitido nesta data, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. **4.6.4 Agradecimentos:** Gostaríamos de expressar os nossos agradecimentos aos usuários, acionistas, instituições governamentais, financiadores, prestadores de serviços e a todos os colaboradores da Companhia. Porto Alegre, 26 de fevereiro de 2026.

A Administração.

continua

continuação

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A. - CNPJ/MF nº 32.161.500/0001-00

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2025	2024
Circulante		**258.481**	**408.715**
Caixa e equivalentes de caixa	6	140.577	281.894
Aplicações financeiras	6	30.701	62.160
Contas a receber das operações	7.1	45.802	38.868
Contas a receber de partes relacionadas	9	13	60
Tributos a recuperar		26.020	18.525
Despesas antecipadas e outros créditos		15.368	7.208
Não circulante		**3.729.511**	**2.788.882**
Realizável a longo prazo			
Aplicações financeiras	6	-	40.073
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.2	-	1.540
Depósitos judiciais		5.793	4.262
Sinistro a receber		1.951	17.584
Tributos a recuperar		2.518	-
Outros créditos		5.015	217
Imobilizado	10	157.315	162.487
Intangível	11	2.053.433	1.407.570
Infraestrutura em construção	11	1.498.869	1.152.768
Direito de uso em arrendamento		4.617	2.381
Total do ativo		**3.987.992**	**3.197.597**

Passivo e patrimônio líquido	Nota	2025	2024
Circulante		**582.721**	**407.656**
Debêntures	14	35.424	3.804
Empréstimos e financiamentos	13	39.903	8.786
Fornecedores	12	120.551	131.843
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	9	120.007	80.330
Impostos e contribuições a recolher		12.514	12.632
Provisão de manutenção	16	35.865	45.597
Obrigações sociais e trabalhistas		12.064	11.633
Obrigações com o Poder Concedente		1.248	1.191
Passivo de arrendamento		3.078	1.816
Juros sobre capital próprio a pagar	9	198.737	108.346
Outras obrigações		3.330	1.678
Não circulante		**1.736.771**	**1.407.488**
Debêntures	14	1.042.792	999.464
Empréstimos e financiamentos	13	602.115	352.124
Fornecedores	12	12.364	4.959
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.2	32.295	-
Pis e Cofins diferidos		64	41
Provisão de manutenção	16	36.148	43.337
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e contratuais	15.1	9.280	6.613
Passivo de arrendamento		1.703	842
Obrigações sociais e trabalhistas		10	108
Patrimônio líquido	17	**1.668.500**	**1.382.453**
Capital social		1.408.456	1.188.456
Reserva de capital		527	-
Reservas de lucros		259.517	193.997
Total do passivo e patrimônio líquido		**3.987.992**	**3.197.597**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	2025	2024
Receitas operacionais líquidas	18	**1.468.872**	**1.203.609**
Custos dos serviços prestados		**(1.174.965)**	**(937.580)**
Custo de construção		(945.588)	(713.695)
Serviços		(57.792)	(56.614)
Custo com pessoal		(50.477)	(51.075)
Provisão de manutenção	16	(5.864)	(26.194)
Depreciação e amortização	10 e 11	(59.505)	(42.202)
Materiais, equipamentos e veículos		(19.532)	(15.676)
Custo com o Poder Concedente		(14.895)	(14.212)
Energia elétrica		(5.680)	(5.032)
Seguros		(7.297)	(5.169)
Outros		(8.335)	(7.711)
Lucro bruto		**293.907**	**266.029**
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas		**(78.298)**	**(75.982)**
Despesas com pessoal		(30.821)	(29.223)
Serviços		(17.221)	(14.340)
Depreciação e amortização	10 e 11	(11.387)	(8.283)
Materiais, equipamentos e veículos		(4.069)	(5.212)
Campanhas publicitárias e eventos, feiras e informativos		(3.338)	(2.281)
Aluguéis de imóveis e condomínios		(2.280)	(494)
Gastos compartilhados		(2.469)	(2.654)
Gastos com viagens e estadias		(953)	(688)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários, e contratuais	15.1	(2.667)	(6.011)
Editais e publicações		(292)	(458)
Indenizações cíveis e trabalhistas		(4.643)	(2.666)
Perda na alienação de ativo		(10.503)	239
Ressarcimento de sinistros		18.013	-
Outras despesas (receitas) operacionais		(5.668)	(3.911)
Resultado antes do resultado financeiro		**215.609**	**190.047**
Resultado financeiro	19	(12.077)	(6.682)
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		**203.532**	**183.365**
Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos	8.1	(31.670)	(43.566)
Lucro líquido do exercício		**171.862**	**139.799**
Lucro líquido por ação - básico (em reais - R$)	17.2	**0,13659**	**0,11763**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de Reais)

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	**171.862**	**139.799**
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	**171.862**	**139.799**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2025	2024
Receitas		**1.545.746**	**1.250.828**
Receitas operacionais	18	1.518.491	1.250.257
Outras receitas		27.255	571
Insumos adquiridos de terceiros			
Custo de construção		(945.588)	(713.695)
Provisão de manutenção	16	(5.864)	(26.194)
Custos dos serviços prestados		(109.633)	(99.859)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(59.173)	(38.093)
Valor adicionado bruto		**425.488**	**372.987**
Depreciação e amortização		(70.892)	(50.485)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		**354.596**	**322.502**
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	19	28.633	55.364
Valor adicionado total a distribuir		**383.229**	**377.866**
Distribuição do valor adicionado			
Empregados			
Remuneração direta		42.957	45.257
Benefícios		19.520	18.691
FGTS		3.634	3.198
Tributos			
Federais		68.065	74.957
Estaduais		215	225
Municipais		28.638	26.811
Remuneração de capitais de terceiros			
Juros		40.237	61.894
Aluguéis		8.101	7.034
Remuneração de capitais próprios			
Lucros retidos do exercício		65.520	88.199
Juros sobre capital próprio		106.342	51.600
		383.229	**377.866**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 *(Em milhares de Reais)*

		Capital social			Reserva de lucros			
	Nota	Subscrito	A integralizar	Reserva de Capital	Legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2024		**1.188.456**	**-**	**-**	**38.486**	**67.312**	**-**	**1.294.254**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	139.799	139.799
Destinações:								
Juros sobre capital próprio em 18 de dezembro de 2024 (líquido)		-	-	-	-	-	(43.860)	(43.860)
Juros sobre capital próprio em 18 de dezembro de 2024 (IRRF)		-	-	-	-	-	(7.740)	(7.740)
Reserva legal		-	-	-	6.990	-	(6.990)	-
Reserva de retenção de lucros		-	-	-	-	81.209	(81.209)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		**1.188.456**	**-**	**-**	**45.476**	**148.521**	**-**	**1.382.453**
Saldos em 1º de janeiro de 2025		**1.188.456**	**-**	**-**	**45.476**	**148.521**	**-**	**1.382.453**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	171.862	171.862
Aumento de capital em 28 de maio de 2025	17.1	100.000	(100.000)	-	-	-	-	-
Integralização de capital em 6 de junho de 2025	17.1	-	100.000	-	-	-	-	100.000
Aumento de capital em 2 de dezembro de 2025	17.1	120.000	(120.000)	-	-	-	-	-
Integralização de capital em 2 de dezembro de 2025	17.1	-	120.000	-	-	-	-	120.000
Destinações:								
Juros sobre capital próprio em 22 de setembro de 2025 (líquido)	17.5	-	-	-	-	-	(65.741)	(65.741)
Juros sobre capital próprio em 22 de setembro de 2025 (IRRF)	17.5	-	-	-	-	-	(11.601)	(11.601)
Juros sobre capital próprio em 19 de dezembro de 2025 (líquido)	17.5	-	-	-	-	-	(24.650)	(24.650)
Juros sobre capital próprio em 19 de dezembro de 2025 (IRRF)	17.5	-	-	-	-	-	(4.350)	(4.350)
Plano de Incentivo de Longo Prazo, liquidável em ações	17.7	-	-	527	-	-	-	527
Reserva legal	17.2	-	-	-	8.594	-	(8.594)	-
Reserva de retenção de lucros	17.3	-	-	-	-	56.926	(56.926)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025		**1.408.456**	**-**	**527**	**54.070**	**205.447**	**-**	**1.668.500**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de Reais)

Fluxos de caixa das atividades operacionais	Nota	2025	2024
Lucro líquido do exercício		**171.862**	**139.799**
Ajustes por:			
Juros e variação monetária sobre financiamentos e debêntures	19	155.286	134.052
Depreciação e amortização	10 e 11	68.562	48.360
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.2	33.835	13.502
Baixa do ativo imobilizado	10 e 11	20.598	-
Constituição da provisão de manutenção	16	5.864	26.194
Ajuste a valor presente provisão manutenção	16	9.172	6.391
Constituições líquidas de reversões e atualizações monetária para provisões de riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e contratuais	15.1	7.460	24.575
Capitalização de custo de empréstimos	19	(129.249)	(80.540)
Variação cambial sobre fornecedores estrangeiros	19	2	-
Depreciação - direito de uso em arrendamento		2.330	2.125
Plano de Incentivo de Longo Prazo, liquidável em ações	17.4	527	-
Juros e variação monetária sobre obrigações com partes relacionadas	19	3.336	1.008
Ajuste a valor presente do arrendamento	19	275	369
Rendimento sobre aplicações financeiras		(3.178)	(16.486)
Variações nos ativos e passivos			
(Aumento) redução dos ativos			
Contas a receber das operações	7.1	(6.934)	(5.606)
Contas a receber de partes relacionadas	9	47	2.657
Tributos a recuperar		(10.013)	(9.083)
Sinistros		15.633	-
Despesas antecipadas e outros créditos		(14.489)	(28.841)
Aumento (redução) dos passivos			
Fornecedores	12	(49.499)	76.903
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	9	36.341	31.317
Obrigações sociais e trabalhistas		333	1.600
Impostos e contribuições a recolher e provisão de imposto de renda e contribuição social		1.998	22.101
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social		(18.067)	(32.305)
Realização da provisão de manutenção	16	(31.957)	-
Pis e Cofins diferidos		23	13
Pagamentos de provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e contratuais	15.1	(4.793)	(18.564)
Obrigações com o Poder Concedente		57	53
Outras obrigações		1.652	11.139
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**267.014**	**350.733**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de ativo imobilizado	10	(30.383)	(24.354)
Aquisição de ativo intangível	11	(918.158)	(835.019)
Outros de ativo intangível	11	47.448	606
Aplicações financeiras líquidas de resgate	6	29.503	305.381
Resgate/aplicações (conta reserva)	6	45.207	(56.234)
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos		**(826.383)**	**(609.620)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Empréstimos, financiamentos e debêntures			
Captações (líquidas de custos de transação)	22.2	267.680	124.528
Pagamento de principal	22.2	(11.477)	(1.445)
Pagamento de juros	22.2	(55.433)	(27.174)
Arrendamento			
Pagamento de juros	22.2	(2.718)	(2.528)
Integralização de capital	22.2	220.000	-
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		**418.052**	**93.381**
Redução de caixa e equivalente de caixa		**(141.317)**	**(165.506)**
Demonstração da redução do caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício		281.894	447.400
No final do exercício		140.577	281.894
		(141.317)	**(165.506)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Companhia é uma sociedade anônima domiciliada no Brasil, constituída de acordo com as leis brasileiras. A sede está localizada na Avenida Paraná, nº 2435, Bairro Navegantes, na cidade de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul. A Companhia tem por objetivo exclusivo realizar, sob o regime de concessão até 14 de fevereiro de 2049, a exploração das Rodovia de Integração do Sul, composto pelas rodovias BR-101, BR-290, BR-386, BR-448 no estado do Rio Grande do Sul, no trecho da BR-101/RS, entre a divisa SC/RS até o entroncamento com a BR-290 (Osório); da BR-290/RS, no entroncamento com a BR-101(A) (Osório) até o km 98,1; da BR-386, no entroncamento com a BR-285/377(B) (para Passo Fundo) até o entroncamento com a BR-470/116(A) (Canoas); e da BR-448, no entroncamento com a BR-116/RS-118 até o entroncamento com a BR-290/116 (Porto Alegre), sendo responsável pela administração de 473,4 km, compreendendo a exploração da infraestrutura e prestação de serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do Sistema Rodoviário, nos termos do contrato de concessão 01/2019 celebrado com a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT. A Companhia foi constituída em 21 de novembro de 2018 e iniciou suas operações em 15 de fevereiro de 2019. A principal fonte de receita é a arrecadação da tarifa de pedágio, cuja cobrança teve início nas praças da BR-290 em 15 de fevereiro de 2019, na mesma data da assunção da concessão, e nas praças da BR-101 e BR-386 em 9 de fevereiro de 2020, após a conclusão e aprovação das obras e dos serviços denominados “trabalhos iniciais”, conforme definido no Programa de Exploração do Lote e poderá ser reajustada anualmente, tendo como data-base do reajuste o mês de fevereiro. **Bens reversíveis, opção de renovação de contratos de concessão e direitos de rescindir o contrato:** No final do período de concessão, retornam ao Poder Concedente todos os direitos, privilégios e bens adquiridos, construídos ou transferidos no âmbito do contrato de concessão, sem direito a indenizações. Entretanto, há previsão no contrato de concessão de direito ao ressarcimento relativo aos investimentos necessários para garantir a continuidade e atualidade dos serviços abrangidos pelo contrato de concessão, desde que ainda não tenham sido depreciados/amortizados e cuja implementação, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão. O direito do Poder Concedente de rescindir o contrato de concessão da Companhia inclui o desempenho insatisfatório da concessionária e a violação significativa dos termos do referido contrato. O contrato de concessão da Companhia poderá ser rescindido por iniciativa da concessionária, no caso de descumprimento das normas contratuais pelo Poder Concedente, tais como o não pagamento por parte do Poder Concedente conforme estabelecido no contrato, mediante ação judicial especialmente intentada para esse fim. Neste caso, os serviços prestados pela Companhia não poderão ser interrompidos ou paralisados, até a decisão judicial transitada em julgado. **1.1. Principais eventos ocorridos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025: 1.1.1. Outras informações relevantes – Processos judiciais, administrativos-regulatórios e arbitragem relacionados a questões dos contratos de concessão:** A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos-regulatórios e arbitragens, relacionados a questões do contrato de concessão. Os processos administrativos-regulatórios são os instrumentos formais pelos quais ocorre a interação entre a Companhia e o Poder Concedente (como uma relação de prestador de serviço com o cliente) a respeito de temas diversos relativos ao contrato de concessão, abrangendo, mas não se limitando a questões que afetam interpretação contratual e o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. Tais processos administrativos-regulatórios podem ser iniciados por qualquer das partes, e neles são apresentados e debatidos temas técnicos, regulatórios, contratuais e jurídicos de naturezas diversas sobre a dinâmica da concessão. Durante a sua tramitação, tais processos trazem posições preliminares ou não definitivas a respeito das expectativas de direito de cada parte solicitante. Decisões administrativas devem ser proferidas observando a legislação própria de regência e os próprios contratos de concessão e, de uma forma geral, podem ser objeto de revisão judicial ou arbitral. As naturezas dessas discussões contratuais tipicamente envolvem reajustes tarifários, eventos de força maior (i.e. pandemia COVID-19), modificações no momento de execução ou no escopo de obras previstas no contrato de concessão, controvérsias sobre o cumprimento ou não de requisitos contratuais específicos ou ainda sua forma de mensuração. Existem incertezas relacionadas à mensuração dos processos regulatórios, dentre elas: (i) o entendimento de cada uma das partes sobre o tema, (ii) negociações ou suas evoluções subsequentes, que alteram substancialmente os valores envolvidos, (iii) a complexidade de mensuração, que comumente envolvem perícias técnicas, (iv) elevada probabilidade de que temas diversos sejam avaliados e solucionados de forma conjunta, pelo respectivo saldo líquido dos pleitos reconhecidos de cada parte, e (v) a forma da liquidação. As resoluções finais sobre os temas regulatórios podem se dar de diversas formas, não excludentes, tais como: (i) recebimento ou pagamento em caixa, (ii) extensão ou redução de prazo contratual da concessão, e (iii) redução ou incremento de compromisso de investimentos futuros, aumento ou redução da tarifa. Além disso, reequilíbrios recebidos sob a forma de aumento ou redução tarifária são reconhecidos à medida em que o serviço é prestado pela Concessionária, assim como, reequilíbrios sob a forma de redução ou aumento de compromissos de investimentos futuros, que, por serem contratos executórios, serão reconhecidos no momento da realização da obra de melhoria da infraestrutura. O acionista e a Administração da Companhia reiteram sua confiança nos procedimentos legais vigentes aplicáveis ao contrato de concessão e avalia o risco de perda das discussões relacionadas a questões regulatórias dos contratos como sendo remoto e/ou sem expectativa de desembolso de caixa.

2. Apresentação das demonstrações financeiras: Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às Práticas contábeis adotadas no Brasil): As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. Em 26 de fevereiro de 2026, foi aprovada pela Administração da Companhia a emissão das demonstrações financeiras. **Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. **Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data da emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas notas explicativas:

11. Amortização dos ativos intangíveis: curva de amortização;
15.1. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários: determinação de valor suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso;
16. Provisão de manutenção: estimativa de valor para manutenção futura e taxa de desconto da estimativa e;
20. Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo: premissas para mensuração do valor justo,com base em dados observáveis.

3. Políticas contábeis materiais: As políticas contábeis materiais descritas têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras. **3.1. Moeda estrangeira: Transações em moeda estrangeira:** Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio da data do fechamento. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira, são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado, e passam a compor os valores dos registros contábeis em reais destas transações, não se sujeitando a variações cambiais posteriores. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos são reconhecidos na demonstração de resultados. **3.2. Receitas de contratos com clientes:** É aplicado um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de controle de bens ou serviços para um cliente. As cinco etapas mencionadas acima são: (1) identificação de contratos com clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho do contrato; (3) determinação do preço de transação; (4) alocação do preço da transação para obrigações de performance e; (5) reconhecimento da receita. As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários das rodovias. As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços. A receita de aluguel oriunda de arrendamento operacional é reconhecida pelo método linear durante o período de vigência do arrendamento. Receitas de construção: segundo a ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços, os quais são determinados em função do estágio de conclusão da evolução física do trabalho contratado, que é alinhada com a medição dos trabalhos realizados. As receitas são reconhecidas no período de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão ou quando da prestação de serviço. Os valores das tarifas são pactuados na celebração de cada contrato de concessão, que preveem as premissas de reajustes anuais. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização. Para maiores detalhes, vide nota explicativa nº 18. **3.3. Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração inicial:** As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do

continua

instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **Classificação e mensuração subsequente - Ativos financeiros:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. **Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:** A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; • os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:** Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais, de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: • eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; • termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. **Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment.* A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Ativo financeiro a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento: Ativos financeiros: A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando: • os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou • transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que: • substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou • a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.4. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras: Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com conversibilidade imediata e risco insignificante de mudança de valor. São recursos mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo. Além dos critérios acima, utiliza-se como parâmetro de classificação, as saídas de recursos previstas para os próximos 3 meses a partir da data da avaliação. **Aplicações financeiras:** Referem-se aos demais investimentos financeiros não enquadrados nos itens acima mencionados. **3.5. Custo de transação na emissão de títulos de dívida:** Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar, para a liquidação dessa transação. **3.6. Ativo imobilizado - Reconhecimento e mensuração:** O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável *(impairment)* acumuladas, quando necessário. Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos. **Depreciação:** A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa nº 10. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis. **3.7. Ativos intangíveis:** A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis: • Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados. São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a vida útil. • Direito de exploração de infraestrutura - vide item 3.14. Os ativos em fase de construção são classificados como Infraestrutura em construção. Os ativos intangíveis com vida útil definida são monitorados sobre a existência de qualquer indicativo sobre a perda de valor recuperável. Caso tais indicativos existam, a Companhia efetua o teste de valor recuperável. **3.8. Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. **3.9. Provisão de manutenção - contrato de concessão:** As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço. A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas, de caráter periódico claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão. Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente à disposição dos usuários. A provisão de manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio. **3.10. Receitas e despesas financeiras:** Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de instrumentos financeiros ativos, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias e cambiais positivas sobre instrumentos financeiros passivos. As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros, recomposições dos ajustes a valor presente sobre provisões e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros. **3.11. Benefícios a empregados: Planos de contribuição definida:** Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. **Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. **3.12. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social no limite de 30% do lucro real. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras. O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda, lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias dedutíveis quando for provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais estes serão utilizados, limitando-se a utilização a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais. Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração, que contemplam premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além de premissas de crescimento da receita decorrente de cada atividade operacional da Companhia, que podem ser impactados pelas reduções ou crescimentos econômicos, as taxas de inflação esperadas, volume de tráfego, entre outras. O imposto diferido não é reconhecido para: • diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil. **3.13. Resultado por ação:** O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado líquido atribuível aos controladores da Companhia e a média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio do resultado líquido atribuível aos controladores da Companhia e a média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício, ajustado pelas potenciais ações ordinárias diluidoras, oriundas do plano de Incentivo de Longo Prazo (ILP). **3.14. Contrato de concessão de serviços – Direito de exploração de infraestrutura (ICPC 01- R1/IFRIC 12):** A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1)/IFRIC 12 – Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário, porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato. Nos termos do contrato de concessão dentro do alcance da ICPC 01 (R1)/IFRIC 12, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo. Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente pelos serviços de construção. Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial e após são mensurados pelo custo amortizado. Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber. O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero. Dispêndios realizados na construção de obras de melhorias que não geram benefício econômico futuro são registrados como custo quando incorridos por não atenderem ao critério de reconhecimento de ativo intangível. Em função do contrato de concessão serem executórios, construções de obras de melhoria da infraestrutura são reconhecidas contabilmente apenas quando da sua execução física. Adicionalmente, a Companhia reconhece contabilmente os ativos não monetários oriundos de contratos de concessão firmados com o Poder Concedente relacionados a extensão de prazos decorrentes de reequilíbrios econômicos, onde não existe nenhuma obrigação de performance associada, como ativo intangível pelo seu valor justo, tendo como contrapartida uma receita no resultado. Sobre o valor contabilizado no resultado, constitui-se passivo fiscal diferido decorrente da diferença temporária. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização. **3.15. Informação por segmento:** A operação da Companhia consiste na exploração de concessão pública de rodovia, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas. A área geográfica de concessão da Companhia é dentro do estado do Rio Grande do Sul e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias (clientes externos). Nenhum cliente externo representa mais do que dez por cento das receitas totais da Companhia. **3.16. Demonstrações do valor adicionado:** A Companhia elaborou Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme CPCs e aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional. **3.17. Adoção inicial de normas novas e alterações:** A Companhia adotou, inicialmente, a partir de 1º de janeiro de 2025, novas normas que não produziram impactos relevantes nas suas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2025: • Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade; e • OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO). **3.18. Novas normas ainda não efetivas:** Algumas novas normas serão efetivas para exercícios findos após 31 de dezembro de 2025 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. **IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis:** O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais: • As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará. • As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras. • Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'. **Outras Normas Contábeis:** As seguintes normas alteradas não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras: • Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações IFRS 9 e IFRS 7); e • Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7). **3.19. Reforma Tributária:** Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132, que instituiu a Reforma Tributária sobre o consumo, baseada no modelo de IVA Dual: a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS - Federal) e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS - Subnacional). Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar nº 214/2025 (originada do PLP 68/2024), regulamentando os principais dispositivos do novo regime e do Imposto Seletivo (IS). A transição para o novo sistema ocorrerá entre 2026 e 2032. Dada a atual fase de transição e a dependência de definições infralegais, os efeitos quantitativos da Reforma na apuração dos tributos ainda não podem ser estimados com precisão. Consequentemente, não houve impactos mensuráveis nestas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025. A Administração ressalta que o contrato de concessão operado pela Companhia prevê cláusulas de reequilíbrio econômico-financeiro, diferente de impostos sobre a renda. Dessa forma, eventuais aumentos nos custos tributários decorrentes da transição deverão ser objeto de reequilíbrio econômico-financeiro.

4. Determinação dos valores justos: Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. • Caixa e bancos: Os valores justos desses ativos financeiros são iguais aos valores contábeis, dada sua liquidez imediata. • Aplicações financeiras: O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras. • Passivos financeiros não derivativos: O valor justo determinado para fins de registro contábil e/ou divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg). Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. Os diferentes níveis foram definidos a seguir: • Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); • Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

5. Gerenciamento de riscos financeiros: 5.1. Visão geral: A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: a) Risco de crédito; b) Risco de taxas de juros e inflação; c) Risco de taxas de câmbio; e d) Risco financeiro e liquidez. A seguir estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras. **a) Risco de crédito:** Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, que potencialmente sujeita a Companhia à contratação de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas n.os 6, 7, 9, 13. 14 e 20. **b) Risco de taxas de juros e inflação:** Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou aumento das perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas n.os 6, 9, 13, 14 e 20. As tarifas da Companhia são reajustadas por índices de inflação. **c) Risco de taxas de câmbio:** Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas para a liquidação de passivos financeiros. Além de valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras, a Companhia tem fluxos operacionais de compras e vendas em outras moedas. A Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos. **d) Risco financeiro e liquidez:** Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade. Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas. O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamento de juros contratuais:

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 4 anos	Acima de 4 anos
Empréstimos e financimentos (a)	75.155	79.104	76.904	71.507	688.863
Debêntures (a)	78.907	77.449	86.659	84.875	1.682.135
Fornecedores e outras obrigações	123.881	12.374	-	-	-
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	120.007	-	-	-	-
Obrigações com o Poder Concedente	1.248	-	-	-	-

(a) Valores brutos dos custos de transação.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R$ 324.240 substancialmente composto por fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas e juros sobre capital próprio a pagar, detalhados nas notas explicativas nº 12 e 9, respectivamente. Além da geração de caixa decorrente de suas atividades, a Companhia está permanentemente reestruturando suas dívidas. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade.

6. Caixa e equivalentes de caixa e Aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa	2025	2024
Caixa e bancos	3.516	7.219
Aplicações financeiras enquadradas como equivalentes de caixa (a)	137.061	274.675
Total	**140.577**	**281.894**
Aplicações financeiras	**2025**	**2024**
Circulante	**30.701**	**62.160**
Aplicações financeiras (a)	645	26.970
Conta reserva (b)	30.056	35.190
Não circulante	**-**	**40.073**
Conta reserva (b)	-	40.073
Total	**30.701**	**102.233**

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 101,27% do CDI, equivalente a 14,50% a.a., em 31 de dezembro de 2025 (99,83 % do CDI, equivalente a 10,86% a.a., em média, em 31 de dezembro de 2024).

(a) Compreende substancialmente aplicações em fundo de investimento exclusivo e CDB; e (b) Destinada a atender obrigações contratuais de longo prazo relacionadas a empréstimos, financiamentos e debêntures (notas explicativas nos 13 e 14).

continua

7. Contas a receber: 7.1. Contas a receber líquidas:

	2025	2024
Circulante	**45.802**	**38.868**
Contas a receber das operações (a)	45.802	38.868
Total	**45.802**	**38.868**

(a) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas à Concessionária, créditos a receber decorrentes de vale pedágio e créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) previstas no contrato de concessão. **7.2. *Aging* do contas a receber**

Idade de vencimentos dos títulos	2025	2024
Créditos a vencer	45.802	38.868
Total	**45.802**	**38.868**

8. Imposto de renda e contribuição social: 8.1. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos:
A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

Conciliação do imposto de renda e contribuição social	2025	2024
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**203.532**	**183.365**
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal (34%)		
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes	**(69.201)**	**(62.344)**
Juros sobre capital próprio	35.621	17.544
Incentivos (cultural, artístico e desporto) relativos ao imposto de renda	-	1.353
Despesas indedutíveis	(513)	(491)
Remuneração variável de dirigentes estatutários	(170)	(60)
Atualização monetária sobre créditos tributários (Selic)	755	31
Outros ajustes tributários	1.838	401
Despesa de imposto de renda e contribuição social	**(31.670)**	**(43.566)**
Impostos correntes	2.165	(30.064)
Impostos diferidos	(33.835)	(13.502)
Alíquota efetiva do imposto	**15,56%**	**23,76%**

8.2. Impostos diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

Imposto de renda e a contribuição social diferidos	2025	2024
Ativo	**48.962**	**36.748**
Provisão de manutenção	24.485	30.238
IRPJ e CSLL s/ prejuízos fiscais e bases negativas	16.295	-
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e fiscais	3.155	2.248
Provisão para participação nos resultados (PLR)	2.506	2.268
Tributos com exigibilidade suspensa - Pis e Cofins	1.049	854
Diferenças temporárias	328	-
Programa de gratificação de longo prazo	745	389
Arrendamento	56	91
Outros	343	660
Compensação de imposto ativo	**(48.962)**	**(35.208)**
Impostos ativos após a compensação	**-**	**1.540**
Passivo	**(81.257)**	**(35.208)**
Custo de transação de financiamentos	(8.719)	(6.172)
Capitalização de juros	(72.538)	(29.036)
Compensação de imposto passivo	**48.962**	**35.208**
Impostos passivos após compensação	(32.295)	-
Imposto diferido líquido	**(32.295)**	**1.540**

Movimentação do imposto diferido	2025	2024
Saldos em 1º de janeiro	**1.540**	**15.042**
Reconhecimento no resultado	(33.835)	(13.502)
Saldos em 31 de dezembro	**(32.295)**	**1.540**

9. Partes relacionadas: Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, suas controladoras direta e indireta e outras partes relacionadas.

	2025			2024		
Saldos	**Controladora**	**Outras partes relacionadas**	**Total**	**Controladora indireta**	**Outras partes relacionadas**	**Total**
Ativo	**-**	**90**	**90**	**15**	**105.841**	**105.856**
Bancos conta movimento	-	69	**69**	-	10	**10**
Aplicações financeiras	-	-	**-**	-	105.777	**105.777**
Contas a receber	-	13	**13**	15	45	**60**
Outros créditos	-	8	**8**	-	9	**9**
Passivo	**210.311**	**108.433**	**318.744**	**80.206**	**124**	**188.676**
Fornecedores e contas a pagar	119.920	87	**120.007**	80.206	124	**80.330**
Juros sobre capital próprio	90.391	108.346	**198.737**	-	-	**108.346**

	2025			2024		
Transações	**Controladora**	**Outras partes relacionadas**	**Total**	**Controladora indireta**	**Outras partes relacionadas**	**Total**
Custos/despesas - serviços de transporte de valores	-	(808)	**(808)**	-	(909)	**(909)**
Custos/despesas - benefício da previdência privada de colaboradores	-	(183)	**(183)**	-	(86)	**(86)**
Custos/despesas - serviços de suporte e manutenção de tecnologia	-	-	**-**	-	(2)	**(2)**
Custos/despesas de infraestrutura utilizada	-	(284)	**(284)**	-	(13)	**(13)**
Custos/despesas - benefício em vales a colaboradores	-	(5.533)	**(5.533)**	-	(5.972)	**(5.972)**
Custos/despesas - doações	-	(1.246)	**(1.246)**	-	(1.247)	**(1.247)**
Custos/despesas - serviços de transmissão de dados	-	-	**-**	-	(3)	**(3)**
Custos/despesas - outros gastos gerais	-	-	**-**	-	(34)	**(34)**
Custos/despesas - seguros	-	(48)	**(48)**	-	105	**105**
Custos /despesas - serviços especializados e consultorias	-	(99)	**(99)**	-	(228)	**(228)**
Ressarcimentos de gastos gerais	-	366	**366**	-	-	**-**
Despesas financeiras - juros, variações cambiais e monetárias	-	(2)	**(2)**	-	(2)	**(2)**
Despesas de comissão de fianças nas emissões de dívidas	(3.336)	-	**(3.336)**	(1.008)	-	**(1.008)**
Receita de venda do ativo imobilizado	-	-	**-**	-	189	**189**
Receitas de aplicações financeiras	-	3.780	**3.780**	-	21.521	**21.521**
Repasse de custos e despesas - CSC (*)	(63.312)	-	**(63.312)**	(49.941)	-	**(49.941)**
Repasse de custos e despesas de colaboradores	(12)	998	**986**	(359)	265	**(94)**
Intangível	-	(1.325)	**(1.325)**	-	109	**109**

(*) No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia realizou o pagamento de R$ 26.593 referente aos repasses de custos e despesas com a Controladora Motiva.

9.2. Profissionais-chave da administração: Despesas com profissionais-chave:	2025	2024
Remuneração: (a) (b)	**1.682**	**1.430**
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	**893**	**870**
Outros benefícios:		
Incentivo de longo prazo	287	-
Provisão para remuneração variável do ano	527	536
Reversão de provisão de PPR do ano anterior pago no ano (b)	(65)	-
Previdência privada	38	23
Seguro de vida	2	1

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 16 de abril de 2025, foi fixada a remuneração anual dos membros do Conselho de Administração e Diretoria da Companhia de até R$ 1.554, incluindo salário, benefícios, remuneração variável pagas no ano e contribuição para seguridade social. **Saldos a pagar aos profissionais-chave:**

	2025	2024
Remuneração dos administradores (b)	**651**	**816**

(a) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi repassado através de rateio da Controladora o montante de R$ 4.518, referente as despesas e pagamentos de PPR com profissionais chave; (b) Contempla o valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da Administração e Diretoria (Conselho de Administração, Diretoria estatutária e não estatutária).

9.3. Taxas contratuais de transações com partes relacionadas:

Taxa remuneração - garantia em emissão de dívidas	2025	2024
1,20% a.a.	3.336	1.008
Total	**3.336**	**1.008**

10. Ativo Imobilizado e imobilizações em andamento

	Imobilizado							
	Móveis e utensílios	**Máquinas e equipamentos**	**Veículos**	**Instalações e edificações**	**Equipamentos operacionais**	**Total em operação**	**Imobilizações em andamento**	**Total imobilizado**
Saldo em 1º de janeiro de 2024	**943**	**15.729**	**1.082**	**-**	**52.435**	**70.189**	**77.910**	**148.099**
Adições	-	-	-	-	-	-	24.784	
Transferências	14	19.635	5.627	-	13.341-	38.617	(38.617)	-
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	3.344	-	-	-	3.344	-	3.344
Depreciação	(142)	(4.488)	(1.453)	-	(7.657)	(13.740)	-	(13.740)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**815**	**34.220**	**5.256**	**-**	**58.119**	**98.410**	**64.077**	**162.487**
Custo	1.429	47.145	17.755	-	81.580	147.909	64.077	211.986
Depreciação acumulada	(614)	(12.925)	(12.499)	-	(23.461)	(49.499)	(49.499)	(49.499)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**815**	**34.220**	**5.256**	**-**	**58.119**	**98.410**	**64.077**	**162.487**
Adições	-	-	-	-	-	-	30.597	30.597
Baixas	(85)	(14.358)	-	(5.986)	(60)	(20.489)	-	(20.489)
Transferências								
Reclassificação entre imobilizado e intangível	96	24.984	-	5.986	7.312	38.378	(38.378)	-
	-	1.977	-	-	-	1.977	-	1.977
Depreciação	(144)	(6.658)	(1.605)	-	(8.850)	(17.257)	-	(17.257)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**682**	**40.165**	**3.651**	**-**	**56.521**	**101.019**	**56.296**	**157.315**
Custo	1.330	58.369	17.705	-	88.782	166.186	56.296	222.482
Depreciação acumulada	(648)	(18.204)	(14.054)	-	(32.261)	(65.167)	-	(65.167)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**682**	**40.165**	**3.651**	**-**	**56.521**	**101.019**	**56.296**	**157.315**
Taxa média anual de depreciação %								
Em 31 de dezembro de 2025	10	11	24	10	10			

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R$ 214 no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (R$ 430 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024). A taxa média de capitalização (custo de financiamentos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures) nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foram de 7,52% a.a. e 1,68% a.a. respectivamente.

11. Intangível e infraestrutura em construção

	Intangível					
	Exploração da infraestrutura concedida	**Sistemas informatizados**	**Sistemas informatizados em andamento**	**Total em operação**	**Infraestrutura em construção**	**Total do intangível**
Saldo em 1º de janeiro de 2024	**1.007.150**	**1.892**	**6.950**	**1.015.992**	**735.513**	**1.751.505**
Adições	-	-	9.596	9.596	837.807	847.403
Transferências	420.554	99	(998)	420.552	(420.552)	-
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	-	(3.344)	(3.344)	-	(3.344)
Amortização	(33.942)	(678)	-	(34.620)	-	(34.620)
Outros	(606)	-	-	(606)	-	(606)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**1.393.156**	**2.210**	**12.204**	**1.407.570**	**1.152.768**	**2.560.338**
Custo	1.486.617	4.136	12.204	1.502.957	1.152.768	2.655.725
Amortização acumulada	(93.461)	(1.926)	-	(95.387)	-	(95.387)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**1.393.156**	**2.210**	**12.204**	**1.407.570**	**1.152.768**	**2.560.338**
Adições	-	-	5.321	5.321	1.087.482	1.092.803
Baixas	-	(109)	-	(109)	-	(109)
Transferências	716.597	3.273	(3.270)	716.600	(716.600)	-
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	-	(1.977)	(1.977)	-	(1.977)
Amortização	(50.205)	(1.100)	-	(51.305)	-	(51.305)
Outros	(22.667)	-	-	(22.667)	(24.781)	(47.448)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**2.036.881**	**4.274**	**12.278**	**2.053.433**	**1.498.869**	**3.552.302**
Custo	2.180.547	7.300	12.278	2.200.125	1.498.869	3.698.994
Amortização acumulada	(143.666)	(3.026)	-	(146.692)	-	(146.692)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**2.036.881**	**4.274**	**12.278**	**2.053.433**	**1.498.869**	**3.552.302**
Taxa média anual de amortização %						
Em 31 de dezembro de 2025	(a)	20				

(a) Amortização pela curva de benefício econômico.

Infraestrutura em construção: O montante de infraestrutura em construção em 31 de dezembro de 2025, refere-se, principalmente, às obras detalhadas a seguir:

Principais obras	**1.490.362**
Duplicação da BR-386 entre o km 324+100 e o km 340+400	1.082.681
Implantação de faixas adicionais e vias marginais	207.487
1ª Intervenção de pavimento	89.899
Obras de melhoria na BR-386	88.515
Implantação de passarelas, dispositivos de segurança e de sinalizações	21.780

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R$ 129.035 no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (R$ 80.110 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024). A taxa média de capitalização (custo dos financiamentos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures) nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foram de 7,52% a.a. e 1,68% a.a. respectivamente.

12. Fornecedores

	2025	2024
Circulante	**120.551**	**131.843**
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais (a)	80.000	88.910
Fornecedores e prestadores de serviços estrangeiros (a)	63	-
Cauções e retenções contratuais (b)	40.488	42.933
Não circulante	**12.364**	**4.959**
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais (a)	-	4.959
Cauções e retenções contratuais (b)	12.364	-
Total	**132.915**	**136.802**

(a) Os saldos referem-se principalmente aos fornecedores de serviços, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhorias, manutenção e conservação; e (b) Trata-se de garantia contratual estabelecida com prestadores de serviços, destinada a suprir eventuais inadimplências fiscais e trabalhistas destes prestadores, em decorrência de responsabilidade solidária da Companhia. Em média, são retidos 5% do valor das medições até o encerramento do contrato de prestação de serviços.

13. Empréstimos e financiamentos

Instituições financeiras	Taxas contratuais (% a.a.)	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Vencimento final	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar	2025	2024	
BNDES - FINEM (Subcrédito A - 1º desembolso)	IPCA + 4,60 a.a.	5,4367% (a)	Dezembro de 2044	4.725	3.564	83.084	78.044	(b) (c) (d)
BNDES - FINEM (Subcrédito B - 1º desembolso)	IPCA + 4,60 a.a.	5,2196% (a)	Dezembro de 2044	5.125	4.014	112.639	104.733	(b) (c) (d)
BNDES - FINEM (Subcrédito B - 2º desembolso)	IPCA + 4,60 a.a.	5,9391% (a)	Dezembro de 2044	5.336	4.312	55.352	51.112	(b) (c) (d)
BNDES (Capital de giro)	Pré 7,42% a.a.	N/I	Outubro de 2029	-	-	120.168	127.021	(e)
BNDES - FINEM (Subcrédito B - 3º desembolso)	IPCA + 4,598216% a.a.	5,0599% (b)	Dezembro de 2044	1.113	1.067	32.460	-	(b) (c) (d)
BNDES - FINEM (Subcrédito A - 1º desembolso)	IPCA + 7,7788% a.a.	8,2846% (b)	Dezembro de 2043	743	720	21.652	-	(b) (c) (d)
BNDES - FINEM (Subcrédito B - 4º desembolso)	IPCA + 4,598216% a.a.	5,0881% (b)	Dezembro de 2044	4.522	4.419	130.730	-	(b) (c) (d)
BNDES - FINEM (Subcrédito A - 2º desembolso)	IPCA + 7,7788% a.a.	8,2926% (b)	Dezembro de 2043	2.969	2.922	85.933	-	(b) (c) (d)
			Total	**21.018**	**642.018**	**360.910**		

	2025	2024
Circulante	**39.903**	**8.786**
Empréstimos e financiamentos	41.770	9.876
Custos de transação	(1.867)	(1.090)
Não circulante	**602.115**	**352.124**
Empréstimos e financiamentos	621.266	364.016
Custos de transação	(19.151)	(11.892)
Total	**642.018**	**360.910**

(a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que a liquidação dos juros e principal dar-se-á no final da operação e na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação. Quando uma operação possui mais de uma série/tranche, está apresentada à taxa média ponderada;

Garantias: (b) Cessão de contas bancárias, indenizações e recebíveis; (c) Garantia real; (d) 100% aval/ fiança corporativa da Controladora Motiva; e (e) Fiança bancária.

Cronograma de desembolsos (não circulante)	**2025**
2027	46.895
2028	47.527
2029	45.361
2030	22.385
2031 em diante	459.098
(-) Custo de transação	(19.151)
Total	**602.115**

A Controladora Motiva, até o *completion* total, obriga-se a manter índice Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 4,5, apurado anualmente, com data base em 31 de dezembro, com base nas demonstrações financeiras consolidadas auditadas. Em relação à Companhia, esta deverá apresentar ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) igual ou superior a 1,2, Índice de Cobertura "Manutenção" sobre o Serviço da Dívida (inclui a realização da provisão de manutenção) igual ou superior a 1 e apresentação do índice PL/Ativo maior ou igual a 0,2. O resgate antecipado é permitido mediante aprovação do BNDES. Não há quebra de *covenants* relacionados aos empréstimos e financiamentos.

14. Debêntures

Séries	Taxas contratuais (% a.a.)	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Vencimento final	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar	2025	2024	
1ª Emissão - Série única	IPCA + 6,70% a.a.	6,6699% (a)	Fevereiro de 2045	6.286	4.628	1.078.216	1.003.268	(b) (c) (d)
			Total	**4.628**	**1.078.216**	**1.003.268**		

	2025	2024
Circulante	**35.424**	**3.804**
Debêntures	35.841	4.512
Custos de transação	(417)	(708)
Não Circulante	**1.042.792**	**999.464**
Debêntures	1.047.003	1.003.928
Custos de transação	(4.211)	(4.464)
Total	**1.078.216**	**1.003.268**

(a) O custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas as taxas contratuais variáveis para fins de cálculo da TIR;

Garantias: (b) Alienação fiduciária; (c) Cessão fiduciária de direitos da concessão e creditórios; e (d) Fiança corporativa da Motiva em condição suspensiva, no caso de término antecipado do contrato de concessão.

Cronograma de desembolsos (não circulante)	**2025**
2027	9.417
2028	18.835
2029	18.834
2030	28.251
2031 em diante	971.666
(-) Custo de transação	(4.211)
Total	**1.042.792**

A Companhia possui contrato financeiro, como debêntures, com cláusulas de *cross default* e/ou *cross acceleration*, que estabelece

continua

continuação **Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A. -** CNPJ/MF nº 32.161.500/0001-00

vencimento antecipado, caso deixe de pagar valores devidos em outros contratos por ela firmados ou caso ocorra o vencimento antecipado do referido contrato. Os indicadores são constantemente monitorados a fim de evitar a execução de tais cláusulas. Não há quebra de *covenants* relacionados às debêntures.

15. Riscos cíveis, administrativos, trabalhistas, previdenciários e contratuais

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, administrativos e contratuais. **15.1. Processos com prognóstico de perda provável:** A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	Cíveis e administrativos	Trabalhistas e previdenciários	Contratuais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**1.415**	**5.198**	**-**	**6.613**
Constituição	2.416	6.332	38	8.786
Reversão	(836)	(1.599)	(16)	(2.451)
Pagamentos	(1.550)	(3.237)	(6)	(4.793)
Atualização de bases processuais e monetária	252	873	-	1.125
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**1.697**	**7.567**	**16**	**9.280**

15.2. Processos com prognóstico de perda possível: A Companhia possui outros riscos relativos a questões cíveis e trabalhistas, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

	2025	2024
Cíveis e administrativos	8.906	5.516
Trabalhistas e previdenciárias	4.208	7.146
Total	**13.114**	**12.662**

16. Provisão de manutenção

	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**45.597**	**43.337**	**88.934**
Constituição	(14.103)	19.967	5.864
Ajuste a valor presente	4.410	4.762	9.172
Transferências	31.918	(31.918)	-
Realização	(31.957)	-	(31.957)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**35.865**	**36.148**	**72.013**

As taxas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, para o cálculo do valor presente, são de 11,43% a.a. e 9,64% a.a., respectivamente.

17. Patrimônio líquido

17.1. Capital social: Em 28 de maio de 2025, foi aprovado aumento de capital social no montante de R$ 100.000, em moeda corrente nacional, mediante a emissão de 100.000.000 de ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, e foram totalmente subscritas em 28 de maio de 2025 e integralizadas em 6 de junho de 2025. Em 2 de dezembro de 2025, foi aprovado aumento de capital social no montante de R$ 120.000, em moeda corrente nacional, mediante a emissão de 120.000.000 de ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, e foram totalmente subscritas e integralizadas em 2 de dezembro de 2025. O capital social subscrito da Companhia passou a ser de R$ 1.408.456, dividido em 1.408.456.196 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. **17.2. Reserva legal:** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. **17.3. Reserva de retenção de lucros:** Em 31 de dezembro de 2025, foi constituída reserva de lucros em razão da retenção de parte do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76. **17.4. Dividendos:** Os dividendos são calculados em conformidade com o estatuto social e de acordo com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76). Os requerimentos relativos aos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício de 2025, foram atendidos conforme o quadro a seguir:

	2025
Lucro líquido do exercício	171.862
(-) Constituição de reserva legal	(8.594)
Lucro líquido ajustado	**163.268**
Dividendo mínimo obrigatório - 25% sobre o lucro líquido ajustado	40.817
Total de juros sobre capital próprio a pagar (líquidos de IRRF)	90.391
Total de dividendos e juros sobre capital próprio	**90.391**

Em 31 de dezembro de 2025, não houve a necessidade de constituição dos dividendos mínimos obrigatórios devido a aprovação de juros sobre capital próprio a pagar. **17.5. Juros sobre capital próprio:** Em 22 de setembro de 2025, foi aprovada em reunião do Conselho de Administração da Companhia, o destaque dos juros sobre o capital próprio no valor bruto de R$ 77.342, relativo ao lucro do período de janeiro a agosto de 2025, correspondente ao montante líquido de R$ 65.741, deduzidos de 15% de imposto de renda retido na fonte (IRRF) correspondente a R$ 11.601, a serem pagos quando oportuno e serão imputados aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício social de 2025. Em 19 de dezembro de 2025, foi aprovada em reunião do Conselho de Administração da Companhia, o destaque dos juros sobre o capital próprio no valor bruto de R$ 29.000, com base no patrimônio líquido de 31 de dezembro de 2024, correspondente ao montante líquido de R$ 24.650, deduzidos de 15% de imposto de renda retido na fonte (IRRF) correspondente a R$ 4.350, a serem pagos conforme deliberação futura e com base na composição acionária vigente na presente data. **17.6. Lucro por ação básico:** A Companhia não possui instrumentos que, potencialmente, poderiam diluir os resultados por ação:

	2025	2024
Numerador		
Lucro líquido	171.862	139.799
Denominador		
Média ponderada de ações ordinárias (em milhares)	1.258.236	1.188.456
Lucro por ação ordinária - básico	**0,13659**	**0,11763**

17.7. Plano de Incentivo de Longo Prazo, liquidável em Ações: Neste exercício houve a outorga de novo Plano de Incentivo de Longo Prazo, com as características e parâmetros de precificação abaixo: Parcela de Performance: • Quantidade de ações outorgadas - parcela de performance: 20.868 ações; • Data da outorga: 16 de abril de 2025; • Preço corrente (TSR do ano anterior): R$ 11,59; • Preço de exercício (TSR alvo): para cada tranche do plano regular R$ 11,46, R$ 10,57 e R$ 9,58; • Volatilidade calculada para cada tranche: 22,69%, 24,45% e 25,79%; • Taxa de juros livre de risco para cada tranche: 14,20%, 14,00% e 14,12%; e • Prazo total: para o plano regular serão 2 anos de *vesting* para a 1ª parcela, 3 anos de *vesting* para a 2ª parcela e 4 anos de *vesting* para a 3ª parcela, já para o plano extraordinário serão 5 anos de vesting. Parcela de Retenção: O valor justo da parcela atrelada à retenção, composta por 20.868 ações, foi determinado pelo preço de mercado das ações da Companhia, em 16 de abril de 2025 (data de outorga), de R$ 12,37, e está condicionada apenas à passagem do tempo e a prestação do serviço por parte dos funcionários. Os planos outorgados em 2023 e 2024 seguem com as mesmas características divulgadas nas notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, tendo ocorrido no 1º semestre de 2025, a entrega de 1.906 ações, restando 37.832 ações a serem exercidas à medida que transcorra o período de *vesting*. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi reconhecido como despesa, em contrapartida à reserva de capital, o montante de R$ 527 relativos aos planos outorgados em 2023, 2024 e 2025.

18. Receitas operacionais líquidas

	2025	2024
Receita bruta	**1.518.491**	**1.250.257**
Receitas de pedágio	572.301	535.920
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	945.588	713.695
Receitas acessórias	602	642
Deduções das receitas brutas	**(49.619)**	**(46.648)**
Impostos sobre receitas	(49.549)	(46.408)
Abatimentos	(70)	(240)
Receita operacional líquida	**1.468.872**	**1.203.609**

19. Resultado financeiro

	2025	2024
Despesas financeiras	**(40.710)**	**(62.046)**
Juros e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(155.286)	(134.052)
Juros e variações monetárias sobre obrigações com partes relacionadas	(3.336)	(1.008)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(9.172)	(6.391)
Capitalização de custo de empréstimos	129.249	80.540
Ajuste a valor presente - arrendamentos	(275)	(369)
Variação cambial sobre fornecedores estrangeiros	(2)	(1)
Taxas e outras despesas financeiras	(1.888)	(765)
Receitas financeiras	**28.633**	**55.364**
Rendimento sobre aplicações financeiras	25.912	54.983
Variação cambial sobre fornecedores estrangeiros	-	1
Juros e outras receitas financeiras	2.721	380
Resultado financeiro líquido	**(12.077)**	**(6.682)**

20. Instrumentos financeiros

20.1. Instrumentos financeiros por categoria e hierarquia de valor justo: A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

	Nível	2025	2024
Ativo		**217.093**	**423.055**
Valor justo através do resultado		**171.278**	**384.127**
Caixa e bancos	Nível 2	3.516	7.219
Aplicações financeiras	Nível 2	137.706	301.645
Aplicações financeiras vinculadas - conta reserva	Nível 2	30.056	75.263
Custo amortizado		**45.815**	**38.928**
Contas a receber das operações		45.802	38.868
Contas a receber de partes relacionadas		13	60
Passivo		**(2.176.471)**	**(1.692.633)**
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado		**(2.176.471)**	**(1.692.633)**
Debêntures (a)		(1.078.216)	(1.003.268)
Empréstimos e financiamentos (a)		(642.018)	(360.910)
Fornecedores e outras obrigações		(136.245)	(138.588)
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas		(120.007)	(80.330)
Juros sobre capital próprio		(198.737)	(108.346)
Obrigações com o Poder Concedente		(1.248)	(1.191)
Total		**(1.959.378)**	**(1.269.578)**

(a) Os valores contábeis estão líquidos dos custos de transação.

Empréstimos e debêntures mensuradas ao custo amortizado – Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos (nível 2), os saldos apurados seriam os seguintes:

	2025		2024	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Empréstimos (a)	120.168	108.706	127.021	103.841
Debêntures (a)	1.082.844	932.849	1.008.440	863.069

(a) Os valores contábeis estão brutos dos custos de transação.

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex.: B3, ANBIMA e Bloomberg), adicionados *spreads* contratuais e trazidos a valor presente por taxa pré-fixada (pré-DI), acrescida de componentes de risco de crédito, que considera como *spread* a curva de crédito ANBIMA triple A na data-base.

20.2. Análise de sensibilidade: As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises. A Companhia adotou para os cenários de estresse A e B da análise de sensibilidade, os percentuais de 25% e 50%, respectivamente, os quais são aplicados no sentido de apresentar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável. **20.2.1. Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros:** Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de empréstimos, financiamentos, debêntures e aplicações financeiras com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2026, ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

		Efeito em R$ no resultado		
Risco	Exposição em Risco R$ (4)(5)	Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
IPC-A	(1.745.880)	(172.617)	(190.836)	(209.054)
Efeitos sobre empréstimos, financimentos e debêntures		**(172.617)**	**(190.836)**	**(209.054)**
CDI	168.428	13.204	16.418	19.600
Efeitos sobre aplicações financeiras		**13.204**	**16.418**	**19.600**
Total do efeito líquido de ganhos/(perdas)		**(159.413)**	**(174.418)**	**(189.454)**
As taxas de juros consideradas foram (1):	CDI (2)	14,9000%	18,6250%	22,3500%
	IPC-A (3)	4,2600%	5,3250%	6,3900%

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo, sendo as mesmas utilizadas nos 12 meses do cálculo; Nos itens (2) e (3) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável: (2) Taxa de 31/12/2025, divulgada pela B3; (3) Variação anual acumulada nos últimos 12 meses, divulgada pelo IBGE; (4) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação e, também não consideram os saldos de juros em 31/12/2025, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores; e (5) Os cenários de estresse contemplam uma depreciação dos fatores de risco (CDI e IPCA).

21. Compromissos vinculados a contratos de concessão

A Concessionária assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (melhorias e grandes manutenções periódicas) a serem realizados durante o prazo da concessão. Os valores demonstrados abaixo refletem o valor dos investimentos estabelecidos no início do contrato de concessão, ajustado por reequilíbrios firmados com o Poder Concedente e atualizados anualmente pelos índices de reajuste tarifário (IRT), portanto não contemplam eventuais diferenças frente a preços de mercado e a outros indicadores de correção de preços:

	2025	2024
Compromisso de investimento	3.090.465	3.960.670

Os valores acima não incluem eventuais investimentos contingentes, de nível de serviço, casos em discussão para reequilíbrio e manutenções menores não periódicas.

22. Demonstrações dos fluxos de caixa

22.1. Transações que não afetaram o caixa: As transações que não afetaram o caixa, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, estão apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa, as quais estão demonstradas abaixo:

	2025
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	**45.610**
Fornecedores	45.610
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	**(45.610)**
Adições ao ativo intangível	(45.610)

22.2. Atividades de financiamento: A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos para cumprimento das obrigações do contrato de concessão. A reconciliação das atividades de financiamento está demonstrada a seguir:

	Empréstimos e financiamentos	Passivo Debêntures	Passivo de arrendamento	Capital social	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**(360.910)**	**(1.003.268)**	**(2.658)**	**(1.188.456)**	**(2.555.292)**
Variações dos fluxos de caixa de financiamento	**(239.615)**	**38.845**	**2.718**	**(220.000)**	**(418.052)**
Captações (líquidas de custos de transação)	(267.680)	-	-	-	(267.680)
Pagamento de principal	6.490	4.987	-	-	11.477
Pagamento de juros	21.575	33.858	2.718	-	58.151
Integralização de capital	-	-	-	(220.000)	(220.000)
Outras variações que não afetam o caixa	**(41.493)**	**(113.793)**	**(4.841)**	**-**	**(160.127)**
Ajuste a valor presente	-	-	(275)	-	(275)
Adições de contrato de arrendamento	-	-	(4.566)	-	(4.566)
Despesa com juros e variação monetária	(41.493)	(113.793)	-	-	(155.286)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**(642.018)**	**(1.078.216)**	**(4.781)**	**(1.408.456)**	**(3.133.471)**

23. Eventos subsequentes

Em 2 de fevereiro de 2026 foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital social no valor de R$ 259.000, mediante a emissão de 259.000 ações ordinárias, ao preço de emissão de R$ 1,00 cada, a serem totalmente subscritas e integralizadas até 31/12/2026 por sua única acionista Motiva. Foi integralizado o valor de R$ 60.000 no dia 9 de fevereiro de 2026.

Composição do Conselho de Administração

Eduardo Siqueira Moraes Camargo	Presidente
Josiane Carvalho de Almeida	Membro efetivo
Roberto Penna Chaves Neto	Membro efetivo

Composição da Diretoria

Fernando Henrique Pereira De Marchi	Diretor Presidente e de Relações com Investidores
Fausto Camilotti	Diretor
Angelo Luiz Lodi	Diretor

Contadora

Fabia da Vera Cruz Campos Stancatti - CRC 1SP190868/O-0 S/RS

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos acionistas, conselheiros e administração da

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A. Porto Alegre - RS

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade aplicáveis às auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais Assuntos de Auditoria (PAA):** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que o assunto a seguir é o principal assunto de auditoria a ser comunicado em nosso relatório. **Capitalização de gastos com ativos de concessão: (Notas explicativas nºs 3.2, 3.7, 3.14 e 11): Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria:** A Companhia capitaliza e registra como ativos intangíveis e ativos de contrato determinados gastos elegíveis, decorrentes de contrato de concessão. Os contratos de concessões representam o direito de exploração da infraestrutura, pautado pela interpretação contábil ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão (IFRIC 12), o qual prevê a obrigação de construir e/ou operar a infraestrutura (ativo intangível ou ativo de contrato da concessão) para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas em contrato. As capitalizações dos montantes registrados nestas rubricas no exercício de 2025 impactaram na apuração do custo de construção e, consequentemente, a determinação da receita de construção. A mensuração destes gastos também é afetada por elementos subjetivos devido à natureza diversa dos gastos capitalizados como parte da infraestrutura da concessão, bem como a existência de certo grau de julgamento para a determinação de quais gastos seriam elegíveis para serem capitalizados como ativo intangível e ativo de contrato. Desta forma, identificamos a capitalização de gastos no ativo de contrato de concessão e do intangível como uma área relevante para nossos trabalhos e, dessa forma, um principal assunto de auditoria. **Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: • avaliamos o desenho dos controles internos chaves implementadas pela administração para novas adições de infraestrutura e gerenciamento dos contratos de concessões; • testamos documentalmente, em base amostral, as adições do ativo de contrato de concessão e intangível, incluindo a inspeção das medições, notas fiscais, comprovantes de pagamentos e contratos, com objetivo de avaliar a natureza do gasto e sua respectiva classificação; • avaliamos a natureza dos gastos capitalizados como ativo de contrato de concessões e a aplicabilidade aos critérios estabelecidos pelo contrato de concessão e normas contábeis vigentes; e • avaliamos se as divulgações nas notas explicativas estão consistentes com as informações e representações obtidas da administração. Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que são razoáveis as premissas e metodologias utilizadas pela Companhia para a capitalização dos gastos ao ativo de contrato e ativo intangível, estando as informações apresentadas nas demonstrações financeiras consistentes com as informações analisadas em nossos procedimentos de auditoria no contexto daquelas demonstrações financeiras. **Outros assuntos: Demonstração do Valor Adicionado:** A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Auditoria dos valores correspondentes:** A auditoria das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, cujos valores correspondentes estão apresentados para fins de comparação, foi conduzida sob a responsabilidade de outro auditor independente, cujo relatório de auditoria, sem modificação, foi emitido em 26 de fevereiro de 2025. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Standards Accounting Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta à tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 26 de fevereiro de 2026

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-028.281/O-4 F SP

Élica Daniela da Silva Martins
Contadora CRC 1SP-223.766/O-0

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Nova Prata (RS), 24 de fevereiro de 2026 – A Borrachas Vipal S.A. ("Companhia") divulga os seus resultados consolidados do quarto trimestre do ano de 2025 (4T25). Os saldos de 2025 estão comparados com o mesmo período de 2024 (4T24) e com o terceiro trimestre de 2025 (3T25). As informações aqui apresentadas foram derivadas das demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as práticas adotadas no Brasil e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) e apresentados em milhares de reais (R$ Milhares).

1. PRINCIPAIS DESTAQUES

Receita Operacional Líquida

4T25 — R$ 690MM — -1,6% vs. 4T24 — -2,7% vs. 3T25

12M25 — R$ 2.829MM — 6,4% vs. 12M24 — R$ 2.659MM

Lucro Bruto

4T25 — R$ 232MM — 1,8% vs. 4T24 — -4,9% vs. 3T25

12M25 — R$ 911MM — -2,8% vs. 12M24 — R$ 937MM

EBITDA

4T25 — R$ 111MM — 31,9% vs. 4T24 — -18,3% vs. 3T25

12M25 — R$ 443MM — -9,3% vs. 12M24 — R$ 489MM

Lucro Líquido

4T25 — R$ 38MM — -0,1% vs. 4T24 — -29,6% vs. 3T25

12M25 — R$ 148MM — -47,3% vs. 12M24 — R$ 281MM

2. DESTAQUES FINANCEIROS

(em R$ mil, exceto %)	4T25	4T24	Δ (%) 4T25/4T24	3T25	Δ (%) 4T25/3T25	12M25	12M24	Δ (%) 12M25/12M24
Receita Operacional Líquida	**690.426**	**701.622**	**-1,6%**	**709.248**	**-2,7%**	**2.829.299**	**2.659.257**	**6,4%**
Lucro Bruto	**232.011**	**227.916**	**1,8%**	**244.092**	**-4,9%**	**910.536**	**936.685**	**-2,8%**
Margem Bruta	*33,6%*	*32,5%*	*1,1 p.p.*	*34,4%*	*-0,8 p.p.*	*32,2%*	*35,2%*	*-3,0 p.p.*
EBITDA	**111.356**	**84.406**	**31,9%**	**136.358**	**-18,3%**	**443.111**	**488.567**	**-9,3%**
Margem EBITDA	*16,1%*	*12,0%*	*4,1 p.p.*	*19,2%*	*-3,1 p.p.*	*15,7%*	*18,4%*	*-2,7 p.p.*
Lucro Líquido	**37.692**	**37.723**	**-0,1%**	**53.561**	**-29,6%**	**147.952**	**280.664**	**-47,3%**
Margem Líquida	*5,5%*	*5,4%*	*0,1 p.p.*	*7,6%*	*-2,1 p.p.*	*5,2%*	*10,6%*	*-5,4 p.p.*

3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

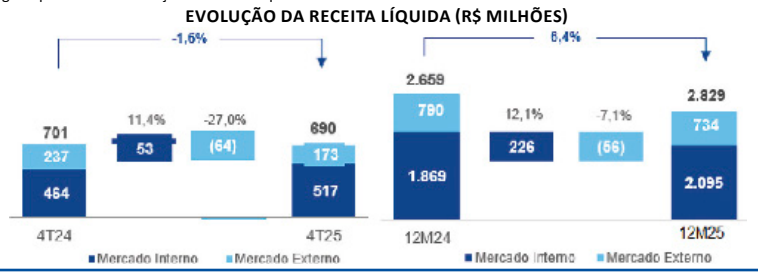
A receita operacional líquida da Companhia totalizou R$ 690.426 mil no 4T25, representando uma redução de -1,6% e de -2,7% quando comparado ao 4T24 e 3T25, respectivamente. Entretanto, no acumulado 12M25, totalizou 2.829.299 mil, representando um aumento de 6,4% quando comparado ao 12M24. A receita operacional líquida da Companhia está assim detalhada:

(em R$ mil, exceto %)	4T25	4T24	Δ (%) 4T25/4T24	3T25	Δ (%) 4T25/3T25	12M25	12M24	Δ (%) 12M25/12M24
Receita Bruta de Vendas	**909.298**	**914.919**	**-0,6%**	**913.870**	**-0,5%**	**3.706.753**	**3.451.871**	**7,4%**
Devolução de vendas	(33.796)	(24.779)	36,4%	(20.954)	61,3%	(116.151)	(77.115)	50,6%
Impostos sobre a venda	(185.076)	(188.518)	-1,8%	(183.668)	0,8%	(761.303)	(715.499)	6,4%
Receita Operacional Líquida	**690.426**	**701.622**	**-1,6%**	**709.248**	**-2,7%**	**2.829.299**	**2.659.257**	**6,4%**

No 4T25, a receita bruta de vendas apresentou crescimento quando comparada ao 4T24, sendo um aumento de 11,4% no Mercado Interno e arrefecimento de -27% no Mercado Interno. No acumulado de 12M25, a receita bruta apresentou crescimento de 12,1% no Mercado Interno e queda de -7,1% no Mercado Externo, decorrente do aumento no volume das vendas e mix de produtos.

Os gráficos a seguir apresentam a evolução da receita líquida do Mercado Interno e Mercado Externo.

EVOLUÇÃO DA RECEITA LÍQUIDA (R$ MILHÕES)



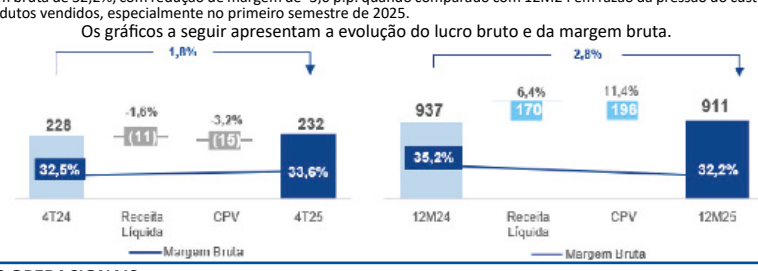
4. LUCRO BRUTO

Os custos dos produtos vendidos da Companhia totalizaram R$ 458.415 mil no 4T25, representando um redução de -3,2% quando comparado ao 4T24, e uma redução de -1,4% ante o período no 3T25. No acumulado de 12M25, totalizaram R$ 2.829.299 mil, representando um aumento de 6,4% quando comparado 12M24. O custo dos produtos vendidos representou 66,4% da receita líquida no 4T25, ante 67,5% no 4T24 e 65,6% no 3T25. No acumulado 12M25 a representatividade é de 67,8% ante 64,8% no 12M24.

(em R$ mil, exceto %)	4T25	4T24	Δ (%) 4T25/4T24	3T25	Δ (%) 4T25/3T25	12M25	12M24	Δ (%) 12M25/12M24
Receita Operacional Líquida	**690.426**	**701.622**	**-1,6%**	**709.248**	**-2,7%**	**2.829.299**	**2.659.257**	**6,4%**
Custo dos Prod. Vendidos	(458.415)	(473.706)	-3,2%	(465.156)	-1,4%	(1.918.763)	(1.722.572)	11,4%
Lucro Bruto	**232.011**	**227.916**	**1,8%**	**244.092**	**-4,9%**	**910.536**	**936.685**	**-2,8%**
Margem Bruta	*33,6%*	*32,5%*	*1,1 p.p.*	*34,4%*	*-0,8 p.p.*	*32,2%*	*35,2%*	*-3,0 p.p.*

O lucro bruto da Companhia totalizou R$ 232.011 mil com uma margem bruta de 33,6% no 4T25, com aumento de margem de 1,1 p.p. quando comparado ao 4T24, e redução de -0,8 p.p. quando comparado ao 3T25. No acumulado 12M25 o lucro bruto da Companhia totalizou R$ 910.536 mil com margem bruta de 32,2%, com redução de margem de -3,0 p.p. quando comparado com 12M24 em razão da pressão do custo das matérias primas dos produtos vendidos, especialmente no primeiro semestre de 2025.

Os gráficos a seguir apresentam a evolução do lucro bruto e da margem bruta.



5. DESPESAS OPERACIONAIS

(em R$ mil, exceto %)	4T25	4T24	Δ (%) 4T25/4T24	3T25	Δ (%) 4T25/3T25	12M25	12M24	Δ (%) 12M25/12M24
Despesas Comerciais	(62.376)	(83.067)	-24,9%	(54.660)	14,1%	(247.899)	(275.330)	-10,0%
Despesas Gerais e Administrativas	(74.231)	(71.208)	4,2%	(68.270)	8,7%	(276.355)	(263.412)	4,9%
Outras rec. (desp.) operac., líquidas	(2.312)	(8.308)	**-72,2%**	(2.344)	-1,4%	(16.064)	18.618	-186,3%
Total	**(138.919)**	**(162.583)**	**-14,6%**	**(125.274)**	**10,9%**	**(540.318)**	**(520.124)**	**3,9%**

As despesas comerciais no 4T25 quando comparada com a de 4T24 tiveram uma redução na ordem de -24,9% e aumento de 14,1% quando comparado ao 3T25, respectivamente. Ao longo dos 12M de 2025 se observou a estabilização do custo dos fretes internacionais, contribuindo para a melhoria dos resultados comparativos nos períodos. Adicionalmente, as despesas comerciais apresentaram estabilidade nos trimestres quando observada a representatividade deste indicador sobre a receita líquida. As despesas gerais e administrativas apresentaram no 4T25 aumento de 4,2% quando comparado ao 4T24 e de 8,7% comparado ao 3T25. As outras receitas (despesas) operacionais líquidas apresentaram no 4T25 uma variação de -72,2% quando comparado ao 4T24 e de -186,3% no acumulado de 12M25 frente ao mesmo período do ano anterior. Essa variação ocorreu principalmente em razão da realização de acordo extrajudicial firmado pela Companhia em 2024 junto aos seus assessores para recuperação de receitas contratuais.

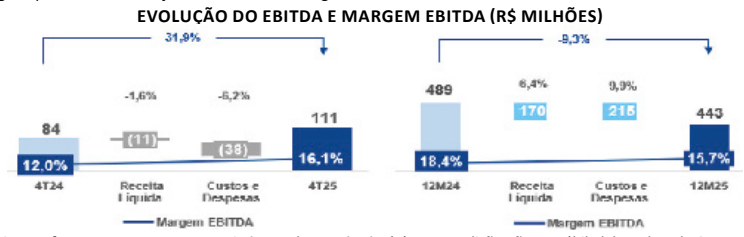
6. EBITDA[1]

(em R$ mil, exceto %)	4T25	4T24	Δ (%) 4T25/4T24	3T25	Δ (%) 4T25/3T25	12M25	12M24	Δ (%) 12M25/12M24
Receita Operacional Líquida	**690.426**	**701.622**	**-1,6%**	**709.248**	**-2,7%**	**2.829.299**	**2.659.257**	**6,4%**
Lucro Líquido	**37.692**	**37.723**	**-0,1%**	**53.561**	**-29,6%**	**147.952**	**280.664**	**-47,3%**
Margem Líquida	*5,5%*	*5,4%*	*0,1 p.p.*	*7,6%*	*-2,1 p.p.*	*5,2%*	*10,6%*	*-5,4 p.p.*
(-/+) Receitas e Desp. financeiras	32.749	22.188	47,60%	55.543	-41,0%	163.847	48.699	236,4%
(+) Depreciações e Amortizações	18.264	19.073	-4,2%	17.540	4,1%	72.893	72.006	1,2%
(+) IRPJ e CSLL (corrente e diferido)	22.651	5.422	317,8%	9.714	133,2%	58.419	87.198	-33,0%
EBITDA	**111.356**	**84.406**	**31,9%**	**136.358**	**-18,3%**	**443.111**	**488.567**	**-9,3%**
Margem EBITDA	*16,1%*	*12,0%*	*4,1 p.p.*	*19,2%*	*-3,1 p.p.*	*15,7%*	*18,4%*	*-2,7 p.p.*

O EBITDA gerado no 4T25 foi de R$ 111.356 mil ante R$ 84.406 mil no 4T24 e R$ 136.358 mil no 3T25, apresentando um aumento 31,9% e uma redução de -18,3%, respectivamente. No comparativo com o 4T24, o principal efeito para a maximização do EBITDA foi a redução do CPV atrelado ao arrefecimento do custo das matérias primas. A margem EBITDA do 4T25 foi de 16,1%, ante 12,0% do 4T24 e 19,2% no 3T25.

Os gráficos a seguir apresentam a evolução do EBITDA e da margem EBITDA.

EVOLUÇÃO DO EBITDA E MARGEM EBITDA (R$ MILHÕES)



[1] O EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization) é uma medição não contábil elaborada pela Companhia em consonância com a Instrução da CVM nº 156, de 23 de junho de 2022 ("Instrução CVM 156"), e consiste no lucro líquido do exercício ajustado pelo resultado financeiro líquido, pelo imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e pelas despesas e custos de depreciação e amortização ("EBITDA"). A Margem EBITDA é calculada pelo EBITDA dividido pela receita operacional líquida ("Margem EBITDA"). Não são medidas reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP) nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB), não sendo, portanto, medidas de lucratividade, desempenho operacional ou liquidez definidas pelo BRGAAP nem pelas IFRS.

7. ENDIVIDAMENTO

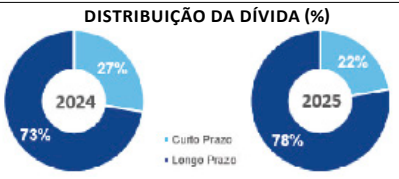
A Dívida Líquida da Companhia em 31/12/2025 foi de R$ 881.433 mil, representando uma redução de -3,2% frente ao saldo de 31/12/2024. O saldo de Caixa e equivalentes de caixa e Aplicações financeiras somou em 31/12/2025 o montante de R$ 438.868 mil, apresentando uma redução de -18,1% em comparação com 31/12/2024.

(em R$ mil, exceto %)	31/12/2025	31/12/2024	Δ (%)
Dívida Líquida	**881.433**	**910.162**	*-3,2%*
(+) Empréstimos e financiamentos (CP + LP)	*1.312.990*	*1.463.898*	*-10,3%*
(+) Instrumentos Derivativos	7.311	(17.823)	-141,0%
(-) Caixa e equivalentes de caixa e Aplicações financeiras	(438.868)	(535.913)	-18,1%
EBITDA (12 meses)	**443.111**	**488.567**	**-9,3%**
Dívida Líquida/EBITDA (12 meses)	*1,99x*	*1,86x*	*7,0%*

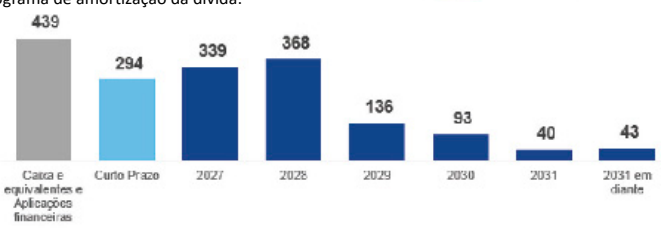
A alavancagem, indicador medido pelo índice Dívida Líquida/EBITDA (12 meses) registrou 1,99x em 31/12/2025 e 1,86x em 31/12/2024.

Os gráficos a seguir apresentam a distribuição da dívida. A evolução de 31/12/2024 para 31/12/2025 da dívida de curto prazo foi de 27% para 22%, e a dívida de longo prazo passou de 73% para 78%.

DISTRIBUIÇÃO DA DÍVIDA (%)



A seguir o cronograma de amortização da dívida:



8. POSIÇÃO DO CAIXA

A Companhia busca manter uma posição de caixa robusta como parte de nossa estratégia de gestão de capital.

VARIAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (R$ MILHÕES)

O fluxo de caixa da Companhia no período apresentou um consumo de caixa de R$ 93 mil. As atividades operacionais geraram um caixa de R$ 493 mil e as atividades de aplicação de R$ 3 mil. Em contrapartida houve um consumo de caixa no período de R$ 145 mil pelas atividades de investimentos e de R$ 444 mil pelas atividades de financiamentos.

9. RECURSOS HUMANOS

Em observância ao art. 133, parágrafo 6º, da Lei nº 6.404/76, conforme alterado pela Lei nº 15.177 que estabelece a demonstração da proporcionalidade da remuneração entre homens e mulheres, a Companhia informa que, em 31 de dezembro de 2025, o quadro de colaboradores contava com 688 mulheres, representando 23,7% do total de 2.906 colaboradores. Na Alta Administração (Conselho de Administração, Estatutários e Diretores) não há mulheres, mantendo-se a proporção em 0%; nas Lideranças (Gerentes, Coordenadores e Supervisores) atuam 18 mulheres, correspondendo a 17,6% desse nível; e nos Demais Cargos (Especialistas, Analistas, Técnicos, Assistentes, Auxiliares, Operadores, Estagiários e Aprendizes) estão 670 mulheres, representando 24% do total desse grupo. Em consonância com as recentes mudanças na legislação societária, reiteramos nosso compromisso com a transparência e a promoção da equidade de gênero. Nesse sentido, disponibilizamos informações detalhadas sobre a participação feminina em nossa estrutura organizacional, bem como sobre a evolução dos nossos indicadores de diversidade, reforçando nossa atuação responsável e alinhada às melhores práticas de governança.

Evolução comparativa de mulheres por nível hierárquico	**Em 31 de dezembro de 2025**		**Em 31 de dezembro de 2024**	
Nível Hierárquico	***Quantidade***	***Proporção %***	***Quantidade***	***Proporção %***
Diretores	-	-	-	-
Gerentes	3	11%	3	11%
Coordenadores	6	24%	6	22%
Supervisores	9	17%	9	17%
Demais Cargos	670	24%	672	24%

Demonstrativo de remuneração segregada por sexo	**Feminino**						**Masculino**					
	Em 31 de dezembro de 2025			**Em 31 de dezembro de 2024**			**Em 31 de dezembro de 2025**			**Em 31 de dezembro de 2024**		
Funções similares	***Fixa %***	***Eventual %***	***Variável %***	***Fixa %***	***Eventual %***	***Variável %***	***Fixa %***	***Eventual %***	***Variável %***	***Fixa %***	***Eventual %***	***Variável %***
Conselheiros de Administr.	-	-	-	-	-	-	100%	-	-	100%	-	-
Estatutários	-	-	-	-	-	-	100%	-	-	100%	-	-
Diretores	-	-	-	-	-	-	98%	-	2%	99%	-	1%
Gerentes	99%	-	1%	99%	-	1%	99%	-	1%	99%	-	1%
Coordenadores	100%	-	0%	99%	-	1%	96%	-	4%	96%	-	4%
Supervisores	97%	-	3%	95%	-	5%	88%	-	12%	85%	-	15%
Especialistas	100%	-	0%	87%	-	13%	99%	-	1%	98%	-	2%
Analistas	97%	-	3%	97%	-	3%	95%	-	5%	94%	-	6%
Assistentes	95%	-	5%	97%	-	3%	89%	-	11%	89%	-	11%
Auxiliares	95%	-	5%	95%	-	5%	88%	-	12%	87%	-	13%
Técnicos	94%	-	6%	94%	-	6%	88%	2%	10%	91%	-	9%
Operadores	90%	-	10%	89%	-	11%	87%	0%	13%	87%	-	13%
Aprendizes	93%	-	7%	96%	-	4%	85%	-	15%	97%	-	3%
Estagiários	100%	-	-	100%	-	-	100%	-	-	100%	-	-

RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento às Resoluções da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nºs 80/2022 e 162/2022, a Companhia informa que a Ernst & Young Auditores Independentes S.S. Ltda. não prestou serviços não relacionados à auditoria externa durante o exercício de 2025, que possam levar a existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade dos serviços de auditoria prestados.

AVISOS LEGAIS

Algumas das afirmações realizadas nesse documento foram baseadas em hipóteses, premissas e perspectivas da Administração da Companhia, levando-se em conta dados e informações disponíveis na data de elaboração do documento. Os resultados reais, desempenho e eventos podem divergir significativamente daqueles aqui expressos, como um resultado de diversos fatores, tais como condições gerais e econômicas no Brasil e outros países; níveis de câmbio, entre outros. Certas informações percentuais e valores divulgados neste documento podem ter sido arredondados para fins de divulgação, assim, totais em algumas tabelas podem não representar a soma aritmética dos números que os precedem e podem diferir daqueles apresentados nas demonstrações financeiras. O presente relatório de desempenho pode incluir dados contábeis e não contábeis tais como, operacionais, financeiros proforma e projeções com base na expectativa da Administração da Companhia. Os dados não contábeis não foram objeto de revisão por parte dos auditores independentes da Companhia.

O EBITDA (lucro antes de juros, imposto de renda e contribuição social, receitas e despesas financeiras, depreciação e amortização) não é uma medida de desempenho financeiro segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil. Por não considerar despesas intrínsecas ao negócio, o EBITDA apresenta limitações que afetam seu uso como indicador de rentabilidade ou liquidez. O EBITDA não deve ser considerado como alternativa ao lucro líquido ou fluxo de caixa operacional. Além disso, o EBITDA não possui significado padrão, e nossa definição pode não ser comparável com a definição adotada por outras Companhias. Os resultados extraordinários considerados para efeito de cálculo do EBITDA Ajustado e do Lucro Líquido Ajustado também não devem ser considerados como alternativa ao EBITDA e ao lucro líquido, conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Continua »»»

VIPAL

»»» Continuação

ANEXOS - BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

ANEXO I - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO

(em R$ mil, exceto %)	31/12/2025	AV (%)	31/12/2024	AV (%)	AH (%)
Ativo					
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	427.524	14,8%	521.165	17,0%	-18,0%
Aplicações financeiras	3.755	0,1%	2.114	0,1%	77,6%
Contas a receber de clientes	483.394	16,7%	454.897	14,8%	6,3%
Ativo de contrato	7.728	0,3%	3.421	0,1%	125,9%
Contas a receber de partes relacionadas	5.193	0,2%	3.554	0,1%	46,1%
Estoques	611.492	21,1%	717.821	23,3%	-14,8%
Impostos a recuperar	116.107	4,0%	131.771	4,3%	-11,9%
Despesas antecipadas	11.721	0,4%	10.651	0,3%	10,0%
Outros ativos circulantes	32.221	1,1%	69.209	2,3%	-53,4%
Total do ativo circulante	**1.699.135**	**58,6%**	**1.914.603**	**62,3%**	**-11,3%**
Ativo não circulante					
Aplicações financeiras	7.589	0,3%	12.634	0,4%	-39,9%
Instrumentos Financ. Derivativos	81	0,0%	19.613	0,6%	-99,6%
Ctas a rec. de clientes	85.088	2,9%	120.276	3,9%	-29,3%
Ativo de contrato	25.045	0,9%	24.709	0,8%	1,4%
Impostos a recuperar	28.542	1,0%	26.475	0,9%	7,8%
Impostos diferidos	5.120	0,2%	2.381	0,1%	115,0%
Outros créditos	104.160	3,6%	83.648	2,7%	24,5%
Investimentos	2.700	0,1%	3.039	0,1%	-11,2%
Propriedades para investimento	25.025	0,9%	23.133	0,8%	8,2%
Imobilizado	803.459	27,7%	748.307	24,3%	7,4%
Intangível	92.730	3,2%	78.499	2,6%	18,1%
Ativo de direito de uso	18.436	0,6%	17.238	0,6%	6,9%
Total do ativo não circulante	**1.197.975**	**41,4%**	**1.159.952**	**37,7%**	**3,3%**
Total do ativo	**2.897.110**	**100,0%**	**3.074.555**	**100,0%**	**-5,8%**

ANEXO II - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO

(em R$ mil, exceto %)	31/12/2025	AV (%)	31/12/2024	AV (%)	AH (%)
Passivo					
Passivo circulante					
Emprést., financ. e debêntures	293.889	10,1%	390.893	12,7%	-24,8%
Fornecedores	169.066	5,8%	266.579	8,7%	-36,6%
Contas a pagar a partes relacionadas	435	0,0%	4	0,0%	10775,0%
Obrigações fiscais e sociais	213.838	7,4%	165.649	5,4%	29,1%
Obrigações e prov. trabalhistas	32.609	1,1%	32.722	1,1%	-0,3%
Divid. e juros s/capital próprio	35.088	1,2%	70.155	2,3%	-50,0%
Débitos com partes relacionadas	28.906	1,0%	5.201	0,2%	455,8%
Passivo de arrendamento	8.056	0,3%	10.581	0,3%	-23,9%
Outras contas a pagar	46.596	1,6%	52.174	1,7%	-10,7%
Total do passivo circulante	**828.483**	**28,6%**	**993.958**	**32,3%**	**-16,6%**
Passivo não circulante					
Emprést., financ. e debêntures	1.019.101	35,2%	1.073.005	34,9%	-5,0%
Instrum. financeiros derivativos	7.392	0,3%	1.790	0,1%	313,0%
Obrigações fiscais e sociais	2.180	0,1%	4.463	0,1%	-51,2%
Impostos diferidos	37.241	1,3%	45.625	1,5%	-18,4%
Provisão para litígios	3.258	0,1%	1.385	0,0%	135,2%
Débitos com partes relacionadas	6.245	0,2%	31.001	1,0%	-79,9%
Passivo de arrendamento	11.655	0,4%	7.873	0,3%	48,0%
Outras contas a pagar	223	0,0%	306	0,0%	-27,1%
Total do passivo não circulante	**1.087.295**	**37,5%**	**1.165.448**	**37,9%**	**-6,7%**
Patrimônio líquido					
Capital social	470.000	16,2%	470.000	15,3%	0,0%
Reservas de lucros	410.900	14,2%	303.486	9,9%	35,4%
Transações com sócios	(14.163)	-0,5%	(12.144)	-0,4%	16,6%
Outros resultados abrangentes	81.851	2,8%	118.533	3,9%	-30,9%
Total de participação dos controladores	**948.588**	**32,7%**	**879.875**	**28,6%**	**7,8%**
Participação de acionistas não controladores	32.744	1,1%	35.274	1,1%	-7,2%
Total do patrimônio líquido	**981.332**	**33,9%**	**915.149**	**29,8%**	**7,2%**
Total do passivo e patrimônio líquido	**2.897.110**	**100,0%**	**3.074.555**	**100,0%**	**-5,8%**

ANEXO III - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS

em R$ mil, exceto %)	4T25	AV (%)	4T24	AV (%)	Δ (%) 4T25/4T24	3T25	AV (%)	Δ (%) 4T25/3T25
Receita Operacional Líquida	**690.426**	**100,0%**	**701.622**	**100,0%**	**-1,6%**	**709.248**	**100,0%**	**-2,7%**
Custo dos produtos vendidos	(458.415)	-66,4%	(473.706)	-67,5%	-3,2%	(465.156)	-65,6%	-1,4%
Lucro Bruto	**232.011**	**33,6%**	**227.916**	**32,5%**	**1,8%**	**244.092**	**34,4%**	**-4,9%**
Margem Bruta	*33,6%*		*32,5%*		*1,1 p.p.*	*34,4%*		*-0,8 p.p.*
Despesas com vendas	(62.376)	-9,0%	(83.067)	-11,8%	-24,9%	(54.660)	-7,7%	14,1%
Despesas administrativas e gerais	(74.231)	-10,8%	(71.208)	-10,1%	4,2%	(68.270)	-9,6%	8,7%
Outras rec. (despesas), líquidas	(2.312)	-0,3%	(8.308)	-1,2%	-72,2%	(2.344)	-0,3%	-1,4%
Lucro antes do resultado financeiro e impostos	**93.092**	**13,5%**	**65.333**	**9,3%**	**42,5%**	**118.818**	**16,8%**	**-21,7%**
Receitas financeiras	73.819	10,7%	125.387	17,9%	-41,1%	67.034	9,5%	10,1%
Despesas financeiras	(106.568)	-15,4%	(147.575)	-21,0%	-27,8%	(122.577)	-17,3%	-13,1%
Lucro Líq. antes IRPJ e CSLL	**60.343**	**8,7%**	**43.145**	**6,1%**	**39,9%**	**63.275**	**8,9%**	**-4,6%**
IRPJ e CSLL correntes	(17.915)	-2,6%	(9.478)	-1,4%	89,0%	(11.482)	-1,6%	56,0%
IRPJ e CSLL diferidos	(4.736)	-0,7%	4.056	0,6%	-216,8%	1.768	0,2%	-367,9%
Lucro Líquido do período	**37.692**	**5,5%**	**37.723**	**5,4%**	**-0,1%**	**53.561**	**7,6%**	**-29,6%**
Margem Líquida	*5,50%*		*5,40%*		*0,1 p.p.*	*7,60%*		*-2,1 p.p.*

(em R$ mil, exceto %)	12M25	AV (%)	12M24	AV (%)	Δ (%) 12M25/12M24
Receita Operacional Líquida	**2.829.299**	**100,0%**	**2.659.257**	**100,0%**	**6,4%**
Custo dos produtos vendidos	(1.918.763)	-67,8%	(1.722.572)	-64,8%	11,4%
Lucro Bruto	**910.536**	**32,2%**	**936.685**	**35,2%**	**-2,8%**
Margem Bruta	*32,2%*		*35,2%*		*-3,0 p.p.*
Despesas com vendas	(247.899)	-8,8%	(275.330)	-10,4%	-10,0%
Despesas administrativas e gerais	(276.355)	-9,8%	(263.412)	-9,9%	4,9%
Outras receitas (despesas), liquidas	(16.064)	-0,6%	18.618	0,7%	-186,3%
Lucro antes do resultado financeiro e impostos	**370.218**	**13,1%**	**416.561**	**15,7%**	**-11,1%**
Receitas financeiras	289.839	10,2%	357.978	13,5%	-19,0%
Despesas financeiras	(453.686)	-16,0%	(406.677)	-15,3%	11,6%
Lucro Líquido antes IRPJ e CSLL	**206.371**	**7,3%**	**367.862**	**13,8%**	**-43,9%**
IRPJ e CSLL correntes	(65.946)	-2,3%	(76.091)	-2,9%	-13,3%
IRPJ e CSLL diferidos	7.527	0,3%	(11.107)	-0,4%	-167,8%
Lucro Líquido do período	**147.952**	**5,2%**	**280.664**	**10,6%**	**-47,3%**
Margem Líquida	*5,2%*		*10,6%*		*-5,4 p.p.*

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	**113.944**	250.602	**427.524**	521.165
Aplicações financeiras	5	**-**	-	**3.755**	2.114
Contas a receber de clientes	6	**140.074**	111.870	**483.394**	454.897
Ativo de contrato		**3.320**	1.567	**7.728**	3.421
Contas a receber de partes relacionadas	9	**204.291**	302.529	**5.193**	3.554
Estoques	7	**288.700**	328.886	**611.492**	717.821
Impostos a recuperar	8	**35.998**	46.098	**116.107**	131.771
Despesas antecipadas		**7.615**	7.048	**11.721**	10.651
Dividendos e juros sobre capital próprio	9	**64.727**	76.099	**-**	-
Créditos com partes relacionadas	9	**-**	4.184	**-**	-
Outros ativos circulantes		**12.127**	31.357	**32.221**	69.209
Total do ativo circulante		**870.796**	1.160.240	**1.699.135**	1.914.603
Ativo não circulante					
Aplicações financeiras	5	**141**	278	**7.589**	12.634
Instrumentos financeiros derivativos	26	**81**	19.613	**81**	19.613
Contas a receber de clientes	6	**27.190**	44.365	**85.088**	120.276
Ativo de contrato		**11.989**	12.355	**25.045**	24.709
Contas a receber de partes relacionadas	9	**-**	1.199	**-**	-
Imposto a recuperar	8	**9.248**	9.890	**28.542**	26.475
Impostos diferidos	24	**-**	2	**5.120**	2.381
Outros créditos	11	**49.472**	43.863	**104.160**	83.648
		98.121	131.565	**255.625**	289.736
Investimentos	10	**1.072.786**	989.055	**2.700**	3.039
Propriedades para investimento	12	**77.037**	76.793	**25.025**	23.133
Imobilizado	13	**271.769**	250.526	**803.459**	748.307
Intangível	14	**1.600**	1.339	**92.730**	78.499
Ativo de direito de uso	18	**12.979**	12.353	**18.436**	17.238
Total do ativo não circulante		**1.534.292**	1.461.631	**1.197.975**	1.159.952
Total do ativo		**2.405.088**	2.621.871	**2.897.110**	3.074.555

PASSIVO	Nota	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Passivo circulante					
Empréstimos, financ. e debêntures	15	**235.309**	322.751	**293.889**	390.893
Fornecedores		**75.798**	140.371	**169.066**	266.579
Contas a pagar a partes relacionadas	9	**99.130**	171.852	**435**	4
Obrigações fiscais e sociais	16	**56.807**	49.717	**213.838**	165.649
Obrigações e provisões trabalhistas		**18.465**	20.362	**32.609**	32.722
Dividendos e juros sobre capital próprio	9	**32.259**	66.806	**35.088**	70.155
Débitos com partes relacionadas	9	**28.906**	2.043	**28.906**	5.201
Passivo de arrendamento	18	**5.426**	7.125	**8.056**	10.581
Outras contas a pagar		**23.967**	29.552	**46.596**	52.174
Total do passivo circulante		**576.067**	810.579	**828.483**	993.958
Passivo não circulante					
Empréstimos, financ. e debêntures	15	**851.208**	886.056	**1.019.101**	1.073.005
Instrumentos financeiros derivativos	26	**7.392**	1.790	**7.392**	1.790
Obrigações fiscais e sociais	16	**402**	643	**2.180**	4.463
Impostos diferidos	24	**4.937**	5.880	**37.241**	45.625
Provisão para litígios	17	**1.710**	295	**3.258**	1.385
Débitos com partes relacionadas	9	**6.245**	30.642	**6.245**	31.001
Passivo de arrendamento	18	**8.319**	5.805	**11.655**	7.873
Outras contas a pagar		**220**	306	**223**	306
Total do passivo não circulante		**880.433**	931.417	**1.087.295**	1.165.448
Patrimônio líquido	19				
Capital social		**470.000**	470.000	**470.000**	470.000
Reservas de lucros		**410.900**	303.486	**410.900**	303.486
Transações com sócios		**(14.163)**	(12.144)	**(14.163)**	(12.144)
Outros resultados abrangentes		**81.851**	118.533	**81.851**	118.533
Total de participação dos controladores		**948.588**	879.875	**948.588**	879.875
Participação de acion. não controladores		**-**	-	**32.744**	35.274
Total do patrimônio líquido		**948.588**	879.875	**981.332**	915.149
Total do passivo e patrimônio líquido		**2.405.088**	2.621.871	**2.897.110**	3.074.555

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes dos impostos	**132.046**	266.168	**206.371**	367.862
Ajustes por:				
Depreciação e amortização	**36.025**	34.911	**72.893**	72.006
Realização ajuste valor presente - CPC 06 (R2) (IFRS 16)	**1.599**	693	**2.130**	1.246
Efeito de hiperinflação - CPC 42 (IAS 29)	**160**	(2)	**4.480**	(30.141)
Resultado nas baixas do imobilizado	**7.431**	5.700	**14.721**	12.995
Resultado de equivalência patrimonial	**(306.032)**	(293.573)	**-**	-
Provisão (reversão) para perdas esperadas com créditos de clientes	**(7.767)**	(1.693)	**(742)**	(6.521)
Provisão (reversão) para estoques obsoletos	**(1.167)**	855	**(2.424)**	1.738
Realização do lucro na integralização do capital	**(617)**	(620)	**-**	-
Provisão (reversão) para litígios	**1.415**	(242)	**1.873**	(3.014)
Variações em derivativos	**25.134**	(17.823)	**25.134**	(17.823)
Variação cambial sobre mais valia de ativos	**(1.179)**	824	**-**	-
Juros e variação cambial s/emprést., financ. e debêntures	**156.715**	205.435	**173.560**	227.861
Amortização diferido mais valia de ativos	**(2.839)**	(11.340)	**-**	-
Juros e variação cambial com partes relacionadas	**3.169**	8.638	**2.932**	9.102
	44.093	197.931	**500.928**	635.311
Variações nos ativos e passivos				
Contas a receber	**54.260**	(154.298)	**3.384**	(106.653)
Estoques	**41.353**	(98.205)	**108.753**	(215.045)
Impostos a recuperar	**11.363**	(22.486)	**14.463**	(46.002)
Outras contas a receber	**11.738**	(33.467)	**10.834**	(77.273)
Fornecedores	**104.270**	287.332	**(97.082)**	113.584
Obrigações fiscais e sociais	**5.240**	(17.563)	**3.847**	(12.045)
Outras contas a pagar	**(3.091)**	(16.054)	**(28.607)**	(7.361)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**269.226**	143.190	**516.520**	284.516
Outros fluxos de caixa das atividades operacionais				
Imposto de renda e contribuição social pagos	**-**	(96)	**(24.000)**	(25.730)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**269.226**	143.094	**492.520**	258.786
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Em aplicações financeiras	**137**	66.271	**3.404**	52.465
Dividendos recebidos	**1.500**	-	**-**	-
Em propriedade para investimentos	**-**	(1.860)	**-**	(1.860)
Em investimentos em controladas/coligadas	**(8.780)**	(16.895)	**(2.534)**	-
Em imobilizado	**(32.405)**	(47.501)	**(127.169)**	(115.413)
No intangível	**(1.079)**	(1.236)	**(15.499)**	(20.188)
A.F.A.C.	**-**	-	**-**	3.499
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(40.627)**	(1.221)	**(141.798)**	(81.497)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Empréstimos, financiamentos e debêntures - captações	**600.889**	586.592	**636.585**	713.010
Empréstimos, financiamentos e debêntures - pagamentos	**(699.145)**	(533.810)	**(765.401)**	(640.209)
Juros de empréstimos pagos	**(193.549)**	(148.149)	**(218.001)**	(170.625)
Créditos com partes relacionadas	**4.184**	3.091	**-**	-
Débitos com partes relacionadas	**(466)**	(870)	**(3.983)**	5.528
Pagamentos de arrendamentos	**(10.364)**	(9.530)	**(15.594)**	(14.369)
Pagamentos de dividendos	**(66.806)**	(69.300)	**(77.969)**	(80.959)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	**(365.257)**	(171.976)	**(444.363)**	(187.624)
Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa	**(136.658)**	(30.103)	**(93.641)**	(10.335)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**250.602**	280.705	**521.165**	531.500
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**113.944**	250.602	**427.524**	521.165

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação, expresso em reais)

	Nota	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Receita operacional líquida	21	**1.480.962**	1.432.137	**2.829.299**	2.659.257
Custo dos produtos vendidos	22	**(1.203.960)**	(1.138.110)	**(1.918.763)**	(1.722.572)
Lucro bruto		**277.002**	294.027	**910.536**	936.685
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas	22	**(109.188)**	(126.668)	**(247.899)**	(275.330)
Despesas administrativas e gerais	22	**(152.543)**	(143.297)	**(276.355)**	(263.412)
Resultado da equiv. patrimonial	10	**306.032**	293.573	**-**	-
Outras receitas (despesas), líquidas		**(8.479)**	15.404	**(16.064)**	18.618
Resultado operacional		**312.824**	333.039	**370.218**	416.561
Receitas financeiras	23	**208.440**	247.644	**289.839**	357.978
Despesas financeiras	23	**(389.218)**	(314.515)	**(453.686)**	(406.677)
		(180.778)	(66.871)	**(163.847)**	(48.699)
Resultado antes dos impostos s/o lucro		**132.046**	266.168	**206.371**	367.862
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	24	**-**	-	**(65.946)**	(76.091)
Diferido	24	**3.780**	4.033	**7.527**	(11.107)
Lucro líquido do exercício		**135.826**	270.201	**147.952**	280.664
Atribuível a:					
Acionistas controladores				**135.826**	270.201
Acionistas não controladores				**12.126**	10.463
				147.952	280.664
Lucro básico e diluído p/ação do capital social (em R$)	20	**579,94**	1.153,68		

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Lucro líquido do exercício	**135.826**	270.201	**147.952**	280.664
Outros resultados abrangentes a serem classificados p/resultado em exercícios subsequentes:				
Efeito ajuste economia hiperinflacionária em filial no exterior	**230**	188	**230**	188
Efeito ajuste economia hiperinflacionária em controlada no exterior	**16.596**	4.605	**16.596**	4.605
Variação cambial de filiais e controladas no exterior	**(49.661)**	43.635	**(49.661)**	43.635
Total dos outros resultados abrangentes	**(32.835)**	48.428	**(32.835)**	48.428
Resultado abrangente para o exercício, líquido de impostos	**102.991**	318.629	**115.117**	329.092
Atribuível a:				
Acionistas controladores			**102.991**	318.629
Acionistas não controladores			**12.126**	10.463
			115.117	329.092

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Receitas	**1.832.179**	1.722.209	**3.732.862**	3.466.634
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	**1.810.961**	1.706.800	**3.706.753**	3.451.871
Outras receitas	**13.451**	13.716	**25.367**	8.242
Provisão para perdas esperadas com créditos de clientes	**7.767**	1.693	**742**	6.521
Insumos adquiridos de terceiros	**(1.270.034)**	(1.202.302)	**(2.102.348)**	(1.897.979)
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	**(682.284)**	(588.887)	**(1.205.410)**	(977.749)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	**(587.750)**	(613.415)	**(896.938)**	(920.230)
Valor adicionado bruto	**562.145**	519.907	**1.630.514**	1.568.655
Depreciação e amortização	**(36.025)**	(34.911)	**(72.893)**	(72.006)
Valor adicionado líq. produzido pela entidade	**526.120**	484.996	**1.557.621**	1.496.649
Valor adicionado recebido em transferência	**514.472**	541.217	**289.839**	357.978
Resultado da equivalência patrimonial	**306.032**	293.573	**-**	-
Receitas financeiras	**208.440**	247.644	**289.839**	357.978
Valor adicionado total a distribuir	**1.040.592**	1.026.213	**1.847.460**	1.854.627
Distribuição do valor adicionado	**(1.040.592)**	(1.026.213)	**(1.847.460)**	(1.854.627)
Pessoal e encargos	**(214.168)**	(195.725)	**(416.114)**	(379.308)
Remuneração direta	**(174.383)**	(161.041)	**(326.161)**	(298.475)
Benefícios	**(27.357)**	(23.806)	**(69.709)**	(61.502)
FGTS	**(12.428)**	(10.878)	**(20.244)**	(19.331)
Impostos, taxas e contribuições	**(300.272)**	(251.185)	**(821.378)**	(793.213)
Federais	**(135.648)**	(108.271)	**(483.012)**	(473.539)
Estaduais	**(164.216)**	(142.558)	**(336.614)**	(317.950)
Municipais	**(408)**	(356)	**(1.752)**	(1.724)
Remuneração de capitais de terceiros	**(390.326)**	(309.102)	**(462.016)**	(401.442)
Juros	**(203.327)**	(153.598)	**(220.688)**	(171.125)
Aluguéis	**(1.117)**	(422)	**(5.542)**	(4.086)
Outras	**(185.882)**	(155.082)	**(235.786)**	(226.231)
Remuneração de capitais próprios	**(135.826)**	(270.201)	**(147.952)**	(280.664)
Dividendos	**(32.259)**	(64.173)	**(32.259)**	(64.173)
Juros sobre capital próprio	**-**	-	**-**	(629)
Lucros retidos	**(103.567)**	(206.028)	**(103.567)**	(206.028)
Participação de acionistas não controladores	**-**	-	**(12.126)**	(9.834)

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em milhares de reais)

		Controladores								
			Reservas de lucros							
	Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva especial	Transações com sócios	Outros resultados abrangentes	Lucros (prejuízos) acumulados	Total	Participação dos acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2023		190.262	28.251	345.044	(12.144)	74.006	-	625.419	33.059	658.478
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	270.201	270.201	10.463	280.664
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	48.428	-	48.428	-	48.428
Destinações										
Reserva legal		-	13.510	-	-	-	(13.510)	-	-	-
Dividendos obrigatórios		-	-	-	-	-	(64.173)	(64.173)	(2.815)	(66.988)
Reserva especial		-	-	196.419	-	-	(196.419)	-	-	-
Juros sobre capital próprio		-	-	-	-	-	-	-	(629)	(629)
Distribuição de dividendos de exercícios anteriores		-	-	-	-	-	-	-	(8.303)	(8.303)
Aumento de capital		279.738	-	(279.738)	-	-	-	-	-	-
A.F.A.C.		-	-	-	-	-	-	-	3.499	3.499
Realização da deprec. do custo atribuído, líq. de tributos		-	-	-	-	(3.901)	3.901	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		470.000	41.761	261.725	(12.144)	118.533	-	879.875	35.274	915.149
Aquisição de participação minoritária em controlada		-	-	-	-	-	-	-	**(4.013)**	**(4.013)**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	**135.826**	**135.826**	**12.126**	**147.952**
Destinações										
Reserva legal	19.b	-	**6.791**	-	-	-	**(6.791)**	-	-	-
Dividendos obrigatórios	19.d	-	-	-	-	-	**(32.259)**	**(32.259)**	**(2.829)**	**(35.088)**
Reserva especial	19.b	-	-	**100.623**	-	-	**(100.623)**	-	-	-
Outros resultados abrangentes	19.c	-	-	-	-	**(32.835)**	-	**(32.835)**	-	**(32.835)**
Transação de capital entre sócios	19.f	-	-	-	**(2.019)**	-	-	**(2.019)**	-	**(2.019)**
Distribuição de dividendos de exercícios anteriores		-	-	-	-	-	-	-	**(7.814)**	**(7.814)**
Realiz. da deprec. do custo atribuído, líq. de tributos	19.c	-	-	-	-	**(3.847)**	**3.847**	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025		**470.000**	**48.552**	**362.348**	**(14.163)**	**81.851**	-	**948.588**	**32.744**	**981.332**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Borrachas Vipal S.A. ("Companhia"), é uma sociedade por ações, de capital aberto, que em conjunto com suas controladas designadas neste relatório na nota 2.2, é controlada pela empresa Paludo Participações S.A. ao qual detém 100,00% do seu capital social. Em 21 de outubro de 2022 a Companhia obteve deferimento do pedido de registro pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) como companhia de capital aberto (categoria "A"). A Companhia tem sede na Rua Buarque de Macedo, 365, Nova Prata/RS e tem como objetivo a industrialização, comércio, importação e exportação de reparos a frio, vulcanizantes e auto vulcanizantes para pneus e câmaras de ar, industrialização, comercialização e prestação de serviços em borracha e seus artefatos, produtos para os ramos automotivo, esportivo e industrial, adesivos, colas e produtos de limpeza em geral, assim como fabricação de máquinas, ferramentas, atuação em comércio, exportação e distribuição de produtos agrícolas em geral, administração de negócios e participações em outras sociedades.

1.1. Transações relevantes no exercício: Transferência de ações: Em 02 de abril de 2025, foi assinado o termo de transferência de ações nominativas, ao qual determinou a transferência de quatro ações ordinárias de Miguel Paludo para Paludo Participações S.A., Controladora do grupo, que passa a ter 100% de participação societária da Borrachas Vipal S.A. Aquisição de participação minoritária: Em 29 de agosto de 2025, foi assinado o contrato de compra e venda de ações ordinárias da controlada Marangoni Tread Latino América S.A., para aquisição de 200.000 ações, equivalente a 20% do capital da investida. A Companhia passou a deter 100% de participação na controlada. O preço acordado pelas ações foi de R$ 2.534 (equivalente a € 400 (quatrocentos mil Euros). Por se tratar de transações entre sócios, o impacto da mudança em sua participação na controlada foi tratado no patrimônio líquido da Controladora, como uma transação entre acionistas, conforme orienta o CPC 36 (R3) / IFRS 10 - Demonstrações Consolidadas. Os valores estão demonstrados na nota explicativa 19. Liquidação antecipada das debêntures: Em 22 de setembro de 2025, a Companhia comunicou ao mercado o resgate antecipado facultativo da totalidade das debêntures da sua 1ª (primeira) emissão. O pagamento foi realizado em 29 de setembro de 2025 no valor de R$ 432.620, sendo R$ 423.529 de principal, R$ 2.776 de juros e R$ 6.315 de prêmio.

2. Sumário das políticas contábeis materiais: 2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem a legislação societária, os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Continua »»»

VIPAL »»» Continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelos órgãos institucionais CPC e IASB, que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2025. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis, sendo as mais relevantes divulgadas na Nota 3. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a estimativas incluem: provisão para perdas de crédito esperadas sobre contas a receber de clientes, a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e ativo intangível, a provisão para litígios e a mensuração do valor justo de instrumentos financeiros, quando aplicável e da análise da recuperação de ativos não monetários (*impairment*). A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente. A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi autorizada em reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de fevereiro de 2026.

2.2. Bases de consolidação: As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes empresas controladas, cuja participação percentual na data do balanço é assim resumida:

			Percentual de participação			
			31/12/2025		31/12/2024	
Empresas no Brasil	**País**	**Moeda Funcional**	**Direta**	**Indireta**	**Direta**	**Indireta**
Borrachas Vipal Nordeste S.A.	Brasil	Reais	**95,58**	-	95,58	-
Vipal Indústria de Máquinas Ltda.	Brasil	Reais	**100**	-	100	-
Vipaltec Pesq. Desenv. Tec. Ltda.	Brasil	Reais	**100**	-	100	-
Marangoni Tread Latino América S.A. (i)	Brasil	Reais	**100**	-	80	-
Marpal Administração e Participações Ltda.	Brasil	Reais	**100**	-	100	-
Empresas no exterior						
Marangoni Tread North America Inc.	Estados Unidos	Dólar Americano	**100**	-	100	-
Vipal Participadas Espana S.L.	Espanha	Euro	**100**	-	100	-
Karlevi S.A.	Uruguai	Pesos Uruguaios	-	**100**	-	100
Vipal Rubber Corporation	Estados Unidos	Dólar Americano	-	**100**	-	100
Vipal Chile S.A.	Chile	Pesos Chilenos	-	**100**	-	100
Vipal SPA.	Chile	Pesos Chilenos	-	**100**	-	100
Vipal Colômbia S.A.	Colômbia	Pesos Colombianos	-	**100**	-	100
Vipal S.A.	Argentina	Pesos Argentinos	**98,50**	**1,50**	98,50	1,50
Cauchos Vi-pal, S.A de C.V.	México	Pesos Mexicanos	-	**100**	-	100
Vipal Europe GmbH	Alemanha	Euro	-	**100**	-	100
Vipal Europe, S.L.	Espanha	Euro	-	**100**	-	100
Vipal Europe, S.L. – D.o.o.	Eslovênia	Euro	-	**100**	-	100
Vipal Europe Limited	Reino Unido	Libra Esterlina	-	**100**	-	100
Vipal Italia Società a Responsabilità Limitata	Itália	Euro	-	**100**	-	100

(i) A razão social da controlada "Marangoni Tread Latino América S.A. - Em Recuperação Judicial" foi alterada para "Marangoni Tread Latino América S.A." após a finalização de seu processo de recuperação judicial.

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo exercício de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis uniformes e consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. Todos os saldos entre as empresas, receitas e despesas, e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações entre elas, são eliminados por completo.

2.3. Reconhecimento de receita: A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita: Venda de produtos: As receitas da Companhia e suas controladas são auferidas com a venda de produtos de borracha para vulcanizações de pneus, bem como produtos correlatos para reforma e reparos de pneus, para os segmentos automotivo, esportivo e industrial. A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado, quando o controle dos produtos é transferido ao cliente, geralmente na entrega dos produtos nas localidades do cliente e, portanto, a obrigação de performance é atendida. Não há outras promessas nos contratos com clientes que representem obrigações de performance distintas, e que poderiam requerer que uma parcela do preço da transação fosse alocada separadamente. A Companhia e suas controladas avaliam ao determinar o preço da transação se há efeitos de contraprestação variável, componente de financiamento, contraprestação não monetária ou devida ao cliente. As receitas são reconhecidas no resultado quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável; os produtos foram efetivamente entregues e é provável que os benefícios econômicos sejam gerados a favor da Companhia e suas controladas. Uma receita não é reconhecida caso haja uma incerteza significativa de sua realização. *Abatimentos por volume (bonificação por performance comercial):* A Companhia e suas controladas oferecem abatimentos por volume para determinados clientes quando a quantidade de produtos adquiridos durante o exercício excede um limite especificado em contrato. Os abatimentos são compensados com valores a receber do cliente. O método do "valor mais provável" é adotado pela Companhia para estimar a contraprestação variável em um contrato. O método selecionado é o que melhor prediz o montante de contraprestação variável, principalmente pelo fato de os contratos incluírem apenas uma única meta, em sua grande maioria. Um passivo de restituição é reconhecido para os abatimentos futuros esperados e neste caso tais valores não são incluídos no preço da transação. A Companhia e suas controladas também são partes de contratos nos quais entregam cargas bonificadas de produtos a clientes, tendo como contrapartida por parte desses clientes o atingimento de metas de compras durante um período determinado contratualmente. Os custos incorridos a título de bonificação são considerados custos incrementais necessários para a obtenção de um contrato com cliente e, portanto, são registrados como despesa antecipada no momento da entrega dos produtos e amortizado pelo tempo do contrato e conforme o atingimento das metas pelo cliente. Receita de juros: Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

2.4. Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira: Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais que é a moeda funcional da Companhia. As demonstrações financeiras de cada controlada incluída na consolidação da Companhia, que são utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial, são preparadas com base na moeda funcional de cada entidade, e posteriormente convertidas para Reais. As demonstrações financeiras das controladas localizadas no exterior são convertidas para Reais (R$) pela taxa de câmbio das datas de fechamento dos balanços e os resultados apurados pelas taxas médias mensais dos exercícios, sendo os efeitos dessa conversão registrados em conta específica do patrimônio líquido da controladora. Economia hiperinflacionária: Para fins de conversão dos saldos contábeis das unidades na Argentina para a moeda de apresentação (Reais (BRL)) utilizada nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, foram adotados os seguintes procedimentos requeridos pelo CPC 02 (R2) (IAS 21) – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações financeiras: • Os montantes de ativos, passivos e itens do patrimônio líquido, exceto os itens não monetários, convertidos pela taxa histórica, foram convertidos pela taxa de câmbio da data de encerramento de $0,003792 Pesos argentinos por Reais em 31 de dezembro de 2025 ($0,006012 em de 31 de dezembro de 2024); e • Os montantes de receitas e despesas do exercício foram convertidos pela taxa de câmbio da data de encerramento do exercício de $0,003792 Pesos argentinos por Reais em 31 de dezembro de 2025 ($0,006012 em 31 de dezembro de 2024). Correção monetária por hiperinflação - CPC 42 / IAS 29: Com inflação acumulada superior a 100% nos últimos três anos na Argentina, a aplicação do CPC 42 / IAS 29 - Contabilidade em economia hiperinflacionária - passou a ser requerida a partir do exercício de 2018 para as unidades da Companhia nesse país. De acordo com a norma, os ativos e passivos não monetários, o patrimônio líquido e a demonstração do resultado de investidas que operam em economias altamente inflacionárias são corrigidos pela alteração no poder geral de compras da moeda corrente, aplicando um índice geral de preços ao consumidor "IPC". A inflação acumulada no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de 31,5% (117,8% em 31 de dezembro de 2024), conforme IPC. A Companhia efetuou a correção monetária na sua controlada Vipal S.A., sediada na Argentina, e em sua filial Borrachas Vipal Argentina. Os ativos e passivos não monetários registrados pelo custo histórico e o patrimônio líquido foram atualizados pela inflação. Os impactos da correção monetária até o exercício de 2017 foram registrados em "outros resultados abrangentes", no patrimônio líquido. O efeito em 31 de dezembro de 2025 na controladora foi uma perda de R$ 153 (ganho de R$ 951 em 31 de dezembro de 2024) e no consolidado uma perda de R$ 7.577 (ganho de R$ 27.837 em 31 de dezembro de 2024). Transações denominadas em moeda estrangeira: Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.5. Estoques: Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, que não excede ao seu valor realizável líquido. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. Matérias primas, materiais de embalagens, intermediários e diversos: Valorizados ao custo de aquisição. Produtos acabados e em elaboração: Custo dos materiais diretos e mão de obra e uma parcela proporcional dos gastos gerais indiretos de fabricação com base na capacidade operacional normal. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda.

2.6. Investimentos: Os investimentos em controladas e coligadas são avaliados por equivalência patrimonial, conforme CPC 18 (R2) / IAS 28, para fins de preparação das demonstrações financeiras da controladora. Este investimento é deduzido de provisão para perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Após reduzir até zero o saldo contábil da participação do investidor, perdas adicionais devem ser consideradas e um passivo deve ser reconhecido, somente na extensão em que o investidor tiver incorrido em obrigações legais ou construtivas (não formalizadas) ou tiver feito pagamentos em nome da investida. Se a investida subsequentemente apurar lucros, o CPC 18 (R2) / IAS 28 determina que a Companhia deve retomar o reconhecimento de sua participação nesses lucros somente após o ponto em que a parte que lhe cabe nesses lucros posteriores se igualar à sua participação nas perdas não reconhecidas.

2.7. Imobilizado: Imobilizados são mensurados ao custo de aquisição e/ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável para casos de ativos qualificáveis, e reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas por desvalorização, quando aplicável. Métodos de depreciação, vidas úteis e valores residuais são revisados a cada data de relatório e ajustados, se apropriado. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, as taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados poderiam estar acima do valor recuperável, e consequentemente nenhuma provisão para perda por desvalorização dos ativos imobilizados é necessária. A vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

2.8. Ágio, mais valia e outros ativos intangíveis: Ágio: O ágio apurado em aquisição de investimento é inicialmente mensurado como o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos a valor justo adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). O ágio não é amortizado, sendo sujeito a testes de perda por desvalorização anualmente ou sempre que existirem indícios de eventual perda de valor. O ágio é registrado como ativo e incluído nas contas de "Investimentos avaliados por equivalência patrimonial", na controladora, e "intangível", no consolidado. Em situações de venda de uma controlada, entidade controlada em conjunto, ou coligada, o ágio será incluído na determinação dos ganhos e perdas. Mais valia de ativos: Os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios são registrados pelo valor justo, no reconhecimento inicial, deduzido da amortização acumulada e de perdas pela não recuperabilidade, quando aplicável. A mais valia de ativos é registrada como ativo e incluído nas contas "Investimentos avaliados por equivalência patrimonial", na controladora, e reclassificado para as rubricas correspondentes, no consolidado. Outros ativos intangíveis: Os outros ativos intangíveis são compostos principalmente por software e outros e são avaliados ao custo de aquisição e subsequentemente deduzidos da amortização acumulada e perdas por desvalorização, quando aplicável. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita o benefício econômico do ativo intangível. O valor residual dos itens do intangível é baixado imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável. Vide detalhes na nota 14. Para avaliar se um ativo gerado internamente atende aos critérios de reconhecimento a Companhia classifica em: (a) fase de pesquisa; e (b) na fase de desenvolvimento. Os gastos com pesquisas são registrados como despesas quando incorridos. Um ativo resultante de desenvolvimento, ou da fase de desenvolvimento de projeto interno, é reconhecimento pela Companhia quando: (a) existe viabilidade técnica para concluir o ativo intangível; (b) Intenção de concluir o ativo intangível ou vendê-lo; (c) capacidade de usar ou vender o ativo intangível; (d) gerar benefícios econômicos futuros; (e) disponibilidade de recursos técnicos para concluir o seu desenvolvimento e; (f) mensurar com confiabilidade os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante o seu desenvolvimento.

2.9. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: A Administração revisa, no mínimo anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa estimados são descontados a valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para o segmento que opera o ativo. O teste de perda por desvalorização do ágio é feito anualmente ao final do exercício.

2.10. Provisões: Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

2.11. Tributação: Impostos sobre vendas: Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto: • Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; • Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e • O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	Alíquotas	
	Controladora	**Consolidado**
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	7% a 22%	7% a 22%
IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados	0% a 18%	0% a 18%
COFINS - Contribuição para Seguridade Social	7,60% a 9,50%	7,60% a 9,50%
PIS - Programa de Integração Social	1,65% a 2%	1,65% a 2%
IVA - Imposto sobre Valor Adicionado (Exterior)	-	0,5% a 22%

As vendas são apresentadas pelos valores líquidos destes impostos na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são apresentados dedutivamente do custo dos produtos vendidos na demonstração do resultado. Imposto de renda e contribuição social correntes: A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com as bases legais tributárias vigentes no Brasil na data de apresentação das demonstrações financeiras e nos países onde as controladas da Companhia operam e geram resultado tributável. Periodicamente a Administração avalia posições tomadas com relação a questões tributárias que estão sujeitas à interpretação e reconhece provisão quando há expectativa de pagamento de imposto de renda e contribuição social conforme as bases tributárias. Impostos diferidos: Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto: • Quando imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e no momento da transação não dá origem a diferenças temporárias igualmente tributáveis e dedutíveis. • Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto: • Quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (ou prejuízo fiscal); e no momento da transação não dá origem a diferenças temporárias igualmente tributáveis e dedutíveis. • Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas. O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do imposto diferido ativo venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os impostos diferidos ativos sejam recuperados. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

2.12. Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente: Reconhecimento inicial e mensuração: Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo, a Companhia e suas controladas inicialmente mensuram um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado. O modelo de negócios adotado pela Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais. Mensuração subsequente: A mensuração subsequente dos instrumentos financeiros ocorre a cada data do balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros: Ativo financeiro: ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganho e perdas acumuladas (instrumento de dívidas); ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros: passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado e passivos financeiros ao custo amortizado. Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, outros créditos, contas a receber de partes relacionadas e créditos a receber de parte relacionadas e contas a receber de clientes. Esses ativos foram classificados nas categorias de ativos financeiros a valor justo por meio de resultado e ativos mensurados pelo custo amortizado. Os principais passivos financeiros, classificados como a custo amortizado, são: fornecedores, contas a pagar a partes relacionadas, dividendos a pagar, passivo de arrendamento, débitos com partes relacionadas, outras contas a pagar e empréstimos, financiamentos e debêntures.

2.13. Subvenções governamentais: Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo.

2.14. Arrendamento mercantil: A Companhia reconhece o passivo de arrendamento e o ativo de direito de uso na data da assinatura do contrato de arrendamento. A administração da Companhia considera como componente de arrendamento somente o valor mínimo fixo para fins de mensuração do passivo de arrendamento. A mensuração do passivo de arrendamento corresponde ao total de pagamentos futuros de arrendamento e aluguéis, ajustado a valor presente, considerando a taxa incremental de juros para fins de desconto, conforme nota explicativa 18. Essas taxas foram utilizadas com base em simulação junto aos bancos que a Companhia opera. A Companhia analisou os contratos existentes e identificou aqueles enquadrados no CPC 06 (R2) / IFRS 16. Os demais não se enquadraram à norma por serem considerados de baixo valor como definidos pela Companhia, variabilidade na mensuração dos valores ou por terem prazo inferior a 12 meses.

2.15. Informação por segmento: A administração da Companhia é responsável por tomar as decisões operacionais, de alocação de recursos e de avaliação de desempenho. As informações apresentadas à administração com o respectivo desempenho de cada segmento são derivadas dos registros mantidos de acordo com as práticas contábeis. Os segmentos reportáveis da companhia estão descritos na nota explicativa 25.

2.16. Lucro por ação: O lucro básico por ação é calculado dividindo-se o lucro atribuível aos detentores de ações ordinárias da Companhia (o numerador) pelo número médio ponderado de ações ordinárias (o denominador) durante o exercício. O lucro por ação diluído é calculado por meio da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias. Os instrumentos de patrimônio que devam ou possam ser liquidados em ações da Companhia somente são incluídos no cálculo quando sua liquidação tiver impacto dilutivo sobre o lucro por ação.

2.17. Demonstração do fluxo de caixa: As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2)/IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitidos pelos CPC/IFRS. A Companhia e suas controladas classificam dividendos recebidos como fluxos de caixa de atividades operacionais. Os dividendos pagos são demonstrados como fluxos de caixa de financiamento.

2.18. Demonstração do valor adicionado: Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pelas empresas e sua distribuição durante determinado exercício. É apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras, registros complementares, e segundo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado ("DVA").

2.19. Normas e interpretações emitidas vigentes e não vigentes: As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia e que lhe são aplicáveis, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. *Alterações ao IFRS S1: Requisitos gerais para divulgação de informações financeiras relacionadas a sustentabilidade*: Em atenção à Resolução CVM nº 193/2023, visa exigir que uma entidade divulgue informações sobre os seus riscos e oportunidades relacionados com a sustentabilidade que sejam úteis para os usuários principais de relatórios financeiros para fins gerais na tomada de decisões relacionadas com o fornecimento de recursos à entidade. Estamos avaliando os impactos da norma para atendimento conforme prazo definido na mesma. *Alterações ao IFRS S2: Divulgações relacionadas ao clima*: Em atenção à Resolução CVM nº 193/2023, visa exigir que uma entidade divulgue informações sobre os seus riscos e oportunidades relacionados ao clima que sejam úteis para os usuários principais de relatórios financeiros para fins gerais na tomada de decisões relacionadas com o fornecimento de recursos à entidade. Estamos avaliando os impactos da norma para atendimento conforme prazo definido na mesma. *IFRS 18: Apresentação e Divulgação das Demonstrações Financeiras:* A norma tem como objetivo proporcionar consistência na apresentação e divulgação das demonstrações financeiras, fornecendo aos leitores embasamento para analisar e comparar o desempenho das empresas. As principais alterações são: i) Novas categorias e subtotais no DRE; ii) Divulgação de métricas em notas explicativas; iii) Apresentação das despesas operacionais especificadas por natureza. A norma tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027 e estamos avaliando os seus impactos. *IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública:* A norma concede que as subsidiárias que não tenham responsabilidade pública e que o seu controlador final produza demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com o IFRS, forneçam divulgações reduzidas ao aplicar as normas contábeis internacionais na elaboração das suas demonstrações financeiras. A norma entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2027 e estamos avaliando os seus impactos. *Emenda IFRS 7 e IFRS 9 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros*: As alterações abordarão a diversidade nas práticas contabilísticas e, assim, tornarão os requisitos mais compreensíveis e coerentes. Dentre os quais, estão: i) Classificação dos ativos financeiros com ESG e características semelhantes; ii) Liquidação de passivos por meio de sistemas de pagamento eletrônico. Com essas alterações, o IASB também introduziu requisitos adicionais de divulgação para aumentar a transparência. As alterações entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2026 e estamos avaliando os impactos das emendas. *Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, em Controlada e Empreendimento Controlado em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial:* Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB. A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas. A ICPC 09, por sua vez, não tem correspondência direta com normas do IASB e por consequência estava desatualizada, exigindo alterações para alinhar sua redação a fim de ajustá-lo a atualizações posteriores a sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. A Companhia avaliou que o novo pronunciamento não possui impacto em suas demonstrações financeiras. *Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade*: Em setembro de 2024, O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa. O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações contábeis compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. A Companhia avaliou que o novo pronunciamento não possui impacto em suas demonstrações financeiras. *ICPC 09 (R3) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial:* A Resolução CVM nº 212 realizou algumas correções de redação e referência no ICPC 09 com o objetivo de alinhar a redação da referida norma com a do CPC 18 (R3), a fim de ajustá-lo a atualizações posteriores a sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC. A Resolução vigora a partir de 1º de janeiro de 2025 e não há impactos para Companhia. *Emenda IFRS 7 e IFRS 9 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros:* As alterações abordarão a diversidade nas práticas contabilísticas e, assim, tornarão os requisitos mais compreensíveis e coerentes. Dentre os quais, estão: iii) Classificação dos ativos financeiros com ESG e características semelhantes; iv) Liquidação de passivos por meio de sistemas de pagamento eletrônico. Com essas alterações, o IASB também introduziu requisitos adicionais de divulgação para aumentar a transparência. As alterações entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2026 e estamos avaliando os impactos das emendas. *Emenda OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de Emissão (allowances) e Créditos de Descarbonização (CBIO).* A Resolução CVM nº 223 torna obrigatória para as companhias de capital abertas a orientação do OCPC 10, que direciona o tratamento contábil de créditos de carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado de capitais brasileiro, objetivando garantir a consistência das demonstrações financeiras e permitir sua conexão com o relatório financeiro de sustentabilidade aprovado pela Resolução CVM 193/23. A Resolução vigora a partir de 1º de janeiro de 2025. A Companhia avaliou que não possui impacto em suas demonstrações financeiras.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas: A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, use estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, incluindo passivos contingentes. A incerteza relativa a esses julgamentos, premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos e passivos em exercícios futuros. Tais julgamentos, estimativas e premissas são revisados a cada período de reporte.

3.1. Estimativas e premissas: As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são destacadas a seguir:

3.1.1. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros ("*impairment*"): A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda por desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Uma perda por desvalorização existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

3.1.2. Impostos: Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas confiáveis, para possíveis consequências em eventuais fiscalizações por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de fiscalizações anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela Companhia e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Continua »»»

VIPAL

»»» Continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.1.3. Provisões para litígios: A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, trabalhistas e tributárias. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

3.1.4. Arrendamentos - determinação do prazo de arrendamento: A Companhia determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa. A Companhia possui contratos de arrendamento que incluem opções de renovação e rescisão. A Companhia aplica julgamento ao avaliar se é razoavelmente certo se deve ou não exercer a opção de renovar ou rescindir o arrendamento. Nessa avaliação considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou da rescisão. Após a mensuração inicial a Companhia reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir.

3.1.5. Arrendamentos - Estimativa da taxa incremental sobre empréstimos: A Companhia não é capaz de determinar prontamente a taxa de juros implícita no arrendamento e, portanto, considera a sua taxa incremental nominal sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Dessa forma, essa avaliação requer que a Administração considere estimativas quando não há taxas observáveis disponíveis (como por exemplo, subsidiárias que não realizam operações de financiamento) ou quando elas precisam ser ajustadas para refletir os termos e condições de um arrendamento (por exemplo, quando os arrendamentos não estão na moeda funcional de uma subsidiária). A Companhia estima a taxa incremental usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado) quando disponíveis e considera nesta estimativa aspectos que são específicos da Companhia.

3.1.6. Provisão para perdas de créditos esperadas sobre as contas a receber de clientes: A Companhia utiliza julgamento profissional para calcular as perdas de créditos esperadas para contas a receber e ativos de contrato. As taxas de provisão aplicadas são baseadas em dias de atraso para agrupamentos de vários segmentos de clientes que apresentam padrões de perdas semelhantes (como, por exemplo, por região geográfica, tipo de produto ou tipo de cliente e risco de crédito, entre outras). Em todas as datas de relatórios, as taxas de perda histórica observadas são atualizadas e as mudanças nas estimativas prospectivas são analisadas. A avaliação da correlação entre as taxas de perda histórica observadas, as condições econômicas previstas e as perdas de créditos esperadas são uma estimativa significativa. A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda de crédito da Companhia e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro. As informações sobre as perdas de crédito esperadas sobre as contas a receber da Companhia estão divulgadas na nota explicativa 6.

3.1.7. Tributos diferidos: Ativo fiscal diferido é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. Esses prejuízos se referem a controladas que apresentam histórico de prejuízos, não prescrevem e não podem ser utilizados para fins de compensação com lucro tributável em outra parte da Companhia. A compensação dos prejuízos fiscais acumulados fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal. Essas controladas não têm diferenças temporárias tributáveis ou planejamentos fiscais que poderiam parcialmente justificar o reconhecimento de ativo fiscal diferido.

3.1.8. Mensuração ao valor justo dos instrumentos financeiros: Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros registrados no balanço patrimonial não pode ser mensurado com base em preços cotados nos mercados ativos, o valor justo é mensurado com base em técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. Os *inputs* considerados nestes modelos são obtidos de mercados observáveis, quando possível. Nas situações em que estes *inputs* não podem ser obtidos de mercados observáveis, um grau de julgamento é necessário para estabelecer os respectivos valores justos. Os julgamentos associados incluem avaliação do risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas relativas a estes fatores poderiam afetar o valor justo dos instrumentos financeiros. A contraprestação contingente, resultante de combinações de negócios, é avaliada pelo valor justo na data da aquisição como parte da combinação de negócios.

3.1.9. Definição de vidas úteis de ativo imobilizado e intangível: Os ativos imobilizados e intangíveis são depreciados e amortizados, respectivamente, de forma linear ao longo da vida útil esperada do ativo. As taxas de depreciação e amortização são baseadas em informações históricas e projeções futuras que se baseiam em estimativas que podem vir a não se realizar de acordo com o previsto, podendo divergir significativamente em relação ao montante inicialmente estimado.

3.1.10. Valor justo de ativos intangíveis advindos de combinação de negócios: As vidas úteis de ativos intangíveis identificados em combinação de negócios são definidas com base em técnicas de avaliação que incluem a determinação de premissas e critérios que consideram o histórico da entidade, o setor em que está inserida, as projeções de mercado para a entidade combinada. As premissas adotadas podem variar em relação às efetivamente incorridas, gerando variações em relação aos valores alocados quando da combinação. Como determinado pelo CPC 15 (R1) (IFRS 3) - combinação de negócios, requer que os ativos e passivos adquiridos sejam avaliados a valor justo na data da aquisição. Bem como ativos intangíveis identificados em combinação sejam avaliados a valor justo. Julgamento é necessário para identificar os ativos identificáveis e os critérios para apurar o valor justo. O processo de mensuração a valor justo requer a assunção de premissas e estimativas que podem gerar variações em relação aos valores efetivamente incorridos. As principais premissas chave utilizadas na estimativa do valor em uso, às quais o valor de recuperação dos ativos é mais sensível, estão descritas a seguir: Receitas: Projetadas com base nos planos de negócios da empresa adquirida, conforme conceitos definidos no CPC 46 (IFRS 13) foram considerados crescimentos decorrentes de expansão orgânica. Ajustes foram realizados para sensibilizar as premissas adotadas no plano de negócios a dados comparáveis de mercado, quando aplicável. Custos e despesas operacionais: Projetados com base no desempenho histórico da adquirida, e em concordância com o modelo de crescimento do plano de negócios, considerando, também ajustes com dados comparáveis de mercado, quando aplicável. Taxa de desconto: Representam a avaliação de riscos no mercado atual. O cálculo da taxa de desconto é baseado em circunstâncias específicas da empresa, sendo derivado de custos de capital médio ponderado (WACC, na sua sigla em inglês). O WACC leva em consideração tanto a dívida quanto o patrimônio. O custo do patrimônio é derivado dos riscos e rendimento esperado sobre o investimento pelos investidores da Companhia. O custo de dívida é baseado nos financiamentos com rendimento de juros que a Companhia é obrigada a honrar. O risco específico do segmento é incorporado mediante a aplicação de fatores individuais beta.

4. Caixa e equivalentes de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Disponibilidades	**17.855**	16.287	**58.009**	50.893
Aplicações em moeda nacional	**96.089**	234.315	**369.515**	467.867
Aplicações em moeda estrangeira	**-**	-	**-**	2.405
Total	**113.944**	250.602	**427.524**	521.165

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, sendo representados, basicamente, por saldos de disponibilidades e aplicações financeiras. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são classificadas na categoria "ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado". As aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2025 são remuneradas a taxas de 92% a 107% do CDI (92% a 107% do CDI em 31 de dezembro de 2024). A aplicação em moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2024 refere-se ao fundo de aplicação multimercado da controlada Vipal S.A. cujo rendimento acumulado é de 63,62% a.a. na data base.

5. Aplicações financeiras:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Aplicações financeiras - CDB	**-**	-	**873**	722
Aplicação financeira - Capitalização	**141**	278	**141**	278
Aplicações em moeda estrangeira	**-**	-	**10.330**	13.748
	141	278	**11.344**	14.748
Circulante	**-**	-	**3.755**	2.114
Não circulante	**141**	278	**7.589**	12.634

As "aplicações financeiras - CDB" referem-se basicamente a aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), vinculadas a empréstimos e financiamentos, remuneradas a taxas de 6,17% a.a. + TR e 98% do CDI em 31 de dezembro de 2025 (6,17% a.a. + TR e 98% do CDI em 31 de dezembro de 2024). As "aplicações em moeda estrangeira" referem-se aos títulos públicos argentinos Bonos Bopreal. A Série 1 possui rendimentos de 5% a.a. e a Série 3 rendimentos de 3% a.a. Os títulos possuem vencimento entre fevereiro de 2026 e outubro de 2027 e estão classificados na categoria de títulos mantidos até o vencimento.

6. Contas a receber de clientes:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Clientes mercado interno (i)	**155.028**	144.292	**576.396**	566.523
Clientes mercado externo	**39.756**	48.158	**71.724**	92.832
	194.784	192.450	**648.120**	659.355
(-) Provisão para perdas de crédito esperadas	**(27.520)**	(36.215)	**(79.638)**	(84.182)
Total contas a receber	**167.264**	156.235	**568.482**	575.173
Circulante	**140.074**	111.870	**483.394**	454.897
Não circulante	**27.190**	44.365	**85.088**	120.276

(i) O saldo de clientes mercado interno no Consolidado refere-se as operações da Controladora e de suas controladas no seu respectivo país de origem (mercado interno). Os valores classificados no ativo não circulante referem-se a renegociações de créditos junto a clientes. Essas renegociações, usualmente, possuem prazo superior a um ano, sendo os saldos atualizados monetariamente, acrescidos de juros compatíveis com os praticados no mercado. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
A vencer	**165.437**	158.236	**532.682**	548.424
Vencidos				
De 1 a 30 dias	**15.186**	15.700	**48.661**	48.459
De 31 a 60 dias	**2.780**	2.236	**13.986**	10.549
De 61 a 90 dias	**1.893**	2.203	**10.034**	7.931
Mais de 91 dias	**9.488**	14.075	**42.757**	43.992
	194.784	192.450	**648.120**	659.355

A movimentação da provisão para perdas de créditos esperadas está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Saldo no início do exercício	**(36.215)**	(36.104)	**(84.182)**	(83.214)
Adições	**(3.904)**	(5.193)	**(21.830)**	(17.675)
Recuperações	**9.070**	5.665	**19.721**	19.905
Realizações	**2.601**	1.221	**2.851**	4.291
Variação cambial	**928**	(1.804)	**3.802**	(7.489)
Saldo no final do exercício	**(27.520)**	(36.215)	**(79.638)**	(84.182)

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o *aging* da provisão para perdas esperadas de saldos de contas a receber de clientes é o seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
A vencer	**(17.187)**	(21.794)	**(33.849)**	(46.447)
Vencidos				
De 1 a 30 dias	**(1.030)**	(1.626)	**(3.749)**	(3.957)
De 31 a 60 dias	**(977)**	(954)	**(3.228)**	(2.635)
De 61 a 90 dias	**(908)**	(1.176)	**(3.655)**	(2.718)
Mais de 91 dias	**(7.418)**	(10.665)	**(35.157)**	(28.425)
	(27.520)	(36.215)	**(79.638)**	(84.182)

7. Estoques:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Produtos prontos	**86.622**	104.930	**256.678**	323.278
Produtos em elaboração	**23.384**	23.957	**46.929**	48.417
Matérias-primas	**153.623**	178.065	**261.071**	309.269
Materiais de embalagens	**6.475**	7.405	**7.413**	8.296
Materiais intermediários e diversos	**19.727**	16.827	**43.337**	35.221
(-) Provisão para perdas	**(1.131)**	(2.298)	**(3.936)**	(6.660)
	288.700	328.886	**611.492**	717.821

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Saldo no início do exercício	**(2.298)**	(1.443)	**(6.660)**	(4.387)
Adições	**(6.090)**	(4.091)	**(12.597)**	(7.484)
Reversões	**7.257**	3.236	**15.021**	5.746
Variação cambial	**-**	-	**300**	(535)
Saldo no final do exercício	**(1.131)**	(2.298)	**(3.936)**	(6.660)

8. Impostos a recuperar:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Imposto de renda	**9.323**	9.683	**35.601**	35.556
Contribuição social	**614**	961	**5.074**	7.187
ICMS sobre ativo imobilizado	**6.554**	7.185	**10.027**	8.510
PIS e COFINS sobre ativo imobilizado	**3.687**	3.557	**5.315**	4.541
ICMS	**8.937**	12.737	**17.825**	20.721
IPI	**214**	348	**4.466**	3.437
PIS e COFINS	**8.377**	20.327	**33.211**	46.072
Imposto sobre valor agregado	**26**	33	**6.989**	14.307
Outros impostos	**7.514**	1.157	**26.141**	17.915
Total	**45.246**	55.988	**144.649**	158.246
Circulante	**35.998**	46.098	**116.107**	131.771
Não circulante	**9.248**	9.890	**28.542**	26.475

Imposto de renda e contribuição social: Corresponde às antecipações de imposto de renda e contribuição social, que serão compensados com tributos da mesma natureza, além de saldo negativo de IRPJ e CSLL os quais serão realizadas mediante a compensação com impostos e contribuições federais. ICMS, PIS e COFINS sobre o imobilizado: São valores referentes à parcela do crédito fiscal incidente sobre as aquisições de imobilizado tais como máquinas, equipamentos, construções, imóveis, e outros bens incorporados ao ativo imobilizado, adquiridos com a finalidade de utilização na produção de bens e/ou serviços destinados à venda. ICMS, PIS e COFINS: Referem-se a créditos gerados nas operações normais da Companhia e de suas controladas, podendo ser compensados com tributos da mesma natureza. A estimativa de realização dos impostos sobre as vendas ICMS, PIS e COFINS é avaliada pela Administração com base em projeções estimadas de vendas de produtos e em ressarcimento ou compensação de PIS e COFINS com outros impostos gerados pela operação da Companhia. Os prazos estimados de realização desses ativos são em até 90 dias respeitando a competência para pedidos de ressarcimento.

9. Informação sobre partes relacionadas: Os saldos e transações mantidos pela Companhia com suas controladas e demais partes relacionadas são apresentados a seguir:

2025

	Ativo circulante		Passivo circulante			Passivo não circulante	Transações	
	Contas a receber por vendas (a)	Dividendos e juros s/capital próprio a receber (d)	Contas a pagar (a)	Débitos c/partes relacionadas (b)	Dividendos e Juros s/capital próprio a pagar (d)	Débitos c/partes relacionadas (b)	Receitas	Despesas
Controladora:								
Borrachas Vipal Nordeste S.A.	**7.390**	**61.211**	**99.012**	**-**	**-**	**-**	**91.497**	**(199.392)**
Cya Rubber Distribuidora Ltda.	**523**	**-**	**118**	**-**	**-**	**-**	**1.453**	**-**
Fate Pneus do Brasil S.A., Indústria, Comércio, Importação e Exportação	**11**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**69**	**-**
Marpal Administração e Participações Ltda.	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(451)**
Paludo Participações S.A.	**27**	**-**	**-**	**5.012**	**32.259**	**6.245**	**-**	**(451)**
Pessoas físicas	**-**	**-**	**-**	**23.894**	**-**	**-**	**-**	**(3.906)**
Subsidiárias no exterior	**169.453**	**1.883**	**-**	**-**	**-**	**-**	**331.516**	**(320)**
Vipal Indústria de Máquinas Ltda.	**10**	**1.633**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(2)**
Vicencio Paludo, Filhos & Cia. Ltda.	**849**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**3.259**	**(19)**
Vipaltec Pesq. Desenv. Tec. Ltda.	**75**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**101**	**(1.564)**
Marangoni Tread Latino América S.A	**25.953**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**136.175**	**(71)**
	204.291	**64.727**	**99.130**	**28.906**	**32.259**	**6.245**	**564.070**	**(206.176)**
Consolidado:								
Alpar Participações Ltda.	**-**	**-**	**-**	**-**	**2.829**	**-**	**-**	**-**
Cya Rubber Distribuidora Ltda.	**585**	**-**	**435**	**-**	**-**	**-**	**1.464**	**-**
Fate Pneus do Brasil S.A., Indústria, Comércio, Importação e Exportação	**11**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**69**	**-**
Paludo Participações S.A.	**27**	**-**	**-**	**5.012**	**32.259**	**6.245**	**-**	**(451)**
Pessoas físicas	**-**	**-**	**-**	**23.894**	**-**	**-**	**-**	**(3.906)**
Vicencio Paludo, Filhos & Cia. Ltda.	**4.570**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**11.740**	**(19)**
	5.193	**-**	**435**	**28.906**	**35.088**	**6.245**	**13.273**	**(4.376)**

2024

	Ativo circulante		Ativo não circulante		Passivo circulante		Passivo não circulante		Transações	
	Contas a receber por vendas (a)	Dividendos e juros s/capital próprio a receber (d)	Crédito com partes relacionadas (c)	Contas a receber por vendas (a)	Contas a pagar (a)	Debitos com partes próprio relacionadas (b)	Dividendos e juros s/capital próprio a pagar (d)	Débitos com partes relacionadas	Receitas	Despesas
Controladora:										
Borrachas Vipal Nordeste S.A.	8.304	72.479	-	-	171.848	-	-	-	108.637	(246.269)
Cya Rubber Distribuidora Ltda.	1.782	-	-	-	-	-	-	-	3.148	-
Fate Pneus do Brasil S.A., Indústria, Comércio, Importação e Exportação	6	-	-	-	-	-	-	-	69	(10)
Marpal Administração e Participações Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(270)
Paludo Participações S.A.	-	-	-	-	-	2.043	66.806	10.655	-	(2.492)
Pessoas físicas	-	-	-	-	-	-	-	19.987	-	(2.874)
Subsidiárias no exterior	248.848	2.120	4.184	1.199	-	-	-	-	422.833	(566)
Vipal Indústria de Máquinas Ltda.	51	1.500	-	-	-	-	-	-	-	(26)
Vicencio Paludo, Filhos & Cia. Ltda.	543	-	-	-	4	-	-	-	2.330	(351)
Vipaltec Pesq. Desenv. Tec. Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	-	8	(1.346)
Marangoni Tread Latino América S.A	42.995	-	-	-	-	-	-	-	87.670	-
	302.529	76.099	4.184	1.199	171.852	2.043	66.806	30.642	624.695	(254.204)
Consolidado:										
Alpar Participações Ltda.	-	-	-	-	-	-	3.349	-	-	-
Cya Rubber Distribuidora Ltda.	1.830	-	-	-	-	-	-	-	3.552	-
Fate Pneus do Brasil S.A., Indústria, Comércio, Importação e Exportação	6	-	-	-	-	-	-	-	69	(10)
Paludo Participações S.A.	-	-	-	-	-	2.043	66.806	10.655	-	(2.492)
Pessoas físicas	-	-	-	-	-	-	-	19.988	-	(2.874)
Vicencio Paludo, Filhos & Cia. Ltda.	1.718	-	-	-	4	-	-	-	8.386	(600)
Marangoni S.P.A.	-	-	-	-	-	3.158	-	358	-	-
	3.554	-	-	-	4	5.201	70.155	31.001	12.007	(5.976)

Termos e condições de transações com partes relacionadas: a) *Transações comerciais:* As transações com as partes relacionadas referem-se a compras e vendas de mercadorias e serviços efetuados. Estas transações são efetuadas conforme as condições estabelecidas entre as partes, e são registradas como contas a receber por vendas e contas a pagar conforme a sua natureza. b) *Débitos com partes relacionadas:* O saldo de débitos com partes relacionadas pessoas físicas refere-se ao mútuo com acionista do grupo, renegociado o novo vencimento de julho de 2024 para julho de 2026. A partir de 2024 a dívida está sujeita a encargos financeiros equivalentes à variação do CDI mais 4,5% a.a. e o inadimplente está sujeito a multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o total da dívida, além dos juros de mora e demais despesas. Estas transações são efetuadas conforme as condições estabelecidas entre as partes. O saldo de débitos com partes relacionadas com a Paludo Participações S.A. refere-se a mútuo com a Controladora do Grupo. O mútuo foi originalmente firmado em 24 de janeiro de 2024 entre a Vipal S.A., controlada da Companhia na Argentina, e a Paludo Participações S.A., para aquisição de títulos argentinos do Bonos Bopreal. Posteriormente, a Companhia assumiu a dívida da Vipal S.A. perante a Paludo Participações S.A. e os títulos foram cedidos para a Borrachas Vipal S.A. c) *Créditos com partes relacionadas:* O saldo de créditos com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2024 refere-se ao mútuo com a controlada Cauchos Vipal, S.A. de C.V. liquidado no primeiro trimestre de 2025. d) *Outras operações:* A Companhia possui um contrato de aluguel com partes relacionadas, pessoas físicas referente ao centro administrativo de Porto Alegre no valor de R$ 212 ao mês. Este contrato atende a norma de arrendamento mercantil CPC 06 (R2) / IFRS 16 e está registrado no passivo de arrendamento e ativo de direito de uso. A despesa com a controlada Marpal S.A. refere-se a um contrato de licença de uso de marca, realizado em 2005 com prazo indeterminado. No último aditivo datado em novembro de 2023, as partes concordam que o valor mensal a ser pago a título de royalties é de R$ 30. O saldo de R$ 35.088 de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar no consolidado, refere-se aos dividendos obrigatórios propostos no exercício de 2025. O saldo de R$ 64.727 de dividendos e juros sobre capital próprio a receber na controladora, refere-se ao saldo de R$ 1.883 de dividendos distribuídos em períodos anteriores, R$ 61.211 de dividendos obrigatórios propostos no exercício de 2025 e R$ 1.633 de juros sobre capital próprio do exercício de 2025, líquidos de Imposto de Renda e Contribuição Social retidos na fonte. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de R$ 70.155 de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar no consolidado, refere-se ao saldo remanescente de R$ 2.632 de dividendos obrigatórios distribuídos no exercício de 2023, R$ 66.988 propostos no exercício de 2024, e R$ 535 de juros sobre capital próprio do exercício de 2024, líquidos de Imposto de Renda e Contribuição Social retidos na fonte. Avais prestados: A Companhia presta garantias de aval e caução de duplicatas para operações de empréstimos e financiamentos, contratados por partes relacionadas. Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a composição das garantias prestadas para partes relacionadas está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Borrachas Vipal Nordeste S.A.	**216.821**	250.049	**-**	-
Paludo Participações S.A.	**-**	11.524	-	23.049
Marangoni Tread Latino América S.A	**10.935**	4.722	**-**	-
Total de garantias prestadas	**227.756**	266.295	**-**	23.049

Remuneração do pessoal - chave da Administração: Os montantes referentes a remuneração e encargos do pessoal-chave da Administração estão representados por dispêndios com benefícios de curto prazo que totalizam, respectivamente, R$ 9.195 e R$ 1.826 (R$ 8.547 e R$ 1.729 em 31 de dezembro de 2024). A Companhia e suas controladas não possuem remuneração em outras categorias de i) benefícios pós-emprego, ii) benefícios de longo prazo, iii) benefícios de rescisão de contrato de trabalho, e iv) remuneração baseada em ações.

10. Investimentos:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Empresas controladas, coligada e sociedades controladas em conjunto	**1.072.786**	989.055	**-**	-
Outros	**-**	-	**2.700**	3.039
Total	**1.072.786**	989.055	**2.700**	3.039

Controladora

Descrição	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Capital social	Receita líquida	Ágio e Mais Valia pagos na aquisição	Resultado do exercício	% Partic.	Lucro não realizado no resultado do exercício	Lucro não realizado no patrimônio líquido	Total no investimento
Vipal S/A	**118.851**	**61.141**	**57.710**	**106.984**	**88.960**	**-**	**(11.103)**	**98,50%**	**-**	-	**56.846**
Vipal Participadas de España S.L. (a)	**130.345**	**-**	**130.345**	**53.527**	**-**	**-**	**19.538**	**100%**	**6.498**	**(22.014)**	**108.331**
Borrachas Vipal Nordeste S.A. (a)	**1.290.488**	**549.193**	**741.295**	**170.947**	**1.381.535**	**-**	**311.074**	**95,58%**	**1.705**	**(8.098)**	**700.452**
Vipaltec Pesq. Desenv. Tec Ltda.	**6.428**	**331**	**6.097**	**750**	**2.430**	**-**	**1.413**	**100%**	**-**	**-**	**6.097**
Vipal Indústria de Máquinas Ltda.	**27.621**	**4.340**	**23.281**	**888**	**19.502**	**1.071**	**2.947**	**100%**	**-**	**-**	**24.352**
Marpal	**2.381**	**27**	**2.354**	**450**	**417**	**-**	**159**	**100%**	**-**	**-**	**2.354**
Marangoni Tread North America, Inc. (a)	**109.914**	**25.276**	**84.638**	**80.090**	**107.580**	**30.694**	**(4.807)**	**100%**	**-**	**-**	**115.332**
Marangoni Tread Latino América S.A.(a) (b)	**109.263**	**66.326**	**42.937**	**144.954**	**133.719**	**14.297**	**(9.479)**	**100%**	**306**	**1.788**	**59.022**
											1.072.786

(a) Para fins de apuração dos valores de investimento e da equivalência patrimonial, o valor do patrimônio líquido e do resultado da investida é ajustado pelos lucros não realizados em transações de venda entre a controlada e a controladora.

(b) A Companhia possuía 80% de participação até a data de 29 de agosto de 2025, quando adquiriu 100% das ações da controlada, conforme mencionado na nota explicativa 1.1.

Continua »»»

VIPAL »»» Continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação dos saldos de investimento é demonstrada como segue:

	Vipal S/A	Vipal Participadas de España S.L.	Borrachas Vipal Nordeste S.A.	Vipaltec - Pesquisa e Desenvolvimento	Vipal Indústria de Máquinas Ltda.	Marpal	Marangoni Tread North America, Inc.	Marangoni Tread Latino America S.A.	Total Controladora	Total Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(4.305)	49.900	596.812	3.600	17.810	2.152	107.411	21.050	794.430	2.375
Aquisição de participação acionária	86.915	-	-	-	-	-	-	-	86.915	-
Aumento de capital	-	2.458	-	-	-	-	-	-	2.458	-
Realização de lucro na integralização de capital	-	-	620	-	-	-	-	-	620	-
Efeito ajuste economia hiperinflacionária	12.676	(8.071)	-	-	-	-	-	-	4.605	-
Variação cambial de Controladas no Exterior	(595)	19.383	-	-	-	-	21.945	-	40.733	664
Amortização mais valia de ativos	-	-	-	-	-	-	(5.611)	(2.336)	(7.947)	-
Amortização Diferido mais valia de ativos	-	-	-	-	-	-	10.546	794	11.340	-
Variação cambial em investimentos	-	-	-	-	-	-	2.076	-	2.076	-
Resultado da equivalência patrimonial	(3.076)	10.145	287.848	1.084	5.516	43	1.529	(9.516)	293.573	-
Dividendos propostos	-	-	(60.902)	-	-	-	-	-	(60.902)	-
Dividendos distribuídos	-	-	(179.665)	-	-	-	-	-	(179.665)	-
Juros sobre capital próprio propostos	-	-	(13.619)	-	-	-	-	-	(13.619)	-
Variação na particip. societária em controlada	(9.946)	9.946	-	-	-	-	-	-	-	-
A.F.A.C.	-	442	-	-	-	-	-	13.996	14.438	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	81.669	84.203	631.094	4.684	23.326	2.195	137.896	23.988	989.055	3.039
Aquisição de participação minoritária (i)	-	-	-	-	-	-	-	**2.534**	**2.534**	-
Transação entre sócios (i)	-	-	-	-	-	-	-	**(2.019)**	**(2.019)**	-
Aumento de capital	-	**1.746**	-	-	-	-	-	**39.505**	**41.251**	-
Realização de lucro na integralização de capital	-	-	**617**	-	-	-	-	-	**617**	-
Efeito ajuste economia hiperinflacionária	**16.348**	**248**	-	-	-	-	-	-	**16.596**	-
Variação cambial de Controladas no Exterior	**(30.234)**	**(3.902)**	-	-	-	-	**(11.158)**	-	**(45.294)**	**(339)**
Amortização mais valia de ativos	-	-	-	-	-	-	**(5.818)**	**(2.530)**	**(8.348)**	-
Amortização Diferido mais valia de ativos	-	-	-	-	-	-	**1.978**	**861**	**2.839**	-
Variação cambial em investimentos	-	-	-	-	-	-	**(2.759)**	-	**(2.759)**	-
Resultado da equivalência patrimonial	**(10.937)**	**26.036**	**299.038**	**1.413**	**2.947**	**159**	**(4.807)**	**(7.817)**	**306.032**	-
Dividendos propostos	-	-	**(61.211)**	-	-	-	-	-	**(61.211)**	-
Dividendos distribuídos	-	-	**(169.086)**	-	-	-	-	-	**(169.086)**	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	**(1.921)**	-	-	-	**(1.921)**	-
A.F.A.C. (ii)	-	-	-	-	-	-	-	**4.500**	**4.500**	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**56.846**	**108.331**	**700.452**	**6.097**	**24.352**	**2.354**	**115.332**	**59.022**	**1.072.786**	**2.700**

(i) Valores relacionados à compra de 20% das ações minoritárias da controlada Marangoni Tread Latino América, conforme mencionado na nota explicativa 1.1.
(ii) Adiantamento para futuro aumento de capital realizado para a controlada, Marangoni Tread Latino América, em 01 de setembro de 2025.

11. Outros créditos: O saldo registrado a rubrica de "outros créditos" no ativo não circulante da Companhia refere-se, principalmente, aos depósitos judiciais realizados pela Companhia e controlada Borrachas Vipal Nordeste S.A. a fim de discutir a cobrança do Diferencial de Alíquota ICMS (DIFAL) nas operações interestaduais com mercadorias vendidas a consumidores finais não-contribuintes do ICMS. Em 24 de outubro de 2025, este tema foi julgado pelo Supremo Tribunal Federal, e a decisão foi favorável para as empresas que ajuizaram a ação antes de 29 de novembro de 2023 (modulação dos efeitos), exclusivamente quanto ao exercício de 2022. A companhia possui depositados, no referido período de 2022, os montantes de R$ 12.722 na Controladora e R$ 22.103 no Consolidado. Esse julgamento, foi proferido em Recurso Extraordinário com reconhecida Repercussão Geral, e aguarda o trânsito em julgado do acórdão. Desse modo, a Companhia aguarda o trânsito das decisões individuais em cada Estado para levantamento dos valores depositados. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía o montante de R$ 45.617 na Controladora e R$ 98.634 no Consolidado (R$ 41.385 na controladora e R$ 79.732 no Consolidado em 31 de dezembro de 2024) depositados judicialmente, os quais estão provisionados conforme montante divulgado na nota explicativa 16.

12. Propriedades para investimento: As propriedades para investimento são mensuradas ao custo histórico de aquisição, e comparada periodicamente com seu valor justo, para avaliar se o valor registrado requer provisão para realização. São baixadas quando vendidas ou quando a propriedade para investimento deixa de ser permanentemente utilizada e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda. A diferença entre o valor líquido obtido na venda e o valor contábil do ativo é reconhecida na demonstração do resultado no exercício da baixa.

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Terrenos	**26.408**	23.998	**11.366**	8.956
Prédios e benfeitorias	**50.629**	52.795	**13.659**	14.177
	77.037	76.793	**25.025**	23.133

Movimentação ocorrida no exercício:

	Controladora Terrenos	Controladora Edificações	Controladora Total	Consolidado Terrenos	Consolidado Edificações	Consolidado Total
Vida útil em anos (média ponderada)	-	53	-	-	53	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	22.538	54.936	77.474	7.496	14.670	22.166
Adições	1.860	-	1.860	1.860	-	1.860
Depreciação	-	(2.141)	(2.141)	-	(493)	(493)
Baixas	(400)	-	(400)	(400)	-	(400)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	23.998	52.795	76.793	8.956	14.177	23.133
Adições	**2.410**	**-**	**2.410**	**2.410**	**-**	**2.410**
Depreciação	**-**	**(2.166)**	**(2.166)**	**-**	**(518)**	**(518)**
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**26.408**	**50.629**	**77.037**	**11.366**	**13.659**	**25.025**

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a administração mensurou o valor justo das propriedades para investimento (valor de mercado líquido das despesas para venda) e concluiu que nenhuma provisão para realização era necessária. Em 31 dezembro de 2025 o valor justo das propriedades para investimento era de R$ 85.196 na controladora e R$ 39.936 no consolidado.

13. Imobilizado:

Controladora

Vida útil em anos (média ponderada)	Terrenos -	Edificações 53	Benfeitorias 46	Instalações industriais 25	Máquinas e equipamentos 21	Outros 15	Imobilizado em andamento -	Adiantamento a fornecedor -	Total -
Saldos em 31/12/2023	14.560	52.912	1.508	3.616	96.493	3.578	34.837	10.639	218.143
Adições	-	14	8	11	3.878	738	40.551	9.292	54.492
Depreciação	-	(1.717)	(57)	(352)	(12.729)	(1.954)	-	-	(16.809)
Baixas	-	(49)	(1)	(3)	(472)	(379)	(4.396)	-	(5.300)
Transferências	-	-	61	41	8.080	264	7.396	(15.842)	-
Saldos em 31/12/2024	14.560	51.160	1.519	3.313	95.250	2.247	78.388	4.089	250.526
Adições	**-**	**-**	**-**	**-**	**1.536**	**199**	**41.911**	**1.559**	**45.205**
Depreciação	**-**	**(1.691)**	**(62)**	**(410)**	**(14.313)**	**(511)**	**-**	**-**	**(16.987)**
Baixas	**-**	**-**	**-**	**-**	**(4.055)**	**(318)**	**(2.602)**	**-**	**(6.975)**
Transferências	**-**	**-**	**-**	**3.291**	**18.884**	**52**	**(18.864)**	**(3.363)**	**-**
Saldos em 31/12/2025	**14.560**	**49.469**	**1.457**	**6.194**	**97.302**	**1.669**	**98.833**	**2.285**	**271.769**

Consolidado

Vida útil em anos (média ponderada)	Terrenos -	Edificações 55	Benfeitorias 42	Instalações industriais 26	Máquinas e equipamentos 21	Outros 9	Imobilizado em andamento -	Adiantamento a fornecedor -	Total -
Saldos em 31/12/2023	20.422	183.724	3.250	26.885	288.640	9.976	90.818	19.202	642.917
Adições	-	1.985	8	224	24.080	2.581	72.319	24.391	125.588
Depreciação	-	(6.465)	(62)	(2.780)	(41.403)	(4.905)	-	-	(55.615)
Efeito da hiperinflação (CPC 42) / IAS 29	2.527	10.127	-	3.585	16.650	1.855	-	-	34.744
Baixas	-	(49)	(19)	(3)	(2.742)	(397)	(6.255)	(3.126)	(12.591)
Transferências	-	-	61	1.668	61.838	350	(48.075)	(15.842)	-
Variação cambial	47	3.307	-	21	8.728	824	337	-	13.264
Saldos em 31/12/2024	22.996	192.629	3.238	29.600	355.791	10.284	109.144	24.625	748.307
Adições	**-**	**698**	**-**	**205**	**15.564**	**2.043**	**108.893**	**16.489**	**143.892**
Depreciação	**-**	**(6.201)**	**(67)**	**(2.927)**	**(43.735)**	**(2.723)**	**-**	**-**	**(55.653)**
Efeito da hiperinflação (CPC 42) / IAS 29	**1.025**	**3.793**	**-**	**984**	**5.955**	**519**	**-**	**-**	**12.276**
Baixas	**-**	**-**	**(1.570)**	**(47)**	**(8.911)**	**(452)**	**(3.184)**	**-**	**(14.164)**
Transferências	**-**	**14**	**-**	**5.334**	**34.293**	**144**	**(33.995)**	**(5.790)**	**-**
Variação cambial	**(1.677)**	**(8.406)**	**-**	**(2.336)**	**(17.190)**	**(1.590)**	**-**	**-**	**(31.199)**
Saldos em 31/12/2025	**22.344**	**182.527**	**1.601**	**30.813**	**341.767**	**8.225**	**180.858**	**35.324**	**803.459**

As imobilizações em andamento estão representadas substancialmente por projetos de expansão e otimização das unidades industriais. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram capitalizados juros incorridos sobre empréstimos e que financiaram tais projetos, no ontante de R$ 12.800 na Controladora e R$ 16.723 no Consolidado (no exercício findo em 2024 foi de R$ 6.991 na Controladora e R$ 10.175 no Consolidado). A Companhia e suas controladas capitalizam os custos de empréstimos para todos os ativos elegíveis e a taxa média de encargos em 31 de dezembro de 2025 foi de 13,79% a.a. (em 31 de dezembro de 2024 foi de 13,32% a.a.).

14. Intangível:

	Controladora Software	Controladora Intangível em andamento	Controladora Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	559	-	559
Adições	548	688	1.236
Amortização	(456)	-	(456)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	651	688	1.339
Adições	**80**	**999**	**1.079**
Amortização	**(362)**	**-**	**(362)**
Baixas	**-**	**(456)**	**(456)**
Transferências	**922**	**(922)**	**-**
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**1.291**	**309**	**1.600**

Consolidado

	Goodwill	Mais valia Tecnologia	Mais valia de ativos	Software	Marcas e Patentes	Intangível em andamento	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	12.539	7.953	16.147	891	12.829	7.369	12	57.740
Adições	-	-	-	1.481	5	18.691	11	20.188
Amortização	-	(1.491)	(1.383)	(899)	(369)	-	(15)	(4.157)
Baixa	-	-	-	(4)	-	-	-	(4)
Variação cambial	417	-	4.300	(3)	-	-	18	4.732
Saldos em 31 de dezembro de 2024	12.956	6.462	19.064	1.466	12.465	26.060	26	78.499
Adições	**-**	**-**	**-**	**858**	**122**	**20.145**	**-**	**21.125**
Amortização	**-**	**(1.491)**	**(1.434)**	**(934)**	**(369)**	**-**	**(19)**	**(4.247)**
Baixas	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(557)**	**-**	**(557)**
Transferências	**-**	**-**	**-**	**1.754**	**-**	**(1.754)**	**-**	**-**
Variação cambial	**12**	**-**	**(2.102)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(2.090)**
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**12.968**	**4.971**	**15.528**	**3.144**	**12.218**	**43.894**	**7**	**92.730**

Os intangíveis em andamento estão representados pela etapa de desenvolvimento de projeto de novos produtos. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram capitalizados juros incorridos sobre empréstimos e que financiaram tais projetos, no montante de R$ 5.626 e pela taxa média de encargos de 8,60% a.a. no Consolidado (em 31 de dezembro de 2024 foi de R$ 3.910 pela taxa média de 7,05% a.a.).

Avaliação para redução ao valor recuperável de ativos: *Ativos com vida útil definida:* A Companhia avalia anualmente se há evidências que indiquem que o valor recuperável dos ativos intangíveis de vida útil definida possa ter sofrido redução em relação aos valores registrados contabilmente. Quando tais evidências são identificadas testes detalhados de recuperabilidade *(impairment)* para essa categoria de ativos são procedidos. Nas datas dos balanços não foram identificados indicadores ou fatores de que os valores registrados contabilmente não sejam recuperáveis. *Ativos com vida útil indefinida:* Os ágios da companhia encontram-se associados às seguintes unidades geradoras de caixa:

Unidade Geradora de Caixa (UGC)	2025	2024
Marangoni North America (MTNA)	11.897	11.885
Vipal Máquinas	1.071	1.071
	12.968	12.956

Foram desenvolvidos testes de recuperabilidade para os ágios com vida útil indefinida. Todos os fluxos de caixa foram projetados para o período de 5 anos e perpetuados a partir do 6º ano.

As premissas utilizadas para o teste da UGC MTNA: Custos e despesas comerciais foram projetados com base nos volumes projetados de receita. Despesas administrativas foram mantidas constantes tendo como base seus montantes em 2025, incluindo a inflação do país de origem da entidade adquirida. As taxas de crescimento foram limitadas a capacidade atual do ativo, como também ao mercado que atua. As taxas de crescimento na perpetuidade foram limitadas a inflação de longo prazo, o que representa que o crescimento considerando na perpetuidade é equivalente a zero, uma vez que as taxas de desconto e o fluxo de caixa foram realizados por métodos nominais. A taxa de desconto aplicada a projeções de fluxo de caixa é de 9,2% composta pela média ponderada de capital, denominada WACC e representa aproximadamente uma taxa de 11% antes dos impostos. As premissas utilizadas para o teste da UGC Vipal Máquinas: A taxa de crescimento das receitas foi estimada em 5,9% ao ano para cinco anos e depois 3,33% para a perpetuidade. Custos e despesas comerciais foram projetados com base nos volumes projetados de receita. Despesas administrativas foram mantidas constantes tendo como base seus montantes em 2025. A taxa de desconto foi de 10,9%. Com base nos testes efetuados a Companhia concluiu que o valor contábil destes ativos quando comparado ao valor em uso estimado pelas principais premissas citadas acima, são inferiores ao valor em uso da unidade geradora de caixa, não gerando necessidade de constituição para provisão de perda por desvalorização. A UGC ao qual o ágio está associado é representado pelas próprias empresas (MTNA e Vipal Máquinas), uma vez que cada controlada representa uma única unidade geradora de caixa.

Sensibilidade: A taxa de juros utilizada para descontar o fluxo de caixa futuro adotado nos testes de impairment foi de 9,2% ao ano para a UGC MTNA e 10,9% para a UGC Vipal Máquinas. As taxas de desconto superiores a 14,7% e 24,9% ao ano resultariam no reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável nas UGCs MTNA e Vipal Máquinas, respectivamente.

15. Empréstimos, financiamentos e debêntures: As operações de empréstimos e financiamentos podem ser assim resumidas:

	Taxa média ponderada (i)	Indexador	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Capital de giro	17,22% a.a.	CDI / IPCA / Taxa fixa	**851.453**	467.051	**944.394**	588.621
Adiantamento de contrato de câmbio	7,51% a.a.	SOFR / Taxa Fixa	**77.677**	98.977	**77.677**	114.240
Pré Pagamento de exportação	17,70% a.a.	CDI / Taxa Fixa	**99.040**	111.246	**99.040**	111.395
Finame	11,14% a.a.	TJLP / Taxa fixa	**58.347**	9.830	**191.879**	127.937
Debêntures (a)	15,15% a.a.	CDI / Taxa Fixa	**-**	521.703	**-**	521.705
Total			**1.086.517**	1.208.807	**1.312.990**	1.463.898
Circulante			**235.309**	322.751	**293.889**	390.893
Não Circulante			**851.208**	886.056	**1.019.101**	1.073.005

(i) A taxa média ponderada inclui o indexador. Os contratos de empréstimos e financiamentos possuem cláusulas restritivas *("covenants")* financeiras e não financeiras. A medição das cláusulas restritivas ocorre de forma trimestral. Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia estava atendendo os limites das cláusulas restritivas. A tabela a seguir, apresenta os covenants financeiros pelos quais a Companhia está submetida.

Descrição dos *covenants*	Índice requerido
Índice de Alavancagem - dívida financeira líquida/EBITDA	Igual ou inferior a 3 vezes

Em 31 de dezembro de 2025 encontram-se dados em garantia de empréstimos e financiamentos os seguintes saldos:

	Controladora	Consolidado
Hipotecas e alienação fiduciária de ativos imobilizados	**77.543**	**276.429**
Aplicações financeiras	**-**	**695**
Seguros garantias e cartas fianças	**-**	**133.299**
	77.543	**410.423**

Os montantes registrados no passivo não circulante apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

	Controladora	Consolidado
2027	**290.901**	**338.594**
2028	**331.936**	**368.182**
2029	**119.708**	**136.085**
2030	**77.028**	**93.405**
2031	**25.385**	**40.171**
2032	**6.250**	**17.958**
Acima de 2032	**-**	**24.706**
	851.208	**1.019.101**

a) Debêntures: Referem-se à captação realizada pela Companhia em 20 de setembro de 2023 (1ª emissão) no montante total de R$ 600.000. As debêntures foram emitidas com prazo final de pagamento em setembro de 2028, com pagamentos trimestrais, carência do principal até novembro de 2023 e taxas de CDI + 4,5% a.a. Os custos de transação foram mensurados em R$ 18.584 e o custo efetivo (TIR) da transação em 17,81% a.a na data da captação. Em 22 de setembro de 2025, a Companhia comunicou ao mercado o resgate antecipado facultativo da totalidade das debêntures da sua 1ª (primeira) emissão. O pagamento da totalidade do saldo foi realizado em 29 de setembro de 2025 no valor de R$ 432.620, sendo R$ 423.529 de principal, R$ 2.776 de juros e R$ 6.315 de prêmio.

b) Movimentação de empréstimos:

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Saldo no início do exercício	**1.208.807**	1.091.748	**1.463.898**	1.323.133
Captações	**600.889**	586.592	**636.585**	713.010
Captações de operações de *"confirming"* (i)	**-**	-	**-**	553
Pagamentos de principal	**(699.145)**	(533.810)	**(765.401)**	(640.209)
Pagamentos de juros	**(193.549)**	(148.149)	**(218.001)**	(170.625)
Juros incorridos	**209.457**	154.768	**233.288**	176.922
Variação cambial	**(39.942)**	57.658	**(37.379)**	61.114
Saldo no final do exercício	**1.086.517**	1.208.807	**1.312.990**	1.463.898

(i) As captações de operações de *"confirming"* por serem transações "não-caixa" não impactam nas atividades de financiamento das demonstrações dos fluxos de caixa, assim como demonstrado na nota explicativa 29.

16. Obrigações fiscais e sociais:

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (DIFAL) - nota 11	**46.091**	37.626	**93.946**	72.800
Encargos sociais sobre folha de pagamento	**5.293**	5.153	**8.525**	8.043
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços	**1.900**	3.948	**11.160**	16.993
Contribuição para financiamento da seguridade social	**205**	200	**4.212**	5.114
Imposto de renda	**2.330**	2.097	**61.342**	37.742
Contribuição social	**-**	-	**23.648**	10.752
Imposto sobre produtos industrializados	**903**	556	**4.206**	3.739
Imposto sobre valor agregado	**-**	-	**5.277**	5.297
Outros	**487**	780	**3.702**	9.632
Total	**57.209**	50.360	**216.018**	170.112
Circulante	**56.807**	49.717	**213.838**	165.649
Não circulante	**402**	643	**2.180**	4.463

Em 2024, a partir da alteração da Lei 14.789/23, o crédito presumido de ICMS concedido pela Bahia foi excluído da base de cálculo do IRPJ e da CSLL com base no tema 1.182 do STJ. A controlada Borrachas Vipal Nordeste impetrou Mandado de Segurança (Processo nº 1003086-36.2024.4.01.3304) na 3ª Vara Federal de Feira de Santana-BA, obtendo liminar favorável em 21 de fevereiro de 2024. Apesar da decisão favorável e diante da incerteza jurídica, a Companhia optou por provisionar os valores excluídos, sendo R$ 55.664 para IRPJ e R$ 22.584 para CSLL em 31 de dezembro de 2025 (R$ 28.986 para IRPJ e R$ 10.482 para CSLL em 31 de dezembro de 2024).

17. Provisão para litígios: A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes das atividades normais de operação, que abrangem questões tributárias, trabalhistas e cíveis. As perdas estimadas foram provisionadas no passivo não circulante, conforme a opinião dos assessores jurídicos, para os casos em que é provável a ocorrência de desembolsos financeiros. A avaliação da probabilidade de perda considera as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, precedentes judiciais, decisões recentes dos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico. Além disso, leva em conta a opinião de advogados externos. As provisões são periodicamente revisadas e ajustadas conforme mudanças nas circunstâncias, como o prazo de prescrição, conclusões de auditorias fiscais ou novas exposições identificadas por novos assuntos ou decisões judiciais recentes. O quadro a seguir demonstra os valores estimados do risco com perda provável, conforme opinião de nossos assessores jurídicos:

	Controladora Cível	Controladora Trabalhista	Controladora Tributária	Controladora Total	Consolidado Cível	Consolidado Trabalhista	Consolidado Tributária	Consolidado Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	33	425	79	537	622	3.622	155	4.399
Complementos e atualizações	**34**	**14**	**23**	**71**	**34**	**674**	**23**	**731**
(-) Reversões	**(34)**	**(255)**	**(24)**	**(313)**	**(578)**	**(3.067)**	**(100)**	**(3.745)**
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**33**	**184**	**78**	**295**	**78**	**1.229**	**78**	**1.385**
Complementos e atualizações	**1.356**	**180**	**29**	**1.565**	**1.357**	**1.240**	**41**	**2.638**
(-) Reversões	**(17)**	**(119)**	**(14)**	**(150)**	**(17)**	**(734)**	**(14)**	**(765)**
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**1.372**	**245**	**93**	**1.710**	**1.418**	**1.735**	**105**	**3.258**

O quadro a seguir demonstra os valores estimados de perda possível, conforme opinião de nossos assessores jurídicos, para os quais, portanto não foram constituídas provisão para litígios.

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Tributária	**241.446**	511.208	**519.681**	629.588
Cível	**524**	138	**2.327**	2.660
	241.970	511.346	**522.008**	632.248

Cíveis - A Companhia e suas controladas figuram como ré em causas cíveis objetivando a revisão de contratos, indenizações por danos materiais e morais, dentre outros. Tributários - A Companhia e sua controlada, Borrachas Vipal Nordeste S.A., figuram como rés em causas tributárias, cuja probabilidade de perda apontada pelos assessores jurídicos é possível, para as quais, portanto não foram constituídas provisão para litígios. Os principais processos se referem a: (i) Glosa de créditos de ICMS referente a operações intercompany originárias de Estado incentivado: A Companhia obteve uma sentença favorável de 1º grau em 02/04/2024, reconhecendo a improcedência dos autos de infração expedidos. O montante envolvido na demanda é de R$ 122.241. (ii) Em janeiro de 2018, a Companhia aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), realizando pagamento de débitos fiscais utilizando créditos de Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo Negativa. A Autoridade Fiscal apurou saldo devedor relativo à possibilidade de não confirmação de parte dos créditos indicados na base de 31/12/2015. A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) ajuizou uma execução fiscal, para a qual a Companhia apresentou uma Exceção de Pré-Executividade. A Companhia, aguarda manifestação da PGFN sobre a sentença proferida em Mandado de Segurança, que determina a abstenção de exigir e registrar o saldo devedor referente aos débitos apurados como não reconhecidos e dos créditos utilizados pela PGFN. O valor total em debate é de R$ 26.020.

Continua »»»

VIPAL »»» Continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(iii) Em 11 de abril de 2025 a Companhia recebeu o auto de infração n° 2692000003/25-6, referente diferenças no cálculo de apuração mensal do incentivo fiscal de ICMS pelo programa DESENVOLVE. O auto abrange o período de fevereiro de 2021 até dezembro de 2022 no montante de R$ 86.329 referente ao valor de principal, multa e juros. A Companhia ingressou com a defesa e aguarda julgamento. (iv) Em 21 de julho de 2023 foram lavrados os autos de infração nº 10314.720223/2023-10, 10314.720232/2023-01, 10314.720207/2023-19 e 10314.720234/2023-91 ao qual a Companhia foi apontada como responsável solidária sobre o valor aduaneiro das mercadorias exportadas em operações de performance realizadas no exercício de 2020 e 2021. A Companhia obteve decisão favorável e de forma unanime no CARF, onde a Companhia não é responsável solidária, em 28 de novembro de 2024 para o processo n° 10314.720223/2023-10 e em 19 de agosto de 2025 para o processo 10314.720234/2023-91, nos montantes aproximados de R$ 147.000 e R$ 14.374, respectivamente. Como não houve recurso pela Fazenda, o processo foi arquivado em 27/02/2025. O auto de infração nº10314.720232/2023-01, com valor atualizado de R$ 114.488, foi julgado favoravelmente em favor da Companhia e aguarda o trânsito em julgado. O auto de infração n° 10314.720207/2023-19, no valor de R$ 31.006, aguarda por julgamento. (v) Créditos extemporâneos de PIS/COFINS: A Companhia apurou créditos extemporâneos de PIS/COFINS referentes aos exercícios de 2006 a 2010. Esses créditos decorreram em relação a (a) notas fiscais de materiais de manutenção; (b) despesas de frete nas operações de venda; (c) aquisição de bens móveis e imóveis vinculados à sua operação. Ofertada garantia de apólice de seguro para garantir/caucionar previamente o crédito tributário em discussão. No processo administrativo n° nº 10530.724292/2015-20, a Companhia busca a anulação integral do auto de infração. A União Federal ajuizou a execução fiscal que está em andamento sob o número 1033394-38.2022.4.01.3300. O valor total em debate é de R$ 61.605. (vi) A controlada Borrachas Vipal Nordeste S.A., apresentou Declaração de Compensação (DCOMP) com base em decisão judicial transitada em julgado que reconheceu o direito à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, conforme entendimento consolidado no STF. O crédito habilitado, referente ao período de apuração de setembro de 2009 a fevereiro de 2017, totalizou R$ 68.794. Em setembro de 2025, a controlada recebeu o Despacho Decisório nº 2.503/2025 glosando parte do valor, no montante de R$ 48.303. A controlada ingressou com uma manifestação de inconformidade, requerendo a manutenção integral do crédito, que tramita sob o processo nº 10530.918471/2025-06.

18. Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento:

Movimentação do ativo de arrendamento:	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 dezembro de 2023	14.473	21.841
Adições/Renovação de contratos	4.924	4.924
(+/-) Remensuração de contratos	1.207	2.627
(-) Depreciação	(7.719)	(11.707)
(-) Crédito PIS/COFINS	(532)	(768)
Variação cambial	-	321
Saldo em 31 dezembro de 2024	12.353	17.238
Adições/Renovação de contratos	**9.923**	**9.923**
(+/-) Remensuração de contratos	**(343)**	**4.824**
(-) Depreciação	**(8.333)**	**(12.657)**
(-) Crédito PIS/COFINS	**(621)**	**(866)**
Variação cambial	-	**(26)**
Saldo em 31 dezembro de 2025	**12.979**	**18.436**

Movimentação do passivo de arrendamento:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2023	15.636	23.671
Adições/Renovação de contratos	4.924	4.924
(+/-) Remensuração de contratos	1.207	2.627
(+) Juros do contrato	693	1.246
(-) Pagamentos realizados	(9.530)	(14.369)
Variação cambial	-	355
Saldo em 31 de dezembro de 2024	12.930	18.454
Adições/Renovação de contratos	**9.923**	**9.923**
(+/-) Remensuração de contratos	**(343)**	**4.824**
(+) Juros do contrato	**1.599**	**2.130**
(-) Pagamentos realizados	**(10.364)**	**(15.594)**
Variação cambial	-	**(26)**
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**13.745**	**19.711**
Passivo circulante	**5.426**	**8.056**
Passivo não circulante	**8.319**	**11.655**

Os montantes registrados no passivo não circulante apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

	Controladora	Consolidado
2027	**3.774**	**5.552**
2028	**2.151**	**3.008**
2029	**2.394**	**2.490**
Acima de 2030	-	**605**
	8.319	**11.655**

Os direitos de uso são amortizados durante o prazo de vigência do contrato de locação e consideram a expectativa de renovação, quando a Administração pretende exercer esse direito, e de acordo com os termos dos contratos. Informações adicionais: Para a mensuração do passivo de arrendamento a Companhia preparou um fluxo real de pagamentos e adotou uma taxa de juros nominal para desconto (taxa de juros incremental), como preconizado pelo CPC 06 (R2) (IFRS 16). Para fins de divulgação, conforme Ofício Circular da CVM 01/2020, foi mensurado o valor do passivo de arrendamento utilizando fluxo nominal x taxa nominal. A diferença apurada entre a forma de cálculo para contabilização conforme o CPC 06 (R2) (fluxo real x taxa nominal) e a forma requerida pela CVM para divulgação (fluxo nominal x taxa nominal) foi de 5%, considerada pela Companhia imaterial. Os contratos que atendem essa norma são de aluguel de imóvel, máquinas e equipamentos e da frota de veículos. A taxa incremental adotada foi entre 5% a.a. a 22,60% a.a. Na adoção inicial do IFRS 16 / CPC 06 (R2) a Companhia entendeu que o valor utilizado para a mensuração do passivo de arrendamento deveria ser bruto de impostos. A seguir é apresentado quadro indicativo do direito potencial de impostos a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento/locação, conforme os períodos previstos para pagamento, sendo apresentados os saldos não descontados e saldos descontados a valor presente, para fins consolidados.

	Nominal	Ajustado a valor presente
Contraprestação do arrendamento	**22.650**	**19.711**
Impostos a recuperar	**704**	**599**

19. Patrimônio líquido: a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 o capital social totalizava R$ 470.000 representado por 234.207 ações. Em 04 de março de 2024 a Assembleia Geral Extraordinária deliberou o aumento de capital social da Companhia, de R$ 190.262 para R$ 290.262, no montante de R$ 100.000, com a utilização do excesso da Reserva Lucros em relação ao capital social, a fim de atendimento do artigo 199 da lei 6.404/76. Em 07 de outubro de 2024, a Assembleia Geral Extraordinária deliberou o aumento de capital social da Companhia de R$ 290.262 para R$ 470.000 através da capitalização de R$ 179.738 utilizando saldo parcial da Reserva Especial, sem a emissão de novas ações. b) Reservas de lucros: *Reserva legal:* É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Conforme descrito na nota explicativa 19 (e), em 27 de março de 2025, a Assembleia Geral Ordinária aprovou a constituição da "Reserva Legal" referente ao exercício de 2024. *Reserva especial:* Constituída de acordo com o estatuto e tem por finalidade a formação de reserva especial para assegurar recursos para financiar aplicações adicionais de capital fixo e circulante e expansão das atividades sociais da Companhia e suas controladas. *Lucro a distribuir:* Montante remanescente de lucros retidos em 31 de dezembro de 2025 será objeto de proposta da Administração da Companhia para futura distribuição. c) Outros resultados abrangentes: *Custo atribuído - ativo imobilizado:* A Companhia reconhece nesta rubrica o saldo de reserva de reavaliações de ativos permanentes efetuada em anos anteriores e o saldo do custo atribuído (*deemed cost*) registrado, líquidos dos efeitos tributários, próprio e de controladas e coligadas de forma reflexa. Esses efeitos são revertidos para lucros acumulados na proporção em que os ativos são depreciados ou no caso de alienação ou baixa do ativo. *Variação cambial de filial e controladas no exterior:* A Companhia reconhece nessa rubrica os efeitos da variação cambial sobre a filial e os investimentos em empresas controladas e controladas em conjunto, domiciliadas no exterior. O efeito da variação cambial acumulada sobre os investimentos somente é transferido para o resultado do exercício no momento da ocorrência da alienação desses investimentos. A composição dos efeitos de variação cambial relacionados à controlada e filial no exterior são assim demonstrados:

	2025	2024
Variação cambial de conversão de filiais no exterior	**(428)**	2
Variação cambial de conversão de controladas no exterior - Nota 10	**(45.294)**	40.733
Variação cambial ágio de controlada no exterior	**12**	417
Variação cambial mais valia de controlada	**(3.951)**	2.483
	(49.661)	43.635

Efeito de aplicação do CPC 42 / IAS 29: O efeito da correção monetária por hiperinflação, das unidades na Argentina, até o exercício de 2017, foi registrado no patrimônio líquido na rubrica de "outros resultados abrangentes". A partir de 2018, apenas a correção monetária por inflação sobre os itens do patrimônio líquido foi registrada na rubrica de "outros resultados abrangentes".

d) Dividendos: De acordo com o estatuto social, o dividendo mínimo obrigatório é computado com base em 25% do lucro líquido remanescente do exercício, após constituições das reservas previstas em lei. Adicionalmente, conforme mencionado na nota explicativa 15, os contratos de empréstimos e financiamentos possuem cláusulas restritivas ("*covenants*"), dentre as quais a Companhia não pode distribuir dividendos, calculados sobre os resultados auferidos, acima de 25% do lucro líquido do exercício.

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	**135.826**	270.201
Reserva legal	**(6.791)**	(13.510)
Base de cálculo dos dividendos	**129.035**	256.691
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	**32.259**	64.173
Dividendos mínimos obrigatórios - 25% por ação	**R$ 137,74**	R$ 274,00

A movimentação do saldo de dividendos a pagar é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Saldo inicial de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	**66.806**	71.933	**70.155**	75.288
Pagamento de dividendos do ano anterior	**(66.806)**	(69.300)	**(77.969)**	(80.959)
Distribuição de dividendos de exercícios anteriores	-	-	**7.814**	8.303
Proposição de dividendos do exercício	**32.259**	64.173	**35.088**	66.988
Juros sobre capital próprio (i)	-	-	-	535
Saldo final de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	**32.259**	66.806	**35.088**	70.155

(i) Os juros sobre capital próprio a pagar estão líquidos de Imposto de Renda e Contribuição Social retidos na fonte. e) Assembleia Geral Ordinária: Em 27 de março de 2025 foi deliberado em Assembleia Geral Ordinária a aprovação da destinação do lucro do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, no valor de R$ 270.201, de forma que, após a constituição da reserva legal, no valor de R$13.510, foi deliberada: (i) a distribuição de dividendos obrigatórios no montante de R$ 64.173, (ii) a destinação do saldo remanescente do lucro líquido do exercício, no valor de R$ 192.518, líquido da realização da depreciação do custo atribuído de R$ 3.901, totalizando R$ 196.419 para a conta de Reserva Especial Estatutária. f) Transações com sócios: *Aquisição de participação societária:* Refere-se a compra realizada no ano de 2020, por parte da Companhia, de 24.600 ações da controlada MTNA equivalentes a 30% do capital da Controlada. Por se tratar de transações entre sócios, o impacto da mais valia paga pela Controladora e da recompra de ações foi tratado no patrimônio líquido da Controladora, como uma transação entre acionistas, conforme orienta o CPC 36 (R3) (IFRS 10) - Demonstrações Consolidadas. Abaixo são demonstrados os valores registrados na data de aquisição (valores em reais):

Etapas	Contraprestação	PL adquirido	Mais-valia
Compra de 30% ações pela Controladora	38.757	29.612	9.145
Recompra de 19% de ações pela subsidiária MTNA	21.754	18.755	2.999
Total apropriado em outros resultados abrangentes			12.144

Aquisição de participação minoritária: Em 29 de agosto de 2025, foi assinado o contrato de compra e venda de ações ordinárias da controlada Marangoni Tread Latino América S.A., para aquisição de 200.000 ações, equivalente a 20% do capital da investida. A Companhia, passou a deter 100% de participação na controlada. O preço acordado pelas ações foi de R$ 2.534, (equivalente a € 400 (quatrocentos mil Euros). Por se tratar de transações entre sócios, o impacto da mudança em sua participação na controlada foi tratado no patrimônio líquido da Controladora, como uma transação entre acionistas, conforme orienta o CPC 36 (R3) / IFRS 10 - Demonstrações Consolidadas. Os valores estão demonstrados abaixo.

	Contraprestação	PL adquirido (i)	Mais valia
Compra de 20% das ações da controlada	2.534	(2.473)	**(5.007)**
Mais valia referente aos 20% dos não controladores			**2.988**
Total apropriado ao Patrimônio Líquido			**(2.019)**

(i) Valor do patrimônio líquido da controlada na data de compra das ações.

20. Lucro por ação: O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício. O lucro por ação diluído é calculado ajustando-se à média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações potenciais que provocariam diluição. A Companhia não possui uma categoria de ações potenciais que provocariam diluição, desta forma o lucro por ação básico e diluído apresentam o mesmo valor. O quadro abaixo apresenta o cálculo do lucro básico e diluído por ação:

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	**135.826**	270.201
Média ponderada de ações ordinárias	**234.207**	234.207
Lucro por ação - básico e diluído (em Reais)	**579,94**	1.153,68

21. Receita operacional líquida: A receita operacional líquida apresenta a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receita bruta de vendas	**1.810.961**	1.706.800	**3.706.753**	3.451.871
Devolução/abatimento de vendas	**(24.968)**	(9.289)	**(116.151)**	(77.115)
Impostos sobre a venda	**(305.031)**	(265.374)	**(761.303)**	(715.499)
Receita operacional líquida	**1.480.962**	1.432.137	**2.829.299**	2.659.257

22. Custos e despesas por natureza: A Companhia apresenta a demonstração do resultado por função. Conforme requerido pelo CPC 26 / IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, apresenta, a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado por natureza:

	Controladora		Consolidado	
Despesas por função	2025	2024	2025	2024
Custo dos produtos vendidos	**(1.203.960)**	(1.138.110)	**(1.918.763)**	(1.722.572)
Despesas com vendas	**(109.188)**	(126.668)	**(247.899)**	(275.330)
Despesas administrativas e gerais	**(152.543)**	(143.297)	**(276.355)**	(263.412)
Outras receitas (despesas), líquidas	**(8.479)**	15.404	**(16.064)**	18.618
	(1.474.170)	(1.392.671)	**(2.459.081)**	(2.242.696)

	Controladora		Consolidado	
Despesas por natureza	2025	2024	2025	2024
Matéria prima e materiais de uso e consumo	**(1.049.516)**	(994.368)	**(1.590.481)**	(1.413.060)
Despesas com pessoal	**(214.168)**	(195.725)	**(416.114)**	(379.308)
Fretes	**(54.372)**	(60.947)	**(117.252)**	(121.633)
Depreciação e amortização	**(36.025)**	(34.911)	**(72.893)**	(72.006)
Depreciação e amortização	**(19.401)**	(19.299)	**(51.307)**	(50.899)
Amortização de mais valia de ativos	**(8.347)**	(7.946)	**(8.736)**	(9.324)
Deprec. de ativos de direito de uso CPC 06 (R2) (IFRS 16)	**(8.277)**	(7.666)	**(12.850)**	(11.783)
Energia elétrica	**(12.228)**	(16.744)	**(30.713)**	(40.281)
Consultoria e assessoria	**(13.443)**	(17.712)	**(21.226)**	(24.884)
Bonificações em produtos	**(5.126)**	(12.523)	**(25.496)**	(50.898)
Perda de crédito esperadas sobre contas a receber	**7.767**	1.693	**742**	6.521
Outras despesas operacionais, líquidas	**(97.059)**	(61.434)	**(185.648)**	(147.147)
	(1.474.170)	(1.392.671)	**(2.459.081)**	(2.242.696)

23. Receitas e despesas financeiras: As receitas e despesas financeiras incorridas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 foram como segue:

	Controladora		Consolidado	
Receitas financeiras	2025	2024	2025	2024
Variação cambial ativa	**138.791**	160.424	**164.274**	190.870
Juros recebidos de clientes	**13.140**	15.142	**24.514**	22.199
Rendimentos em aplicações financeiras	**30.535**	28.932	**59.397**	60.387
Ajuste de hiperinflação de controlada	-	951	-	27.837
Ganho em operações com derivativos	**19.532**	19.613	**19.532**	19.613
Descontos recebidos	**135**	3.159	**2.679**	3.872
Outras receitas financeiras	**6.307**	19.423	**19.443**	33.200
	208.440	247.644	**289.839**	357.978
Despesas financeiras				
Variação cambial passiva	**(127.269)**	(155.568)	**(162.229)**	(213.559)
Juros sobre financiamentos	**(195.857)**	(146.035)	**(207.972)**	(157.433)
Juros passivos	**(7.470)**	(7.563)	**(12.716)**	(13.692)
Despesas bancárias	**(1.714)**	(2.234)	**(3.975)**	(5.150)
Descontos concedidos	**(7.016)**	(843)	**(8.335)**	(3.065)
Ajustes de hiperinflação de controlada	**(153)**	-	**(7.576)**	-
Impostos sobre operações financeiras	-	(5)	**(738)**	(1.787)
Perda em operações com derivativos	**(44.666)**	(1.790)	**(44.666)**	(1.790)
Outras despesas financeiras	**(5.073)**	(477)	**(5.479)**	(10.201)
	(389.218)	(314.515)	**(453.686)**	(406.677)
	(180.778)	(66.871)	**(163.847)**	(48.699)

24. Imposto sobre o lucro: A conciliação entre a despesa tributária e o resultado da multiplicação do lucro contábil pela alíquota fiscal local nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 está descrita a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Resultado antes dos impostos sobre o lucro	**132.046**	266.168	**206.371**	367.862
Imposto de renda e contribuição social (34%)	**(44.896)**	(90.497)	**(70.166)**	(125.073)
Incentivos fiscais de controladas	-	-	**64.059**	47.357
Utilização (não constituição) de prejuízos fiscais	**(49.965)**	(6.003)	**(53.527)**	(10.005)
Juros sobre capital próprio	-	(4.631)	-	1.577
Ajuste de inovação tecnológica	-	-	**2.414**	4.044
Resultado de equivalência patrimonial	**104.051**	99.815	-	-
Diferenças de alíquotas IR e CS de controladas	-	-	**874**	2.455
Ajuste referente anos anteriores	**(6.060)**	-	**(6.060)**	-
Outros	**650**	5.349	**3.987**	(7.553)
Imposto de renda e contribuição social	**3.780**	4.033	**(58.419)**	(87.198)
Corrente	-	-	**(65.946)**	(76.091)
Diferido	**3.780**	4.033	**7.527**	(11.107)
Alíquota efetiva	**(2,86%)**	(1,52%)	**28,31%**	23,70%

Imposto de renda e contribuição social diferidos: O imposto de renda e contribuição social diferidos em 31 de dezembro 2025 e 2024 refere-se a:

	Controladora		Consolidado	
Ativo diferido	2025	2024	2025	2024
Provisão para perdas esperadas em créditos	**8.919**	10.313	**12.076**	14.012
Lucros a realizar em controladas	**1.136**	1.375	**15.015**	19.480
Provisão para honorários jurídicos	**4.936**	4.965	**5.593**	5.476
Provisão para fretes	**628**	1.518	**725**	1.675
Provisão para litígios	**581**	100	**883**	475
Provisão para comissões	**1.214**	1.052	**1.449**	1.052
Exigibilidade suspensa sobre obrigações fiscais	**15.614**	12.735	**26.558**	21.923
Outras provisões	**11.804**	4.891	**16.495**	7.188
Total ativo diferido	**44.832**	36.949	**78.794**	71.281
Passivo diferido				
Depreciação vida útil	**(11.039)**	(9.490)	**(38.299)**	(37.545)
Custo atribuído ativo imobilizado	**(19.545)**	(21.527)	**(20.312)**	(22.316)
Imposto diferido sobre a mais valia	**12.524**	10.546	**(5.446)**	(11.664)
Capitalização de juros	**(8.417)**	(4.268)	**(11.355)**	(5.190)
Arrendamento mercantil	**(1.589)**	(1.728)	**(1.589)**	(1.728)
Depreciação acelerada fiscal	-	-	**(121)**	(181)
Provisão ativo de contrato	**(5.205)**	(4.733)	**(5.620)**	(6.856)
Compra vantajosa	**(3.679)**	(2.085)	**(3.679)**	(2.085)
Valor justo imobilizado	**(7.698)**	(7.841)	**(7.698)**	(7.841)
Outras provisões	**(5.121)**	(1.701)	**(16.796)**	(19.119)
Total passivo diferido	**(49.769)**	(42.827)	**(110.915)**	(114.525)
Ativo (passivo) diferido, líquido	**(4.937)**	(5.878)	**(32.121)**	(43.244)
Classificados no ativo não circulante	-	2	**5.120**	2.381
Classificados no passivo não circulante	**(4.937)**	(5.880)	**(37.241)**	(45.625)

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia apresenta R$ 342.500 de prejuízos fiscais (R$ 195.763 em 2024) e sobre os quais não foram constituídos impostos diferidos uma vez que não há a expectativa de realização dos créditos. Da mesma forma, a Companhia apresenta base negativa de contribuição social de R$ 347.533 (R$ 199.980 em 2024).

25. Informações por segmento: Os segmentos são determinados de acordo com o mercado de atuação, a natureza dos produtos vendidos e perfil do cliente atendido. Não há cliente que, individualmente, represente 10% ou mais do total das receitas do Consolidado. Os segmentos reportáveis da Companhia são: • **Reforma a frio** - Esse segmento é responsável por industrializar e comercializar bandas de rodagem para reformas de pneus, bem como outros produtos como protetores de recapagem, pastas químicas para montagem e desmontagem de pneus, colas, entre outros produtos utilizados no processo de reforma. A reforma a frio é aquela onde a banda de rodagem já tem o desenho exterior definido, assim a banda pronta é aplicada ao pneu pelos reformadores. Os produtos de reforma são destinados a veículos de carga, passeio, do segmento do agronegócio e, também, pneus para veículos fora da estrada (off the road, ou "OTR"). Os produtos são em sua grande maioria vendidos a empresas de reformas de pneus ("reformadores") e transportadoras com estruturas próprias de reforma. Nesse segmento também são vendidas bandas produzidas no sistema Ringtread, que se caracteriza pela produção da banda de rodagem sem emendas. • **Reforma a quente ou "Camelback"** - Esse segmento compreende as unidades que comercializam produtos utilizados no processo de reforma, atendendo os mesmos perfis de clientes que os de reforma a frio. O que diferencia o produto comercializado nesse segmento é o método utilizado pelos reformadores. No processo de reforma a quente as bandas de borracha são lisas, sem sulcos pré-definidos. Durante o processo de reforma a quente o desenho da banda é criado pelos próprios reformadores no pneu em prensas mecânicas de vulcanização. • **Compostos para terceiros** - Matéria-prima para reforma de pneu vendido para demais fabricantes de bandas e de pneus. • **Duas Rodas (pneus para motocicleta)** - Responsável pela industrialização de pneus para motocicletas. A Companhia também fabrica e vende pneus para moto. Os produtos são comercializados com a marca Vipal e destinados a veículos de até 600cc. A venda dos produtos é realizada através de distribuidoras.

• **Outros** - Incluem os segmentos de (i) Reparo de pneus (produtos destinados a reparos de pneus e câmeras, tais como telas, remendos e manchões, entre outros, tendo como principais clientes as borracharias, lojas de concerto de bicicletas e oficinas mecânicas); (ii) Máquinas (fabricação de máquinas para reforma de pneus, cujo os clientes são primordialmente os reformadores); (iii) Produtos para indústria (produtos para aplicação por indústrias, compreendem colas e outros produtos para adesão de borrachas usualmente empregados em máquinas de diversos setores).

	Reforma a Frio		Camelbacks		Compostos p/ 3ºs		Duas Rodas		Outros		2025
	Mercado interno	Mercado externo	Mercado interno	Mercado externo	Mercado interno	Mercado externo	Mercado interno	Mercado externo	Mercado interno	Mercado externo	Consolidado
Receita operacional líquida	**1.004.638**	**496.746**	**358.639**	**94.687**	**61.371**	**19.793**	**399.519**	**5.044**	**270.714**	**118.148**	**2.829.299**
Custo dos produtos vendidos	**(692.859)**	**(315.910)**	**(263.950)**	**(73.868)**	**(46.456)**	**(16.078)**	**(259.849)**	**(4.001)**	**(172.201)**	**(73.591)**	**(1.918.763)**
Lucro bruto	**311.779**	**180.836**	**94.689**	**20.819**	**14.915**	**3.715**	**139.670**	**1.043**	**98.513**	**44.557**	**910.536**
Receitas (despesas) operacionais											**(540.318)**
Resultado financeiro											**(163.847)**
Imposto sobre o lucro											**(58.419)**
Lucro líquido do exercício											**147.952**

	Reforma a Frio		Camelbacks		Compostos p/ 3ºs		Duas Rodas		Outros		2024
	Mercado interno	Mercado externo	Mercado interno	Mercado externo	Mercado interno	Mercado externo	Mercado interno	Mercado externo	Mercado interno	Mercado externo	Consolidado
Receita operacional líquida	897.385	565.729	341.550	85.851	52.223	12.625	346.705	3.756	230.848	122.585	2.659.257
Custo dos produtos vendidos	(592.945)	(321.354)	(262.070)	(57.862)	(36.635)	(10.811)	(224.003)	(2.743)	(142.678)	(71.471)	(1.722.572)
Lucro bruto	304.440	244.375	79.480	27.989	15.588	1.814	122.702	1.013	88.170	51.114	936.685
Receitas (despesas) operacionais											(520.124)
Resultado financeiro											(48.699)
Imposto sobre o lucro											(87.198)
Lucro líquido do exercício											280.664

A Companhia não divulga o valor total dos ativos e passivos por segmento, uma vez que essa informação não é preparada e apresentada regularmente ao principal gestor das operações. Isso ocorre, pois, a maioria dos ativos é utilizada de forma compartilhada na produção dos diversos segmentos. Também não divulgaremos informações sobre despesas com vendas, administrativas ou financeiras por segmento, uma vez que os recursos de pessoal e os financeiros são usados de forma corporativa e não há informações disponíveis por segmento.

Informações por área geográfica:

	2025	2024
Brasil	**2.094.882**	1.868.711
América do Sul	**272.201**	308.734
América do Norte	**301.722**	318.498
Europa	**98.364**	97.695
América Central	**18.959**	22.500
Ásia	**14.966**	13.564
Oceania	**19.445**	18.487
África	**8.760**	11.068
Receita operacional líquida	**2.829.299**	2.659.257

26. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro: a) Classificação dos instrumentos financeiros: A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou em outros ativos de risco. A Companhia possui exposição a riscos associados à utilização de seus instrumentos financeiros, conforme descrito a seguir, para fins consolidados.

	Classificação por categoria	Hierarquia valor justo	Valor contábil		Valor justo	
Ativos			2025	2024	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	**427.524**	521.165	**427.524**	521.165
Aplicações financeiras	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	**11.344**	14.748	**11.344**	14.748
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	**81**	19.613	**81**	19.613
Contas a receber de clientes	Custo amortizado		**568.482**	575.173	**568.482**	575.173
Contas a receber partes relacionadas	Custo amortizado		**5.193**	3.554	**5.193**	3.554
Ativos de contrato	Custo amortizado		**32.773**	28.130	**32.773**	28.130
Outros créditos	Custo amortizado		**104.160**	83.648	**104.160**	83.648
Passivos						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Custo amortizado		**1.312.990**	1.463.898	**1.303.717**	1.444.964
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	**7.392**	1.790	**7.392**	1.790
Fornecedores	Custo amortizado		**169.066**	266.579	**169.066**	266.579
Contas a pagar a partes relacionadas	Custo amortizado		**435**	4	**435**	4
Dividendos a pagar	Custo amortizado		**35.088**	70.155	**35.088**	70.155
Passivo de arrendamento	Custo amortizado		**19.711**	18.454	**19.711**	18.454
Débitos com partes relacionadas	Custo amortizado		**35.151**	36.202	**35.151**	36.202
Outras contas a pagar	Custo amortizado		**46.819**	52.480	**46.819**	52.480

Na avaliação da administração o valor justo de seus instrumentos financeiros se aproxima do valor contábil, exceto para os empréstimos e financiamentos. A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:
Nível 1: preços cotados (sem ajuste) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e
Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Continua »»»

VIPAL »»» Continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Gerenciamento de risco: As atividades de gerenciamento de riscos seguem a política de gestão de risco da Companhia, sob a administração dos seus diretores e o Conselho de Administração da Companhia. A administração destes riscos é efetuada com base na política de controle, que estabelece as técnicas de acompanhamento, mensuração e monitoramento contínuo da exposição. Não houve alterações quanto às políticas ou processos em 31 de dezembro de 2025 em relação a 31 de dezembro de 2024. A Companhia possui exposição a riscos associados à utilização de seus instrumentos financeiros, conforme descrito a seguir: *Risco de crédito:* Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas oriundas de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras consideradas pela Administração como de baixo risco. No caso de constatação de risco iminente de não realização destes ativos, a Companhia registra provisões para trazê-los ao seu valor provável de realização. O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política por esta estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pela Diretoria Executiva objetivando minimizar a concentração de riscos e mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. *Risco de preço das mercadorias vendidas ou produzidas ou dos insumos adquiridos:* Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos produtos comercializados ou produzidos pela Companhia e dos demais insumos utilizados no processo de produção. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos da Companhia. Para mitigar esses riscos, a Companhia monitora permanentemente os mercados locais e internacionais, buscando antecipar-se a movimentos de preços. *Risco de taxa de juros:* Com finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores dos empréstimos da Companhia foram definidos três cenários diferentes. A análise de sensibilidade dos juros utilizou como cenário provável as taxas projetadas pelo Banco Central para o ano seguinte, e os cenários possível e remoto levam em consideração uma variação nessa taxa de 25% e 50% respectivamente.

			Aumento de taxa		Redução de taxa	
	Saldo em 31/12/2025	Cenário Provável	Cenário Possível 25%	Cenário Remoto 50%	Cenário Possível -25%	Cenário Remoto -50%
TJLP		9,07%	11,34%	13,61%	6,80%	4,54%
Finep	**130.629**		(2.965)	(5.931)	2.965	5.917
SOFR 3m		3,58%	4,48%	5,37%	2,69%	1,79%
ACC	**77.677**		(699)	(1.390)	691	1.390
CDI		14,90%	18,63%	22,35%	11,18%	7,45%
GIRO	**188.060**		(7.015)	(14.010)	6.996	14.010
NCE	**736.136**		(27.458)	(54.842)	27.384	54.842
Finame	**61.251**		(2.285)	(4.563)	2.279	4.563
PPE (Swap)	**99.040**		(3.694)	(7.378)	3.684	7.378
Aplicações	**(438.868)**		16.370	32.696	(16.326)	(32.696)
IPCA		5,17%	6,46%	7,76%	3,88%	2,59%
GIRO	**20.197**		(261)	(523)	261	521

Risco de taxa de câmbio: Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia para a aquisição de insumos, a venda de produtos e a contratação de instrumentos financeiros, principalmente do dólar norte-americano, que encerrou o ano de 2025 com perda de 11,14%. Além de valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras, a Companhia tem fluxos operacionais de compras e vendas em outras moedas. A Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de hedge para mitigar esses riscos. Abaixo está demonstrada a exposição cambial da Companhia para operações em moedas estrangeiras:

	US$ mil	
	2025	2024
A. Ativos líquidos em dólares norte-americanos	**44.943**	67.193
B. Passivos líquidos em dólares norte-americanos	**(20.895)**	(27.947)
C. Superávit apurado (A+B)	**24.048**	39.246

Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira: A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma variação que possa ocorrer na taxa de câmbio do US$ (obtidas junto ao Banco Central), mantendo-se todas as outras variáveis constantes, do lucro da Companhia antes da tributação (e do patrimônio líquido da Companhia). Também são considerados três cenários, sendo o cenário provável o adotado pela Companhia, mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as variações da taxa de câmbio nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a estes riscos.

		Aumento de taxa		Redução de taxa	
	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto	Cenário Possível	Cenário Remoto
Taxa		25%	50%	-25%	-50%
Dólar	5,50	6,88	8,25	4,13	2,75
Superavit apurado	132.264	165.450	198.396	99.318	66.132
Efeito do lucro antes da tributação		33.186	66.132	(32.946)	(66.132)

Risco de liquidez: O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é monitorado diariamente pela tesouraria, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia.

O quadro abaixo resume o perfil do vencimento do passivo financeiro consolidado em 31 de dezembro de 2025 com base nos pagamentos contratuais não descontados.

	Menos de 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos	**293.889**	**951.052**	**68.049**	**1.312.990**
Fornecedores	**169.066**	**-**	**-**	**169.066**
	462.955	**951.052**	**68.049**	**1.482.056**

Instrumentos financeiros derivativos: A Companhia avalia constantemente a contratação de operações com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de mitigar riscos inerentes à sua operação. Em 2025 e 2024, a Companhia contratou operações de *swap*, visando a proteção da variação cambial de empréstimos contratado em moeda estrangeira. Abaixo estão apresentados os ganhos e perdas alocados no resultado financeiro, por seu valor justo, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

			Controladora		Consolidado	
Instrumento	Notional	Vencimento	2025	2024	2025	2024
Swap cambial	99.725	18/06/2029	**(573)**	9.756	**(573)**	9.756
Swap cambial	24.407	15/08/2028	**81**	2.564	**81**	2.564
Swap cambial	20.000	17/09/2029	**(611)**	(1.790)	**(611)**	(1.790)
Swap cambial	109.000	29/09/2028	**(3.585)**	7.293	**(3.585)**	7.293
Swap cambial	29.608	17/07/2028	**(1.089)**	-	**(1.089)**	-
Swap cambial	27.215	16/09/2030	**(453)**	-	**(453)**	-
Swap cambial	65.550	15/10/2029	**(1.081)**	-	**(1.081)**	-
			(7.311)	17.823	**(7.311)**	17.823
Ativo			**81**	19.613	**81**	19.613
Passivo			**(7.392)**	(1.790)	**(7.392)**	(1.790)

c) Gestão de capital: Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado. Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal. A relação endividamento líquido sobre o patrimônio líquido consolidado da Companhia é apresentada a seguir:

	2025	2024
Empréstimos e financiamentos	**1.312.990**	1.463.898
(-) Caixa e equivalentes de caixa	**(427.524)**	(521.165)
(-) Aplicações financeiras	**(11.344)**	(14.748)
(-) Instrumentos financeiros derivativos	**7.311**	(17.823)
Dívida líquida (A)	**881.433**	910.162
Total do patrimônio líquido (B)	**990.662**	915.149
Relação endividamento líquido sobre patrimônio líquido (A/B)	**0,89**	0,99

27. Subvenções governamentais: A controlada Borrachas Vipal Nordeste S.A. goza dos incentivos fiscais descritos abaixo. As subvenções governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelos governos concedentes e são apuradas e regidas de acordo com os contratos, termos de acordo e legislações aplicáveis a cada benefício. Os valores de incentivo são registrados no resultado da controlada e são posteriormente destinados à formação da reserva de lucros à conta de "Incentivos fiscais", no patrimônio líquido da controlada, exceto para aqueles em que há decisão judicial permitindo a não constituição. Os incentivos fiscais são excluídos da base de cálculo de dividendos da controlada conforme determinado pela legislação pertinente. Em 26 de abril de 2023, o Superior Tribunal de Justiça julgou o tema 1.182 e deferiu pela exclusão dos benefícios fiscais da base de cálculo do IRPJ e da CSLL, desde que estes tenham sido concedidos como estímulo à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos, além de atendidos os requisitos previstos art. 30 da Lei nº 12.973/2014, da necessidade de constituição de reserva de incentivo. Adicionalmente o STJ julgou o ERESP 1.517.492 e deferiu pela exclusão do crédito presumido de ICMS da base de cálculo do IRPJ e da CSLL. Desenvolve: O governo do estado da Bahia, através da lei 7.980 de 12 de dezembro de 2001, instituiu o programa de desenvolvimento industrial e de integração econômica do estado da Bahia - DESENVOLVE, o qual concedeu o diferimento do lançamento e desconto do pagamento do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS), devido pela Borrachas Vipal Nordeste S.A. Os valores apurados a título de incentivo são registrados na rubrica de ICMS a recolher em contrapartida ao resultado, na rubrica deduções de vendas e impostos, não sendo mais necessária a constituição de reserva em patrimônio líquido ou a tributação de imposto sobre sua distribuição mediante a medida judicial do processo nº 1017128-66.2019.4.01.3304. O montante total relativo a este incentivo, registrado acumulado no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi de R$ 42.363 (R$ 106.054 em face ao mesmo período em 2024).

A partir de maio de 2025, a controlada passa a não utilizar mais esse incentivo. PROIND: Em maio de 2025 a controlada Borrachas Vipal Nordeste S.A. migrou do Programa Desenvolve para o Programa de Estímulo à Indústria do Estado da Bahia - PROIND, regulamentado pelo Decreto n. 18.802/2018 o qual, prevê (i) diferimento do lançamento e do pagamento do imposto nas situações que especifica; e, (ii) concessão de 80% de crédito presumido de ICMS a ser aplicado sobre o saldo devedor de cada período fiscal como redutor do imposto apurado, em relação às operações de saída de pneus de motocicletas, bandas de recapagem para pneus pré-moldados e compostos. A migração foi formalizada por meio da Resolução n. 069/2025, editada pelo Conselho Deliberativo do PROBAHIA, com prazo de vigência de 01/05/2025 até 30/11/2030. Aplica-se ao programa PROIND, o piso anual fixo de R$ 29.886 corrigido pelo índice do IPCA e, caso a Companhia não atinja o valor do piso, terá que complementar o mesmo até 31 de janeiro do ano seguinte. A controlada, Borrachas Vipal Nordeste, não constituirá reserva de incentivo fiscal para o crédito presumido de ICMS PROIND, uma vez que, possui decisão liminar pela não incidência do IRPJ e CSLL. O Conselho Deliberativo do Desenvolve editou a Resolução n. 051/2025 para o efeito de revogar a Resolução n. 168/2018 que outorgava os benefícios do Desenvolve/BA. Desta forma, a controlada passa a utilizar os benefícios fiscais do PROIND e o montante total relativo a este incentivo, registrado no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi de R$ 92.342. Incentivo de reinvestimento: Conforme o Art. 27 da Portaria 283/2013 do Ministério de Integração Nacional, as pessoas jurídicas com empreendimentos em operações nas áreas da SUDENE possuem o benefício para reinvestimento de 30% do imposto de renda devido em projetos de modernização ou complementação de equipamento, até o ano de 2028. Os valores apurados a título de incentivo são registrados por competência no resultado ao longo exercício, e, posteriormente, destinados para a conta de reserva de lucros (reserva de incentivo fiscal) no patrimônio líquido. Em 31 de dezembro de 2025, não houve aproveitamento deste incentivo registrado no resultado do período (R$ 2.246 em face ao mesmo período em 2024). Lucro da exploração: Com fundamento no art. 32 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, em 18 de agosto de 2009, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), de acordo com a competência que lhe foi atribuída pelo inciso XVII do art. 6º do Decreto nº 8.276, de 27 de junho de 2014, aprovou o Laudo Constitutivo nº 0093/2009, concedendo o direito à redução de 75% do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis à controlada Borrachas Vipal Nordeste S.A., calculado com base no Lucro da Exploração, concedendo um prazo de vigência de 10 anos, com início no ano calendário de 2009, com término previsto para o ano calendário 2018. Em janeiro de 2019, a empresa obteve a 1ª renovação do Lucro da Exploração pela resolução nº 277 da SUDENE. No ano de 2024, a Companhia obteve a nova renovação do direito da redução de 75% do imposto de renda e adicionais, calculado com base no lucro da exploração, conforme Laudo Constitutivo nº 0039/2024, expedido pelo Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional. A renovação é válida até dezembro de 2033. Os valores apurados a título de incentivo são registrados por competência no resultado ao longo do exercício, e, posteriormente, destinados para a conta de reserva de lucros (reserva de incentivo fiscal) no patrimônio líquido da controlada Borrachas Vipal Nordeste S.A. Em 31 de dezembro de 2025, o montante total relativo a este incentivo registrado no resultado do exercício foi de R$ 54.916 (R$ 43.319 em face ao mesmo período em 2024).

28. Cobertura de seguros: A Companhia e suas controladas, com base na avaliação de seus consultores, mantêm coberturas de seguros por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir riscos sobre seus ativos próprios, alugados e de responsabilidade civil.

Risco	Limites
	2025
Incêndio e riscos diversos	**1.437.633**
Lucros cessantes	**237.375**
Responsabilidade Civil Administradores	**50.000**
Responsabilidade Civil Geral	**10.000**

29. Itens que não afetam o caixa: As transações ocorridas no exercício que não afetaram os fluxos de caixa de Companhia estão demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Variação cambial de conversão de controlada no exterior.	**49.661**	43.635	**-**	-
Compensação de dividendos a receber	**241.565**	252.252	**-**	-
Compensação de débitos com partes relacionadas	**-**	79.575	**-**	-
Juros capitalizados no imobilizado e intangível	**12.800**	6.991	**22.349**	10.175
Remensuração de contratos de arrendamento	**343**	1.207	**4.824**	2.627
Aumento de participação acionária	**-**	86.915	**-**	-
Aumento do capital social	**-**	279.738	**-**	279.738
Captações de operações de *"confirming"*	**-**	-	**-**	553
Imóvel recebido em dação de dívida	**2.410**	-	**2.410**	-
Capitalização em controlada mediante créditos detidos	**39.505**	-	**-**	-

30. Eventos subsequentes: Em 19 de novembro de 2025, a Companhia assinou dois contratos de financiamento no montante total de R$ 199.676 milhões, com taxa de juros de 3,50% a 4,10% a.a. e prazo de pagamento de 5 anos. A disponibilização dos recursos ocorreu em parcela única na data de 23 de janeiro de 2026.

RENAN BATISTA PATRÍCIO LIMA
Diretor Presidente

RÉGIS DA SILVA DOS SANTOS
Diretor Financeiro

PEDRO HENRIQUE RODRIGUES ASSIS
Contador - CRC / RS-099735/O

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos acionistas e administradores da
Borrachas Vipal S.A. Nova Prata - RS

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Borrachas Vipal S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria: Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Reconhecimento de receitas de vendas: A determinação do cumprimento das obrigações de desempenho para reconhecimento da receita de vendas, a qual envolve, entre outros requisitos, a análise do montante de receita a ser reconhecido, bem como o momento do seu reconhecimento, requer da diretoria da Companhia uma análise detalhada dos termos e condições das vendas, além de envolver o uso do julgamento profissional por parte da diretoria. Esse julgamento profissional pode levar ao risco de reconhecimento inadequado de receita, em especial no que se refere ao período de fechamento contábil mensal. A divulgação das receitas auferidas pela Companhia, incluindo os critérios de reconhecimento, está incluída nas notas explicativas 2.3 e 21. Em função desses aspectos, consideramos o reconhecimento de receita de vendas como um principal assunto de auditoria. *Como nossa auditoria conduziu o assunto* - Nossos procedimentos incluíram, entre outros: (i) entendimento do processo de vendas da Companhia e controladas, incluindo o momento de reconhecimento das receitas e dos respectivos contas a receber; (ii) análise das movimentações mensais sobre os saldos de receita reconhecida pela Companhia, de modo a avaliar a existência de variações contrárias às nossas expectativas estabelecidas com base em nosso conhecimento do setor e da Companhia; e (iii) para uma amostra de vendas registradas durante o exercício, obtemos as respectivas documentações suporte para avaliar se a receita foi reconhecida no período contábil apropriado. Adicionalmente realizamos testes extensivos de auditoria sobre transações de vendas realizadas ao final do exercício, visando confirmar a consistência da aplicação da política contábil de reconhecimento de receitas. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da diretoria, consideramos aceitável a prática de reconhecimento das receitas de vendas da Companhia adotada pela diretoria e as divulgações apropriadas no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos: *Demonstrações do valor adicionado* - As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, individual e consolidada, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor: A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidada: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 24 de fevereiro de 2026.
ERNST & YOUNG - Auditores Independentes S.S. Ltda.
CRC-SP-015199/F

RAQUEL LAGUNA ZAMBELLI CERQUEIRA
Contadora CRC RS-069287/O

PUBLICIDADE LEGAL

LOJAS QUERO-QUERO S.A.

LJQQ3 B3 LISTED

Companhia Aberta

CNPJ sob n° 96.418.264/0218-02 | **NIRE n°** 4330002898-4

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 12 DE JANEIRO DE 2026

Data, Hora e Local: Realizada no dia 12 de janeiro de 2026, às 09:00, por meio de videoconferência, conforme faculdade prevista no §4º do Artigo 14 do Estatuto Social da Lojas Quero-Quero S.A. ("Companhia"). **Convocação**: Dispensada a convocação prévia, tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **Presença**: Presentes a totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **Composição da Mesa**: Presidente: Sr. Christiano Antoniazzi Galló; Secretário: Sr. Jean Pablo de Mello. **Ordem do Dia**: Deliberar sobre a eleição de Luiz Felipe Nunes Barbosa ao cargo de Diretor sem Designação Específica. **Deliberações**: Após discussão, por unanimidade dos votos e sem reservas ou ressalvas, foi aprovada a eleição do Sr. Luiz Felipe Nunes Barbosa, brasileiro, casado, publicitário, portador da cédula de identidade RG nº 11641523-3, emitido pelo SESP/Detran-RJ, inscrito no CPF/ME sob nº 081613297-61, com endereço comercial na Avenida Flores da Cunha nº 1.943, cidade de Cachoeirinha, Estado do Rio Grande do Sul para o cargo de Diretor sem Designação Específica. O Diretor ora eleito terá mandato até o vencimento do mandato dos membros da Diretoria eleitos em 03 de maio de 2024. Nos termos do Estatuto Social, o Conselho de Administração fixou as competências do Diretor sem designação específica. Em razão das deliberações tomadas acima, a Diretoria da Companhia fica composta pelos seguintes membros: (a) Diretor Presidente: Peter Takaharu Furukawa; (b) Diretor Financeiro e de Relações com Investidores: Jean Pablo de Mello; (c) Diretor sem designação específica: Luciano Matzenbacher Scotta; (d) Diretor sem designação específica: Daniel José Artus; (e) Diretor sem designação específica: Mirson Jose Engelmann; (f) Diretora sem designação específica: Cristiane Rhoden; e (g) Diretor sem designação específica: Luiz Felipe Nunes Barbosa. **Encerramento**: Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada por todos. **Assinaturas**: **Mesa:** Christiano Antoniazzi Galló – Presidente da Mesa; Jean Pablo de Mello – Secretário da Mesa. **Conselheiros:** Christiano Antoniazzi Galló – Presidente; Flávio Benicio Jansen Ferreira – Membro Independente; Eduardo Campozana Gouveia – Membro Independente; Guilherme Yuiti Miazaqui - Membro Independente; Jorge Fernando Herzog – Membro Independente e Peter Takaharu Furukawa – Membro. Esta ata é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. Cachoeirinha, 12 de janeiro 2026. **Mesa**: **Christiano Antoniazzi Galló** - Presidente, **Jean Pablo de Mello -** Secretário. **JUCISRS.** Certifico registro sob o nº 11608091 em 12/02/2026 da Empresa LOJAS QUERO-QUERO S.A., CNPJ 96418264021802 e protocolo 260167622 - 15/01/2026. Autenticação: 123B61B6952DCE3BE0CF77866C27BEA6A4E9537. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral.

PUBLICIDADE LEGAL

LOJAS QUERO-QUERO S.A.

LJQQ3 B3 LISTED

Companhia Aberta

CNPJ sob n° 96.418.264/0218-02 | NIRE n° 4330002898-4

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 16 DE JANEIRO DE 2026

Data, Hora e Local: No dia 16 de janeiro de 2026, às 09h00, de modo virtual, conforme autorizado nos termos do Art. 14, parágrafo 4º, do Estatuto Social da Lojas Quero-Quero S.A. ("Companhia"). **Convocação**: Convocação dispensada tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, nos termos do Art. 14, parágrafo 2º, do Estatuto Social da Companhia. **Presença**: Presentes a totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **Mesa**: Presidente: Christiano Antoniazzi Galló; e Secretário: Jean Pablo de Mello. **Ordem do Dia**: Deliberar sobre a aprovação do 8º Programa de Outorga de Opções da Companhia ("8º Programa") no âmbito do Plano 2020 e a outorga de novas Opções; **Deliberações**: Após exame e discussão da matéria constante na ordem do dia, os membros do Conselho de Administração aprovaram, por unanimidade de votos e sem ressalvas o 8º Programa no âmbito do Plano 2020, nos termos da minuta apresentada na presente reunião e arquivada na sede da Companhia, bem como a outorga de 350.000 (trezentas e cinquenta mil) Opções para determinados executivos, empregados e prestadores de serviços, a serem vestidas ao longo dos próximos 4 (quatro) anos, nos termos do documento apresentado na presente reunião, o qual ficará arquivado na sede social da Companhia. Em razão das deliberações acima, o Conselho de Administração autoriza a Diretoria da Companhia a tomar todas as medidas necessárias para o cancelamento das Opções mencionadas, a outorga de novas Opções sob o 8º Programa, a divulgação aos participantes, esclarecimento de eventuais dúvidas e celebração dos respectivos instrumentos contratuais. **Encerramento**: Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada por todos. **Assinaturas**: **Mesa:** Christiano Antoniazzi Galló – Presidente da Mesa; Jean Pablo de Mello – Secretário da Mesa. **Conselheiros**: Christiano Antoniazzi Galló – Presidente; Flávio Benicio Jansen Ferreira – Membro Independente; Eduardo Campozana Gouveia – Membro Independente; Guilherme Yuiti Miazaqui - Membro Independente; Jorge Fernando Herzog – Membro Independente e Peter Takaharu Furukawa – Membro. Esta ata é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. Cachoeirinha, 16 de janeiro de 2026. **Mesa**: **Christiano Antoniazzi Galló** - Presidente, **Jean Pablo de Mello -** Secretário. JUCISRS. Certifico registro sob o nº 11611232 em 13/02/2026 da Empresa LOJAS QUERO-QUERO S.A., CNPJ 96418264021802 e protocolo 260281727 - 22/01/2026. Autenticação: CAA1E551CBEBA5E5527AD99882BEF481952D7. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral.

PUBLICIDADE LEGAL

TRAMONTINA S. A., CUTELARIA

Carlos Barbosa – RS – CNPJ nº 90.050.238/0001-14 – NIRE: 43300005071

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

1. DATA, HORA E LOCAL: Dia 30 de janeiro de 2026, às 08h30min, na empresa na Av. Ivo Tramontina, n° 1024, em Carlos Barbosa, RS. **2. PARTICIPANTES:** Acionistas representando mais de 2/3 do total do capital social com direito a voto, conforme Livro de Presenças de Acionistas. **3. MESA:** Presidente, **Alessandro Spiller**; Secretário, **Jonathan Piva de Almeida. 4. PUBLICAÇÕES LEGAIS:** Convocação aos Acionistas no Jornal do Comércio Impresso (JC-I), 2º. Cad. e no Jornal do Comércio Digital (JC-D) Cad. Publicidade Legal, edições de 15,16 e 19/01/2026; no JC-I, dias 15, pág.15; 16, pág. 14, e 19, pág. 15; e no JC-D nas três edições todos na pág.1, respectivamente. **5. LEITURA DE DOCUMENTOS, RECEBIMENTO DE VOTOS E LAVRATURA DA ATA: 1**. Dispensada a leitura dos documentos das matérias a serem deliberadas nesta Assembleia, por serem do conhecimento de todos os acionistas; **2.** As declarações de voto, protestos e dissidências, se apresentadas, serão recebidas, numeradas e autenticadas pela Mesa e ficarão arquivadas na sede da Companhia (Art. 130, §1º, LSA 6.404/76); e, **3.** Autorizada a lavratura desta ata na forma de sumário e a sua publicação com omissão das assinaturas dos acionistas (Art. 130, §§1º e 2º, LSA 6.404/76). **6. ORDEM DO DIA: 1.** Aumentar o Capital Social com a incorporação de reservas contábeis; e, **2.** Correspondente alteração estatutária. **7. DELIBERAÇÕES E APROVAÇÕES:** Analisadas e discutidas as matérias da Ordem do Dia, por unanimidade dos presentes: **7.1)** Aprovado o aumento do capital social da Companhia, no valor de R$ 429.000.000,00 com a incorporação de reservas contábeis, como proposto pela Administração, sendo R$ 40.102.878,12 originários da conta contábil "Reserva Legal", e R$ 388.897.121,88 originários da conta contábil "Saldo à Disposição da Assembleia", emitindo e distribuindo 429.000.000 de novas ações de R$ 1,00 cada, sem ônus aos acionistas e na proporção das já tituladas. **7.2)** Deliberado conforme item anterior, o Art. 5º do Estatuto Social vigorará com a seguinte redação: ***Artigo 5º –*** *O Capital Social, totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 1.711.000.000,00 (um bilhão, setecentos e onze milhões de reais), dividido em 1.711.000.000,00 (um bilhão, setecentas e onze milhões) de ações ordinárias nominativas, do valor nominal de R$ 1,00 (um real), cada uma.* **8. ENCERRAMENTO:** Sem mais outros assuntos, foi encerrada a presente Assembleia, lavrada sua Ata que foi lida, aprovada e assinada por todos os presentes à Assembleia. Carlos Barbosa, RS, em 30 de janeiro de 2026. **9. AUTENTICAÇÃO:** A presente ata é cópia fiel da ata transcrita no Livro próprio. Alessandro Spiller – Presidente. Jonathan Piva de Almeida – Secretário. **JUCISRS. Certifico o registro nº 11618933 em 19/02/2026 de TRAMONTINA S.A. CUTELARIA, CNPJ 90050238000114 e protocolo 260463671, de 30/01/2026. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral.**

PUBLICIDADE LEGAL

TRAMONTINA ELETRIK S. A.

Carlos Barbosa – RS – CNPJ nº 88.674.080/0001-01 – NIRE: 43300025225

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA

1. DATA, HORA E LOCAL: Dia 30 de janeiro de 2026, às 08h00min, na empresa, sita na Rodovia BR-470/RS, KM 230, em Carlos Barbosa, RS. **2. PARTICIPANTES:** Acionistas representando mais de 2/3 do total do capital social com direito a voto, conforme Livro de Presenças de Acionistas. **3. MESA:** Presidente, **Alessandro Spiller**; e, Secretário, **Jonathan Piva de Almeida**. **4. PUBLICAÇÕES LEGAIS:** Convocação aos Acionistas no Jornal do Comércio Impresso (JC-I), 2º. Cad. e no Jornal do Comércio Digital (JC-D), Cad. Publicidade Legal, nas edições de 15,16 e 19/01/2026, sendo no JC-I, dias 15, pág.15; 16, pág. 14 e 19, pág. 15; e no JC-D nas mesmas datas, todos na pág. 3, respectivamente. **5. LEITURA DE DOCUMENTOS, RECEBIMENTO DE VOTOS E LAVRATURA DA ATA: 1**. Dispensada a leitura dos documentos das matérias a serem deliberadas nesta Assembleia Geral, por seu conteúdo ser do inteiro conhecimento dos acionistas; **2.** As declarações de voto, protestos e dissidências, se apresentadas, serão recebidas, numeradas e autenticadas pela Mesa, ficando arquivadas na sede da Companhia (Art. 130, §1º, LSA 6.404/76); e, **3.** Autorizada a lavratura da presente ata na forma de sumário e a sua publicação com omissão das assinaturas dos acionistas (Art. 130, §§1º e 2º, LSA Lei 6.404/76). **6. ORDEM DO DIA: 1.** Aumentar o Capital Social com a incorporação de reservas contábeis; e, **2.** Correspondente alteração estatutária. **7. DELIBERAÇÕES E APROVAÇÕES:** Analisadas e discutidas as matérias da Ordem do Dia, os acionistas, deliberando por unanimidade: **7.1)** Aprovaram o aumento do capital social da Companhia, no valor de R$ 128.000.000,00, com a incorporação de reservas contábeis, como proposto pela Administração, sendo R$ 10.895.186,53, originários da conta contábil "Reserva legal"; R$ 7.275.618,16, originários da conta contábil "Reserva Incentivos Fiscais" e, R$ 109.829.195,31, originários da conta contábil "Saldo à Disposição da Assembleia", com emissão e distribuição de 128.000.000 de novas ações, no valor de R$ 1,00 cada, sem ônus aos acionistas, na proporção das ações já tituladas. **7.2)** Deliberado conforme o item anterior, o Art. 5º do Estatuto Social vigorará com a seguinte redação: ***Artigo 5º –*** *O Capital Social, totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 405.000.000,00 (quatrocentos e cinco milhões de reais), dividido em 405.000.000 (quatrocentas e cinco milhões) de ações ordinárias nominativas, do valor nominal de R$ 1,00 (um real), cada uma.* **8. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente Assembleia, lavrada sua ata, lida, aprovada e assinada por todos os acionistas presentes à Assembleia. Carlos Barbosa, RS, em 30 de janeiro de 2026. **9. AUTENTICAÇÃO:** A presente ata é cópia fiel da transcrita no Livro próprio. Alessandro Spiller – Presidente. Jonathan Piva de Almeida – Secretário. **JUCISRS. Certifico o registro nº 11626952 em 24/02/2026 de TRAMONTINA ELETRIK S. A., CNPJ 88674080000101 e protocolo 260460800, de 30/01/2026. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral.**

PUBLICIDADE LEGAL

TRAMONTINA FARROUPILHA S. A., IND. METALURGICA

Farroupilha – RS – CNPJ n° 87. 834.883/0001-13 – NIRE: 43300011607

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

1. DATA, HORA E LOCAL: Dia 30 de janeiro de 2026, às 09h00min, na empresa, sita na Rodovia ERS 122, s/n, Km 61, Distrito Industrial, em Farroupilha, RS.**2. PARTICIPANTES:** Acionistas representando mais de 2/3 do total do capital social com direito a voto, conforme Livro de Presenças de Acionistas. **3. MESA:** Presidente, **Alessandro Spiller**; Secretário, **Jonathan Piva de Almeida**. **4. PUBLICAÇÕES LEGAIS:** Convocação aos Acionistas publicada Jornal do Comércio Impresso (JC-I), 2º. Cad. e no Jornal do Comércio Digital (JC-D), Cad. Publicidade Legal, edições de 15,16 e 19/01/2026, sendo no JC-I, dias 15, pág.15; 16, pág. 14, e 19, pág. 15; e no JC-D, nos mesmos dias sendo todos na pág. 5, respectivamente. **5. LEITURA DE DOCUMENTOS, RECEBIMENTO DE VOTOS E LAVRATURA DA ATA: 1**. Dispensada a leitura dos documentos das matérias a serem deliberadas nesta Assembleia Geral, pois seu conteúdo é do inteiro conhecimento dos acionistas; **2.** As declarações de voto, protestos e dissidências, se apresentadas, serão recebidas, numeradas e autenticadas pela Mesa, ficando arquivadas na sede da Companhia (Art. 130, §1º, LSA 6.404/76); e, **3.** Autorizada a lavratura desta ata na forma sumária e a sua publicação omitindo as assinaturas de todos os acionistas (Art. 130, §§1º e 2º, LSA 6.404/76). **6. ORDEM DO DIA: 1.** Aumentar o Capital Social com a incorporação de reservas contábeis; e, **2.** Correspondente alteração estatutária. **7. DELIBERAÇÕES E APROVAÇÕES:** Analisadas e discutidas as matérias da Ordem do Dia, deliberando por unanimidade dos presentes: **7.1)** Aprovado o aumento do capital social da Companhia, no valor de R$ 118.000.000,00, com a incorporação de reservas contábeis, como proposto pela Administração, sendo R$ 7.154.308,35, originários da conta contábil "Reserva legal", e R$ 110.845.691,65, originários da conta contábil "Saldo à Disposição da Assembleia", emitindo e distribuindo 118.000.000 de novas ações, no valor de R$ 1,00 cada, sem ônus aos acionistas e na proporção das já tituladas. **7.2)** Deliberado no item anterior, o Art. 5º do Estatuto Social vigorará com a seguinte redação: ***Artigo 5º –*** *O Capital Social, totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 460.000.000,00 (quatrocentos e sessenta milhões de reais), dividido em 460.000.000,00 (quatrocentos e sessenta milhões), de ações ordinárias nominativas, do valor nominal de R$ 1,00 (um real), cada uma.* **8. ENCERRAMENTO:** Sem outros assuntos a tratar, foi encerrada a presente Assembleia, sendo lavrada, lida, aprovada e assinada por todos a sua ata. Farroupilha, RS, em 30 de janeiro de 2026. **9. AUTENTICAÇÃO:** A presente ata é cópia fiel da transcrita no Livro próprio. Alessandro Spiller – Presidente. Jonathan Piva de Almeida – Secretário. **JUCISRS. Certifico o registro nº 11624096 em 23/02/2026 de TRAMONTINA FARROUPILHA S.A. INDUSTRIA METALÚRGICA, CNPJ 87834883000113 e protocolo 260465054, de 30/01/2026. José T. Jacoby - Secretário-Geral.**

PUBLICIDADE LEGAL

TRAMONTINA INTERNACIONAL S. A.

Carlos Barbosa – RS – CNPJ nº 04.693.723/0001-74 – NIRE: 43300043231

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

1. DATA, HORA E LOCAL: Dia 29 de janeiro de 2026, às 10h00min., na sede da empresa na Avenida Ivo Tramontina, nº 1024, em Carlos Barbosa, RS. **2. PARTICIPANTES:** Acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes no Livro de Presença de Acionistas. **3. MESA**: Presidente, **Alessandro Spiller**; e, Secretário, **Jonathan Piva de Almeida. 4. PUBLICAÇÕES LEGAIS: 1.** Dispensada a publicação de Editais de Convocação (Art.124, §4º, LSA 6.404/76). **5. LEITURA DE DOCUMENTOS, RECEBIMENTO DE VOTOS E LAVRATURA DA ATA: 1**. Dispensada a leitura dos documentos das matérias a serem deliberadas nesta Assembleia Geral, por seu conteúdo do inteiro conhecimento dos acionistas; **2**. As declarações de voto, protestos e dissidências, se apresentadas, serão recebidas, numeradas e autenticadas pela Mesa e arquivadas na sede da Companhia (Art.130, §1º, LSA 6.404/76); e, **3**. Autorizada a lavratura da presente ata na forma de sumário e a sua publicação com omissão das assinaturas dos acionistas (Art.130, §§1º e 2º, LSA 6.404/76). **6. ORDEM DO DIA: 1.** Proposta da Diretoria para aumento do Capital Social em R$ 20.000.000,00, mediante subscrição particular pelos acionistas; e, **2.** Correspondente alteração estatutária. **7. DELIBERAÇÕES E APROVAÇÕES:** Analisadas e discutidas as matérias da Ordem do Dia, deliberando por unanimidade dos presentes: **7.1)** Aprovaram o aumento do capital social em R$ 20.000.000,00, mediante subscrição particular, como proposto pela Diretoria, que foi subscrito e integralizado nesta data pelos acionistas conforme o Boletim de Subscrição abaixo, sendo parte mediante a utilização de créditos contábeis em moeda corrente nacional de valores adiantados para essa finalidade. Com este aumento, serão emitidas novas 20.000.000 de ações ordinárias, nominativas, ao valor nominal e ao preço de emissão de R$ 1,00 cada uma, sendo que o preço de emissão das ações foi fixado em vista da perspectiva de rentabilidade e o valor do PL desta Companhia. **BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO (Aumento do Capital Social Autorizado pela AGE de 29 de janeiro de 2026-1)** Nome e identificação do subscritor. **2)** Quantidade de Ações Subscritas (ordinárias, nominativas, no valor nominal e preço de emissão de R$ 1,00 de cada uma).**3)** Valor Total da Subscrição-R$.**4)** Valor integralizado no ato mediante aproveitamento de créditos contábeis-R$.**5)** Valor integralizado em moeda corrente nacional em até 180 dias desta data-R$.**6)** Assinatura do acionista subscritor.**1) CRPAR PARTICIPAÇÕES LTDA**., sita na Av. Ivo Tramontina, 1024, Triângulo, Carlos Barbosa/RS, CNPJ nº 90876541/0001-70 e registro na JUCISRS nº 43205284359 em 15/04/2004, por seu Diretor, Sr. Ildo Paludo. **2) 8.498.977 - 3) 8.498.977,00 - 4) 8.498.977,00 - 5) 0,00. 2) BEMPAR PARTICIPAÇÕES LTDA**., sita na Av. Ivo Tramontina, 1024, Triângulo, Carlos Barbosa/RS, com CNPJ nº 90876558/0001-28 e registro na JUCISRS nº 43205283701 em 15/04/2004, por seu Diretor, Sr. Joselito Gusso.**2) 10.574.367-3) 10.574.367,00-4) 10.574.367,00-5) 0,00. 3) DLT PARTICIPAÇÕES LTDA.,** sita na Rua Getúlio Vargas, 2777, Linha Vitória, Carlos Barbosa/RS, CNPJ nº 05704827/0001-08 e registro na JUCISRS nº 43205371090, em 08/09/2004, por seu Diretor-Presidente, Sr. Renato Tramontina. **2) 926.656-3) 926.656,00-4) 0,00-5) 926.656,00. TOTAL: 2) 20.000.000 - 3) 20.000.000,00 - 4) 19.073.344,00 - 5) 926.656,00.** Carlos Barbora, 29 de janeiro de 2026. Jandir V. Brock - Diretor. Inácio Chies - Diretor. **7.2)** Após deliberação conforme item anterior, o Art. 5º do Estatuto Social vigorará com a seguinte redação: ***Artigo 5º –*** *O Capital Social, totalmente subscrito e integralizado, é de R$ R$ 382.541.000,00 (trezentos e oitenta e dois milhões, quinhentos e quarenta e um mil reais), dividido em 382.541.000 (trezentas e oitenta e duas milhões, quinhentas e quarenta e uma mil) ações ordinárias nominativas, do valor nominal de R$ 1,00 (um real), cada uma. Parágrafo Único. Do montante do capital subscrito, a importância de R$ 926.656,00 (novecentos e vinte e seis milhões, seiscentos e cinquenta e seis mil reais), será integralizada em moeda corrente nacional em até 180 dias a contar desta data.* **8. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente Assembleia, se lavrou sua ata, que foi lida, aprovada e assinada por todos os acionistas presentes à Assembleia. Carlos Barbosa, RS, 29 de janeiro de 2026.**9. AUTENTICAÇÃO:** A presente ata é cópia fiel da transcrita no Livro próprio. Alessandro Spiller - Presidente. Jonathan Piva de Almeida - Secretário. **JUCISRS. Certifico o registro nº 11629507 em 25/02/2026 de TRAMONTINA INTERNACIONAL S. A., CNPJ 04693723000174 e protocolo 260435821 - 29/01/2026. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral.**

PUBLICIDADE LEGAL

TRAMONTINA GARIBALDI S. A. IND. METALURGICA

Garibaldi – RS – CNPJ nº 90.049.792/0001-81 – NIRE: 43300011658

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

1. DATA, HORA E LOCAL: Dia 30 de janeiro de 2026, às 09h30min, na sede da empresa, na Rua Tramontina, nº 600, em Garibaldi, RS. **2. PARTICIPANTES:** Acionistas representando mais de 2/3 do total do capital social com direito a voto, conforme Livro de Presenças de Acionistas. **3. MESA:** Presidente, **Alessandro Spiller**; Secretário, **Jonathan Piva de Almeida**. **4. PUBLICAÇÕES LEGAIS:** Convocação aos Acionistas publicada no Jornal do Comércio Impresso (JC-I), 2º. Cad. e no Jornal do Comércio Digital (JC-D), Cad. Publicidade Legal nas edições de 15,16 e 19/01/2026, sendo no JC-I, dias 15, pág.15; 16, pág. 14, e 19, pág. 15; e no JC-D, nos mesmos dias, sendo todos na pág. 2, respectivamente. **5. LEITURA DE DOCUMENTOS, RECEBIMENTO DE VOTOS E LAVRATURA DA ATA: 1**. Dispensada a leitura dos documentos das matérias a serem deliberadas nesta Assembleia Geral, pois seu conteúdo é do inteiro conhecimento dos acionistas; **2.** As declarações de voto, protestos e dissidências, se apresentadas, serão recebidas, numeradas e autenticadas pela Mesa e ficarão arquivadas na sede da Companhia (Art. 130, §1º, LSA 6.404/76); e, **3.** Autorizada a lavratura da presente ata na forma de sumário e a sua publicação omitindo as assinaturas de todos os acionistas (Art. 130, §§1º e 2º, LSA 6.404/76). **6. ORDEM DO DIA: 1.** Aumentar o Capital Social com a incorporação de reservas contábeis; e, **2.** Correspondente alteração estatutária. **7. DELIBERAÇÕES E APROVAÇÕES:** Analisadas e discutidas as matérias da Ordem do Dia, os acionistas, deliberando por unanimidade: **7.1)** Aprovaram o aumento do capital social da Companhia, no valor de R$ 72.000.000,00, com a incorporação de reservas contábeis, como proposto pela Administração, sendo R$ 8.157.804,25 originários da conta contábil "Reserva legal", e R$ 63.842.195,75 originários da conta contábil "Saldo à Disposição da Assembleia", emitindo e distribuindo 55.854.327 novas ações ordinárias e 16.145.673 novas ações preferenciais, no valor de R$ 1,00 cada, sem ônus aos acionistas, na proporção das já tituladas e observadas as respectivas classes; **7.2)** Com a deliberação no item anterior, o Art. 5º do Estatuto Social vigorará com a seguinte redação: ***Artigo 5º –*** *O Capital Social, totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 387.000.000,00 (trezentos e oitenta e sete milhões de reais), dividido em 387.000.000,00 (trezentos e oitenta e sete milhões) de ações sendo 300.217.012 (trezentas milhões, duzentas e dezessete mil e doze) ações ordinárias nominativas e, 86.782.988 (oitenta e seis milhões, setecentas e oitenta e duas mil, novecentas e oitenta e oito) ações preferenciais nominativas, todas do valor nominal de R$ 1,00 (um real), cada uma.* **8. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente Assembleia, lavrada sua ata, lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. Garibaldi, RS, em 30 de janeiro de 2026. **9. AUTENTICAÇÃO:** A presente ata é cópia fiel da transcrita no Livro próprio. Alessandro Spiller – Presidente. Jonathan Piva de Almeida – Secretário. **JUCISRS. Certifico registro nº 11623902 em 23/02/2026 de TRAMONTINA GARIBALDI S.A. INDUSTRIA METALURGICA, CNPJ 90049792000181 e protocolo 260465658, de 30/01/2026.José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral.**

PUBLICIDADE LEGAL

TRAMONTINA MULTI S. A.

Carlos Barbosa – RS – CNPJ nº 88.037.668/0001-54 – NIRE: 43300025381

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

1. DATA, HORA E LOCAL: Dia 30 de janeiro de 2026, às 10h00min, na sede da empresa na Rodovia BR-470/RS, Km 230, em Carlos Barbosa, RS. **2. PARTICIPANTES:** Acionistas representando mais de 2/3 do total do capital social com direito a voto, conforme Livro de Presenças de Acionistas. **3. MESA:** Presidente, **Alessandro Spiller**; e, Secretário, **Jonathan Piva de Almeida**. **4. PUBLICAÇÕES LEGAIS:** Convocação aos Acionistas publicada no Jornal do Comércio Impresso (JC-I), 2º. Cad. e no Jornal do Comércio Digital (JC-D) nas edições de 15,16 e 19/01/2026, sendo no JC-I, dias 15, pág.15; 16, pág. 14, e 19, pág. 15; e no JC-D, nas mesmas datas, todos na pág. 4, respectivamente.**5. LEITURA DE DOCUMENTOS, RECEBIMENTO DE VOTOS E LAVRATURA DA ATA: 1**. Dispensada a leitura dos documentos das matérias a serem deliberadas nesta Assembleia Geral, pois o seu conteúdo é do inteiro conhecimento dos acionistas; **2.** As declarações de voto, protestos e dissidências, se apresentadas, serão recebidas, numeradas e autenticadas pela Mesa e arquivadas na sede da Companhia (Art. 130, §1º, LSA 6.404/76); e, **3.** Autorizada a lavratura da presente ata na forma de sumário e a sua publicação omitindo as assinaturas dos acionistas (Art. 130, §§1º e 2º, LSA 6.404/76). **6. ORDEM DO DIA: 1.** Aumentar o Capital Social com a incorporação de reservas contábeis; e, **2.** Correspondente alteração estatutária. **7. DELIBERAÇÕES E APROVAÇÕES:** Analisadas e discutidas as matérias da Ordem do Dia, deliberando por unanimidade os acionistas presentes: **7.1)** Aprovaram o aumento do capital social da Companhia, no valor de R$ 134.000.000,00, mediante a incorporação de reservas contábeis, como proposto pela Administração, sendo R$ 11.943.851,75 originários da conta contábil "Reserva legal", e R$ 122.056.148,25 originários da conta contábil "Saldo à Disposição da Assembleia", emitindo e distribuindo 134.000.000 de novas ações, no valor de R$ 1,00 cada, sem ônus aos acionistas, na proporção das ações já tituladas. **7.2)** Deliberado o item anterior, o Art. 5º do Estatuto Social vigorará com a seguinte redação: ***Artigo 5º –*** *O Capital Social, totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 377.000.000,00 (trezentos e setenta e sete milhões de reais), dividido em 377.000.000,00 (trezentas e setenta e sete milhões) de ações ordinárias nominativas, do valor nominal de R$ 1,00 (um real), cada uma.* **8. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente AGE, elaborada sua ata, que foi lida, aprovada e assinada por todos. Carlos Barbosa, RS, em 30 de janeiro de 2026. **9. AUTENTICAÇÃO:** A presente ata é cópia fiel da transcrita no Livro próprio. Alessandro Spiller – Presidente. Jonathan Piva de Almeida – Secretário. **JUCISRS. Certifico registro nº 11624624 em 23/02/2026 de TRAMONTINA MULTI S.A., CNPJ 88037668000154 e protocolo 260466298, de 30/01/2026. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral.**

PUBLICIDADE LEGAL

TRAMONTINA TEEC S. A.

Carlos Barbosa – RS – CNPJ nº 01.554.846/0001-36 – NIRE: 43300040747

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

1. DATA, HORA E LOCAL: Dia 27 de janeiro de 2026, às 10h30min, na empresa, na Rodovia BR-470/RS, Km 230, Carlos Barbosa, RS. **2. PARTICIPANTES:** Acionistas representando a totalidade do capital social, conforme assinaturas no Livro de Presença de Acionistas. **3. COMPOSIÇÃO DA MESA:** Presidente, **Alessandro Spiller**; Secretário, **Jonathan Piva de Almeida**. **4. PUBLICAÇÕES LEGAIS:** Dispensados os Editais de Convocação (Art. 124, §4º, LSA 6.404/76). **5. LEITURA DE DOCUMENTOS, RECEBIMENTO DE VOTOS E LAVRATURA DA ATA: 1**. Dispensada a leitura dos documentos das matérias a serem deliberadas nesta Assembleia Geral, por serem do inteiro conhecimento dos acionistas; **2.** As declarações de voto, protestos e dissidências, se apresentadas, serão recebidas, numeradas, autenticadas pela Mesa e arquivadas na sede da Companhia (Art, 130, §1º, LSA 6.404/76); e, **3.** Autorizada a lavratura da presente ata na forma de sumário e a sua publicação com omissão das assinaturas da totalidade dos acionistas (Art. 130, §§1º e 2º, LSA 6.404/76). **6. ORDEM DO DIA: 1.** Aumentar o Capital Social com a incorporação de reservas contábeis; e, **2.** Correspondente alteração estatutária. **7. DELIBERAÇÕES E APROVAÇÕES:** Analisadas e discutidas as matérias da Ordem do Dia, por deliberação unanime dos presentes: **7.1)** Aprovado o aumento do capital social no valor de R$ 24.500.000,00, mediante a incorporação de reservas contábeis, como proposto pela Administração, sendo R$ 5.336.314,33 originários da conta contábil "Reserva legal", e R$ 19.163.685,67 originários da conta contábil "Saldo à Disposição da Assembleia", com emissão e distribuição de 24.500.000,00 novas ações, no valor de R$ 1,00 cada, sem qualquer ônus aos acionistas, na proporção das ações já tituladas. **7.2)** Em decorrência dessa deliberação, o Art. 5º do Estatuto Social assim passa a vigorar: ***Artigo 5º –*** *O Capital Social, totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 254.500.000,00 (duzentos e cinquenta e quatro milhões e quinhentos mil reais), dividido em 254.500.000,00 (duzentas e cinquenta e quatro milhões e quinhentas mil) ações ordinárias nominativas, do valor nominal de R$ 1,00 (um real), cada uma.* **8. ENCERRAMENTO:** Sem mais outros assuntos, esta AGE foi encerrada, lavrada sua ata, que lida e aprovada foi assinada por todos os acionistas presentes reconhecendo sua validade. Carlos Barbosa, RS, em 27 de janeiro de 2026. (Ass.) Alessandro Spiller – Presidente; Jonathan Piva de Almeida – Secretário. **JUCISRS. Certifico registro de nº 11618582 em 19/02/2026 de TRAMONTINA TEEC S. A., CNPJ 01554846000136 e protocolo 260387975, de 28/01/2026. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral.**